

COMUNICAÇÃO, DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS:

olhares a partir da América Latina

ORGANIZADORES:

Gilson Pôrto Jr.

Sinomar Soares de Carvalho Silva

José Lauro Martins

Leonardo Pinheiro da Silva

Adriano Alves Silva



FELAFACS

Federación Latinoamericana de
Facultades de Comunicación Social



Observatório
Edições

Audiodescrição:

A capa tem fundo azul em dégradé, mais escuro na parte superior e mais claro na inferior. Na parte superior central, em letras grandes e brancas, lê-se o título: "COMUNICAÇÃO, DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS". Logo abaixo, em letras menores e brancas, o subtítulo: "olhares a partir da América Latina". Mais abaixo, à direita, há um retângulo cinza claro com o texto em preto: "ORGANIZADORES:" seguido dos nomes: Gilson Pôrto Jr., Sinomar Soares de Carvalho Silva, José Lauro Martins, Leonardo Pinheiro da Silva e Adriano Alves Silva. Na parte inferior esquerda da capa, há uma ilustração: uma estrutura tridimensional feita de cartas de baralho, montada como um castelo de cartas, que se ergue a partir da superfície do planeta Terra, parcialmente visível. O globo mostra parte da América do Sul e do oceano Atlântico. Abaixo e atrás da estrutura há um padrão de pontos pretos que se espalham em direção ao fundo azul, sugerindo movimento e conexão. No canto inferior direito estão dois logotipos: o da FELAFACS (Federação Latino-americana de Faculdades de Comunicação Social), com ícone azul e laranja representando ondas de comunicação; e o do Observatório Edições, com símbolo verde e amarelo e o nome em letras azuis. A composição visual transmite a ideia de fragilidade e complexidade das estruturas comunicacionais e democráticas, associadas ao contexto latino-americano. Fim da audiodescrição.

Gilson Pôrto Jr.
Sinomar Soares de Carvalho Silva
José Lauro Martins
Leonardo Pinheiro da Silva
Adriano Alves Silva
(Orgs.)

COMUNICAÇÃO, DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS: olhares a partir da América Latina

Observatório Edições
2025

Diagramação/Projeto Gráfico: Gilson Porto Jr. / Leonardo Pinheiro.
Arte de capa: Adriano Alves.
Publicado em: Outubro/2025.

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa, de propriedade intelectual e de uso de imagens, os autores de cada trabalho são plenamente responsáveis por todo seu conteúdo (inclusive pelos textos, figuras e fotos nele publicadas), isentando os organizadores de qualquer responsabilidade em todas as possíveis situações.



Todos os livros publicados pelo Selo Observatório/OPAJE estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C733

Comunicação, democracia e direitos humanos: olhares a partir da América Latina. [recurso eletrônico]. / Organização: Gilson Pôrto Jr., Sinomar Soares de Carvalho Filho, José Lauro Martins, Leonardo Pinheiro da Silva, Adriano Alves Silva. – Palmas, TO: Observatório Edições; Felafacs, 2025.

297 p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-988582-0-9

1. Comunicação – América Latina. 2. Democracia – América Latina. 3. Direitos humanos – América Latina. 4. Estudos latino-americanos. 5. Políticas Públicas. I. Pôrto Jr., Gilson. II. Silva, Sinomar Soares de Carvalho. III. Martins, José Lauro. IV. Silva, Leonardo Pinheiro da. V. Silva, Adriano Alves.

CDD 323.440981
CDU 323.3/7:316.77(8)
LCC JC599.L29

Marcelo Diniz – Bibliotecário – CRB 2/1533. Resolução CFB 184/2017.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Observatório Edições e/ou do OPAJE/UFT. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Todos os artigos passaram por avaliação dos pares.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

REITORA
Profa. Dra. Maria Santana
Ferreira dos Santos

VICE-REITOR
Prof. Dr. Marcelo Leinerker
Costa

Pró-Reitor de Graduação
Profa. Dra. Valdirene de Jesus

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Profa. Dra. Flávia Tonani

Pró-Reitor de Extensão e Cultura
Profa. M. Bruno Barreto

Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT)

Dra. Erika da Silva Maciel
Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior
Dr. Fernando Rodrigues Peixoto Quaresma
Dr. José Lauro Martins
Dr. Nelson Russo de Moraes
Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Dra. Marli Terezinha Vieira
Dra. Eliane Marques dos Santos

SELO EDITORIAL Observatório/OPAJE CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE
Prof. Dr. José Lauro Martins

Membros:

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP),
Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Universidade do Tocantins (UNITINS), Brasil

Profa. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
Universidade de Caxias do Sul; Universidade Federal do
Amazonas, Brasil

Profa. Dra. Thais de mendonça Jorge
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Prof. Dr. Fagno da Silva Soares
Clio & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisa em História
Oral e Memória – Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Brasil

Prof. Dr. Luiz Francisco Munaro
Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil

Prof. Dr. José Manuel Pelóez
Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes
Universidade Estadual do Tocantins, Brasil

FEDERAÇÃO LATINO-AMERICANA DE FACULDADES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (FELEFACS)

Conselho Diretivo 2025-2027

PRESIDENTE Prof. Dr. Rafael González Pardo Universidade de Tolima (COLÔMBIA)	Membros:
	Diretor Titular Países Andinos Prof. Dr. Carlos Rivadeneyra Olcese Universidade de Lima (PERU)
	Diretor suplente Países Andinos Prof. Dr. Juan Ramos Martín Universidade Javeriana (COLÔMBIA)
SECRETARIO EXECUTIVO Prof. Dr. Santiago Humberto Gómez Universidade Autónoma de Bucaramanga (COLÔMBIA)	Diretor Titular Cone Sur Prof. Cristian Muñoz Catalán Universidade de La Serena (CHILE)
	Diretor Suplente Cone Sur Prof. Dr. Ramon Burgos Universidade Nacional de Jujuy (ARGENTINA)
	Diretora Regional Caribe Profa. Dra. Alicia Álvarez Universidade APEC (REPÚBLICA DOMINICANA)
	Diretor Suplente Regional Caribe Prof. Alfredo Padrón Buonaffina Instituto Tecnológico de Santo Domingo (INTEC, REPÚBLICA DOMINICANA)
	Diretora Países Associados Profa Dra. Sindy Chapa Universidade Estatal de La Florida (ESTADOS UNIDOS)
	Diretora Regional Centro América Profa. Dra. Arely Franco Universidade de El Salvador (EL SALVADOR)
	Diretora Regional Centro América Profa. Dra. Leonor Lucia González Quiñonez Universidade Rafael Landívar (GUATEMALA)
	Diretor Regional México Prof. Dr. Mariano Navarro Universidade Panamericana (MÉXICO)
	Diretor Regional Brasil Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior Universidade Federal de Tocantins (BRASIL)

Como Referenciar ABNT NBR 6023/2018

Documento no todo

PÔRTO JR., Gilson; SOARES, SILVA, Sinomar Soares de Carvalho; MARTINS, José Lauro; SILVA, Leonardo Pinheiro da; SILVA, Adriano Alves (Orgs.). COMUNICAÇÃO, DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS: olhares a partir da América Latina. Palmas, TO: Observatório Edições; Felafacs, 2025. 297 p. ISBN 978-65-988582-0-9.

Nos Capítulos

PÔRTO JR., Gilson; SOARES, SILVA, Sinomar Soares de Carvalho; MARTINS, José Lauro; SILVA, Leonardo Pinheiro da; SILVA, Adriano Alves (Orgs.). COMUNICAÇÃO, DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS: olhares a partir da América Latina. Palmas, TO: Observatório Edições; Felafacs, 2025, p. xx-xx.

.

SUMÁRIO

PREFÁCIO / 11

CAPÍTULO 1 - O DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NA AMÉRICA DO SUL: análise doutrinária, normativa e jurisprudencial na era digital do século XXI / 17

Olga Mary Martínez Vargas

CAPÍTULO 2 - O DIREITO À INFORMAÇÃO: perspectivas da transparência e prestação de contas nos tempos da Quarta Transformação / 64

Carlos Manuel Hornelas Pineda

CAPÍTULO 3 - PENSAR O ENSINO DA COMUNICAÇÃO PELOS DIREITOS HUMANOS: pistas a partir da Declaração de Quito de 2023 / 71

Adilson Vaz Cabral Filho

CAPÍTULO 4 - RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE: Desenvolvimento de um software na perspectiva da Global Initiative Reporting / 97

Marli Terezinha Vieira, Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior e Valeria R. Elias Spers

CAPÍTULO 5 - O ESTUDANTE AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR: uma análise de dados da Universidade Federal do Tocantins - UFT e da Universidade Federal do Norte do Tocantins- UFNT / 123

Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior e Denise de Barros Capuzzo

CAPÍTULO 6 - DEMOCRACIA, MÍDIA, CRIANÇAS E JUVENTUDE / 149

Borys Bustamante Bohórquez e Fernando Aranguren Díaz

CAPÍTULO 7 - OUVIR A PRISÃO: Rádio carcerária como ferramenta de participação desde a prisão para o público / 173

María Clara Villamarin Bautista

CAPÍTULO 8 - IMPACTO DAS NARRATIVAS DE TRANSMISSÃO DE PAZ NAS ESTRUTURAS DE ORDEM SOCIAL EM TERRITÓRIOS DE CONFLITO APÓS O PÓS-ACORDO NA COLÔMBIA, ESTUDO DE CASO: Flórida, Valle de Cauca /

Angie Katherine Gongora Rozo

CAPÍTULO 9 - PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA COMO PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO / 187

Lucero Giraldo Marín, Sandra Leal Larrarte e Mónica García Bustamante

CAPÍTULO 10 - O JORNALISMO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE EM PERSPECTIVA COMPARATIVA A PARTIR DE INDICADORES DA RSF E DA ONU SOBRE LIBERDADE DE IMPRENSA / 205

Angélica Lima Mendonça

CAPÍTULO 11 – USO DE REDES SOCIAIS ONLINE COMO FERRAMENTA DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS PACÍFICOS E PROMOÇÃO DA PAZ EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MOÇAMBIQUE-GONDOLA / 225

Issufo Jacinto Francisco Camanguira, Isaltina Santos da Costa Oliveira e Nelson Russo de Moraes

CAPÍTULO 12 – DEMOCRACIA NA PRÁXIS: a inclusão como experiência vivida nos direitos humanos / 245

Patrícia Medina e Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

CAPÍTULO 13 - A PSICOLOGIA POSITIVA: Cultivando saúde e felicidade no trabalho / 261

José Diogo Tavares Pedrosa, Fagno da Silva Soares

ÍNDICE REMISSIVO / 279

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES / 287

A coletânea “COMUNICAÇÃO, DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS: olhares a partir da América Latina” é composta por 13 textos que reflete a riqueza da pesquisa acadêmica na Região e demonstra como é possível promover conhecimento sólido, especialmente no campo da comunicação social, sem se perder no ruído das informações irrelevantes das redes que dificultam a formação crítica e acadêmica.

Em um cenário marcado pelo consumo acelerado de conteúdos superficiais, esta obra surge como um respiro, oferecendo análises criteriosas e fundamentadas.

No capítulo 1 aborda o direito de acesso à informação pública na América do Sul, destacando sua relevância para a transparência, participação cidadã e controle social. Analisa como a era digital amplia as possibilidades de acesso, mas também evidencia a persistência da cultura de sigilo em instituições públicas. Por fim, relaciona o tema ao Direito Internacional dos Direitos Humanos e à

jurisprudência da CIDH, reforçando a importância do governo aberto e da adaptação tecnológica para efetivar esse direito.

O capítulo 2 é a síntese de um projeto de pesquisa que se propõe a investigar percepções sobre o impacto da transparência na administração pública, os desafios enfrentados pelo acesso à informação e as possíveis consequências da extinção do INAI. Justifica-se pelo aumento da violência contra jornalistas e pela relação entre opacidade governamental e violações de direitos.

O autor do capítulo 3 propõe repensar o ensino da Comunicação à luz dos direitos humanos, inspirado pela Declaração de Quito (2023), que defende uma perspectiva decolonial, inclusiva e transformadora. Reconhece a comunicação como um direito fundamental, orientando a formação de profissionais éticos, críticos e engajados na promoção da dignidade humana e da justiça social. Destaca a necessidade de reformular cursos de Comunicação, políticas de ensino superior e práticas pedagógicas, indo além da técnica para formar cidadãos conscientes.

No capítulo 4 os autores exploram a integração entre responsabilidade social, sustentabilidade e tecnologia, apresentando o desenvolvimento de um software orientado pelos princípios da Global Reporting Initiative (GRI). A proposta busca alinhar práticas empresariais aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovendo transparência e gestão responsável. Destaca ainda a importância da inovação tecnológica para consolidar modelos de negócio éticos e sustentáveis, reforçando o papel das organizações na construção de um futuro mais justo e equilibrado.

Os autores do capítulo 5 analisam a presença e os desafios enfrentados por estudantes autistas no ensino superior, com base em dados da UFT e da UFNT. Destaca o crescimento das matrículas após a implementação de políticas de inclusão e a importância da Lei Brasileira de Inclusão e da Política Nacional de Educação Especial. O estudo evidencia barreiras pedagógicas, comunicacionais e

atitudinais que dificultam a permanência e o desempenho acadêmico desses estudantes. Também aponta estratégias institucionais, como núcleos de acessibilidade, capacitação docente e uso de tecnologias assistivas, fundamentais para garantir equidade.

O capítulo 6 traz a relação entre democracia, mídia e os direitos de crianças e jovens, destacando como os meios de comunicação influenciam a formação cidadã e a participação social. Aborda os desafios impostos pela concentração midiática, que limita a pluralidade de vozes e impacta a construção de uma esfera pública democrática. Discute também a importância da educação midiática para o desenvolvimento do pensamento crítico e para a proteção contra desinformação e discursos de ódio.

A autora do capítulo 7 analisa a experiência das rádios carcerárias como instrumentos de comunicação e participação social dentro do sistema prisional. Destaca como essas iniciativas possibilitam que pessoas privadas de liberdade expressem suas vozes, compartilhem narrativas e construam vínculos com a sociedade, rompendo barreiras de isolamento. O texto discute o papel da rádio na promoção de direitos humanos, na valorização da dignidade e na redução da violência simbólica, além de evidenciar seu potencial educativo e cultural. Também aborda os desafios estruturais e políticos para a implementação dessas práticas, ressaltando a importância de políticas públicas e parcerias que fortaleçam a comunicação como ferramenta de inclusão e cidadania.

No capítulo 8 a autora apresenta como as narrativas de paz influenciam a reconstrução social em territórios colombianos após os acordos de paz, com foco no município de Flórida, Valle del Cauca. O estudo evidencia que as narrativas não apenas informam, mas também reconfiguram identidades coletivas, fortalecendo valores de convivência e confiança social. Além disso, discute os desafios enfrentados diante da persistência de conflitos locais e da

necessidade de políticas públicas que sustentem processos comunicativos inclusivos e participativos.

Os autores do capítulo 9 discute como as práticas de resistência se configuram como formas de comunicação que desafiam estruturas de poder e hegemonias discursivas. Analisa movimentos sociais, coletivos e iniciativas comunitárias que utilizam linguagens alternativas, redes digitais e mídias independentes para reivindicar direitos e visibilidade. Destaca que essas práticas não se limitam à contestação, mas também constroem novas narrativas e sentidos, promovendo inclusão e diversidade.

O capítulo 10 traz uma reflexão a situação do jornalismo na América Latina e no Caribe com base em indicadores da Repórteres Sem Fronteiras (RSF) e da ONU, destacando avanços e retrocessos na liberdade de imprensa. Aponta que a região enfrenta desafios como violência contra jornalistas, censura, concentração midiática e pressões políticas, que comprometem a pluralidade informativa. O estudo compara diferentes países, evidenciando contrastes entre contextos democráticos e autoritários.

O capítulo 11 concentrou-se na experiência dos povos tradicionais de Moçambique, com especial atenção ao distrito de Gôndola com foco na proliferação de informações falsas, discursos de ódio e conteúdos hostis. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e caráter exploratório, recorrendo à análise bibliográfica e documental, complementada pela observação em ambientes digitais, numa perspectiva próxima da netnografia. Os resultados revelam que, quando utilizadas de forma responsável e estratégica por instituições, coletivos e pelos próprios membros das comunidades, as redes sociais online podem tornar-se poderosos instrumentos de difusão da cultura da paz, da harmonia e da solidariedade.

No capítulo 12, os autores se propõem a examinar de forma crítica e plural as inter-relações entre comunicação, ecossistemas de inovação e democracia na América Latina, contexto em que a

formação acadêmica é ao mesmo tempo campo e agente de transformação social. A questão que orienta a nossa investigação - quais sentidos são atribuídos à inclusão e à justiça epistêmica no âmbito da formação em Direitos Humanos na pós-graduação, considerando o contexto sociopolítico e educacional da Região Norte do Brasil? - emerge de um cenário no qual persistem assimetrias históricas de acesso, permanência e valorização de saberes no espaço acadêmico. Tais assimetrias afetam sobremaneira, comunidades e sujeitos cujas experiências e formas de conhecimento foram marginalizadas ou desconsideradas nos processos tradicionais de produção e legitimação científica da produção do conhecimento.

Por fim, o capítulo 13 encerra essa coletânea com uma apresentação dos princípios da Psicologia Positivas aplicados ao ambiente de trabalho, destacando estratégias para promover bem-estar, engajamento e satisfação profissional. Explora conceitos como forças pessoais, emoções positivas e sentido no trabalho, mostrando como eles contribuem para a saúde mental e para a produtividade. O texto enfatiza a importância de práticas organizacionais que valorizem resiliência, reconhecimento e equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Conclui com recomendações para líderes e gestores implementarem políticas que favoreçam uma cultura organizacional positiva e sustentável.

Palmas, Tocantins, verão de 2025.

Os organizadores

O DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NA AMÉRICA DO SUL: Análise doutrinária, normativa e jurisprudencial na era digital do século XXI

Olga Mary Martínez Vargas

Introdução

A área de importância do direito à informação é ampla, pois é considerada matéria-prima para o desenvolvimento de novas aprendizagens, a construção de conhecimento acadêmico, científico e social, para escrever um blog, gravar um podcast, produzir vídeos, formar correntes de opinião pública e tomar diversas decisões. Também é considerada uma ferramenta essencial para a promoção e reivindicação de outros direitos humanos, denunciando injustiças, lutando contra a violência, exigindo o respeito à dignidade humana, promovendo a participação cidadã, realizando o controle social e a fiscalização da gestão pública governamental, garantindo a transparência e a publicidade dos atos públicos.

O contexto social da era digital, onde se insere a abordagem doutrinária, regulamentar e jurisprudencial do direito de acesso à

informação pública, é permanentemente reconfigurado pelo acelerado, profundo e disruptivo desenvolvimento tecnológico, que diversifica as formas de expressão, amplia os espaços, mídias, plataformas e narrativas disponíveis para que pessoas de diferentes idades, origens e situações socioculturais possam expressar, escrever, publicar ideias, opiniões, pontos de vista, pensamentos, conhecimentos, dados e informações de forma multimídia e por meio de interações convergentes.

Na era digital do século XXI, em que grandes quantidades de informações são produzidas, acumuladas e armazenadas sob o preceito de sociedades e governos abertos, ainda existem restrições de acesso à informação em instituições públicas onde a cultura do controle e do sigilo persiste como mecanismo de preservação do poder político e institucional. Por essa razão, a pergunta de pesquisa é sobre qual é a situação da abordagem doutrinária, normativa e jurisprudencial do direito de acesso à informação pública nos Estados democráticos da América do Sul?

O objetivo é realizar uma avaliação sistemática, analítica e prospectiva do enfoque doutrinário, normativo e jurisprudencial do direito de acesso à informação pública nos Estados democráticos da América do Sul, no contexto da era digital do século XXI, a partir da perspectiva do Direito Internacional dos Direitos Humanos, do Direito Constitucional e das Ciências Tecnológicas, que condicionam sua geração, difusão e acesso nas instituições estatais ou em outras entidades privadas que administram recursos públicos.

Fundamentação teórica e normativa

A informação como base do governo aberto

As principais áreas temáticas da recente abordagem teórica sobre o direito de acesso à informação pública estão ligadas a: Transparência, participação cívica, empoderamento do cidadão, colaboração e aplicação da lei como elementos do governo aberto

(Pinho De Oliveira, 2020) , incidência do governo eletrônico no acesso e fluxo de informações públicas (Soto, 2017) , dificuldades na aplicação das normas existentes, qualidade e transparência das informações municipais publicadas em portais da web (Medrandá, 2017) , natureza jurídica e necessidade de educação do cidadão (Clery, 2015) em termos de geração, guarda, disseminação e acesso.

Outras pesquisas destacam a escassez de informações publicadas em sites institucionais que impedem que os cidadãos conheçam as ações do governo e fiscalizem as autoridades públicas (Farioli, 2014) , o acesso às informações públicas como base para o exercício da liberdade de expressão pelos jornalistas (Gómez A., 2013) e o pronunciamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em referência à obrigação dos Estados de garantir efetivamente o direito à informação (Silva, 2011).

A transparência colaborativa, o direito de acesso à informação pública como um bem do cidadão, a colaboração na elaboração de políticas públicas, a participação do cidadão na organização do Estado e a implementação de novos modelos de gestão de serviços públicos baseados em tecnologias digitais fazem parte do desenvolvimento do governo aberto, que compreende um ecossistema de "sites que facilitam o compartilhamento de informações, a interoperabilidade de dados, o design centrado no usuário e a colaboração em rede" (EEN, 2021, p. 17, (EEN, 2021, p. 1717)) facilitando o desenvolvimento de serviços públicos baseados em tecnologias digitais, que fazem parte de um ecossistema de "sites que facilitam o compartilhamento de informações, a interoperabilidade de dados, o design centrado no usuário e a colaboração em rede"), facilitando o desenvolvimento de serviços públicos baseados em tecnologias digitais. , facilitando as interações entre o governo e os cidadãos no processo de tomada de decisões públicas, prestação de contas e melhoria dos serviços públicos.

Impacto da revolução tecnológica na geração de informações

A partir de meados do século XX, o desenvolvimento tecnológico acelerado, a complexidade social e o aumento da produção de informações reconfiguraram a natureza dos desenvolvimentos políticos, culturais, sociais, econômicos, educacionais e científicos, dando origem ao surgimento das Ciências Tecnológicas da Cibernética, das Telecomunicações, da Telemática, da Eletrônica, da Teoria da Informação Matemática, da Internet, das Redes Sociais e da Inteligência Artificial, que operam de forma automatizada por meio de memória artificial baseada em computação, comunicação e controle, Telemática, Eletrônica, Teoria da Informação Matemática, Internet, Redes Sociais e Inteligência Artificial, que operam de forma automatizada por meio de memória artificial baseada em computação, comunicação e controle, afetando novas formas de gerar, processar, armazenar, disseminar e consumir informações.

Claude Elwood Shannon, considerado o pai da Teoria da Informação Moderna, explicou em 1948 as leis matemáticas que regem a produção, o processamento, o armazenamento e a transmissão de informações (López, 1998) codificadas em diferentes idiomas sob critérios de segurança, velocidade e economia. No mesmo ano, Norbert Winer postulou a Cibernética como o estudo teórico dos processos de controle e comunicação em sistemas biológicos, mecânicos e artificiais, dando origem ao advento da Inteligência Artificial (Siles, 2007) e, em 1949, Warren Weaver destacou os benefícios da Teoria da Informação nos níveis técnico, semântico e pragmático como um sistema de informação simples, causal e linear.

Em 1962, o sociólogo canadense Herbert Marshall McLuhan começou a usar o conceito de Aldeia Global para se referir às consequências socioculturais da comunicação imediata e mundial de todos os tipos de informação, identificando as mudanças culturais produzidas pela influência dos avanços tecnológicos e dos meios de

comunicação de massa como disseminadores de informações escritas, sonoras, audiovisuais e simbólicas de diferentes lugares e podendo acessá-las de qualquer aldeia (Mcluhan & Powers, 2015).

Anos depois, Alain Touraine (1969) e Daniel Bell (1973) explicaram que a sociedade funciona com base no uso generalizado de tecnologias para processar, armazenar e transmitir informações e conhecimento (Charry, 2009) . O desenvolvimento tecnológico acelerado do final do século XX destacou o aumento das comunicações eletrônicas e a quantidade de informações disponíveis com imediatismo (Postman, 1994) pela aplicação de critérios técnicos e pela intervenção monopolística dos sistemas tecnológicos na cultura e na sociedade.

O engenheiro Nicholas Negroponte, considerado um dos pais da tecnologia digital, em 1995, caracterizou o mundo digital que está atualmente em seu máximo esplendor e enfatizou que, com o avanço das interconexões, os valores do estado-nação mudarão para dar lugar a comunidades digitais nas quais o espaço físico será irrelevante e o tempo desempenhará um papel diferente (Abdala, 1995) , portanto, a informação está contida em um código binário aberto ou fechado representado por 1 e 0, onde a unidade mínima de medida da informação é o bit, que, entre muitas de suas funções, garante a velocidade e a qualidade da informação enviada de um ponto a outro.

No âmbito da Sociedade da Informação (SI), Javier Echeverría, no livro "Los señores del aire: Telepolis and the Third Environment", de 1999, explicou que em um novo ambiente social (Alonso, 2001) , as tecnologias de informação e telecomunicações geram profundas transformações e levam a uma nova organização em escala planetária que é a base de uma cidade global, eletrônica e digital, onde o aumento acelerado de dados e as exigências do livre fluxo de informações deram origem à chamada Sociedade em Rede e à Era da Informação que, segundo o sociólogo espanhol Manuel Castells, inter-relacionam tecnologia, sociedade, economia, trabalho,

negócios, emprego, cultura, educação, comunicação etc., em um espaço urbano regional e global condicionado pelas TICs e que estas estão modificando a base material da sociedade em um ritmo acelerado, razão pela qual ele a considera uma revolução tecnológica (Castells, 2006).

De acordo com (Carreño, Samdoval, & Durán, 2018) , a sociedade contemporânea é caracterizada pela velocidade de geração, processamento e disseminação de uma grande quantidade de informações com base nas TICs que ampliam a capacidade dos cidadãos, empresas, instituições públicas etc. de gerar, obter e compartilhar informações instantaneamente. de gerar, obter e compartilhar informações instantaneamente de qualquer lugar, a qualquer momento e no formato de sua escolha, dando origem à construção da Sociedade da Informação, que se baseia na esperança de que "todas as pessoas, sem distinção de qualquer tipo, terão o poder efetivo de criar, receber, compartilhar e usar informações e conhecimentos em qualquer mídia de informação, independentemente de fronteiras". Esse ideal torna-se uma garantia baseada no respeito aos direitos humanos e no exercício das liberdades fundamentais, como a liberdade de expressão, de opinião e a existência de mídias tradicionais e interativas plurais, livres, independentes e inclusivas.

O próximo nível de caracterização da sociedade de acordo com (Salvat & Serrano, 2011) é a sociedade da informação baseada em uma plataforma tecnológica digital, que a consolida e destaca seu valor econômico, social e político. Eles também destacam a necessidade de uma cultura cívica da informação, mostrando a evolução acelerada das TICs, os suportes centrados na tecnologia de computadores, embora mais tarde os dispositivos portáteis e móveis tenham se difundido.

No livro "The Culture of Connectivity: A Critical History of Social Networking", (Van Dijck, 2016) , ele destaca que, na sociedade atual, as redes sociais e o avanço da conectividade determinam as

relações humanas, codificando-as como dados e transformando-as em mercadorias que produzem valor. Isso acontece por meio da aplicação de métodos automatizados de codificação de informações em algoritmos (Flores, 2018) , moldando a vida social on-line, o mercado global e o potencial comunicativo do conteúdo produzido por diversas pessoas.

Atualmente, de acordo com (Orihuela, 2021) , a tecnologia da Internet está mudando a cultura, a educação, o emprego, a política, a identidade e o jornalismo, reconfigurando um ecossistema tecnológico e midiático baseado em diferentes formas de criar, pesquisar, distribuir, acessar, compartilhar e recriar informações, dados e produtos. Segundo o autor supracitado, os novos paradigmas da comunicação mostram a transição da audiência para o usuário, do meio para o conteúdo, do formato único para o multimídia, da periodicidade para o tempo real, da escassez para a abundância, da intermediação para a desintermediação, da unidirecionalidade para a interatividade, da linearidade para o hipertexto e da informação para o conhecimento, mostrando uma realidade altamente versátil e líquida, como refere Zygmunt Bauman (2022).

As múltiplas influências geradas pela tecnologia na evolução histórico-social da humanidade são destacadas a partir da reflexão de sua incidência na leitura de diversos contextos, o condicionamento na forma de governar, educar, pensar, comunicar e até mesmo viver (Aguilar F. , 2011) , a apropriação de recursos tecnológicos no aumento dos fluxos de informação (Rivoir, 2019) , a natureza e a função da tecnologia a partir de uma abordagem de engenharia ou humanista (Jara C., 2008) , as paixões, os medos e as rejeições do progresso tecnológico (Sartori, 1998) , as possibilidades de convergência tecnológica e a ecologia da mídia (Islas, 2014) a partir das inter-relações com o conteúdo, o contexto e o impacto social.

Valor da informação na era digital

Na segunda década do século XXI, a tecnologia digital globalizada se tornou um fator determinante nas múltiplas transformações do conhecimento, do ser e das ações humanas: Mudanças socioeconômicas expressas na modificação da relação existente entre capital e trabalho, onde a informação e o conhecimento passam a ser um bem econômico e social de exercício individual e coletivo; mudanças ontológico-metafísicas que consistem nas formas como as pessoas participam, percebem e interpretam a realidade a partir da virtualidade e mudanças sociopolíticas que afetam a modificação das relações de poder, na dinâmica da gestão pública e na configuração da cidadania virtual (Díaz J. , 2012).

Segundo o referido autor, as mudanças ocorrem na forma como as pessoas participam da realidade virtual, transformando experiências, dinâmicas sociais e concepções de espaço-tempo, dando origem à configuração de outra realidade com identidade própria e possibilitando que as pessoas estejam presentes aqui e ali simultaneamente, permitindo que sobrevivam e evoluam de forma diferente do que aconteceu no passado imediato.

Essas mudanças são explicadas pela compreensão do significado, da importância e do valor da tecnologia na geração, no processamento e na disseminação de informações. Aqui, "a presença da filosofia da tecnologia se torna indispensável para entender a essência da realidade tecnológica e suas implicações em todas as áreas da existência humana (Aguilar & Chamba, 2019) . Essa situação condiciona uma mudança nos estudos epistêmicos, cognitivos, ontológicos e ético-morais da dinâmica da era digital, em que o conhecimento e as competências digitais são a base para gerar, gerenciar, armazenar, processar e disseminar informações.

A avaliação da informação é diferenciada de acordo com os objetivos, os sujeitos envolvidos, a natureza das instituições, as atividades realizadas e depende até mesmo das condições

geopolíticas que configuram um regime automatizado de informações em nível geral e, em particular, de informações públicas. Portanto, atribui-se a ela o valor de poder e controle, mercadoria, lei, transparência, serviço social, controle e fiscalização, conhecimento e até mesmo empoderamento (Díaz, 2009), (Vidal e Araña, 2012) e (Gómez, Márquez e Martínez, 2019).

Como Thomas Hobbes, Francis Bacon e Miche Foucault coincidentemente expressaram, informação é poder, pois os cidadãos informados estão mais bem equipados para aproveitar as oportunidades, obter serviços, garantir seus direitos, negociar com eficácia e controlar as ações do Estado e dos atores não estatais (Gómez, Márquez, & Martínez, 2019) . Da mesma forma, aqueles que têm acesso oportuno, gestão adequada e decodificação eficaz das informações serão bem-sucedidos na tomada de decisões e influenciarão o controle do comportamento das pessoas, seja de órgãos públicos ou privados.

A informação também é concebida como uma ferramenta para o empoderamento do cidadão, facilitando sua participação nos espaços de tomada de decisão, na geração de propostas, no exercício dos direitos políticos, na reivindicação e na exigência de direitos, no controle e na supervisão da gestão pública nos diferentes níveis autônomos, reconhecendo-se como sujeito de direitos e fiscalizador do cumprimento das obrigações públicas.

Do ponto de vista empresarial, o valor da informação reside no fato de que ela constitui um ativo comercial valioso, que muitas vezes tem um preço, razão pela qual empresas, consultorias e até mesmo partidos políticos pagam fortunas para conhecer os gostos, as aversões e as preferências de seus clientes ou eleitores em potencial (Díaz, 2009), a fim de controlar seu comportamento e suas preferências com base no conhecimento de seus perfis diferenciados, deixando para trás o fenômeno da massificação, em que os públicos não tinham possibilidade de identificação. Da mesma forma, a informação é a matéria-prima para a geração de

conhecimento em diferentes áreas do conhecimento, que é o resultado do processo de organização, avaliação, comparação de dados em um determinado contexto, controlando sua qualidade, para que seja verdadeira, oportuna, significativa, precisa, útil e disponível (Vidal & Araña, 2012) .

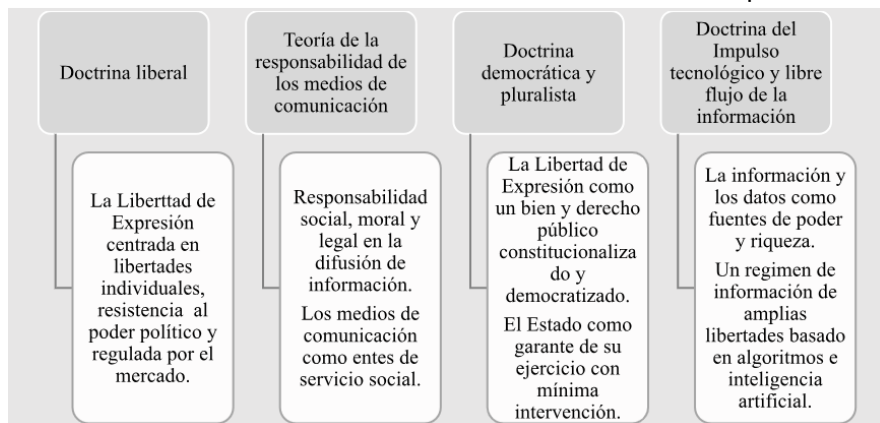
Base doutrinária do direito de acesso à informação pública

A base doutrinária do direito de acesso à informação pública é composta pela liberdade de expressão, liberdade de informação, transparência e publicidade dos atos governamentais e prestação de contas, que estabelecem as diretrizes teóricas, filosóficas e éticas para o exercício desse direito fundamental.

A liberdade de expressão deve ser entendida como um direito individual e coletivo dos cidadãos que é: "indivisível de outros direitos (...) é um direito necessário para o exercício e a proteção de outros. Sem liberdade de expressão e acesso à informação, é impossível participar do debate nacional sobre a política econômica do governo ou obter as informações necessárias para proteger a própria saúde; sem liberdade de expressão, é impossível se manifestar contra violações de direitos fundamentais, como tortura, desaparecimentos ou execuções extrajudiciais" (Darbishire, 1994, p. 3).

A explicação da abordagem doutrinária e filosófica da liberdade de expressão admite pelo menos quatro correntes doutrinárias explicadas de forma sucinta na tabela abaixo:

Tabela nº 1: Correntes doutrinárias da liberdade de expressão



Fuente: Elaborado en base a (Rodríguez & Algarra, 2008), (Fernández, 2012), (Sánchez, 2005), (Aznar, 1999), (Villanueva, 2003), (Restrepo, 2006), (Navarro, 2000), (Han, 2021) y (Orihuela, 2021) y (Danesi, 2022).

Liberdade de informação , conforme indicado por (Landa, 2017) tem como objeto de proteção diversos fatos em seu sentido mais amplo, de modo que todas as pessoas em uma sociedade, individual e coletivamente, possam buscar, receber, processar e disseminar informações por meio de diferentes formas e mídias; enquanto a liberdade de expressão tem a ver principalmente com diversos pensamentos, opiniões, ideias, sentimentos, valores ou sensações.

A partir de uma abordagem epistêmica, pode-se afirmar que "a informação traduz a realidade em palavras. A realidade informada tornou-se um objeto verbal ou icônico que a representa e que, de certa forma, é ela mesma: primeiro na forma intelectual por meio do conhecimento e depois na forma expressiva por meio da fala. O direito à informação é, em outro sentido, uma maneira de dizer o direito à mensagem, à consequência final da informação como um ato que também chamamos de informação" (Gómez, 2009, p. 54).

Portanto, a informação é um conjunto organizado de dados, arquivos, fatos, histórias e vários documentos com valor, significado e utilidade, que é organizado de acordo com critérios de acessibilidade e especialização temática.

Cuadro N.º 2: Clasificación de la información por el grado de acceso

Tabela nº 2: Classificação das informações por grau de acessibilidade		
Informações privadas	Informações confidenciais	Informações públicas
São os dados de identidade e identificação de uma pessoa física, como nome, estado civil, endereço, localização, número de telefone, número da carteira de identidade, características físicas, biológicas e mentais, contas bancárias, histórico médico, documentos de propriedade, senhas de redes sociais, situação econômica, informações de contato, identificadores on-line e outros.	É administrado por um pequeno número de pessoas, seu acesso é restrito e está vinculado a sigilo bancário, comercial, industrial e fiscal, registros acadêmicos, contratos com cláusulas de confidencialidade sobre questões consideradas estratégicas para o Estado.	É a informação contida em documentos, arquivos, registros, fotografias, gravações e outras fontes em poder da administração pública que são geralmente acessíveis a todas as pessoas, independentemente de seu meio ou conteúdo, e que foram criados ou obtidos por entidades e órgãos governamentais, empresas privadas ou fundações que administram recursos públicos.

Fonte: Elaboração própria com base em revisão bibliográfica e documentos normativos.

Os conteúdos das informações públicas a serem disponibilizadas ex officio como condição de transparência, sem solicitações, de forma regular e proativa, por meio de diferentes formatos, mídias e plataformas tecnológicas, são: (a) a estrutura, as funções, o orçamento operacional e o investimento do Estado; (b) as informações necessárias para o exercício de outros direitos - por exemplo, aquelas que se referem à satisfação de direitos sociais, como direitos à pensão, à saúde ou à educação; (c) o fornecimento de serviços, benefícios, subsídios ou contratos de qualquer tipo; e (d) o procedimento para a apresentação de reclamações ou consultas, se houver. Essas informações devem ser completas, compreensíveis, em linguagem acessível e atualizadas (Defensoría del Pueblo de Ecuador, 2022, p. 56).

A prestação de contas pública é um mecanismo de gestão governamental transparente que permite que o público seja informado sobre informações organizadas, claras, acessíveis, verdadeiras e completas sobre os atos, atividades administrativas, projetos e investimentos realizados em um período de tempo. Dessa forma, "o orçamento do governo estará sob constante escrutínio, favorecendo o cumprimento da lei, a honestidade e a responsabilidade das instituições e dos funcionários públicos" (García-Silva, 2004, p. 167) , mas também é um meio para que os cidadãos exerçam o controle social, verificando o cumprimento dos objetivos da gestão pública, avaliando a eficácia dos gastos, a relevância dos projetos de investimento ou inovação e a qualidade do trabalho dos funcionários públicos.

Estrutura normativa internacional para o direito de acesso à informação pública

O primeiro precedente normativo para o direito de acesso a informações públicas é a Declaração de Direitos de 1689 emitida pelo Parlamento da Inglaterra, cujo artigo 9 afirmava que "as

liberdades de expressão, discussão e ação no Parlamento não podem ser julgadas ou investigadas por nenhum outro tribunal além do Parlamento" (Parlamento da Inglaterra, 1689, p. 1. 1)) , pois era um espaço de debate sobre assuntos públicos baseado na liberdade de expressão, constituindo, a partir de então, um pensamento libertário que inspirou e sustentou as rebeliões das colônias inglesas na América no final do século XVIII e a Revolução Francesa de 1789 (Climent, 2016, p. 244).

Anos mais tarde, em 1766, o Parlamento sueco redigiu e aprovou a Lei de Liberdade de Imprensa e Direito de Acesso a Registros Públicos por iniciativa de Anders Chydenius, um membro do parlamento pertencente ao estabelecimento eclesiástico, garantindo com esse regulamento a possibilidade de os cidadãos consultarem a maioria dos documentos oficiais das autoridades estatais, dando origem aos princípios de liberdade de informação e disponibilidade pública de documentos.

Na América Latina, o direito de saber, hoje conhecido como direito de acesso à informação pública, remonta a 1888, pois naquele ano a República da Colômbia incorporou em seu Código de Organização Política e Municipal a opção de solicitar documentos públicos aos órgãos governamentais, salvo disposição legal em contrário (Bertoni, 2012) , mas seu desenvolvimento legislativo permaneceu estagnado até que a Finlândia, em 1951, contemplou esse direito em seus regulamentos, seguida pelos Estados Unidos em 1966, pela Dinamarca em 1970 e pelo Canadá em 1982, marcando o início de um processo legislativo de aprovação de leis, somando 127 dos 193 Estados que compõem a ONU, dos quais 24 países fazem parte da América Latina e do Caribe.

De acordo com dados do observatório de acesso à informação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), os únicos países latino-americanos que não possuem uma lei de acesso à informação pública são: Suriname e Bolívia, embora este último país conte com o Decreto Supremo nº 28.168 desde

2005, que visa a "garantir o acesso à informação como um direito fundamental de toda pessoa e a transparência na gestão do Poder Executivo" (Vice-Ministério da Comunicação, 2020).

Em 2010, a Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovou a Lei Modelo Interamericana sobre o Direito de Acesso à Informação Pública como um instrumento jurídico do Sistema Interamericano de Direitos Humanos para garantir o acesso à informação pública em posse, custódia e controle de qualquer autoridade pública ou privada que administre direta ou indiretamente recursos públicos (OEA, 2010). Em 2020, a Assembleia Geral da OEA aprovou ajustes e adições a questões relacionadas a órgãos garantidores, regime de exceções, sujeitos obrigados, transparência ativa, definições, escopo do direito de acesso à informação pública e perspectiva de gênero, dando origem à Lei Modelo Interamericana 2.0 sobre acesso à informação pública como uma ferramenta jurídica para servir de guia para os Estados desenvolverem suas normas internas.

Métodos e materiais

Este estudo adere ao paradigma da hermenêutica jurídica como uma orientação teórico-filosófica de interpretação da natureza jurídica, do alcance, da eficácia e da relevância social do direito de acesso à informação pública, com uma abordagem qualitativa baseada em métodos documentais, exegéticos e comparativos que visam a identificar os propósitos, os significados e a relevância jurídica do marco regulatório que protege esse direito.

Por meio do método documental, foi realizada uma revisão sistemática e rigorosa de 40 documentos, incluindo artigos, livros, teses e relatórios sobre o direito de acesso à informação pública, a partir de uma abordagem de Direitos Humanos, Direito Constitucional e Ciências Tecnológicas, a fim de explicar as inter-relações existentes nos processos de produção, custódia e disseminação de informações sob a custódia do Estado. Using the

exegetical method, we analysed: a) the level of effectiveness of articles 19 of the Universal Declaration of Human Rights, 19 of the International Covenant on Civil and Political Rights, 13 of the Convention on the Rights of the Child and 13 of the American Convention on Human Rights, b) the relevance of the judgments of the Inter-American Court of Human Rights (IACHR) on the cases of Claude Reyes et al. vs. Chile (2006), Gomes Lund et al. ("Guerrilha do Araguaia") vs. Brasil (2010), Escher et al. vs. Brasil (2009) e Flores Bedregal et al. vs. Bolívia (2022), que foram considerados como casos de direitos humanos. Bolívia (2022), que foram identificados por meio de uma revisão sistemática e exaustiva da jurisprudência sobre liberdade de expressão e acesso à informação no período entre 2000 e 2024 no site oficial da Corte, e c) e a importância da base jurídica estabelecida pelo Tribunal Constitucional Plurinacional da Bolívia em 12 sentenças emitidas em relação aos direitos de informação e petição desde 2009, que foram revisadas automaticamente no diário oficial digital desse órgão.

Aplicando o método comparativo, foi realizada uma análise comparativa de 9 constituições e 9 leis dos Estados democráticos da América do Sul para identificar a forma de reconhecimento constitucional do direito à informação, tendo como unidades de análise os tipos de direitos reconhecidos, restrições, objetivo, direito legal protegido, órgão garantidor e portal de transparência.

Resultados e discussão

Eficácia jurídica dos tratados internacionais em relação ao direito à informação

A aplicação obrigatória de tratados e convenções internacionais no Estado Plurinacional da Bolívia depende da ratificação pela Assembleia Legislativa, de acordo com o artigo 13, parágrafo IV, da Constituição, e seu nível de eficácia na proteção dos

direitos humanos, em particular o direito à informação, é explicado na tabela a seguir:

Tabela 3: Direitos protegidos e eficácia normativa

Convenção e/ou Declaração	Direitos protegidos	Nível de eficácia
Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Art. 19	Direito à informação e divulgação.	Os direitos e liberdades contidos nos 30 artigos são referências ideais a tratados, convenções, declarações e protocolos.
Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966-1976), Art. 19	Direito à informação e divulgação	Obrigatório após a ratificação pelo órgão legislativo de cada Estado e o Comitê de Direitos Humanos recebe relatórios periódicos.
Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), Art. 13	Direito à informação e divulgação	Obrigatório após a ratificação pelo órgão legislativo de cada Estado.
Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969), Art. 13	Direito à informação e à disseminação de ideias Direito à não censura de informações	Tem caráter convencional e obrigatório para os Estados membros da OEA.

Fonte: Compilação baseada na legislação internacional de direitos humanos.

O caráter projetivo dos tratados e convenções internacionais analisados, que contemplam a informação como um direito do

cidadão de exercício individual e coletivo, reafirma sua relevância e importância em um cenário complexo, diversificado e tecnologizado da sociedade pós-moderna, constituindo uma inspiração filosófica e um suporte normativo para sua ampla aplicação em nível local e global em uma relação de interdependência com as tecnologias digitais e as Ciências Tecnológicas, como a Cibernética, a Ciência da Computação, as Telecomunicações, a Telemática, a Informática e a Tecnologia da Informação, Informática, Telecomunicações, Telemática, Eletrônica, Teoria Matemática da Informação e Inteligência Artificial, vindo a configurar um sistema de informação global automatizado composto por mídias interativas, plataformas de comunicação digital e redes sociais virtuais condicionadas por algoritmos, como expressam Byun-Chul Han (2022), Cecilia Danesi (2022) e (Labate & Arrueta,)Arrueta, 2017) .

Análise constitucional comparativa do direito à informação

O direito de acesso à informação pública é reconhecido nos sistemas de direitos humanos americano, europeu e africano, nos tratados internacionais de direitos humanos, na Lei Modelo Interamericana de Acesso à Informação Pública 2010-2020 e nas normas constitucionais dos Estados democráticos, constituindo um amplo guarda-chuva normativo destinado a salvaguardar e proteger sua aplicação como um direito fundamental do cidadão, autônomo em sua aplicação.

Tabela 4: Análise comparativa do direito à informação pública nas Constituições dos Estados sul-americanos dos Estados sul-americanos

Constituição e país	Reconhecimento constitucional do direito à informação	Exceções e/ou restrições
Constituição Política da Costa Rica (1949, atualizada em 2009), disponível em: https://bit.ly/4clXqwj	O artigo 27 garante a liberdade de petição e o artigo 30 garante o livre acesso a informações de interesse público.	Segredos de Estado. Direito à privacidade e ao sigilo das comunicações.
Political Constitution of the Co-operative Republic of Guyana (1980), disponível em: https://bit.ly/3YIPnGO .	Art. 146, 1 reconhece a liberdade de informação sem interferência como parte do direito à liberdade de expressão.	Defesa da segurança pública, da ordem pública, da moral pública ou da saúde pública. Direito à privacidade, intimidade, honra e imagem.
Constituição da República do Chile (1980, atualizada em 2024), disponível em: https://bit.ly/3WYpx06 .	O art. 8 indica que os atos e resoluções dos órgãos do Estado são públicos, bem como seus fundamentos e os procedimentos que utilizam.	A publicidade que afeta o cumprimento das funções dos órgãos públicos, os direitos à privacidade dos indivíduos e a segurança ou o interesse nacional.
Constituição Política da República do Suriname (1987, atualizada em 1992), disponível em: https://bit.ly/4cp7JzZ .	O art. 19 reconhece a liberdade de imprensa como um mecanismo para a disseminação de informações e o art. 22	Para proteger a ordem, a segurança, a saúde e a moral públicas, o uso desse direito pode

	prevê o direito de petição.	estar sujeito a limitações por lei.
Constituição Política da República Federativa do Brasil (1988, 1994 e 1992), disponível em: https://bit.ly/3YFAq8p	Nos Arts. 5-XIV, XXXIII, LXXII, 37 parágrafo 3, II, 93 IX e 163 reconhece: o direito à informação pública, dados contábeis, orçamentários e fiscais dos brasileiros, proteção do sigilo da fonte, acesso dos usuários a registros administrativos e atos do governo e todos os julgamentos dos órgãos do Judiciário serão públicos.	Segurança da sociedade e do Estado. Preservação do direito à privacidade dos réus.
Constituição Política da Colômbia (1991, atualizada em 2015), disponível em: https://bit.ly/4eS8ItX	O art. 20 garante a todos a liberdade de informar e receber informações verdadeiras e imparciais.	Ele não estabelece restrições, mas apenas se refere à responsabilidade social da mídia.
Constitución Política de la República del Paraguay (1992), disponível em: https://bit.ly/4eU7QVY	Art. 28. Reconhece o direito do povo de receber informações verdadeiras, responsáveis e imparciais. As fontes públicas de informação são gratuitas para todos. A lei regulará as modalidades, os prazos	Responsabilidade no manuseio da informação.

	e as sanções correspondentes, a fim de tornar esse direito efetivo.	
Constituição Política do Peru (1993), disponível em: https://bit.ly/3ZS6tmk	O artigo 2, parágrafo 4, reconhece a liberdade de informação e o parágrafo 5 prevê o direito de solicitar informações e recebê-las de qualquer órgão público.	Informações que afetem a privacidade pessoal e informações expressamente excluídas por lei ou por motivos de segurança nacional. O sigilo bancário e o sigilo fiscal são reconhecidos e só podem ser suspensos mediante solicitação de uma autoridade competente.
Constituição da Nação da Argentina (1994), disponível em: https://bit.ly/3yws7RP	O artigo 38 reconhece o acesso dos partidos políticos às informações públicas e à disseminação de suas ideias, o artigo 41 protege o direito à informação dos cidadãos argentinos, o artigo 42 reconhece o direito à informação adequada e verdadeira dos consumidores e usuários de bens e	Registros privados e secretos.

	serviços e o artigo 43 protege o sigilo das fontes de informação jornalística.	
Constituição da República Bolivariana da Venezuela (1999), disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_venezuela.pdf .	O artigo 28 estabelece que toda pessoa tem direito de acesso a informações e dados sobre si mesma ou sobre seus bens contidos em registros oficiais ou privados, bem como acesso a documentos de qualquer natureza que contenham informações cujo conhecimento seja de interesse de comunidades ou grupos de pessoas e, de acordo com o artigo 58, toda pessoa tem direito a informações oportunas, verdadeiras e imparciais, sem censura.	O sigilo das fontes de informação jornalística. Exceções estabelecidas por lei. Direito à privacidade e à intimidade.
Constituição da República Oriental do Uruguai (2004), disponível em: https://bit.ly/3NiR0UA .	O art. 29 contempla o direito à comunicação para todas as pessoas e, por meio dele, reconhece implicitamente o direito à informação.	Responsabilidade do autor, impressor ou emissor.
Constituição da República do Equador	O art. 18 estabelece que todas as pessoas,	As informações somente serão

(2008), disponível em: https://bit.ly/4gSF9u2	individual ou coletivamente, têm o direito de: Buscar, receber, trocar, produzir e divulgar informações verdadeiras, verificadas, oportunas, contextualizadas, plurais, sem censura prévia sobre fatos, eventos e processos de interesse geral e com responsabilidade posterior. Eles também têm o direito de acessar livremente as informações geradas em entidades públicas ou privadas que administram fundos estatais ou desempenham funções públicas. Em casos de violações de direitos humanos, nenhum órgão público deve reter informações.	retidas nos casos expressamente estabelecidos por lei.
Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia (2009), disponível em: https://bit.ly/4eT5mXC	O artigo 21, parágrafo 6, reconhece o direito dos bolivianos de acessar, interpretar, analisar e comunicar informações livremente, individual ou coletivamente.	Ele não prevê restrições, exceções ou responsabilidades precisas.

	O artigo 24 reconhece o direito de petição individual ou coletiva, com identificação prévia do peticionário.	
--	--	--

Fonte: Compilação baseada em uma análise das constituições de nove estados sul-americanos.

Como pode ser visto na análise comparativa das normas constitucionais, o direito legal protegido é o direito de acesso à informação em geral e à informação pública em particular, que garante transparência e responsabilidade pública, participação do cidadão, liberdade de opinião, expressão e imprensa, controle social, probidade administrativa, responsabilidade social, acessibilidade a dados eletrônicos, direito de resposta pública e consolidação da democracia. Em suma, é a essência da transparência na gestão pública em oposição ao sigilo como mecanismo de controle político-administrativo.

No exercício desse direito, há limitações, restrições e responsabilidades, no caso de informações privadas ou íntimas, segredos de Estado, segurança pública, publicidade que afete o cumprimento das funções dos órgãos públicos, sigilo bancário, industrial, científico, tecnológico e fiscal. Essa realidade demonstra que não se trata de um direito absoluto e que somente em casos de violação dos direitos humanos fundamentais os órgãos públicos podem se recusar a fornecê-la de forma oportuna e completa. Deve-se observar que as Constituições Políticas da Colômbia e da República do Paraguai não contemplam restrições específicas, mas apenas se referem à responsabilidade social na administração de informações, seja em nível pessoal ou institucional ou por meio da mídia.

Um direito contributivo para o pleno exercício do direito de acesso à informação pública é o direito de petição, que está

expressamente previsto nas Constituições da Costa Rica, Suriname e Bolívia. Em caso de divulgação e fornecimento de informações falsas, enganosas, distorcidas ou ambíguas, as pessoas físicas e jurídicas afetadas podem ativar o direito de retificação para exigir sua correção nas mesmas condições em que foram publicadas.

Análise das leis sobre o direito de acesso a informações públicas na América do Sul

Até o momento, há dois países sul-americanos, Bolívia e Suriname, que não possuem uma Lei de Acesso a Informações Públicas, demonstrando falta de interesse e compromisso em garantir esse direito, que é de vital importância, não apenas para garantir a transparência na administração pública, mas também para o exercício de outros direitos.

Tabela 5: Natureza jurídica do direito de acesso a informações públicas

Direito	Objeto e/ou objetivo	Direito legal protegido	Órgão garantidor	Portal da transparência
Lei peruana de Transparência e Acesso à Informação Pública (2002)	Promove a transparência dos atos do Estado e regulamenta o direito fundamental de acesso à informação pública, permitindo que os cidadãos conheçam as atividades realizadas pelas	Transparência na administração pública e o direito de acesso à informação pública.	Ouvidoria.	Portal institucional na Internet.

	entidades públicas (art. 1º).			
Lei Orgânica de Transparência e Acesso à Informação Pública do Equador (2004)	Garantir e regular o exercício do direito das pessoas à informação (Art. 1).	Transparência na administração pública, participação cidadã, prestação de contas e proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos.	Defensoria do Povo (Art. 11), por meio de sua Unidade de Transparência e Acesso à Informação Pública.	Site institucional.
Lei de Acesso à Informação Pública República Oriental do Uruguai (2008).	Promover a transparência na função administrativa de todos os órgãos públicos, sejam eles estatais ou não estatais, e garantir o direito fundamental dos indivíduos de acessar informações públicas (Art. 1).	Transparência administrativa dos órgãos públicos e o direito à informação pública.	A Agência para o Desenvolvimento de Governo Eletrônico e da Sociedade da Informação e do Conhecimento (AGESIC) e a Unidade de Acesso à Informação Pública (Art. 2). Unidade de Acesso a Informações Públicas (art. 19).	Sites institucionais oficiais e outros meios de participação.
Lei de Transparência da Função Pública e Acesso à	Regula o princípio da transparência da função pública, o	Transparência na administração pública e o direito de	Conselho de Transparência (Art. 31).	Publicações digitais em sites oficiais.

Informação da Administração do Estado do Chile (2009).	direito de acesso à informação dos órgãos da Administração do Estado, os procedimentos para o exercício do direito e para sua proteção e as exceções à publicidade da informação (art. 1).	acesso às informações públicas.		
Lei de Acesso à Informação da Guiana (2011).	Garantir o direito de acesso à informação pública, promover a transparência nos atos das instituições públicas e facilitar o controle cidadão sobre a gestão pública (Art. 1).	Transparência institucional, acesso à informação e controle do cidadão.	O Comissário de Informações.	Plataformas virtuais oficiais.

Estado do Suriname	Não há Lei de Acesso à Informação Pública.			
Lei de Transparência e Acesso à Informação Pública da Costa Rica (2011).	Promover e garantir a transparência dos funcionários públicos, bem como regular o acesso à informação em poder do Estado, assegurando uma participação cidadã mais crítica e ativa (Art. 1).	Transparência, acesso à informação pública e participação cidadã.	Escritório do Ombudsman.	Portal ou site oficial.
Lei de Acesso à Informação Pública Brasil (2012).	Garantir o direito fundamental de acesso à informação pública, promovendo a transparência na administração pública e facilitando o controle social (Art. 1).	Transparência e responsabilização na gestão pública. O direito à informação pública.	Em nível federal, a Controladoria-Geral da União (CGU).	Portal oficial da web.

Lei de Transparência e Direito de Acesso à Informação Pública Nacional da Colômbia. (2014).	Regula o direito de acesso à informação pública, os procedimentos para o exercício e a garantia do direito e as exceções à divulgação de informações (art. 1).	O direito de acesso à informação pública e o direito à privacidade.	Ministério Público e Procuradoria Geral da República.	Ferramentas eletrônicas e sistemas de informação.
Lei sobre o Direito à Informação Pública na Argentina (2016).	Garantir o exercício efetivo do direito de acesso à informação pública, promover a participação cidadã e a transparência na gestão pública (art. 1).	O direito de acesso à informação pública, a transparência pública e o controle social.	Agência de Acesso à Informação Pública (Art. 19).	Site oficial da rede de computadores.
Estado Plurinacional da Bolívia	Não possui uma Lei de Acesso à Informação e, desde 2005, conta com o Decreto Supremo Nº 28168, que regulamenta o Acesso à Informação Pública no Poder Executivo.			
Lei de Livre Acesso do Cidadão à Informação Pública e Transparência Governamental	Garantir a todas as pessoas o exercício efetivo do direito de acesso à informação	O direito à informação pública.	Escritório de Acesso à Informação Pública.	Não contempla expressamente, apenas indica o dever de publicar.

tal do Paraguai (2015).	pública (Art. 1).			
Lei de Transparência e Acesso à Informação de Interesse Público da República Bolivariana da Venezuela (2021).	Garantir o exercício do direito de acesso à informação de interesse público, como meio de promover a participação ativa do povo na concepção, formulação e monitoramento da administração pública e fortalecer o Estado democrático e social de Direito e Justiça (Art. 1).	Direito de acesso a informações de interesse público.	A Ouvidoria.	Não contemplado.

Fonte: Compilação baseada em uma revisão das leis sobre o direito de acesso à informação pública nos Estados da América do Sul.

Por meio da análise das leis dos Estados sul-americanos, pode-se observar que o valor jurídico protegido é a transparência administrativa dos órgãos públicos, que têm a obrigação de fornecer as informações existentes sob sua custódia para tornar transparentes suas ações, decisões e a implementação de políticas públicas em

relação direta com os cidadãos como beneficiários da gestão pública em todos os níveis e instâncias de governo.

O escopo de cobertura do direito de acesso à informação pública inclui todos os documentos, registros, dados, contratos, acordos, arquivos, resoluções, relatórios, atas e qualquer tipo de informação obtida, produzida, adquirida, processada e guardada por instituições públicas e órgãos privados que administram o capital do Estado como sujeitos obrigados a publicá-la e fornecê-la em resposta a exigências individuais e coletivas. A informação pode ser expressa em qualquer formato, suporte e dispositivo tecnológico, físico ou digital, mas que não seja legalmente classificada como secreta, reservada ou confidencial.

Os sujeitos envolvidos no exercício desse direito são legalmente denominados ativos e passivos. Os primeiros são constituídos por pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, e os segundos são todos os órgãos, entidades, instituições, autoridades e servidores públicos dos poderes públicos nacionais, regionais, departamentais, municipais e indígenas, incluindo empresas privadas e diversas organizações sociais que administram recursos econômicos ou bens públicos.

De acordo com os princípios doutrinários e constitucionais, o exercício individual e coletivo do direito de acesso à informação deve ser garantido sem a necessidade de provar qualquer interesse legal ou justificar seu uso, pois é um direito fundamental inerente ao indivíduo como tal, independentemente de suas condições, circunstâncias e preferências. No entanto, a análise jurídica comparativa mostra que a Lei de Transparência do Serviço Público e Acesso à Informação da Administração do Estado do Chile prevê a apresentação de uma solicitação formal com a justificativa e o credenciamento do interesse legal, concedendo também ao sujeito passivo o poder de avaliar a solicitação para determinar se a concede ou nega. Isso constitui uma barreira regulatória que deve ser modificada para harmonizar o procedimento de solicitação de

informações que não estejam disponíveis digitalmente por meio de plataformas virtuais em aplicação do princípio da transparência ativa.

Em aplicação das disposições da Lei Modelo Interamericana 2.0 sobre Acesso à Informação Pública, todas as leis dos Estados sul-americanos preveem um órgão garantidor encarregado de promover, garantir e monitorar o fiel cumprimento das disposições legais, bem como impor sanções administrativas por descumprimento de deveres, recusa ou impedimento no exercício desse direito.

Em relação interdependente com o desenvolvimento tecnológico e o uso massivo da Internet na administração pública, quase todas as leis analisadas levam em consideração os sites institucionais oficiais como mecanismos de transparência ativa e publicidade para disponibilizar informações públicas completas, precisas e desagregadas, que podem ser acessadas on-line por qualquer pessoa sem barreiras geográficas ou de tempo, satisfazendo as necessidades de informação e garantindo a prática pública de transparência na administração pública.

Em caso de recusa de resposta a solicitações de informações públicas, há um procedimento administrativo a ser aplicado, que concede à pessoa ou organização afetada o poder de apresentar um recurso de revogação perante a autoridade pública que negou ou obstruiu o acesso a informações públicas e de apresentar um recurso hierárquico perante o órgão garantidor dentro dos prazos estabelecidos na norma legal em vigor. Essas instâncias devem emitir uma resolução fundamentada justificando sua posição, pois o ônus da prova recai sobre a autoridade pública, que tem o dever de demonstrar que a informação solicitada está sujeita a restrições legais expressamente estabelecidas em normas internacionais e nacionais, explicando também que sua divulgação poderia causar danos materiais e imateriais ao Estado e ao interesse social que promove o bem comum.

Tendo esgotado a instância administrativa e com a omissão de resposta ou com a negação expressa da informação pública solicitada, a pessoa ou organização afetada poderá apresentar um recurso judicial perante o tribunal competente, seguindo o procedimento estabelecido para esse fim nas leis de acesso à informação pública dos Estados democráticos da América do Sul. No caso do Estado Plurinacional da Bolívia, uma ação de proteção constitucional pode ser apresentada de acordo com os artigos 128 e 129 do CPE e levando em consideração as disposições dos artigos 51, 52, 53, 54, 55, 56 e 57 da Lei nº 254 do Código Processual Constitucional.

Análise da jurisprudência sobre o direito à informação na CIDH

A CIDH foi o primeiro órgão do sistema interamericano a reconhecer e proteger o direito de acesso à informação pública por meio de uma interpretação ampla e extensiva do direito à liberdade de pensamento e expressão contemplado no artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, estabelecendo uma linha de jurisprudência, conforme pode ser corroborado na ficha técnica apresentada na tabela abaixo:

Tabela 6: Ficha informativa sobre as decisões da CIDH relacionadas ao direito à informação pública com o direito à informação pública	
Caso Claude Reyes et al. v. Chile, de 19 de setembro de 2006.	A CIDH determinou que o Chile violou o direito à liberdade de pensamento e expressão (art. 13), o direito às garantias judiciais (art. 8.1) e o direito à proteção judicial (art. 25) consagrados na Convenção Americana sobre Direitos Humanos ao se recusar a fornecer informações sobre o projeto de industrialização florestal, que, devido ao seu impacto ambiental e à participação do Estado, é de interesse público e deve ser

	fornecido sem a necessidade de provar um interesse direto.
Caso Escher et al. v. Brasil de 2009	A CIDH determinou que o Estado do Brasil violou os direitos à privacidade, à honra, à reputação e à liberdade de associação de Arlei José Escher, Dalton Luciano de Vargas, Delfino José Becker, Pedro Alves Cabral e Celso Aghinoni ao interceptar, gravar e divulgar suas conversas telefônicas.
Gomes Lund et al. v. Brasil, caso de 24 de novembro de 2010	A Corte decidiu que os parentes mais próximos de membros da Guerrilha do Araguaia no Brasil tinham o direito de acessar informações sobre seus parentes . A Corte ordenou que o Estado do Brasil tipificasse os desaparecimentos forçados como crime e considerou que a Lei de Anistia era incompatível com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
Caso Flores Bedregal e outros v. Bolívia de 2022	A CIDH considerou o Estado boliviano responsável pelo desaparecimento forçado de Juan Carlos Flores Bedregal, pela violação das garantias judiciais e da proteção judicial, pela violação dos direitos de acesso à informação e das garantias judiciais, pela violação do direito à integridade pessoal e pela violação do direito de associação e dos direitos políticos.

Fonte: Compilação baseada em (Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2006) , (2009), (2010) e (2022).

Na sentença do Caso Claude Reyes et al. vs. Chile, proferida pela CIDH em 2006, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) decidiu que o direito de associação e os direitos políticos são direitos fundamentais. Chile, proferida pela CIDH em 2006, pela primeira vez, foi feita uma interpretação ampla e extensiva do artigo 13, parágrafo 1, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, por considerar que, ao garantir o direito de "buscar e receber

informação", a Convenção, em conformidade com o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, protege o direito de toda pessoa de "buscar e receber informação", protege o direito de toda pessoa de solicitar acesso a informações sob o controle do Estado, ou seja, de receber informações públicas, uma ação que também implica a obrigação do Estado de publicá-las, divulgá-las e fornecê-las sem a necessidade de o solicitante comprovar um interesse legal.

Na nomenclatura constitucional, representa uma sentença fundadora de uma linha jurisprudencial que reconhece, desenvolve e salvaguarda o direito de acesso à informação pública detida pelo Estado como um direito fundamental autônomo de caráter universal de exercício individual e coletivo. Seu valor jurídico reside em sua exigibilidade pelos cidadãos e na obrigatoriedade de seu cumprimento pelos órgãos estatais, que são obrigados a orientar suas ações pelos princípios de máxima divulgação de informações, transparência administrativa e publicidade dos atos governamentais. Da mesma forma, a sentença estabelece como condição para viabilizar seu exercício a capacitação de órgãos, autoridades e agentes públicos, um aspecto estratégico do nível operacional de geração, custódia e disponibilização de informações por meios adequados, incluindo plataformas digitais institucionais.

A sentença no "Caso Escher et al. v. Brasil" afirma que as conversas telefônicas, independentemente de seu conteúdo, são formas de comunicação incluídas no âmbito de proteção da vida privada de toda pessoa e deixa claro que os direitos à vida privada, à honra e à reputação estão protegidos no artigo 11, parágrafos 1 e 2 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que afirma que "toda pessoa tem direito ao respeito de sua honra e ao reconhecimento de sua dignidade. Ninguém deve ser submetido a interferências arbitrárias ou abusivas em sua privacidade, família, domicílio ou correspondência, nem a ataques ilegais à sua honra e reputação".

Essa proteção representa um limite ao exercício do poder público-político do Estado e ao exercício irrestrito do direito à informação, fortalecendo a proteção jurisprudencial do direito à privacidade dos indivíduos diante dos vários riscos de sua violação, especialmente em um contexto em que a comunicação digital é alimentada pelo alto tráfego de informações e é condicionada pela vigilância digital maciça, pelo comportamento automatizado de dados e pela dinâmica narrativa em que é difícil distinguir entre o privado e o público.

O valor legal, jurisprudencial e histórico do caso *Gomes Lund et al. Brasil*, reside na determinação precisa de que, em casos de violações de direitos humanos, o Estado não pode reter informações, fazê-las desaparecer, destruí-las ou se recusar a fornecê-las com base na confidencialidade do Estado por razões de segurança nacional ou interesse público, mesmo que essa restrição esteja contemplada no artigo 13, parágrafo 2, alínea b) da Convenção, porque esse limite não pode ser usado como pretexto para encobrir violações de direitos humanos, impedir a investigação judicial e punir os responsáveis.

A sentença da CIDH no caso *Flores Bedregal e outros v. Bolívia* reafirmou a jurisprudência interamericana sobre a proteção da informação pública como um direito fundamental autônomo dos cidadãos de natureza reforçada quando se trata de fatos que afetam a dignidade humana e os valores democráticos. De acordo com os critérios da Corte, sua titularidade corresponde a cada pessoa em um Estado, incluindo os arquivos dos órgãos de segurança, militares e policiais. Isso implica que, para obtê-los, não é necessário provar um interesse legal, nem é obrigatório demonstrar uma afetação pessoal direta ou indireta para obtê-los.

Análise de decisões constitucionais sobre o direito de acesso a informações públicas na Bolívia

Por meio de uma revisão automatizada do diário oficial digital da jurisprudência do Tribunal Constitucional, desde a entrada em vigor da Constituição Política de 2009, foram identificadas 8 sentenças constitucionais referentes ao direito à informação e ao direito de petição ao mesmo tempo, e 4 que tratam exclusivamente do direito de acesso à informação pública. Foram analisados 12 acórdãos, levando em conta os fatos relevantes que motivaram a ação de proteção constitucional, os direitos violados, os fundamentos jurídicos do TCP e a resolução emitida, dos quais, em 3 deles, a proteção foi concedida, em 5 foi negada e em 4 o direito de petição foi protegido diretamente sem levar em conta o direito à informação solicitado pelos demandantes.

O direito de acesso à informação reconhecido no artigo 21, parágrafo 6 da Constituição Boliviana e até agora protegido pelo TCP em três sentenças constitucionais, faz parte do direito à liberdade de pensamento e expressão contemplado no artigo 13, parágrafo 1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de acordo com uma interpretação extensiva feita pela CIDH no caso *Claude Reyes et al. v. Chile* em 2006, que representa o direito de acesso à informação no caso *Claude Reyes et al. v. Chile*. Chile em 2006, que representa o início de uma linha de jurisprudência aplicada no Sistema Americano de Direitos Humanos para garantir o pleno exercício e a restituição desse direito em casos de violação.

A relevância jurídica dos fundamentos legais estabelecidos pelo TCP nas sentenças analisadas reside em: a) no reconhecimento do acesso à informação pública sob controle do Estado, como um direito fundamental autônomo, que assiste a qualquer pessoa física ou jurídica, independentemente de suas características pessoais, solicitar informações sem a necessidade de comprovar interesse jurídico ou justificar eventuais danos em caso de eventual recusa; b) na necessidade institucional de transparência ativa por meio da

disponibilização de toda a documentação oriunda de sua administração, que não seja classificada como restrita, por meio de seus sites oficiais ou outros mecanismos físicos acessíveis e c) no desenvolvimento de uma linha jurisprudencial dos pressupostos de satisfação do direito à informação que são: disponibilizar a informação solicitada, justificar as razões de sua recusa com base em motivos de restrição e comprovar sua inexistência, embora, neste último requisito, haja jurisprudência constitucional que obrigue o Estado a produzi-la.

Conclusões

Por meio da análise de 40 documentos, entre livros, artigos e teses sobre o direito de acesso à informação pública, percebe-se que, nos Estados da América do Sul, ainda é escassa a abordagem teórica como um direito fundamental, autônomo e indispensável para o fortalecimento da democracia, a aplicação do governo aberto e o pleno exercício dos direitos humanos na era digital.

Como resultado da revisão exegética e hermenêutica dos tratados internacionais de direitos humanos e das sentenças da CIDH, fica evidente que o direito à informação emerge do direito à liberdade de pensamento e de expressão, estabelecendo uma linha jurisprudencial que visa a resguardar sua proteção, ampliando seu alcance como ferramenta indispensável para a compreensão, caracterização, análise e explicação dos múltiplos processos políticos, culturais, sociais, econômicos, educacionais, científicos e tecnológicos.

De acordo com a CIDH, os funcionários públicos, incluindo policiais e militares encarregados da geração, custódia e disseminação de informações em poder do Estado, devem receber treinamento sobre a natureza jurídica e a importância do direito de acesso à informação pública, a fim de restringir as práticas da cultura do segredo e ampliar a validade da transparência institucional.

Na Bolívia, apesar da inexistência de uma Lei de Acesso à Informação Pública, a justiça constitucional está começando a estabelecer as bases de uma jurisprudência para garantir a proteção do direito de acesso à informação pública para todas as pessoas, sem a necessidade de comprovar interesse jurídico ou justificar os danos decorrentes de uma possível recusa.

Quanto aos limites, a CIDH, por meio da sentença Escher et al. v. Brasil, destacou a obrigação positiva do Estado de proteger a vida privada e a privacidade dos indivíduos contra a interferência estatal arbitrária ou abusiva, mesmo quando proveniente de particulares, estabelecendo indicadores de necessidade, legalidade e proporcionalidade para justificar a interceptação de comunicações, especialmente no contexto das redes digitais que borram as fronteiras entre os espaços público e privado.

Referências

Abdala, M. (1995). El Mundo Digital de Nicolás Negroponte. Obtenido de <https://users.dcc.uchile.cl/~cguiter/cursos/INV/serDigital.pdf>

Aguilar, F. (2011). Reflexiones filosóficas sobre las tecnologías y sus nuevos escenarios. (E. Universidad Politécnica Salesiana Cuenca, Ed.) Redalyc(11), 123-174. Recuperado el 8 de julio de 2021, de <https://www.redalyc.org/pdf/4418/441846104007.pdf>

Aguilar, F. d., & Chamba, A. P. (2019). Reflexiones sobre la filosofía de la tecnología en los procesos educativos. (U. P. Ecuador., Ed.) Revista Conrado, 109-119. Obtenido de <http://conrado.ucf.edu.cu/index.php/conrado>

Alonso, J. (2001). Los Señores del Aire: Telépolis y el Tercer Entorno. Desacatos, 1994-199. Obtenido de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=13900612>

Aznar, H. (1999). Comunicación responsable. Deontología y autorregulación de los medios. Barcelona, España: Ariel.

Bertoni, E. (29 de julio de 2012). Acceso a la información en Colombia: 124 años después. (U. d. Facultad de Derecho, Ed.) EL TIEMPO.COM. Obtenido de <https://www.palermo.edu/cele/cele-en-los-medios/acceso-a-la-informacion-colombia.html>

Carreño, Samdoval, & Durán. (2018). Sistema Integral para la gestión de información académica en educación superior. Tecnología Educativa Revista CONAIC, Volumen V(Número 2). Recuperado el 26 de Agosto de 2021, de https://conaic.net/revista/publicaciones/Vol_V_Num2_MayAgo_2018/Articulo7.pdf

Castells, M. (2006). La era de la información: economía, sociedad y cultura. Madrid: Alianza. Obtenido de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=165968>

Charry, C. A. (2009). La ciudad en la era posindustrial: Un ensayo exploratorio a cerca de las dinámicas de exclusión social en tres contextos urbanos del mundo contemporáneo. Análisis político, 81-99. Obtenido de <https://revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/45912/47475>

Clery, A. G. (2015). Acceso a la información pública. Obtenido de <https://bit.ly/4l7CE84>

Climent, J. A. (2016). Análisis de los orígenes de la libertad de expresión como explicación de su actual configuración como garantía Constitucional. Rev. boliv. de derecho, 236-253. Recuperado

el 27 de Marzo de 2023, de
http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2070-81572016000200011

Corte Interamericana de Derechos Humanos. (19 de Septiembre de 2006). Caso Claude Reyes y otros Vs. Chile. Obtenido de https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_151_esp.pdf

Danesi, C. (2022). El Imperio de los Algoritmos. Buenos Aires: Arcangel Maggio.

Darbishire, H. (1994). Libertad de expresión, libertad primordial. Correo de la UNESCO, 18-22. Recuperado el 26 de Marzo de 2023, de https://www.perio.unlp.edu.ar/catedras/ecal/wp-content/uploads/sites/138/2020/05/darbishire_helen._libertad_de_expresion_libertad_primordial.pdf

Defensoría del Pueblo de Ecuador. (2022). Soporte teórico del derecho humano al acceso a la información pública. Obtenido de <https://repositorio.dpe.gob.ec/bitstream/39000/3365/1/DEPE-DPE-187-2022.pdf>

Díaz, J. (2012). Análisis histórico sobre la Sociedad de Información y Conocimiento. Praxis & Saber, Vol. 3. (Núm. 5), Pág. 167 - 186.

EEN. (2021). Gobierno Abierto y Transparencia. Obtenido de <https://bit.ly/4mmZrxR>

Farioli, M. I. (Septiembre de 2014). La transparencia y el derecho al acceso a la información pública en Argentina. (U. N. Litoral, Ed.) Recuperado el 26 de Agosto de 2021, de <https://bit.ly/3JdsDZK>

Fernández, R. A. (2012). Ontología y Deontología de los medios de comunicación social. Correspondencias & Análisis. Recuperado el 10 de Octubre de 2021, de <file:///C:/Users/PREDATOR/Downloads/Dialnet-OntologiaYDeontologiaEnLosMediosDeComunicacionSoci-4333897.pdf>

Flores, J. (2018). Algoritmos, aplicaciones y Big data, nuevos paradigmas en el proceso de comunicación y de enseñanza-aprendizaje del periodismo de datos. *Revista de Comunicación*, 268-291. Obtenido de <http://www.scielo.org.pe/pdf/rcudep/v17n2/a13v17n2.pdf>

García-Silva, B. (2004). Instituciones y servidores públicos responsables: Transparencia y rendición de cuentas en la gestión pública. *Sexto Certamen de Ensayo Político*, 167-175. Obtenido de https://portalanterior.ieepcnl.mx/educacion/certamen_ensayo/sexta/BetzaidaGarcia.pdf

Gómez, A. (2013). El derecho de la información como marco general de la libertad de expresión de los periodistas. *Punto Cero*, 33-50. Obtenido de <http://www.scielo.org.bo/pdf/rpc/v18n26/v18n26a05.pdf>

Gómez, D., Márquez, J. C., & Martínez, J. A. (2019). Herramientas de empoderamiento ciudadano para la sostenibilidad urbana. Colombia: Ediciones EAN. Obtenido de <file:///C:/Users/DELL/Desktop/empoderamiento-ciudadano-para-la-sostenibilidad-urbana.pdf>

Gómez, P. (2009). Libertad de expresión: protección y responsabilidad. Quito-Ecuador: Quipues. Obtenido de <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/551>

Han, B.-C. (2021). Infocracia. La digitalización y la crisis de la democracia. Colombia: Somos S.A.

Islas, O. (2014). 50 años de comprender los medios de comunicación. Las extensiones del hombre de Marshall McLuhan.

Jara C., E. (2008). La relación entre el Humanismo y la Tecnología, una aproximación al tema desde la Filosofía de la Tecnología. (U. N. Rica, Ed.) Recuperado el 5 de Julio de 2021, de <http://hdl.handle.net/11056/14935>

Labate, C., & Arrueta, C. (2017). La Comunicaicón Digital. Jujuy-Arentina: Fadeccos.

Landa, C. (2017). Los derechos fundamentales. Lima-Perú: Pontificia Universidad Católica del Perú. Obtenido de <https://repositorio.pucp.edu.pe/index/bitstream/handle/123456789/170363/Los%20derechos%20fundamentales.pdf>

López, R. (1998). Crítica de la teoría de la información. Cinta de Moebio: Revista de Epistemología de Ciencias Sociales, 24-30. Recuperado el 2 de febrero de 2021, de <https://www.moebio.uchile.cl/03/frprin01.html>

Mcluhan, M., & Powers, B. R. (2015). La Aldea Global. España: Gedisa. Obtenido de https://www.google.com.bo/books/edition/La_aldea_global/S6L7DwAAQBAJ?hl=es&gbpv=1&printsec=frontcover

Medranda, N. J. (2017). Calidad y transparencia de la información y comunicación que se emite a través de las páginas web de los municipios: Comparación de caso Ecuador y España. Recuperado el

26 de Agosto de 2021, de
file:///D:/DERECHO%20DE%20ACCESO%20A%20INFORMACI%C3%
93N/EL%20DERECHO%20A%20LA%20INFORMACI%C3%93N%20EN
%20LA%20CIENCIA%20POL%C3%8DTICA/Calidad%20y%20transpa
rencia%20de%20informaci%C3%B3n%20difundada%20en%20p%C
3%A1ginas%20web%20de%20municipios.pdf

Navarro, F. (2000). Comunicación responsable. Deontología y autorregulación de los medios de Hugo Aznar. (E. Universidad de Sevilla, Ed.) AMBITOS, Revista Andaluza de Comunicación, 350. Obtenido de Disponible en: <https://www.redalyc.org/pdf/168/16800521.pdf>

OEA. (2010). Ley Modelo Interamericana sobre el Derecho de Acceso a la Información Pública y su Guía de Implementación. Obtenido de https://www.oas.org/es/sla/ddi/docs/acceso_ley_modelo_libro_espanol.pdf

Orihuela, J. L. (2021). Culturas Digitales. Navarra: Ediciones Eunate. Obtenido de <https://www.amazon.com/-/es/Jos%C3%A9-Luis-Orihuela/dp/8477684243>

Orihuela, J. L. (2021). Culturas Digitales. Panplona: Ediciones Eunate. Parlamento de Inglaterra. (13 de Febrero de 1689). Declaración de Derechos ("Bill of Rights"). Recuperado el 12 de Noviembre de 2022, de <http://www.ub.edu/ciudadania/hipertexto/evolucion/textos/gb4.htm>

Pinho De Oliveira, M. F. (2020). Gobierno Abierto y Participación Ciudadana. Algunas normas necesarias en Venezuela. Derecho Global. Estudios sobre Derecho y Justicia, V(15), 63 - 88. Obtenido

de <http://www.scielo.org.mx/pdf/dgedj/v5n15/2448-5136-dgedj-5-15-63.pdf>

Postman, N. (1994). *Tecnópolis: La rendición de la cultura a la tecnología*. (V. Campos González, Trad.) Barcelona, España: Circulo de Lectores.

Restrepo, D. (2006). ¿Qué esperar de la Autorregulación? En A. d. Calandria, *Autorregulación Ya* (pág. 149). Perú: Open Society Institute & Soros Foundations Network.

Rivoir, A. L. (2019). *Tecnologías Digitales. Miradas críticas de la apropiación en América Latina* (Primera, libro digital PDF online ed.). (CLACSO, Ed.) Buenos Ailes-Argentina. Recuperado el 8 de junio de 2021, de www.clacso.org

Rodríguez, X. R., & Algarra, M. M. (2008). Medios y democracia: La Teoría de la Responsabilidad Social. *Revista de Comunicación*, 154-166. Recuperado el 15 de Setiembre de 2021, de <file:///C:/Users/PREDATOR/Downloads/Dialnet-MediosYDemocracia-3870853.pdf>

Salvat, G., & Serrano, V. (2011). *La Revolución Digital y la Sociedad de la Información*. Madrid, España: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones. Obtenido de file:///C:/Users/PREDATOR/Downloads/LIBRO_REVDIGITAL1-36.pdf

Sánchez, E. (2005). Actualidad del Informe MacBride, a 25 años de su publicación. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*. Recuperado el 17 de Julio de 2023, de https://www.researchgate.net/profile/Enrique-Sanchez-Ruiz/publication/27393507_Actualidad_del_Informe_MacBride_a_25

_anos_de_su_publicacion/links/53f531ee0cf2fceacc6f3df2/Actualidad-del-Informe-MacBride-a-25-anos-de-su-publicacion.pdf

Sartori, G. (1998). Homo Videns. La sociedad teledirigida. Buenos Aires, Argentina: Santillana S. A.

Siles, i. (2007). Cibernética y sociedad de la información: El retorno de un sueño eterno. (P. U. Javeriana, Ed.) Signo y Pensamiento, 50(xxvi), 84-99. Obtenido de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86005007>

Silva, F. (2011). El derecho a la información pública en la jurisprudencia constitucional. ¿Un derecho fundamental incómodo? Cuestiones Constitucionales(24). Recuperado el 10 de Julio de 2021, de <http://www.scielo.org.mx/pdf/cconst/n24/n24a9.pdf>

Soto, M. (2017). El rol del gobierno electrónico en el derecho a la información. Obtenido de <https://eprints.ucm.es/id/eprint/40874/1/T38285.pdf>

Van Dijck, J. (2016). La cultura de la conectividad: Una historia crítica de las redes sociales. Buenos Aires: Siglo Veintiuno. Recuperado el 26 de Julio de 2021, de https://drive.google.com/file/d/1lUq65R8gpPA_NnZ1fb7d3ap8WQDHN7I5/view?fbclid=IwAR0Z_VOVBwDwzP1INL8mBjDs3ykpigPtlyGw7xpV-eBEtqPCgY1V5m8qhMI

Viceministerio de Comunicación. (2020). Decreto Supremo N° 28168 Acceso a la Información. Obtenido de <https://www.comunicacion.gob.bo/?q=20130725/decreto-supremo-n%C2%BA-28168-acceso-la-informacion>

Vidal, M. J., & Araña, A. B. (2012). Gestión de la información y el conocimiento. *Revista Cubana de Educación Médica Superior*, 474-484. Obtenido de http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0864-21412012000300013

Villanueva, E. (2003). *Derecho de la Información, conceptos básicos*. Quito, Ecuador: Editorial Quipus-CIESPAL.

O DIREITO À INFORMAÇÃO: perspectivas da transparência e prestação de contas nos tempos da Quarta Transformação

Carlos Manuel Hornelas Pineda

Breve descrição

Análise prospectiva da transparência no México a partir da perspectiva dos diretamente envolvidos: comissionados de transparência, jornalistas e ativistas do direito à informação.

Objetivo geral

Avaliar e compreender a percepção dos diferentes atores sociais sobre o impacto atual da transparência na administração pública mexicana, bem como identificar os desafios que o acesso à informação enfrenta, as reformas necessárias para fortalecer a transparência governamental, as possíveis consequências da eliminação do Instituto Nacional de Transparência, Acesso à

Informação e Proteção de Dados Pessoais (INAI) e os setores mais ativos na solicitação de informação pública.

Perguntas de pesquisa

Qual é a percepção sobre o impacto atual da transparência na administração pública mexicana?

Quais desafios o acesso à informação enfrenta no México?

Que reformas poderiam ser implementadas para fortalecer a transparência governamental?

Quais poderiam ser as consequências da eliminação do INAI?

Quais setores são os mais assíduos na solicitação de informação pública?

Hipóteses

1. A transparência pode ser fortalecida por meio de uma série de reformas voltadas a melhorar o acesso à informação pública.

2. A eliminação do INAI terá consequências negativas no acesso à informação pública.

3. A percepção sobre o impacto atual da transparência na administração pública mexicana é majoritariamente negativa, com um crescente reconhecimento de sua importância para a prestação de contas.

4. A implementação de reformas específicas no marco da Lei de Transparência no México melhorará significativamente o acesso à informação pública e fomentará uma maior participação cidadã.

5. Se o INAI for eliminado, é provável que ocorra um aumento na opacidade governamental e uma diminuição na confiança cidadã em relação às instituições públicas.

6. Os setores que solicitam informação pública com maior frequência, como organizações não governamentais e jornalistas, têm um nível de conhecimento sobre seus direitos de

acesso à informação significativamente mais alto que a média da população em geral.

7. Existem múltiplos desafios que afetam o acesso à informação no México, incluindo a falta de capacitação dos servidores públicos e uma cultura organizacional que não prioriza a transparência.

Justificativa

Em um país onde a liberdade de expressão se vê ameaçada, é crucial analisar como as políticas públicas têm influenciado a transparência e o acesso à informação, assim como a proteção dos jornalistas.

Durante o sexênio de López Obrador, foi documentado um aumento nas agressões contra a imprensa. Esse dado evidencia um ambiente hostil para os comunicadores, onde o Estado foi identificado como um dos principais agressores. Aproximadamente 51% das agressões provêm de autoridades públicas, o que sugere uma falta de proteção efetiva para aqueles que exercem o jornalismo. Estudar esses padrões é essencial para avaliar a efetividade das políticas de transparência e prestação de contas implementadas durante esse período.

Além disso, a relação entre transparência e direitos humanos é fundamental. A falta de acesso à informação pública pode resultar em violações dos direitos humanos, já que limita a capacidade dos cidadãos de exigir prestação de contas. Nesse sentido, a análise do funcionamento do Mecanismo de Proteção para Pessoas Defensoras de Direitos Humanos e Jornalistas revela deficiências significativas; apesar de sua existência, vários jornalistas assassinados estavam inscritos nesse programa. Isso levanta questionamentos sobre a eficácia do mesmo e seu impacto na proteção real dos direitos humanos.

A situação se agrava em um contexto eleitoral, onde as agressões tendem a se intensificar. Durante as eleições de 2024,

foram registradas 100 agressões contra jornalistas, o que reflete uma tendência preocupante que contradiz os princípios democráticos. A pesquisa deve abordar como essas dinâmicas afetam não apenas a imprensa, mas também o pleno exercício dos direitos civis e políticos no México.

Por fim, uma pesquisa acadêmica sobre este tema pode contribuir para gerar recomendações concretas para melhorar a situação. A transparência na gestão pública não é apenas um princípio democrático, mas também uma ferramenta vital para proteger os direitos humanos e assegurar que o jornalismo possa desempenhar sua função crítica sem temor de represálias.

Metodologia

Estão sendo realizadas entrevistas em profundidade com informantes-chave (comissários estaduais e nacionais, jornalistas e ativistas do direito à informação) envolvidos na problemática do direito à informação, a fim de conhecer os diferentes ângulos com respeito à transparência desde a administração federal anterior e a prospecção de seu desenvolvimento no futuro próximo.

As entrevistas são realizadas por meio de videoconferências na plataforma Zoom, as quais são gravadas para manter os “testemunhos” de cada sessão. Posteriormente, elas são transcritas e se elabora a análise qualitativa do discurso, a fim de detectar os aspectos-chave que possam integrar as tendências que ajudem a visualizar a prospecção de seu desenvolvimento em curto e médio prazo.

Finalmente, o relatório será apresentado nas seguintes categorias:

- Mecanismos de acesso à informação pública,
- Papel das instituições e dos meios de comunicação na transparência,
- Corrupção e sanções,
- Educação e participação cidadã,

Futuro dos institutos de transparência.

Aporte ao processo de formação

A participação nesta pesquisa oferece ao aluno assistente uma série de benefícios significativos:

Aplicação Prática: Permite aplicar conhecimentos teóricos adquiridos em sua graduação a situações reais, o que reforça sua aprendizagem e compreensão do campo de confluência da comunicação e do direito.

Desenvolvimento de Habilidades: Promove o desenvolvimento de habilidades práticas essenciais, como a coleta e análise de dados, assim como a gestão de projetos, que são altamente valorizadas no mercado de trabalho.

Experiência Profissional: Proporciona uma experiência valiosa que pode ser um diferencial em seu currículo, mostrando sua capacidade de trabalhar em ambientes acadêmicos e profissionais relacionados com a pesquisa social.

Fomento do Pensamento Crítico: Ao envolver-se em um tema tão relevante como a transparência governamental, o aluno desenvolve um pensamento crítico sobre questões sociais e jurídicas contemporâneas.

Medida (produto)

O objetivo será atingido quando as respostas obtidas nas entrevistas, suficientes para identificar tendências e mudanças na percepção, possibilitarem responder às questões e propor tendências e possíveis cenários de desenvolvimento do fenômeno estudado.

Em segundo lugar, quando for relatada uma série de recomendações ou forem delineadas reformas propostas durante as entrevistas e seja possível avaliar sua viabilidade por meio de uma análise normativa e jurídica.

Transferência

Indicar os usuários potenciais do projeto e suas possibilidades de transferência:

Em primeiro lugar, a cidadania em geral, que pode se empoderar por meio do conhecimento de seus direitos em torno do tema, bem como das ferramentas à sua disposição para exercê-los, dos principais obstáculos para isso e da posição de diferentes atores sobre a questão, o que permitirá ter uma visão documentada e informada sobre as tendências do desenvolvimento dessa problemática a curto e médio prazo.

Em segundo lugar, as Organizações da sociedade civil, ativistas de direitos humanos e jornalistas, que podem encontrar nos resultados mecanismos de promoção da democracia, do direito à informação e argumentos para sua defesa, além de um maior conhecimento que lhes permita aprimorar suas observações críticas e sua capacidade de influenciar na melhoria do Estado de direito.

Em terceiro lugar, os órgãos garantidores e a administração pública, que podem utilizar os resultados na elaboração de seus planos e programas de gestão e atendimento à população em geral, permitindo-lhes cumprir de forma mais adequada o que os instrumentos legais determinaram em sua constituição.

Por último, a academia e os pesquisadores, que podem utilizar os dados e conclusões do estudo como referência para futuras pesquisas sobre transparência, acesso à informação e prestação de contas, contribuindo assim para o desenvolvimento do conhecimento nessas áreas.

Referências

Condesso, F. (2011). Derecho a la información: crisis del sistema político transparencia de los poderes públicos: (ed.). Dykinson. <https://elibro.net/es/lc/mayab/titulos/42425>

Flores Jáuregui, O. (2018). Participación ciudadana y derecho por la rendición de cuentas en la Ciudad de México: claves para evaluar su desempeño: (ed.). Ediciones y Gráficos Eón. <https://elibro.net/es/lc/mayab/titulos/127138>

Peña, V. S. (2011). A una década: temas y reflexiones sobre transparencia y rendición de cuentas como política pública en México: (ed.). Editorial Miguel Ángel Porrúa. <https://elibro.net/es/lc/mayab/titulos/38509>

Torres Ávila, J. (2016). La transparencia y el buen gobierno: una perspectiva desde los derechos humanos y las obligaciones de los gobiernos locales: (ed.). Universidad Católica de Colombia. <https://elibro.net/es/lc/mayab/titulos/71101>

PENSAR O ENSINO DA COMUNICAÇÃO PELOS DIREITOS HUMANOS: pistas a partir da Declaração de Quito de 2023

Adilson Vaz Cabral Filho

Introdução

Recém aprovada e divulgada em 21 de outubro de 2023, como resultante do I Congresso de Comunicação Latino-americano CIESPAL-FELAFACS, em Quito, Equador, a Declaração de Quito consiste num importante documento que diagnostica a atual situação dos cursos de Comunicação Social no continente, propondo soluções para transpor suas limitações e se constituindo num significativo ponto de partida para mobilizar esforços de gestores, professores e pesquisadores do campo. Foi construída no âmbito de um Congresso que articula a Federação Latino-americana de Faculdades de Comunicação, composta por cursos de Comunicação de vários tipos, que enfrentam diferentes realidades em seus países de origem, e o Ciespal - Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina, criado em 1956 a partir de esforços da UNESCO, cuja proposta é trabalhar pela consolidação de

uma comunicação democrática e seu exercício como direito humano sobre a base da liberdade de expressão.

A importância dessa articulação, bem como do que derivou deste encontro, na forma da Declaração em tela, é significativa do momento presente da situação a se transpor nos Cursos de Comunicação em graduação e pós-graduação, bem como na universidade de um modo geral e, especialmente, seu papel como espaço de produção e sistematização de conhecimento, contribuindo para a formação de futuras(os) profissionais nas mais diversas áreas. Para além da Universidade e de seu papel no âmbito da sociedade, não menos importante é o papel da Comunicação num contexto de uma sociedade midiaticizada em plataformas, dados e suas ressignificações, que caracterizam rumos tanto dos cursos e da Universidade em geral, como da própria atividade comunicacional, bem como da Mídia como indústria no momento presente.

Nesse contexto, a Declaração de Quito se propõe a abranger todas as frentes a serem trabalhadas no âmbito da Universidade e dos meios profissionais na área de Comunicação, trazendo, na forma de manifesto, uma proposta de reestruturação há muito não enfrentada, que ainda resgata trajetórias críticas relevantes no pensamento latino-americano de comunicação.

Partindo de revisão bibliográfica e documental, essa pesquisa se enfrenta, portanto, o problema de como construir uma proposta de ensino que recoloque a Comunicação nos moldes propostos pela Declaração de Quito, a partir de um percurso que busca (1) refletir a Comunicação como direito humano na formulação de políticas públicas e práticas de ensino (articulando o combate às opressões, o debate sobre identidades e representações, além da perspectiva decolonial) e (2) identificar pistas e perspectivas de transformação com base no referido documento, propondo a necessidade de um amplo engajamento dos setores diretamente envolvidos.

A Declaração de Quito, no contexto de 13 tópicos de considerações e na formulação de seus 14 tópicos de proposições, propõe caminhos de uma Comunicação que sempre esteve situada nas brechas, nas periferias, nas formulações e implementações alternativas e geralmente independentes, que mobilizou pessoas, grupos, coletivos e movimentos com articulações inclusive no meio universitário que, com o tempo, buscou e impulsionou caminhos relevantes e representativos para dar forma e sentido a distintas iniciativas de superação de limitações relacionadas à formação universitária para o setor e a conformação do meio profissional.

Enfrentar transformações necessárias para além de um manifesto na forma da Declaração de Quito envolve esforços de articulação em torno de políticas públicas, formulação de cursos regulares e de extensão, parcerias com o meio profissional e organizações sociais, bem como o diálogo contínuo com setores da sociedade que demandam da Comunicação, seus meios, produtos e processos, um espaço no qual se reconheçam e possam ser potencialmente partícipes da transformação que se dispõem a empreender.

Assim, cabe reforçar e contextualizar aspectos importantes da Declaração de Quito na consolidação do direito humano à Comunicação, compreendendo a demanda por políticas públicas que afirmem a Comunicação nessas bases - constituída como direito humano em articulação com outros direitos - e, reconhecendo limitações relacionadas aos processos e práticas de ensino, aponte a disposição pelas mudanças que materializem as propostas apontadas no manifesto.

Nas brechas, uma outra comunicação possível

Com seus primeiros cursos implementados na década de 1950 (Krohling e Gobbi, 2016), a Comunicação no Brasil se conformou em torno de referências europeias e norte-americanas, visando preparar profissionais capacitados para uma indústria

cultural em construção. Em diálogo mais estreito com um mercado de trabalho constituído majoritariamente de redações de jornais, emissoras de televisão e agências de publicidade, o referencial teórico de fomento a essa formação se relacionava mais com uma construção normativa, mas também incorporou reflexões críticas principalmente europeias, que dialogaram com anseios de pesquisadores e professores de cursos de Comunicação em construção no país.

A perspectiva crítica começa a se desenvolver não apenas no Brasil, como no continente latino-americano, em função da relação de professores e pesquisadores com grupos socialmente vulneráveis que atuam com processos culturais e comunicacionais em seus locais de atuação e moradia. Não apenas trabalhadores e moradores, mas em torno de segmentos sociais específicos, como mulheres e negros, ou temáticas relevantes de enfrentamento, como a ambiental, a educacional ou mesmo a de assentamentos rurais. A apropriação social de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e a consequente implementação de iniciativas de produção e veiculação de conteúdos, bem como de emissoras de rádio e TV comunitárias, foram assim possibilitadas pelo barateamento de equipamentos e dispositivos que levaram a ações coletivas de grupos e organizações populares, contando eventualmente com assessorias de profissionais, pesquisadores e militantes da área (Festa e Lins da Silva, 1986).

Beltrán (2005) traz um importante resgate dessa trajetória, no qual apresenta diversas iniciativas a margem das universidades realizadas no continente, com apoio de pesquisadores e docentes tidos como "rebeldes com causa, não desafortunados radicais", que contribuíram para uma formulação de Políticas de Comunicação por parte da UNESCO. Beltrán, em sua formulação, a compreende como um "conjunto integrado, explícito e duradouro de políticas parciais de comunicação harmonizadas num corpo coerente de princípios e

normas dirigidos a guiar a conduta das instituições especializadas no manejo do processo geral de comunicação de um país” (p.17).

Assim, a construção e consolidação de uma consciência crítica que passa a se localizar nos cursos de Comunicação, mais especificamente em torno de iniciativas específicas de profissionais de ensino e pesquisa a partir de parcerias com grupos e movimentos populares, possibilitou a recharacterização de um espaço de formação profissional que conjuga uma teoria majoritariamente crítica, embora também com espaços relacionados a formatos de produção e programação comumente referendados na mídia tradicional, com uma prática normativa que justamente legitima e atribui reputação a esses modos consagrados de produção.

Esse tensionamento funciona como uma característica do curso com a qual o sistema dialoga por completo, mas que num primeiro momento, nos anos 70 e 80 do século passado, possibilitou a demanda e o aprimoramento de políticas públicas para o setor em vários contextos nacionais na região, a partir de práticas associativas como consequência da implementação e do aprimoramento de iniciativas populares de comunicação, alternativas às tradicionais e independentes, tanto do mercado como do Poder Público. A Ciespal, inclusive, teve fundamental importância nessa construção e incentivou consideravelmente o desenvolvimento desse cenário que, no entanto, segue sendo implementado pelas brechas às razões de existência dos cursos de Comunicação. Para Navarro (2019), a “fundação do Ciespal, em 1959, permitiu uma primeira referência transnacional para a disseminação de projetos de comunicação intra e extra-latino-americanos de alcance e orientação diversos”.

Com Martín-Barbero (1997), por sua obra seminal *Dos meios às mediações*, se constrói uma proposta político-pedagógica que reorganiza e dá liga a um campo acadêmico da Comunicação, fundamentalmente com apoio das associações nacionais do Brasil (Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação) e do México (AMIC - Associação Mexicana de

Investigadores da Comunicação), reconstituindo, nos anos 1980, a ALAIC - Asociación Latinoamericana de Investigadores de Comunicación, em torno das correlações socioculturais entre produtores e receptores que não apenas passam pela apropriação das tecnologias, mas também tratam da conformação de caminhos pelos quais a comunicação passa a se desenvolver.

Ainda nos anos 1980 e com amadurecimento ao longo dos 1990, outra corrente crítica latino-americana se apresenta de forma mais explícita e deliberada como contraponto tanto ao pensamento hegemônico neoliberal, como ao pós-modernismo: a Economia Política da Comunicação e da Cultura, cuja configuração é muito particular na América Latina e, especialmente, no Brasil, em comparação a suas congêneres europeias e norte-americana. Como abordagem crítica e sistêmica, se dedica a examinar os poderes do mercado e do Estado, como o mercado influencia o Estado, incluindo mecanismos de captura regulatória, além do papel de organizações e coletivos na criação ou influência na implementação de políticas públicas democráticas.

O diálogo dessas frentes de investigação com iniciativas alternativas de comunicação que contavam com apoio de grupos de pesquisa e extensão nas universidades, de um movimento nacionalmente estruturado de estudantes, além de profissionais e diversos segmentos constitutivos da sociedade em torno da mobilização pela democratização da Comunicação no país, contribuiu para propiciar uma massa crítica de pesquisadores em torno de Políticas de Comunicação que incidiu no Brasil, num primeiro momento, e em outros países latino-americanos em seguida, como Argentina, Uruguai e Chile, conformando também um interessante e necessário campo de estudos.

Com o envolvimento da sociedade civil internacional no início dos debates voltados para a elaboração da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI), realizada em Genebra (2003, 1ª fase) e Tunísia (2005, 2ª fase), através da Campanha CRIS (sigla em

inglês para Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação), já no ano de 2001, grupos e movimentos sociais envolvidos na promoção de direitos humanos passam a se incorporar mais ativamente ao tema, buscando formular políticas públicas que compreendam a Comunicação democrática como direito humano e incorporando-o aos demais direitos, se pautando por pensar e agir no global com pés no local e a partir da compreensão de uma economia política do cotidiano (Melo e Sathler, 2005).

Tais movimentos, especialmente os de mulheres, afrodescendentes, pessoas com deficiência (PcDs), pessoas LGBTQIAPN+ e, mais recentemente, indígenas, contribuíram inicialmente para construir um importante debate relacionado ao combate às opressões, relacionado à visibilidade de todas as formas de violência sofridas contra esses segmentos sociais, derivando para a afirmação de políticas de reconhecimento de identidades e representatividades que não apenas deram espaços, mas oportunidades para que as gestões, processos decisórios e formativos passassem a ser assumidos por quem diretamente são representativos e afetados por tais opressões.

Em suas interlocuções pautadas na interseccionalidade, compreendem-se no contexto de uma série de temáticas que afetam, mas também transcendem a comunicação, sob a perspectiva crítica de um pensamento decolonial que enfrentem lógicas de submissão de estruturas historicamente constituídas em torno do que Quijano (2005) compreendeu como a colonialidade do ser, do saber e do poder. Essas lógicas seguem incidindo na conformação dos Estados-nações, nas políticas e investimentos de Ciência, Tecnologia e Inovação, nas universidades como espaços de formação profissional e produção de conhecimento e, como não poderia deixar de ser, na Comunicação como atividade profissional e nos cursos de Comunicação que formam futuros profissionais para essa atividade em constante transformação.

Nesse contexto é que se constituem os desafios que a Declaração de Quito apresenta não apenas como manifesto, mas fundamento de uma transformação radical na orientação dos cursos, deliberadamente dispostos a empreender o conjunto de transformações elaboradas no âmbito de suas propostas. Trata-se de um significativo desafio para o ensino superior no campo comunicacional, que denota o reconhecimento de atuais limitações que cabem ser enfrentadas, como será visto a seguir.

Declarar a comunicação como direito humano

No atual contexto sociocultural, político econômico, profissional, pedagógico e tecnológico, a Comunicação se compreende como campo acadêmico relacionado a uma área de atuação profissional em constante convergência. Processos produtivos relacionados a diversas de suas áreas de atuação demandam conhecimentos multi e transdisciplinares, que denotam a necessidade de uma formação capaz de enfrentar os desafios profissionais que se apresentam.

Também do ponto de vista da empregabilidade, excetuando-se funções muito específicas de caráter técnico, os espaços de atuação profissional no campo comunicacional demandam o domínio de uma complexidade de ferramentas que evidenciam a necessidade de uma disposição multimídia e multitarefa para lidar com a vasta atuação profissional na Comunicação.

Além disso, do ponto de vista da consolidação de uma convergência digital em curso, no modo de plataformas digitais em torno de mídias sociais, com larga quantidade de dados em nuvem, acionados a partir de distintos dispositivos móveis e produzidos e disseminados a partir também de tecnologias de inteligência artificial, a Comunicação se renova e esgarça em limites que redefinem empreendimentos, meios, veículos, produtos e processos não apenas comunicacionais, mas que envolvem dados em

plataformas que envolvem a sociedade nas mais diversas áreas de atuação.

Por fim, pensar a Comunicação do ponto de vista epistemológico implica em compreender essa série de atravessamentos contemporâneos que afetam processos comunicacionais e a própria constituição e contribuição dos cursos de Comunicação Social nesse contexto. Contribuir, assim, para uma perspectiva decolonial, inclusiva e radicalmente transformadora a partir das faculdades latino-americanas de Comunicação Social, como propõe a Declaração de Quito, é mover-se nesse sentido de reconhecer a necessidade de demarcar distinções em relação a caminhos que reforçaram visões excludentes e historicamente referenciadas em modelos coloniais, padronizados de estruturação de práticas e processos comunicacionais.

Pensar o ensino da Comunicação à luz dos direitos humanos, a partir da Declaração de Quito, aprovada em 2023 no âmbito da Ciespal e da Felafacs, implica em reconhecer a comunicação em si mesma como um direito fundamental e essencial para a promoção da dignidade humana, da justiça social e da democracia. Ao abordar a importância da comunicação para proporcionar sociedades mais justas e igualitárias, a Declaração de Quito oferece uma importante plataforma para repensar práticas pedagógicas e currículos na área da Comunicação.

Esta transformação sempre esteve em curso, mas historicamente foi conduzida pelas bordas, com muito esforço e dedicação por parte de quem se envolveu diretamente, formando redes e conexões que, de certa forma, contribuíram para oferecer resistência e continuidade a um processo que se visibiliza de modo especial no âmbito desta Declaração.

Ao enfatizar o papel da Comunicação na construção de uma cultura de paz e respeito aos direitos humanos, a Declaração de Quito também nos convida a refletir sobre o ensino da Comunicação de forma mais abrangente, indo além da mera transmissão de

técnicas e habilidades e considerando certas implicações, como: a formação de cidadãos críticos e conscientes; a valorização da diversidade de vozes e perspectivas; o empoderamento de comunidades e a participação cidadã; a ética e a responsabilidade social dos profissionais da comunicação.

Assim, cabe analisar a composição de seus considerandos, que consistem numa descrição de cenário compreendida como fundamentação para as propostas que são trabalhadas em seguida. O texto conta com a seguinte formulação inicial:

Que, o capitalismo, em todas as suas formas, é a causa das desigualdades e da destruição dos ecossistemas (...)

A menção inicial ao capitalismo para vislumbrar medidas a serem adotadas para a necessária transformação dos cursos de Comunicação dá a devida clareza de uma crítica sistêmica pela qual essa Declaração se pauta. O capitalismo aqui não aparece como pano de fundo ou ponto de partida, mas na correlação intrínseca às distintas dimensões aqui levadas em consideração.

Que, o olhar e os imaginários antropocêntricos afetam gravemente aos ecossistemas que nos dão vida (...)

Aqui se estabelece importante correlação entre o capitalismo anteriormente mencionado e uma determinada visão orientada à existência e permanência da espécie humana a despeito de outras e da natureza, como componente determinante do modo capitalista alvo das críticas que se seguem nesta Declaração.

Que, a desigualdade de gênero e as violências por razões de gênero provocam graves afetações e discriminações sociais, políticas e econômicas inaceitáveis (...)

Outro componente determinante dos questionamentos apresentados, as temáticas relacionadas a aspectos de gênero foram especialmente articuladas a tipos distintos de discriminação nas mais diferentes áreas, bem como decorrentes do mesmo capitalismo que move o abismo de desigualdades em torno do qual se circunscrevem os cursos de Comunicação.

Que, os conflitos bélicos, velhos e novos, põem em destaque a ausência de diálogos e a necessidade de trabalhar, renovar e reforçar a comunicação para a paz (...)

Aqui se busca destaque para a cultura e conformação de uma comunicação de paz, pautada não pela ausência de divergências, mas pela capacidade de se construir uma cultura de diálogos pautada pelo encontro das diversidades orientado a demover conflitos bélicos que sejam responsáveis por escalar abismos entre diferentes povos.

Que, a pandemia por COVID-19, demonstrou a incapacidade para gerar modelos de comunicação mais participativos distantes da virtualidade, mostrando claramente todos os riscos da hiperdigitalização da vida (...)

Embora tenha deixado de ser considerada pandemia em maio de 2023, a Covid-19 ainda deixa marcas profundas em diversas populações e mesmo entre estudantes de distintos níveis. Resgatá-la em função de seus diferentes impactos, bem como apontar caminhos possíveis que uma comunicação mais inclusiva precisa assumir é um movimento extremamente bem-vindo. Especialmente enfocando espaços de alerta e atenção com o cuidado em torno da saúde mental e social no meio acadêmico e profissional.

Que os currículos dos programas e cursos de Comunicação Social e Jornalismo não estão voltados para os desafios que a humanidade precisa enfrentar (...)

Diante das questões gerais colocadas, a constatação evidente é se voltar para o mais determinante a ser transformado em relação aos cursos de Comunicação. Vale (re)lembrar que tais questões, em maior ou menor grau, sempre existiram e foram enfrentadas por setores que sempre atuaram pelas brechas nos cursos e mesmo no meio profissional da Comunicação. Nesse sentido, nunca é pouco reforçar a novidade desta sinalização vinda de um evento promovido na articulação da Ciespal com a Felafacs.

Que a exclusão educacional (agravada na pós-pandemia) gera maior desigualdade e injustiça social (...)

Aqui se volta a uma necessidade presente na existência dos cursos, que é a da fixação de estudantes ao longo do período letivo, compreendendo a lógica de construção de projetos que os acolham e insiram em dinâmicas que encaminhem para iniciativas profissionais distintas que sejam capazes de estruturar-lhes em suas áreas de atuação.

Que, consideramos, juntamente com a UNESCO, que a hiperinformação, a desinformação e as notícias falsas geram infodemia e intoxicação e colocam em risco as democracias (...)

Aqui se afirma um importante movimento em torno das propostas de transformação dos cursos, com diretrizes e fundamentos defendidos no âmbito da UNESCO, que envolve e mobiliza países que a integram, visando delinear caminhos para a formulação e implementação de políticas públicas relacionadas à Educação, à Comunicação e à Cultura, incidindo, necessariamente,

na formação de futuros profissionais e da pesquisa que envolve produção de conhecimento.

Que a persistente concentração midiática afeta a democratização da comunicação, colocando em risco a pluralidade (...)

Contextualizar a transformação proposta em torno das limitações que a ausência de políticas públicas proporcionam para o setor é fundamental para compreender não apenas a constituição do perfil de profissionais que os cursos de Comunicação Social precisam se dispor a formar, como a necessidade de articulação destes com professores e pesquisadores em torno da formulação de políticas públicas mais democráticas para o setor e de investigações que qualifiquem as trilhas de mobilização para efetivar tais transformações.

Que os avanços nas Políticas Nacionais de Comunicação, contribuição fundamental do pensamento crítico latino-americano, foram freados por interesses econômicos e políticos globais (...)

Aqui um necessário reconhecimento tanto de frentes externas ao meio universitário e de suas articulações, bem como da insuficiência de uma articulação que começa no continente, mas se arrefece diante de uma correlação desfavorável de forças, que precisa ser retrabalhada em função da compreensão direta de transformações a serem adotadas.

Que a violência, a perseguição e a censura contra jornalistas têm aumentado de forma alarmante, como consequência da falta de protocolos adequados por parte dos meios de comunicação e da inação dos Estados (...)

A especificidade do combate à liberdade de imprensa e do exercício jornalístico qualificado é reivindicada no contexto de uma transformação geral sobre a área de Comunicação, caracterizando limitações deliberadas por parte de governos latino-americanos na forma de como lidam com a situação, contribuindo para um clima de insegurança na prática jornalística e, como decorrência, do próprio exercício da cidadania pela população.

Que a precariedade das condições de trabalho das pessoas que trabalham nos meios de comunicação afeta a independência e a qualidade no exercício da comunicação (...)

O foco dessa vez é destinado aos distintos meios profissionais, em especial os meios de comunicação tradicionais, que também contribuem para desestabilizar melhores práticas profissionais no campo do Jornalismo e profissões afins, afetando não apenas a relação com a sociedade como a expectativa de estudantes em seus processos de formação profissional.

Que a alfabetização crítica midiática continua ausente dos currículos, em todos os níveis educacionais.

Por fim, uma das mais significativas considerações aponta o importante caminho da alfabetização midiática no âmbito dos cursos de Comunicação, para transpor limitações relacionadas à caracterização de melhores práticas pedagógicas e da afirmação de um significativo papel que precisa ser assumido pelos processos pedagógicos a serem adotados no âmbito dos processos formativos. Vale salientar que, diante da caracterização do cenário descrito, o conjunto dessas considerações não aponta limites dos cursos de Comunicação Social ao longo de todo esse tempo. Há sim um necessário reconhecimento de limitações diante de outras frentes de atuação que limitam ou desvirtuam potenciais contribuições do

processo formativo em Comunicação, mas também, em função dessas limitações, a compreensão da visibilidade de práticas que, em maior ou menor intensidade, estiveram presentes na condução de pesquisas e práticas de extensão que seguem resistindo na defesa da afirmação da Comunicação como direito humano.

Diante das considerações expostas, a segunda parte do texto, referente à declaração propriamente dita, compreende as seguintes disposições:

Diante do capitalismo e do auge do neoliberalismo, a comunicação deve intervir em favor das transformações ecossistêmicas com uma visão de justiça social, de gênero e climática (...)

Como primeira proposta do conjunto deste manifesto, as faculdades latino-americanas de Comunicação signatárias da Declaração de Quito constataam a necessidade de uma intervenção a ser afirmada por parte dos cursos de Comunicação, no que tange aos espaços formativos e aos próprios meios profissionais, articulando justiça social, de gênero e climática, que revitalizam e ressignificam o papel dos direitos humanos no cenário político.

Propomos incorporar, à compreensão da comunicação, abordagens de direitos humanos, gênero, afrodescendentes e interculturalidade (...)

Esta proposta ratifica e delinea a proposta anterior, buscando identificar caminhos para materializar as transformações propostas. A construção indissociável da Comunicação com os questões de direitos humanos, gênero, afrodescendentes e interculturalidade precisa estar construída nos projetos pedagógicos e currículos, intensificando o desafio para a indicação de referências

de pesquisa pautadas em abordagens que contribuem para atribuir dimensão cidadã à Comunicação.

Repensar o antropocentrismo para considerar a visão biocêntrica, sem a qual não se garante o direito de viver a vida (...)

Trata-se de um considerável desafio traduzir para currículos pautados em pesquisas sistematizadas em referências bibliográficas, visando conformar cursos orientados a trabalhar com essa visão sistêmica relacionada à Comunicação. Não se trata apenas de compreender a afirmação de direitos humanos, mas de contextualizá-los na relação com o meio-ambiente. Daí o enfoque indissociável que envolve justiça social, ambiental e, por que não dizer, comunicacional.

Rejeitamos o extrativismo em todas as suas formas, especialmente no que se refere ao campo acadêmico. Propomos que sejam incluídas políticas de pesquisa e novas metodologias ligadas ao território (...)

Aspecto interessante em relação ao qual precisa-se avançar melhor na materialização de caminhos a serem acolhidos. Denota o quanto não apenas os cursos, mas o modo de produção científica são organizados para dar conta de uma racionalidade orientada a um determinado projeto político. Ao mesmo tempo, consiste num alerta importante para que não haja uma atitude de simples descarte do conhecimento produzido, mas compreendê-lo dentro de uma perspectiva de transformação que valorize contribuições para a afirmação dos direitos humanos e da justiça social.

Propomos modelos de medição próprios, para a qualidade das pesquisas e para superar as métricas mercantilistas (...)

As pesquisas orientadas a questões que determinam o desenvolvimento de projetos de comunicação inclusivos e solidários precisam enfrentar situações que demandam soluções apropriadas e orientadas ao desenvolvimento de perspectivas comprometidas com a transformação social. A percepção de que as métricas comumente adotadas são situadas em contextos não necessariamente redefinidos de práticas distributivas de acesso.

Os currículos e matrizes curriculares dos cursos de Comunicação Social e Jornalismo na América Latina devem ser revistos em torno de propostas críticas que dêem maior ênfase à pesquisa, ao estudo e à construção de teorias e metodologias favoráveis às ecotransições (...)

Essa proposta visibiliza um importante foco a ser trabalhado pela transformação sinalizada. Mudar currículos e matrizes curriculares a partir do favorecimento às ecotransições se torna caminho central para enfrentar professores, pesquisadores e discentes. A América Latina é aqui identificada como lugar particularmente afetado, com suas especificidades, não como um lugar em especial em detrimento dos outros. Trata-se fundamentalmente de reencontros com a ancestralidade, periferias e segmentos socialmente vulneráveis dessas populações.

Reconhecemos o impacto potencial das más práticas na produção e divulgação de informações, na saúde mental daqueles que recebem informações através dos meios de comunicação, sejam eles digitais ou abertos. Os jornalistas devem assumir sua responsabilidade no âmbito dos códigos éticos que impedem a circulação de notícias falsas (...)

Para além de uma proposta relacionada com o cuidado com a prática profissional, trata-se de identificar pistas para contribuir para o desenvolvimento de melhores práticas na condução do Jornalismo. Aqui se trata de intensificar propostas no meio acadêmico e profissional que envolvam reportagens e demais produtos experimentais, o desenvolvimento de veículos laboratório, bem como parcerias das mais diversas formas e destinações, também no intuito de mobilizar grupos sociais distintos.

Instamos os Estados a incluir em suas políticas públicas de comunicação garantias para o exercício digno, seguro e ético do trabalho jornalístico (...)

Diante da insuficiência da capacidade de estabelecer boas práticas jornalísticas pela ausência de um arcabouço regulatório que viabilize um melhor exercício da profissão, demanda-se o papel do Estado na viabilidade do melhor trabalho jornalístico. Aqui, como em outras propostas, se evidencia a triangulação entre a Comunicação, seu ensino e a efetivação de Políticas Públicas no âmbito do comprometimento do Estado que precisa ser demandado.

Os Estados devem garantir a redistribuição equitativa das frequências do espectro radioelétrico e facilitar, incluindo o financiamento, que os meios de comunicação comunitários, populares, cidadãos e alternativos possam constituir-se como elemento fundamental para a diversidade das culturas, idiomas, formas organizativas e de resolução de conflitos, com base no bem comum e nas formas coletivas de compreender o mundo (...)

Ainda dentro do significativo e diferencial papel do Estado na conformação desse ambiente propício, uma temática especialmente cara a países da América Latina e que precisa ser

melhor definida e visibilizada no Brasil é a redistribuição equitativa das frequências do espectro radioelétrico, no sentido de caracterizar melhor seu financiamento e sustentabilidade. Trata-se não apenas de temática intrinsecamente política, mas de prática socialmente construída, que demanda o comprometimento do Poder Público bem como a disposição do meio acadêmico e social.

Reiteramos a necessidade de que as políticas públicas devem contemplar a equidade e o respeito de gênero em todas as suas expressões, transpondo-se às narrativas e práticas midiáticas (...)

Outro aspecto determinante na definição de pilares constitutivos dessa necessária transformação, as questões de gênero e diferentes identidades são caracterizadas aqui na importância cada vez mais presente em aspectos relacionados à representatividade de um modo geral e às representações em torno das quais as questões cotidianas são enfrentadas.

Reconhecemos que o ensino, a pesquisa e a prática da comunicação devem ser sensíveis ao diálogo entre as multi-epistemologias e as multi-ontologias e que respondam ao trabalho com e para as comunidades (...)

Desafio imprescindível para definir perfis integrados de cursos, especialmente num país com dimensões continentais como o Brasil, mas também em contextos que valorizem contrastes regionais distintos, em que se evidenciem as diversidades na forma de produtos a serem implementados nos cursos de Comunicação a partir de disciplinas e projetos de pesquisa e extensão. Aqui se articulam a compreensão de perfis distintos de cursos e práticas pedagógicas com a necessidade de estabelecimento de bases curriculares comuns abertas às variações de enfoque.

Que a pesquisa e o trabalho em comunicação devem ter uma ligação clara com as demandas sociais orientadas para os territórios e o bem comum, sendo um eixo transversal em todo o processo de formação (...)

Para além da atuação temática e de caráter profissional, a preocupação geral com a construção de articulações com a sociedade a partir dos distintos territórios de atuação dos cursos, que envolvem interesses de proximidade dos estudantes e possibilidades de realização de produtos comunicacionais de interesse social, formação de portfólio e interrelação teoria-prática que fortalece e dá sentido à existência e à pertinência dos cursos de Comunicação.

É fundamental desenvolver pesquisas e produzir conteúdos que disputem o controle do mercado de imagens e dos regimes dominantes de visualidade com objetivos decoloniais e anti-imperialistas (...)

Com certeza uma proposta ousada, a partir dos cursos de Comunicação em geral, disputar “o controle do mercado de imagens e dos regimes dominantes de visualidade” pode ser talvez intangível, mas a mobilização em rede e a incidência em espaços nacionais e regionais de exposição de trabalhos, bem como a conscientização geral de novos formandos que incidam em espaços de debate e tomadas de decisão pode contribuir para mudanças sensíveis com o passar do tempo.

Que as instituições latino-americanas devem aplicar ações inovadoras e de cooperação para impulsionar o avanço da comunicação.

Por fim, a Declaração proposta ratifica a necessidade de reforçar a articulação latino-americana na interlocução dos cursos que promovem e viabilizam as transformações em curso. Trata-se de um projeto de longo prazo, mas que começa desde a mobilização para os princípios que fundamentaram o texto constitutivo dessa Declaração. O grande desafio é compreender um processo que transcenda a dimensão de um evento em especial, como o I Colóquio CIESPAL-FELAFACS, pela articulação específica e pontual de duas organizações representativas do campo comunicacional no continente latino-americano, compreendendo-se como alerta e mobilização que envolvam cursos e realizadores das necessárias transformações nas diferentes frentes.

O que denota o conjunto de considerações e disposições da Declaração de Quito é a bem-vinda e necessária relação dos Cursos de Comunicação com os aspectos que transcendem o ambiente universitário na viabilidade das propostas sinalizadas: a relação com as políticas públicas que possibilitem suporte à afirmação de boas práticas no âmbito do ensino e do meio profissional, bem como a disposição do Estado em propiciar um ambiente comunicacional e jornalístico adequado e compatível com tais propostas, o que dá a entender que o palco de atuação pela transformação demandada não é apenas o dos cursos e das instituições de ensino.

Não se espera também que a totalidade dos cursos de Comunicação seja imbuída da mobilização por essas transformações. No entanto, a sinalização de um associação latino-americana como a Felafacs sinaliza a disposição para o conjunto de suas associadas e dos cursos de Comunicação em geral, cujos espaços de formulação e experimentação precisam ser ativados.

Fazer das brechas, referência

Na expectativa de contribuir com a continuidade da implementação das propostas sinalizadas na Declaração de Quito,

cabe reconhecer tanto a existência de espaços em que tais pistas já vem sendo ensaiadas ao longo da história, como identificar potencialidades de implementação a partir de redes de atuação existentes.

Assim, busca-se evidenciar aqui alguns grupos de trabalho em associações científicas, bem como a necessidade de incidência em Políticas Públicas focadas na visibilidade dos processos avaliativos na graduação e na pós-graduação, além do diálogo com empresas e organizações. Para não ser um levantamento exaustivo, foram focadas associações científicas do campo da Comunicação como um todo (a despeito das associações constituídas a partir de sub-áreas), enfocando GTs e GPs constituídos a partir dos mais distintos temas que contam também com iniciativas interessantes, cujo aprofundamento seria exaustivo da mesma forma. Fundamentalmente deseja-se evidenciar aqui não o volume das iniciativas, mas o maior potencial transformador.

Começando pela ALAIC, integrada por pesquisadores e professores de países latino-americanos, alguns grupos evidenciam interessantes temáticas que contribuem para fortalecer as transformações propostas: Comunicação-Decolonialidade, recém elaborado a partir de pesquisas realizadas em torno dessa temática; Ética, Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação, que trata mais detidamente das políticas públicas e o de Comunicação, Gênero e Diversidades, que tratam de problemas, teorias e metodologias do campo a partir do enfoque dos direitos humanos.

Da mesma forma, a ASSIBERCOM conta com integrantes de quatro regiões ibero-americanas: Brasil, América Latina, Portugal e Espanha. São relevantes as divisões temáticas (DTs) da FolkComunicação (também integrada na América Latina e no Brasil a partir de GPs próprios); de Comunicação e Identidades Culturais, que evidenciam os debates relacionados às diversidades e de Comunicação, Política e Economia Política, que trabalham temáticas relacionadas às políticas públicas na interlocução com tais regiões.

Na COMPÓS, os grupos são atualizados a cada três anos, a partir da mobilização de PPGs em todo o país. Os GTs de Comunicação e Cidadania; Comunicação, Gênero e Sexualidades, além de Comunicação, Raça e Interseccionalidades são espaços de apresentação e troca de relatos e pesquisas derivados de enfrentamentos cotidianos. Demandam articulação melhor organizada, que aponte incidência significativa na transformação dos cursos de Comunicação.

Por fim, a INTERCOM conta com diversos grupos de pesquisa agrupados em torno do eixo de Comunicação e Movimentos Sociais: Comunicação, Alteridade e Diversidade; Comunicação, Mídia e Liberdade de Expressão; Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico; Políticas e Estratégias de Comunicação; Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura; Comunicação para a Cidadania, além de Comunicação e Desinformação. O conjunto desses GPs tem conexões com iniciativas análogas em associações (trans)continentais e denota uma movimentação em curso que resiste ao longo do tempo e busca reafirmar caminhos possíveis de transformação empreendidas em escala restrita.

Ao mesmo tempo, uma série de outros espaços de articulação denota também iniciativas não menos relevantes, o que demandaria um trabalho mais extenso para além das dimensões desse artigo ou um caminho orientado à materialização de propostas específicas, a partir dos princípios constitutivos da Declaração de Quito, como, por exemplo, o desenvolvimento de metodologias e/ou métricas próprias ou a incidência em Políticas Públicas em Educação, tais como a visibilidade dos processos avaliativos na graduação e na pós-graduação, ou mesmo o diálogo com empresas e organizações. Do mesmo modo, a mobilização em torno de responsáveis por pesquisas recém produzidas em GTs, GPs e DTs se mostram caminhos necessários a serem trabalhados.

Considerações finais

A Declaração de Quito, ao destacar a importância da Comunicação para a construção de sociedades mais justas, nos lembra da necessidade de formar comunicadores com uma sólida base em direitos humanos, capazes de atuar de forma ética e responsável na sociedade. Essa formação deve ir além da transmissão de conhecimentos técnicos, buscando a formação de cidadãos críticos, conscientes e engajados na luta pela garantia dos direitos de todos. Pensar o ensino da Comunicação pelos direitos humanos, à luz da Declaração de Quito, é um convite para transformar a educação na área, tornando-a um instrumento de promoção da dignidade humana, da justiça social e da construção de um mundo mais justo e igualitário.

Enfrentar implicações para construir um arcabouço regulatório no desenho de Estado para a lida com políticas públicas se coloca como necessidade para lidam com as propostas constitutivas da Declaração de Quito, visando adiante as distintas formas de implementação. Tal demanda incide na reformulação de Cursos de Comunicação e Políticas de ensino superior, bem como no incentivo à produção de conhecimento e à formulação e implementação de Políticas Públicas e o decorrente comprometimento com sua viabilidade. Os tantos espaços de formulação de iniciativas descritas podem servir de pontos de partida para uma interlocução necessária que apresente propostas mais ousadas de incidência.

A falta de prioridade na formulação e implementação de políticas públicas e práticas pedagógicas transformadoras nos cursos não se dá por falta de entendimento do papel da Comunicação ou da majoritária compreensão sobre seu posicionamento normativo. Há uma importante influência cultural relacionada à consolidação das distintas profissões em torno da Comunicação, a partir de influência mais até norte-americana que europeia. Desconstruir ou recolocar tais referências em outras bases,

nos moldes da Declaração de Quito, é um movimento que demanda uma disposição determinante por parte dos envolvidos.

Tal demanda não se dá apenas no âmbito acadêmico, mas conta com participação da sociedade e estruturação que reflita as expressividades teóricas e a apropriação materializada das práticas de Comunicação que se dispõem a empreender. O que denota a importância do papel dos cursos e da área de Comunicação no âmbito acadêmico para a conformação da Comunicação na sociedade, incentivando e promovendo a reflexão, a proposição, o mapeamento de processos e o acionamento de boas iniciativas, a partir de interlocuções plurais e diversificadas, que demandem políticas comunicacionais, educacionais, culturais e de conhecimento, ao modo do que propõe Mattelart (2009) "se não pode haver políticas de Comunicação sem políticas culturais, não pode haver, tampouco, mais políticas de Comunicação e de cultura sem políticas de conhecimento".

Referências

Festa, R. y Lins da Silva, CE (org.) (1986). Comunicación popular y alternativa en Brasil . São Paulo : Paulinas, 1986. Krohling ,

M. y Gobbi, M. (2016). El campo académico-científico de la comunicación en Brasil : panorama , constitución y perspectivas. Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social " Disertaciones " , 9(2), 68-91. Doi: <http://dx.doi.org/10.12804/disertaciones.09.02.2016.04>.

Martín -Barbero, J. (1997). De los medios a las mediaciones : comunicación , cultura y hegemonía. Río de Janeiro, UFRJ.

Mattelart , A. (2009). La construcción social del derecho a la comunicación como parte integral de los derechos humanos. Revista Brasileña de Ciencias de la Comunicación . São Paulo , vol. 32 , n.º 1,

págs. 33-50.
<https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/download/236/229/234>.

Melo, J.M. y Sathler, L. (eds) (2005). Los derechos de comunicación en la sociedad de información . São Bernardo do Campo , Metodista.

Quijano, A. (2005). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina . En: LANDER, E. (org.). La colonialidad del conocimiento: eurocentrismo y ciencias sociales . Perspectivas latinoamericanas . Buenos Aires: CLACSO. pp. 227-278.

Salmón , LRB (2005) . La comunicación para el desarrollo en América Latina: un informe de mediano alcance. III Congreso Panamericano de Comunicación . Buenos Aires, Argentina.
https://www.infoamerica.org/teoria_textos/lrb_com_desarrollo.pdf.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE: Desenvolvimento de um software na perspectiva da Global Initiative Reporting

Marli Terezinha Vieira
Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior
Valeria R. Elias Spers

Introdução

O progresso econômico das nações europeias no período da Revolução Industrial foi o marco para o desenvolvimento do pensamento positivista. Para Tenório (2012) pensadores da época defendiam a ideia de que o avanço econômico das nações estava relacionado à divisão do trabalho e isso envolvia a sociedade como um todo. A partir de então, os conceitos sobre Responsabilidade Social - RS foram evoluindo e chegaram à caridade, filantropia, responsabilidade e desenvolvimento sustentável (TENÓRIO, 2015).

Para Tinoco (2001), responsabilidade social relaciona-se com não exaurir os componentes da natureza e os capitais financeiros e tecnológicos. Relaciona-se com o uso da aptidão para o trabalho das pessoas aliadas ao apoio recebido de organizações ou do Estado.

Esse suporte é fruto de mobilização social. Os conceitos sobre o tema trazem à tona que os recursos devem retornar à sociedade em forma de desenvolvimento da coletividade. Ou seja, os esforços devem direcionar-se para a preservação do meio ambiente e o investimento no bem-estar das pessoas com ética e transparência (KROETZ, 2000). Conforme as relações empresas e sociedade se tornaram complexas, a sustentabilidade se transformou em um novo campo de estudos e passou a direcionar práticas institucionais, corporativas e empresariais.

Por isso, ela permeia intrinsecamente a vivência das pessoas e a relação delas com o ambiente em volta e cada vez mais os diálogos sobre o tema passaram a enfocar ações de impacto coletivo que sejam caracterizadas pela caridade, filantropia, responsabilidade e desenvolvimento sustentável (CARROLL, 2008). Com esses avanços nas reflexões, o espaço do discurso monológico, ideológico e controlador típico do pensamento positivista e capitalista diminuiu. Mesmo assim a essência desse pensamento precisa estar voltada para a preservação da vida no planeta.

As transformações que já aconteceram no conceito de Responsabilidade social, permitiram uma nova visão sistêmica e multidisciplinar sobre o assunto, abrindo caminhos para subtemas que tratam sobre modismo, obrigação, legitimidade, capital social, performance, marketing, meio ambiente, gestão estratégica, gestão social, virtude, bem comum, economia dinâmica, governança, proatividade. Nessas linhas de pensamento destaca-se os autores: Witkowska (2016), Quezada (2016); Martins, Campos e Martins (2016); Jiménez, Martínez e Lopes (2016); Pinto (2016); Hernández-Perlines e Melo et al (2017).

A sustentabilidade não se restringe ao contexto das organizações empresariais, mas abrange todas as pessoas cujas ações impactam o meio ambiente e a sociedade. Em outras palavras, ela se aplica a qualquer situação que exija atenção à preservação e ao uso responsável dos recursos naturais e sociais.

Embora o conceito tenha sido desenvolvido para atender o sistema empresarial, existem estudos de Ramos (1989), Melo et al (2017), Tenório (2015) e Faria (2017) trazendo à tona o valor da intangibilidade e subjetividade no interior das convivências sociais.

De acordo com Ramos (1981), a mudança e o espírito de conservação são princípios inseparáveis e inerentes à natureza tanto das pessoas quanto das coisas, sendo que um princípio não pode subsistir sem o outro. Para o autor, a realidade humana é moldada continuamente pelo fluxo dinâmico dos acontecimentos e transformações. Já Bordenave (1994) observa que a coletividade avança de forma gradual em direção à participação ativa nas transformações sociais. Ele ressalta que é por meio da educação que os indivíduos aprendem a se envolver, adquirir novos hábitos e desenvolver a capacidade crítica.

É sobretudo no contexto escolar que se forma a aptidão das pessoas para opinar e atuar de maneira consciente na sociedade. Estudos que tratam sobre questões de responsabilidade social e sustentabilidade são apresentados de forma fragmentada. No olhar para o tema, encontram-se variadas correntes filosóficas, sociológicas e administrativas disputando conceituações tais como as trazidas por Arendt (2016), Jonas (2006), Morin (2006 e 2010), Ramos (1989), Tenório (2015), Burrell e Morgan (1979), Derrida (2004). Para Tenório (2015) com o pensamento e ações para a coletividade pode se falar em sociedade autônoma democrática e inovadora.

De acordo com o Manual de Oslo (2006), a inovação pode ser compreendida como a implementação de melhorias ou novidades em produtos, serviços, processos, métodos de marketing ou práticas organizacionais — tanto no ambiente interno quanto nas relações externas das organizações. Com base nesse conceito, o presente trabalho apresenta uma inovação de processos, materializada no desenvolvimento de um software que busca contribuir de maneira eficiente e eficaz para a otimização de recursos voltados à implantação de projetos sociais sustentáveis.

A partir desta investigação, foi desenvolvido um software voltado à implementação de ações socialmente responsáveis, fundamentado nos paradigmas e nas múltiplas dimensões das organizações. O objetivo é fornecer orientações práticas para que entidades e instituições consigam implantar projetos de maneira sustentável. Ao recorrer à pesquisa científica e tecnológica, busca-se assegurar que a tecnologia resultante seja capaz de gerar impactos positivos e mensuráveis nas esferas social, econômica, ambiental e política. Na sequência, são apresentados aspectos relevantes discutidos na literatura sobre o tema.

O que diz a literatura sobre responsabilidade social?

O pensamento de Popper (1993) e Kuhn (1998) adiciona à discussão a importante perspectiva de que o desenvolvimento científico requer um ambiente de liberdade crítica, no qual os paradigmas, crenças e valores dos membros de uma comunidade científica ou organizacional possam ser compreendidos, debatidos e, quando necessário, transformados. Para ambos os autores, as organizações passam por transformações semelhantes às ocorridas na natureza, sendo, portanto, imprescindível considerar o momento histórico e a cultura específica da organização ao se analisar seu ambiente e suas práticas.

Essa abordagem dialoga com autores contemporâneos como Boaventura de Sousa Santos (2021), que propõe uma ecologia de saberes e a valorização de múltiplas racionalidades nos processos de mudança social, bem como com Edgar Morin (2015), ao destacar a complexidade dos sistemas humanos e organizacionais, que exigem análises integradas e contextuais.

Nesse sentido, reforça-se a ideia de que o conceito de ações socialmente responsáveis evolui historicamente: parte-se de uma visão inicial baseada em filantropia e caridade, até alcançar abordagens mais sistêmicas, em que a responsabilidade social se integra à estratégia organizacional com vistas à sustentabilidade de

longo prazo. Como apontam Elkington (2018) e sua proposta do Triple Bottom Line, é necessário considerar simultaneamente os impactos sociais, ambientais e econômicos para que uma organização seja, de fato, sustentável.

Nessa perspectiva, há autores tratando do assunto responsabilidade social sob a ótica da transparência, ética, cidadania, dimensões sociais, ambientais e econômicas, sustentabilidade local, governança e comunidades, tais como Larrán-Jorge e Andrades-Peña (2014), Fernández; Bertin e Pineaur (2015); Frigant (2015); Adhepeau (2013); Molica; Carvalho Neto e Gonçalves (2008); Silva e Cañadillas (2003); Melo et al (2017). Quando as idéias sobre RS passaram a abranger um leque vasto de outros temas correlatos, a sustentabilidade passou a caminhar junto, quase que acoplada às práticas de responsabilidade social nas empresas.

Para Almeida (2002), sustentabilidade é o termo que pode ser melhor compreendido quando é atribuído ao desafio da sobrevivência. Segundo o autor, os enfrentamentos realizados em favor de ações sustentáveis foram inicialmente trazidos para a lógica da perenidade dos elementos naturais. A partir do século XXI, passou-se a discutir as consequências do uso e das transformações dos recursos naturais. Nesta concepção sustentabilidade é o resultado da implantação de ações de responsabilidade social nas quais há uma boa governança. E tem como objetivo reduzir as desigualdades sociais e manejar com eficiência os recursos naturais.

No contexto corporativo, isso significa a necessidade de uma gestão que assegure a perenidade da natureza, da base econômica e da sociedade. Do ponto de vista tecnológico, o diálogo entre o saber científico e o saber popular de forma responsável. E inter-relacionado possibilita uma nova maneira de transformar o mundo e manter a existência dos recursos. A junção do equilíbrio humano e não humano, entendido como aspectos objetivos e subjetivos utilizados de forma adequada podem trazer redução da desigualdade social. Bem como melhoria da qualidade de vida das

peçoas, preservação atual e futura do meio ambiente, sem comprometer dessa forma a vida no planeta.

No entanto as experiências encontradas na literatura acerca do tema responsabilidade social replicam conceitos e controvérsias sobre a padronização de atividades econômicas, ambientais e sociais. Bergel et al (2015) e Witkowska (2016). São dois autores que mencionam essas repetições e contradições nas diversas abordagens do tema. Carroll (1991) relata que há estudos que mostram as ações socialmente responsáveis mensuradas através de indicadores. E destaca que é necessário que novas averiguações sejam desenvolvidas, buscando mostrar aspectos científicos e práticos voltados para essa nova realidade social.

Segundo os autores, há necessidade de que o avanço teórico seja aliado a pesquisas empíricas de modo que a teoria se reconcilie com a prática. Godoi, Melo e Silva (2010) destacam que o tema se volta para a estratégia e o exame do ambiente interno e externo baseados em recursos de natureza que sejam tangíveis. Assim, segundo os autores, é preciso realizar o aprimoramento do tema, porque ainda a conceituação está em desenvolvimento.

Na contabilidade é possível mensurar a sustentabilidade das empresas, por exemplo através da demonstração do valor adicionado (DVA) que é um indicador obrigatório por lei para compor as demonstrações contábeis. Conhecido como demonstração do valor agregado, que, embora não seja um elemento do balanço social, evidencia a riqueza gerada pela organização. Na posição de Martins (1997), a DVA é também um instrumento para a implantação e acompanhamento de políticas públicas socialmente responsáveis.

Em 2006, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade, a NBC T-15, que trata da responsabilidade social e ambiental das empresas. Cujo objetivo é que as empresas evidenciem as ações com clareza e transparência. Para o CFC (2007), muito se tem comentado sobre o assunto, no

entanto há necessidade que se estabeleça um padrão a ser seguido. Esta norma veio estabelecer processos para que se possa demonstrar para a sociedade indicadores além dos econômicos, também sociais e ambientais. A evidenciação da responsabilidade social, nas demonstrações contábeis, pode trazer contribuições significativas de planejamento, ordenamento e acompanhamento de ações.

Nesse contexto, observa-se que diversas experiências relatadas na literatura sobre responsabilidade social reproduzem tanto conceitos consolidados quanto controvérsias relacionadas à padronização das dimensões econômica, ambiental e social. Bergel et al. (2015) e Witkowska (2016) destacam a recorrência de abordagens que, embora proponham a institucionalização da responsabilidade social, revelam contradições conceituais e metodológicas em sua aplicação. Já Carroll (1991) argumenta que práticas socialmente responsáveis e sustentáveis precisam ser mensuradas por meio de indicadores específicos, a fim de assegurar sua efetividade e integrá-las à gestão estratégica das organizações. Diante disso, torna-se essencial o desenvolvimento de investigações que articulem fundamentos científicos e práticas aplicadas, contribuindo para o aprimoramento da avaliação e implementação dessas ações no cenário organizacional contemporâneo.

Para os autores, há a necessidade de que o avanço teórico esteja articulado a pesquisas empíricas, de modo que teoria e prática possam se reconciliar. Godoi, Melo e Silva (2010) destacam que a temática se relaciona diretamente à estratégia organizacional e à análise dos ambientes interno e externo, com base em recursos tangíveis. Nessa perspectiva, o Ministro do Tribunal de Contas da União, Nardes (2020), em sua obra *Da Governança à Esperança*, apresenta diferentes cenários nos quais a governança pode ser aplicada com resultados positivos — desde a administração pública e a economia familiar até decisões de ordem política e econômica no país.

Reforça o autor, que tomadores de decisão precisam estar pautados em liderança, participação, planejamento, estratégia, controle e uma boa governança. Com eficácia, e resultado proveniente dos objetivos propostos, eficiência, custo e otimização dos recursos e efetividade, que são os impactos resultantes das mudanças e desenvolvimento (RGB 2020). Nesta perspectiva, Nardes (2024), destaca pontos relevantes que são: Governança, confiança, risco, inovação, desenvolvimento e esperança.

No contexto internacional, observa-se a existência de indicadores consolidados para a implantação e o monitoramento de ações de responsabilidade social, com destaque para o relatório Global Reporting Initiative – GRI (2018). Trata-se de uma ferramenta desenvolvida para aplicação em escala global, com estrutura flexível e elementos adaptáveis a diferentes segmentos da economia, tanto em níveis nacionais quanto locais. A utilização desse indicador possibilita a construção de bases sólidas para a tomada de decisão estratégica, favorecendo o estabelecimento de metas relacionadas à responsabilidade social e à sustentabilidade. Além disso, permite realizar análises criteriosas sobre o ambiente organizacional, contribuindo para uma gestão mais integrada e orientada a resultados sustentáveis.

Apesar de existirem vários indicadores para implantação, acompanhamento e validação de ações sociais, suscita-se ainda debates nas organizações e comunidades com a finalidade de fomentar a participação das pessoas como elemento incentivador das ações proporcionando a elas emancipação, conforme entendimento de Tenório (2012). Nas comunidades, segundo a literatura estudada, há perspectivas latentes para realização de ações de responsabilidade social sustentáveis baseadas na participação popular utilizando-se o GRI e gerando dessa forma novas formas de inovação.

Ainda em âmbito internacional, os resultados desta pesquisa estão alinhados com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

- ODS da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU. Em especial com metas associadas diretamente aos Objetivos 16 e 17 da ODS-ONU-2030. O objetivo 16 possui metas que inclui Paz, Justiça e Instituições Eficazes e o objetivo 17 inclui Parcerias e Meios de Implementação. Ainda caminhos que poderão proporcionar o incentivo às parcerias público-privado e público-público. Trazendo, dessa forma impactos positivos no desenvolvimento ambiental, cultural, econômico, político, social e tecnológico.

Neste cenário de acordo com a ONU (2024), a ciência tem buscado soluções para o uso sustentável dos recursos no planeta. Para que possa atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável e dessa forma cumprir a Agenda 2030. Cujo objetivo é de evitar tendências negativas e comprometer a vida no planeta. Diversas perspectivas são abordadas sobre sustentabilidade, evidenciando conexões entre aspectos econômicos, ambientais e sociais. Dessa forma o contexto do presente artigo busca demonstrar aos gestores de recursos públicos contribuições para a formulação de políticas com mecanismos que evitem ações improdutivas. Assim, descreve-se a metodologia aplicada para resolver o problema da pesquisa e atingir os objetivos propostos.

Metodologia utilizada na pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada na comunidade Mumbuca no Parque Estadual do Jalapão, previamente selecionada para implantação de projetos sociais devido à potencialidade de emprego e renda e, reconhecida em vários países pelo artesanato de capim dourado. Considerando que a pesquisa ocorreu na comunidade, a investigação se caracteriza como empírica e participativa. Tripp (2005, p. 446), “aprimora a prática pela ação e pela investigação”. O autor sugere que é importante planejar, implementar, descrever e avaliar os resultados.

Para isto a verbalização dos sujeitos foi de suma importância para a categorização dos coeficientes. Assim foi realizado um roteiro

para auxiliar a construção do software, tanto do ponto de vista estatístico quanto do conceitual, como forma de orientar os usuários da informação, sem perder de vista o problema da pesquisa e os objetivos propostos. Estes procedimentos foram guiados por meio da literatura e da metodologia escolhida para a implantação, monitoramento e avaliação de projetos sociais sustentáveis.

A técnica utilizada para coleta de dados foi a observação direta e participante, questionário, entrevista. Entendida dessa forma como triangulação de técnicas de pesquisa, conforme sugerido por Denzin e Lincoln (2006), o uso de múltiplas técnicas, ou seja, a triangulação, reflete uma tentativa de assegurar uma compreensão em profundidade do fenômeno. Para Haguette (1997). A observação direta foi realizada pela pesquisadora por meio da inserção no cotidiano das pessoas, utilizando-se de um diário de campo para registrar dados, informações e fotografias coletados, que foram suscetíveis de serem interpretados e sistematizados como experiências.

A pesquisa foi realizada nas dimensões econômica, social e ambiental. Essas dimensões foram consagradas pela Global Reporting Initiative - GRI 4 (2018), que trata de indicadores para implementação e mensuração de ações socialmente responsáveis. Por último foi selecionado um grupo focal para análise de acordo com a técnica "bola de neve". Para Morgan (1997), a técnica de focus group viabiliza o recolhimento de informações sobre um tópico de interesse e tende a ser utilizada em combinação com outros métodos de investigação.

Para Stewart e Manz (1995), pode ser utilizada para compreender como os participantes falam sobre algum fenômeno de interesse, ou seja, diagnosticar a comunidade. A pesquisa teve por base a categorização da fala dos sujeitos sob o olhar da análise de conteúdo de Bardin (2011). Para a realização de ligação entre as dimensões, categorias, subcategorias, foi realizada por meio de uma matriz swot com a finalidade de se confrontar os dados coletados na

observação direta, participante e entrevista e, verificar os pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades para o local.

Para Chermack e Kasshanna (2007) a análise swot demonstra as etapas da informação e interpretação e demonstra em que pontos as decisões estão baseadas. No entendimento do autor, prepara a estrutura para a tomada de decisões estratégicas. A construção da Matriz swot, estabeleceu-se parâmetros para a organização das variáveis a partir das recomendações de Stewart e Manz (1995), pontos fortes, pontos de melhoria, oportunidades e desafios a superar, mensurados.

Para se traçar os caminhos para implantação de ações socialmente responsáveis utilizou-se a escala de Phrase Completion, nas dimensões econômica, ambiental e social. através das especificações contidas nas categorias e subcategorias, pontuadas, com base na valoração recebida por meio do número de verbalização dos sujeitos da pesquisa para cada categoria estudada. Para isto foram utilizadas nuvem de palavras.

Na visão de Bardin (2010), a frequência de aparição de registro pode identificar que um elemento da pesquisa aparece, e identifica se um elemento é mais importante que o outro na análise de valores ideológicos ou análise de conteúdo em uma abordagem teórico e empírica. Para isto autor recomenda que se realize uma escala de perfis para apresentação dos resultados na perspectiva dos elementos encontrados na pesquisa.

Dessa forma, foi possível desenvolver um modelo fundamentado na matemática aplicada e na programação linear, com o objetivo de resolver problemas a partir da importação de dados obtidos por meio da análise de conteúdo. Para isso, adotou-se como base a valoração das verbalizações dos sujeitos, utilizando a escala de Phrase Completion, a partir da análise de três premissas principais: (a) dimensão econômica, (b) dimensão ambiental e (c) dimensão social. Essas dimensões foram categorizadas com base na frequência das verbalizações atribuídas a cada uma, permitindo a

quantificação e estruturação dos dados para fins de análise e tomada de decisão

Nesta perspectiva foi possível desenvolver a arquitetura de um modelo matemático, para que fosse possível avaliar os coeficientes de impacto de cada dimensão. Com o desenho do modelo e com a utilização da inteligência de máquina, foi exequível a construção da arquitetura e o desenvolvimento do software SAPS. O que vem corroborar com a visão de Finkelstein (2003), quando destaca que a utilização da programação linear serve para o arranjo dos dados.

Assim, o trabalho foi construído por uma estrutura de elementos teóricos e práticos, pautados na pesquisa básica, informação e conhecimento, problema definido, alternativa e tecnologia. Na sequência apresenta-se os caminhos trilhados para a resolução do problema.

Quadro 1 - Caminhos para a Construção do Modelo

Literatura (estrutural)	Responsabilidade social = Governança + (gestão social) + Sustentabilidade (econômica, ambiental, social)
Metodologia (operacional)	Caminhos para o desenvolvimento do software: Observação direta + observação participante + questionário + entrevista + matriz <i>swot</i> (pontos fortes, pontos de melhoria, oportunidades e desafios a superar)
Sujeitos da pesquisa	Lideranças da comunidade (11), um indica o outro (bola de neve quanto maior é o interesse dos atores maior compreensão maior valorização e utilização dos resultados da pesquisa (coeficiente de impacto)

Ferramenta	Software SAPS – Transcrição das entrevistas, utilização do software, nuvem de palavras, <i>escala Phrase Completion</i>, através para contagem das palavras repetidas na entrevista. Com base na valoração recebida pela verbalização dos sujeitos da pesquisa, foi possível realizar a modelagem estatística.
Resultados encontrados	Por meio de categorias da Initiative Global Reporting- GRI e subcategorias da fala dos sujeitos na (dimensão econômica) = impactos econômicos indiretos (Turismo = comércio + serviços) GRI (dimensão ambiental) = energia + biodiversidade, emissões efluentes e resíduos + produtos e serviços + conformidade + transporte Biodiversidade= Capim dourado + buriti + dunas + Naturatins + transporte + resíduos GRI (dimensão social) = emprego+ governança+ saúde, + educação+associação e negociação coletiva+comunidade+políticas públicas+conformidade+rotulagem de produtos e serviços+marketing+conformidade+ <i>compliance</i> Dimensão social= Comunidade + Governança + associação + saúde, emprego, + conformidade + compliance Com base nas categorias e subcategorias encontradas no trabalho e modelagem estatística, foi possível identificar o fator de impacto de cada

	dimensão. Quanto maior o fator de impacto maior atenção deve ser dada a respectiva dimensão.
--	--

Fonte: Elaborada pelos autores com base na pesquisa.

Apresentação e análise dos resultados

Neste item apresenta-se os resultados encontrados na pesquisa. Como produto desenvolveu-se o Software de análise para implementação de projetos sustentáveis-SAPS. É um sofisticado software, facilitador da coleta, entendimento e análise das necessidades dos beneficiários, antes da disponibilização dos recursos públicos. Assim, por meio de categorias apresentadas pela Global Initiative Reporting, utilizou-se as dimensões sociais, ambientais e econômicas para diagnóstico e análise das necessidades.

Por meio de entrevistas, questionários, observação direta e participante, foi possível construir clusters de cada dimensão por meio de categorias e subcategorias, obtidas pela ferramenta (GRI), e verbalização dos sujeitos, transformou-se as redes de palavras em cálculo numérico. Para a valoração da fala dos sujeitos utilizou-se da escala de Phrase Completion, a partir das funções X,Y,Z. Isto é,

encontrar quais das n dimensões terão prioridade na implantação de ações.

Para a resolução de problemas desse tipo além da função objetivo e das restrições, são acrescentadas condições de integralidade, conforme fórmula: $X + Y + Z = (\sum E) = 0 < N \leq 10$ Onde: X = Dimensão econômica, Y = Dimensão ambiental Z = Dimensão social. Onde: E é o Resultado da Entrevista N é o intervalo da Escala de Phrase Completion. As funções X, Y, Z são grandezas qualitativas que foram transformadas em quantitativas utilizando-se fórmulas condicionais que mantenham os dados dentro de limites, da escala de Phrase Completion. Assim, N é a escala de Phrase Completion que divide-se em 10 estagios (pequeno, moderado e alto), avaliada em três dimensões qualitativas, (econômica, ambiental e social).

Após a transcrição e revisão das entrevistas no editor de texto, foram importadas e armazenadas no software N vivo 12. Assim, foram codificadas e categorizadas as falas de cada entrevistado. Optou-se no primeiro momento a criação de uma nuvem de palavras obtida através da categorização das perguntas realizadas de forma individual. Posteriormente juntou-se as informações de todos os respondentes e, a partir dos dados saídos do software, foi possível organizar as ideias.

A nuvem de palavras possibilitou o primeiro brainstorming de análise de conteúdo, a partir do problema da pesquisa: Quais as etapas são necessárias para se desenvolver um modelo para implantação de ações de responsabilidade social, na perspectiva da substantividade, para uma comunidade tradicional? Para isto foram propostas dimensões as econômicas, ambientais e sociais que são o alicerce do processo. À medida que a pesquisa avançava, o software foi sendo mais útil dentro de uma observação sistemática tendo por base a teoria e a metodologia necessárias para que a pesquisadora alimentasse o sistema e realizasse a interpretação dos dados.

Dentro destas, dimensões foram inseridas categorias e subcategorias para trazer mais informações em cada estágio. Isto possibilita que por meio da interface do software inteligível no que se refere a confecção de mapas de atração e repulsão, e análise de tendências para cada dimensão econômica, social ou ambiental, apontando nos cálculos maior ou menor fator de impacto para a tomada de decisão.

Ao se mapear o ambiente através de indicadores pode-se destinar recursos para minimizar os impactos negativos, bem como fortalecer os aspectos positivos. Para isto é necessário uma carga inicial de elementos coletadas por meio de informações estruturadas ou semi estruturadas. Antes do uso do aplicativo é necessário que seja alimentado por dados provenientes da pesquisa. A aplicação foi desenvolvida para celular e tablets e permite a coleta de dados por meio de questionário, entrevistas e ou observação participante.

Para a manipulação dos arquivos, o usuário deve selecionar o diretório de trabalho onde estão os arquivos de estudo em formato docx. O programa considera que todos os arquivos que possuem este formato, relativos a pesquisa devem ser carregados à interface. Os dados de projeto são salvos automaticamente em um diretório de nome SAPS, que é guardado no mesmo diretório em que foram abertos os arquivos de estudo. E que é carregado toda vez que o programa é aberto, permitindo que qualquer modificação realizada para o conjunto de arquivos estejam salvos.

São três arquivos de configuração: Dimensions.csv: tabela com a lista de códigos por indicador, Project.conf: variáveis usadas pelo programa, Stopwords.txt: palavras irrelevantes para o estudo. Os dados específicos para que programa funcione são salvos no diretório do usuário no caso do Windows, e no diretório de execução do script principal no caso do Linux.

Foi criado um arquivo único denominado saps.conf. O objetivo deste software é auxiliar pesquisadores, estudantes e gestores de recursos públicos na potencialização da metodologia

aplicada à pesquisa de campo, bem como na criação de mapas e na realização de cálculos, que apontam o coeficiente de impacto por meio do processamento automático de informações. Essa funcionalidade confere maior cientificidade e agilidade à elaboração e à implementação de projetos sociais sustentáveis

A aplicação permite a coleta de dados com resultados instantâneos, desenvolvida utilizando o framework Ionic e a linguagem TypeScript. O servidor foi implementado com o framework Django, em conjunto com as linguagens Python e JavaScript, além dos frameworks complementares Bootstrap e jQuery. A ferramenta foi registrada no Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI) e está em fase de testes em ambiente de sala de aula, com a perspectiva de, futuramente, ser aplicada em múltiplos contextos, contribuindo para a eficiência dos gastos públicos em projetos sustentáveis

As estratégias da pesquisa levaram em conta o problema para a abordagem da pesquisa: Quais etapas são necessárias para se desenvolver um software que possa analisar possibilidades de implantação de projetos. Assim o conjunto de informações que formaram a base do conhecimento determinaram o protocolo da pesquisa.

Os trabalhos foram desenvolvidos a partir da teoria e da comunicação entre os sujeitos da pesquisa e foi desenhado um modelo que traz aspectos estruturais e operacionais para o trabalho. Tais como elementos teóricos, comunicação com a participação das pessoas, sendo considerada estratégica para a resolução do problema. Assim com este software propõe-se a subsidiar a formulação de políticas para implantação e monitoramento de projetos sociais.

O trabalho atingiu os objetivos propostos e respondeu ao problema da pesquisa. Espera-se que, desta forma, se possa obter contribuições que permitam enriquecer o software para implantação de ações que evitem o desperdício de recursos empregados em

projetos de responsabilidade social e que venham atender as necessidades de gestores públicos, bem como beneficiários dos recursos.

Assim ao disponibilizarmos informações constantes neste artigo a intenção foi de atender anseios de gestores de recursos públicos, estudantes nos mais variados níveis de conhecimento, bem como interessados sobre o assunto. Para isto, procuramos demonstrar elementos para construção do software, com base na literatura e a partir da fala dos sujeitos e busca de projetos sociais fracassados.

Neste trabalho, utilizou-se do uso dos recursos tecnológicos que possibilitem a implantação de projetos sustentáveis. Para isto buscou-se trazer de forma didática os instrumentos que geraram o tecnológico com a ajuda da programação linear para a apresentação dos dados. Para um melhor atendimento ao usuário é necessário que haja conhecimento preliminar sobre as ações a serem implantadas e participação das pessoas sobre categorias essenciais do processo. Os exemplos aqui apresentados são ilustrativos e deverão ser atualizados de acordo com o planejamento, tendo por base os objetivos de cada projeto. A idéia é que sejam utilizadas pesquisas científicas, para formulação de políticas públicas eficientes e inovadoras.

Esta pesquisa representa uma contribuição significativa para o campo da sustentabilidade, com relevância técnico-científica e impactos sociais, ambientais, tecnológicos, culturais e econômicos. O software desenvolvido no escopo deste estudo se destaca como uma inovação central, oferecendo uma ferramenta prática e eficiente para o planejamento e a gestão de projetos sustentáveis. No que diz respeito ao estado da arte, esta pesquisa estabelece uma base sólida que pode servir como referência e orientação para futuros estudos na área. Além disso, a aplicabilidade dos resultados demonstrados, especialmente por meio do uso do software, abrange níveis local, estadual e internacional, ampliando o potencial de transformação e

impacto positivo em diversas realidades organizacionais e governamentais.

Para estudos futuros, sugere-se que o modelo seja aplicado em comunidades com maior número possível de pessoas e que desenvolvem os mais variados produtos e serviços. Também se enfatiza a importância de realizar a comparação do modelo encontrado na comunidade estudada e a utilização do modelo sugerido pela pesquisadora. Outro ponto a destacar é a importância de que seja elaborada normativas em âmbito federal, estadual e ou municipal para implantação de ações de responsabilidade social dentro do presente modelo para que seja evitado desperdício de recursos públicos.

Sugere-se ainda a elaboração de um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas, utilizando-se as dimensões econômicas, ambientais e sociais e gestão social, com o objetivo de realizar o aporte estatístico e/ou matemático, entrelaçando as dimensões entre si com a finalidade de analisar os achados desta pesquisa. Assim, o presente estudo é finalizado sem a pretensão de esgotar o assunto. E sim, aprimorar e dar prosseguimento como forma de contribuição para a sociedade e para a academia através da construção de uma agenda de pesquisa.

Referências

ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. A cruel pedagogia do vírus. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

BORDENAVE, Juan Díaz. O que é participação. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARROLL, Archie B. Three-dimensional conceptual the terminology of partnerships. In: THE C CARROL, Archie B. OPENHAGEN Centre, Partnership matters. Copenhagen, 2008. p. 31-35.

_____. Corporate social responsibility, evolution of a definitional constructo. *Business & Society*, v. 38, n. 3, p. 268-295, set. 1999. Disponível em: <<httpbas.sagepub.com/cgi/abstract>>. Acesso em: 10 set. 2018.

_____. The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders. *Business Horizons*, v. 34, n. 4, p. 39-48, 1991. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/000768139190005G>. Acesso em: 15 maio 2023.

CHERMACK, T. J.; KASSHANNA, B. K. The use and misuse of SWOT Analysis and implications for HRD professionals. *Human Resource Development*, v. 10, n. 4, p. 383-399, 2007. Acesso em: 10 jan. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBCT 15 Responsabilidade Social e Ambiental. 2006. Disponível em: www.cfc.org.br. Acesso em: 10 fev. 2024.

ELKINGTON, John. Canibais com garfo e faca: capitalismo de ponta tripla. São Paulo: Makron Books, 2018.

FARIA, M. J. da S. Tipos de divulgação da informação financeira e não financeira de responsabilidade social empresarial. *Cadernos EBAPÉ.BR*, Rio de Janeiro, v. 15, n. spe, p. 534-558, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 10 maio 2024.

FIGUEIREDO FILHO, D. B. et al. O que é, para que serve e como se faz uma metanálise? Teoria e Pesquisa, v. 23, n. 2, p. 205-228, 2014. Acesso em: 15 jul. 2020.

GLOBAL COMPACT. Declaração de Genebra. Global Compact Leaders Summit. 2016. Disponível em: <https://www.unglobalcompact.org/take-action/events/411-unglobal-compact-leaders-summit-2016>. Acesso em: 12 jul. 2023.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE – GRI. 2018. Disponível em: <https://www.globalreporting.org>. Acesso em: 20 maio 2022.

HERNÁNDEZ-PERLINES; SÁNCHEZ-INFANTES. Análise do efeito da responsabilidade social corporativa nos resultados empresariais das micro, pequenas e médias empresas. Toledo, Espanha: Universidade de Castilla-La Mancha; Departamento de Administração de Empresas; Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, 2016. Disponível em: www.capes.scopus.com. Acesso em: 10 maio 2024.

IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br>. Acesso em: 10 maio 2024.

JIMÉNEZ, C. G.; MARTÍNEZ, A. G.; LÓPEZ, M. A. Propuesta de Indicadores de la Responsabilidad social Universitaria conforme a la guía G4 del GRI: el caso de la Universidad de Córdoba. Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa, CIRIEC-España, n. 87, p. 103-137, 2016. Disponível em: www.capes.scopus.com. Acesso em: 20 ago. 2023.

JONAS, Hans. O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: PUC Rio; Contraponto, 2006.

KROETZ, César Eduardo Stevens. Balanço Social: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

MANUAL DE OSLO. Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3. ed. Paris: OCDE, 2006.

MELO, M. F. S. et al. Responsabilidade social corporativa e competitividade: uma análise bibliométrica da evolução do tema. Revista Metropolitana de Sustentabilidade, v. 7, n. 2, p. 115-133, 2017.

MORETTI, S. L. A.; CAMPANÁRIO, M. A. A produção intelectual brasileira em Responsabilidade Social Empresarial - RSE sob a ótica da Bibliometria. Revista de Administração Contemporânea, v. 13, n. spe, p. 68-86, 2009. Acesso em: 10 dez. 2022.

MORGAN, D. L. Focus groups as qualitative Research. 1997. Disponível em: <https://books.google.br>. Acesso em: 10 mar. 2023.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Trad. Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2006.

_____. Os desafios da complexidade. In: MORIN, Edgar. A religação dos saberes: o desafio do século XXI. Trad. Flávia Nascimento. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 559-567.

_____. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

NASCIMENTO, A. R. do et al. Discosure social e ambiental: análise das pesquisas científicas veiculadas em periódicos de língua inglesa. Revista Contabilidade Vista e Revista, v. 20, n. 1, jan./mar. 2009. Acesso em: 20 mar. 2021.

OSLO. Manual de. www.finep.gov.br. Acesso em: 10 maio 2024.

POPPER, Karl R. Conjecturas e refutações: o desenvolvimento do conhecimento científico. 3. ed. Brasília: Editora da UNB, 1993.

PYTHON. Disponível em: <https://minerandodados.com.br/plotando-graficos-de-forma-facil-com-python>. Acesso em: 12 mar. 2021.

_____. Disponível em: <https://python-docx.readthedocs.io/en/latest/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

QUEZADA, R. G. Percepción de los dirigentes estudiantiles universitarios sobre la responsabilidad social universitaria. Revista de Ciencias Sociales, v. 11, n. 2, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net>. Acesso em: 20 fev. 2023.

RAMOS, Alberto Guerreiro. A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1981.

_____. A nova ciência das organizações. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

_____. Uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1981.

SCIELO. Disponível em: <www.capes.periodicos.com>. Acesso em: 14 jul. 2023.

SCOPUS. Acrescente valor à sua pesquisa. 2016. Elsevier - Latin America South. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 11 jun. 2023.

SOUZA, M. T. S. et al. Estudo bibliométrico de teses e dissertações de programas stricto sensu em administração sobre responsabilidade social empresarial. *Administração: Ensino e Pesquisa*, v. 14, n. 1, p. 63-98, 2013. Acesso em: 10 dez. 2023.

STEWART, D. W.; SHAMDASANI, P. N.; ROOK, D. W. Focus groups: theory and practice. 2. ed. Thousand Oaks, California: Sage, 2007. Acesso em: 15 mar. 2021.

STEWART, G.; MANZ, C. Leadership for Self-Managing Work Teams: a typology and integrative model. *Human Relations*, v. 48, p. 747-770, 1995. Acesso em: 10 jan. 2023.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (org.). Responsabilidade social empresarial: teoria e prática. 10. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

_____. Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

_____. O mito da participação. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 162-164, maio/jul. 1990. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/index>. Acesso em: 20 set. 2022.

TINOCO, J. E. P. Balanço social e o relatório da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2010.

WITKOWSKA, J. Responsabilidade social corporativa: aspectos teóricos e empíricos. Universidade de Lodz. Polônia: Faculdade de Economia e Sociologia; Departamento de Economia Mundial e Integração Europeia, 2016. Disponível em: <www.capes.scopus.com>. Acesso em: 27 jun. 2023.

O ESTUDANTE AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR: uma análise de dados da Universidade Federal do Tocantins - UFT e da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT

Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior
Denise de Barros Capuzzo

Introdução

O transtorno do espectro autista- TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento, que tem características bem determinadas na díade: comportamentos repetitivos e estereotipados e, dificuldades na interação e comunicação social. Nos anos 1980, era considerado um distúrbio raro, com incidência aproximada de 1 para 2500 nascimentos, quando os diagnósticos eram pouco realizados. No entanto, a incidência tem aumentado consideravelmente, o que é observado pelos números de estudantes autistas nas escolas regulares e nas solicitações de acompanhantes para estes estudantes. (BECKER, RIESGO, 2016). Não há estudos conclusivos sobre a prevalência do autismo no Brasil, estima-se que 1 em 100 crianças no mundo tenham autismo; nos EUA uma a cada 30 pessoas

entre 3 a 17 anos está dentro do espectro autista (QIAN LI, MM; YANMEI LI, MM; BUYUN LIU, MD et al, 2022).

No Brasil, espera-se que os dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE- 2022, que ainda não estão totalmente disponíveis, demonstrem a incidência de autismo nos domicílios brasileiros.

No processo educacional inclusivo os autistas têm direito a frequentar o sistema regular de ensino em todos os seus níveis, inclusive o ensino superior. O ingresso de estudantes autistas no ensino superior ainda é considerado baixo apesar não possuímos até então, estudos e dados estatísticos que confirmem este baixo número de estudantes autistas no ensino superior.

Conforme microdados do Censo Escolar (2020), a porcentagem de estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação matriculados no ensino Médio no Brasil no ano de 2010 eram 32.233 estudantes e, em 2020, este número avançou para 165.227 estudantes matriculados. Muitos destes estudantes poderão prosseguir seus estudos no ensino superior e a universidade precisa estar organizada para recebê-los, para além do ingresso, mas para um ensino de qualidade com garantia a permanência e sucesso do estudante.

O objetivo deste artigo é realizar uma pesquisa exploratória sobre o estudante autista no ensino superior na Universidade Federal do Tocantins-UFT e na Universidade do Norte do Tocantins-UFNT, identificando o quantitativo de estudantes ingressos após a normatização da lei 13.409/2016 que estabeleceu cotas para estudantes deficientes no ensino superior, os cursos que estão vinculados, a origem, a forma de evasão, se estão vinculados, desvinculados, formados e o desempenho acadêmico. Também será apresentada a política de inclusão desta universidade no intuito de compreender como se dá este processo. Vale ressaltar que a normatização do sistema de cotas para alunos com deficiência no âmbito da UFT e da UFNT foi concretizada no ano de 2018.

Metodologia

Para atingir os objetivos propostos neste artigo utilizaremos uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo, orientada por uma pesquisa documental. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p.174) “característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”.

Segundo SÁ-SILVA; ALMEIDA e GUINDANI (2009, p.4) definem fontes primárias como os “dados originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados, ou seja, é o pesquisador (a) que analisa”. Já por fontes secundárias os autores afirmam que são informações que foram trabalhadas por outros pesquisadores e que estão no domínio científico.

Como fontes primárias recorremos aos dados dos estudantes autistas matriculados nos cinco Câmpus da Universidade Federal do Tocantins entre os anos de 2018 e 2023. Esses dados são informados durante a matrícula dos estudantes e seguem alimentados pelo desempenho acadêmico durante o curso. Também foram pesquisadas normativas e documentos institucionais que versam sobre a inclusão de pessoas com deficiência na instituição em questão.

Como fontes secundárias de pesquisa realizamos, no Portal de Periódicos Capes e no Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto -Oasisbr nos últimos 5 anos, um estudo de revisão sistemática de leitura sobre a inclusão de alunos autistas no ensino superior.

Segundo Sampaio e Mancini (2007, p. 83)

O processo de desenvolvimento desse tipo de estudo de revisão inclui caracterizar cada estudo selecionado, avaliar a qualidade deles, identificar conceitos importantes,

comparar as análises estatísticas apresentadas e concluir sobre o que a literatura informa em relação a determinada intervenção, apontando ainda problemas/questões que necessitam de novos estudos.

A revisão sistemática de leitura é uma técnica de pesquisa que visa identificar, avaliar e sintetizar toda a evidência relevante disponível em uma área de pesquisa específica. Ela envolve a busca por estudos relevantes, a avaliação da qualidade e relevância dos estudos encontrados e a síntese dos resultados desses estudos em uma análise geral.

A revisão sistemática de leitura é uma abordagem rigorosa e transparente que é frequentemente usada na pesquisa em saúde, mas também pode ser aplicada em outras áreas. Ela é particularmente útil para identificar tendências e padrões na literatura existente, bem como para identificar lacunas no conhecimento que precisam ser preenchidas.

Para conduzir uma revisão sistemática de leitura, é necessário definir uma pergunta de pesquisa clara e específica. Em seguida, é feita uma busca sistemática e abrangente de estudos relevantes. Os estudos encontrados são então avaliados quanto à sua qualidade e relevância, e os resultados são sintetizados em uma análise geral.

Com o intuito foi encontrar o que há de publicação em artigos sobre a inclusão de alunos autistas no ensino superior. A pergunta realizada foi a seguinte: Nos últimos 5 anos, no portal de periódicos da Capes, quais artigos foram publicados considerando os seguintes descritores: autismo, inclusão e ensino superior?

A revisão sistemática de leitura é uma técnica valiosa para identificar as melhores evidências disponíveis em uma área de pesquisa. No entanto, é importante lembrar que a qualidade da revisão depende da qualidade dos estudos incluídos na análise.

Portanto, é importante conduzir uma busca completa e criteriosa e avaliar cuidadosamente a qualidade dos estudos encontrados.

Encontramos 8 trabalhos no Portal de Periódicos Capes, sendo um repetido, totalizando, somente, 7 trabalhos. No Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto - Oasisbr, foram encontrados 7 artigos, sendo um repetido, restando 6 e totalizando 13 artigos encontrados. Percebe-se que ainda há muito pouco estudo nesta área, apesar da relevância do tema e o visível aumento desta demanda no Ensino Superior.

O baixo quantitativo de artigos publicados com os descritores citados, reforça a necessidade da fonte primária de dados. Neste caso, foram analisados os dados da nossa instituição de origem, a Universidade Federal do Tocantins, no intuito de identificar o quantitativo de matrículas, o rendimento escolar e os cursos que os alunos autistas se encontram matriculados. Serão utilizados os dados dos alunos autistas que se identificaram no ato da matrícula entre os anos de 2018 e 2023. Escolhemos o ano de 2018 por ser este ano o início do sistema de cotas para pessoas com deficiência.

O estudante autista na UFT e na UFNT

A pessoa que está no espectro autista pode apresentar prejuízos significativos nas habilidades sociais e na comunicação, além de comportamentos estereotipados e repetitivos. Conforme o Manual de Diagnósticos e Estatística dos Transtornos Mentais DSM-V TR (2023), o indivíduo é classificado com a diáde de prejuízos: comunicação social e comportamento restrito.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE levantou, pela primeira vez, dados sobre o Transtorno do Espectro Autista -TEA no Censo Demográfico brasileiro de 2022, no entanto estes dados ainda não foram disponibilizados. Espera-se que estes dados possam possibilitar a implementação de políticas públicas

para estas pessoas, principalmente políticas que favoreçam a educação especial inclusiva.

Por muito tempo, os autistas foram excluídos e segregados a educação especial, que são espaços limitados a pessoas com deficiência.

Isso se dá, depois de um longo período de mobilização mundial, como a Declaração de Salamanca em 1994, da qual o Brasil é signatário. A Declaração de Salamanca, a partir da Declaração dos Direitos Humanos (1948) e a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos (1990) aponta os princípios de uma educação especial inclusiva.

Vale ressaltar que a Constituição Brasileira de 1988, também já afirmava que a educação é um direito de todos e em 1989, a Lei Nº 7.853, obriga a inserção de escolas especiais, privadas e públicas, no sistema educacional e a oferta obrigatória e gratuita da Educação Especial em estabelecimento público de ensino.

Atualmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBE - Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, estabelece em seu artigo 58 que

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Ou seja, aluno autista deve, preferencialmente, estar em uma escola da rede regular de ensino. Há, também, na LDB/1996 a garantia de acesso e permanência destes estudantes em todos os níveis de ensino, inclusive no ensino superior.

A lei 12 764 de 2012, conhecida como lei Berenice Piana, instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas

com o Transtornos do Espectro Autista e ampliou seus direitos considerando-os pessoas com deficiência.

Somente no ano 2015 que a Lei Nº 13.146 instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Esta lei é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. Em relação à educação, assegura um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a sua vida.

A universidade, por sua vez, recebe esses alunos e deve assegurar o aprendizado acadêmico, garantindo acessibilidade, permanência e sucesso, o que requer as mais variadas adaptações, como por exemplo, um acompanhante, ambientes adaptados, atendimento educacional especializado, plano de ensino individualizado, dentre outras que variam muito dependendo da demanda e do desenvolvimento individual do aluno autista.

A inclusão no ensino superior, é considerada um processo mais complexo em comparação com a educação básica tanto pela diversidade de conteúdo, matérias bem específicas de cada área, quanto e pela própria grandeza de um ambiente universitário, com muitos professores e alunos que representam uma diversidade social e de ideias.

O censo da educação superior de 2021, não especifica o número de estudantes autistas, mas estudantes com o transtorno global do desenvolvimento, um total de 4018 estudantes. Número que não deixa claro, quantos destes alunos são autistas, já que o autismo também pode ser considerado um transtorno global do desenvolvimento.

No censo escolar 2022 o percentual de matrículas de alunos incluídos em classes comuns aumentou gradativamente ao longo dos anos. Em 2018, o percentual de alunos incluídos era de 92,0% e passou para 94,2% em 2022. Não foram encontrados dados sobre o

quantitativo de alunos autistas matriculados na educação básica referentes a este último censo.

A Universidade Federal do Tocantins, conta atualmente, com 5 campus, localizados nos municípios de Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas e Porto Nacional. Os Câmpus de Araguaína e Tocantinópolis deram origem a Universidade Federal do Norte do Tocantins no ano de 2019, e os seus dados ainda estão sob os cuidados a UFT, por isso consideraremos os dados da UFNT neste estudo.

A implementação da Lei 13.409 de 2016, que instituiu a Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência nas Instituições Federais de Ensino, foi normatizada pela UFT/UFNT no ano de 2018, quando o ingresso de alunos com deficiência se tornou mais expressivo.

Conforme dados do relatório anual da UFT/UFNT (2023), a instituição possui mais de 18 mil alunos matriculados e mais de 15 mil egressos em 2022.

No que diz respeito à acessibilidade e inclusão, foi criada a Coordenação de Acessibilidade Estudantil- CAE, unidade vinculada a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis que tem como competência o desenvolvimento de ações necessárias para garantir que os estudantes com deficiência tenham todo o suporte necessário para acessar os serviços oferecidos pela universidade sem nenhum prejuízo na sua vida acadêmica.

A CAE adotou ações no âmbito do Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva (PAEI), cujo objetivo é promover ações de acessibilidade e educação para estudantes com deficiência, autismo e altas habilidades/superdotação.

Outra ação de destaque da CAE foi a aquisição de Equipamentos de Tecnologia Assistiva com recursos do Programa Incluir para os estudantes com deficiência dos 5 Câmpus da UFT.

Buscando a plena inclusão à vida universitária dos estudantes com deficiência existem programas institucionais que contribuem para o cumprimento da política de acessibilidade. São eles:

- Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva (PAEI), que promove a acessibilidade arquitetônica, curricular, comunicacional, informacional e atitudinal e de ações de educação inclusiva em todo processo de formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação em todas as dependências da UFT por meio do fornecimento de auxílio para custear despesas com deslocamento, aquisição de materiais e equipamentos especiais necessários ao desenvolvimento da aprendizagem.

- O Programa de Inclusão Digital (PDigital) é uma política pública voltada para a inclusão digital de estudantes da graduação presencial, que disponibiliza auxílio financeiro para a aquisição de equipamento computacional e o auxílio financeiro pode ser utilizado para aquisição de notebook ou tablet e/ou para a aquisição de dispositivo de tecnologia assistiva.

- Programa Incluir que tem entre seus objetivos implantar a política de educação especial com inclusão, promover ações que assegurem o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas instituições públicas de ensino superior e eliminar barreiras físicas, pedagógicas e de comunicação.

No ano de 2022 o recurso do Programa Incluir, do governo Federal, foi responsável pela aquisição de tecnologias assistivas para compor o Setor de Acessibilidade Informacional (SAI) dos cinco campus da UFT e dois campus da UFNT. Além dos programas, para garantir a acessibilidade a todos os estudantes, foram contratados alunos monitores e tutores para atender as demandas da graduação e da pós-graduação, auxiliando os estudantes com deficiência sob a orientação do setor de assistência estudantil dos Câmpus e um professor coordenador do projeto.

A Pró-reitoria de Graduação da UFT, por meio do setor de Coordenação de Suporte ao Ingresso, nos encaminhou os dados a seguir mantendo o sigilo do nome dos alunos para que não sejam identificados.

Os alunos autistas estão distribuídos conforme quadro abaixo:

campus	Curso	Ano de ingresso	Forma de evasão
Araguaína	Biologia /licenciatura	2022	vinculado
Araguaína	Medicina	2022	vinculado
Araguaína	Medicina	2021	vinculado
Araguaína	Medicina	2020	declinante
Araguaína	Medicina	2020	desistente
Araguaína	Zootecnia	2022	desistente
Palmas	Engenharia Elétrica	2022	vinculado
Palmas	Arquitetura e urbanismo	2021	vinculado
Palmas	Computação/ licenciatura	2023	vinculado
Palmas	Medicina	2021	vinculado
Tocantinópolis	Ciências Sociais	2020	vinculado

Quadro 1: relação Câmpus, curso, ano de ingresso e forma de evasão.

Ainda não temos alunos que ingressaram pelas referidas cotas e que tenham concluídos os estudos.

Entre os anos de 2018 e 2019, nenhum aluno autista entrou pelo sistema de cotas. A maioria foi aprovada no campus de Araguaína, no entanto, este campus também possui dois alunos desistentes e um declinante. Os alunos autistas estão presentes nos Câmpus Palmas, Araguaína e Tocantinópolis. Não havendo nenhum aluno matriculado nos demais campus.

O total de alunos autistas vinculados, conforme os dados informados é 8 em todos os Câmpus da UFT e UFNT. Em um universo de 15.000 alunos, este número é inexpressivo considerando o quantitativo de alunos que concluem o ensino médio e que estão no

espectro autista. Os cursos de medicina foram os mais procurados, mas também o que a maioria desistiu dos estudos. Nos cursos de licenciatura os alunos permanecem vinculados.

Em contato com o setor de acessibilidade e inclusão do campus de Palmas, encontramos dados divergentes. Somente neste campus estão matriculados 8 alunos autistas, conforme o quadro abaixo:

Ano de ingresso	Número de disciplinas obrigatórias cursadas/ disciplinas a cursar	Coefficiente de rendimento	número de aprovações	número de reprovações
2019/2	45/53	8,55	45	—
2020/1	38/51	8,52	38	-
2021/2	19/19	7,59	19	-
2021/2	22/59	3,95	11	11
2022/1	17/62	4,71	09	07
2023/1	7/47	7,97	5	2
2023/1	5/70	1,86	1	4
2023/1	6/43	7,80	5	1

Quadro 2: relação ano de ingresso, disciplinas obrigatórias cursada e a cursas, coeficiente de rendimento, número de aprovações e reprovações.

Para evitar a identificação dos alunos não apresentamos, na tabela, os cursos nos quais estão vinculados. 50% estão no curso de

Medicina e 37,5% estão nos cursos de Engenharia (Elétrica, Computação e Civil), 12, 5% no curso de Arquitetura.

Neste campus obtemos outros dados como a quantidade de disciplinas cursadas em relação as que ainda deverão ser cursadas para a conclusão do curso, além do coeficiente de rendimento. Dos 8 alunos matriculados, 3 estão com o coeficiente de rendimento abaixo da média 7 e com um número alto de reprovações em relação às disciplinas cursadas. Em uma análise pormenorizada, identificamos que os alunos com maiores coeficientes acadêmicos estão no curso de medicina, podendo indicar que são autistas nível 1 de suporte, com alta funcionalidade.

Podemos concluir que os dados em relação aos alunos autistas são muito variáveis em relação a fonte de pesquisa. A Coordenação de Suporte ao Ingresso tem menos alunos ingressantes em relação ao setor de acessibilidade e inclusão do campus de Palmas. Não sabemos o que ocorreu para que houvesse tal divergência.

O estudante Autista no Ensino Superior: uma revisão sistemática de literatura

Selecionamos duas plataformas para revisão sistemática de literatura, a saber: Portal de Periódicos Capes criado pela coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, fundação do Ministério da Educação e o Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr) que é uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

Após a seleção das plataformas, pesquisamos os artigos publicados nos últimos 5 anos com os seguintes descritores: "autismo", "inclusão" e "ensino superior", em ambas as plataformas e deparamos com três artigos em comum.

Ao todo foram encontrados 10 artigos diferentes entre as duas plataformas conforme quadros abaixo. Quadro 03 apresenta os

3 artigos em comum presente em ambas as plataformas, o Quadro 04 os artigos encontramos na Periódicos Capes e o último quadro, o Quadro 05, aqueles encontrados na Oasisbr. Vale ressaltar que as plataformas não filtraram um trabalho de conclusão de curso (Oasisbr) e uma tese (Periódicos Capes) que foram selecionadas como artigos durante a mineração dos dados e que foram excluídos deste trabalho.

Quadro 3: artigos em comum encontrados nas Plataformas Periódicos Capes e Oasisbr

Artigos em comum: Periódicos Capes e Oasisbr
OLIVEIRA, A. F. T. de M.; DE ABREU, T. F. A percepção do aluno com transtorno do espectro autista sobre o processo de inclusão na Universidade Federal de Goiás (UFG). Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial , [S. l.], v. 6, n. 2, p. 59–76, 2019. DOI: 10.36311/2358-8845.2019.v6n2.05.p59. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/8897 . Acesso em: 27 set. 2023.
FISCHER, M. L.. Tem um Estudante Autista na minha Turma! E Agora? O Diário Reflexivo Promovendo a Sustentabilidade Profissional no Desenvolvimento de Oportunidades Pedagógicas para Inclusão. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 25, n. 4, p. 535–552, out. 2019.
AGUILAR, C. P. C.; RAULI, P. F. Desafios da inclusão: a invisibilidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior. Revista Educação Especial , [S. l.], v. 33, p. e43/ 1–26, 2020. DOI: 10.5902/1984686X44082. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/44082 . Acesso em: 27 set. 2023.

Quadro 4: artigos encontrados na Plataforma Periódicos Capes

Artigos – Periódicos Capes
ALMEIDA, E. P. de O.; OLIVEIRA, J. L. S.; ALVES, C. A. A.; SANTOS, T. M. M.; SILVA, E. Percepção de professores sobre a educação inclusiva em uma instituição de nível superior no semiárido paraibano. Scientia Plena, [S. l.], v. 15, n. 1, 2019. DOI: 10.14808/sci.plena.2019.019902. Disponível em: https://scientiaplena.emnuvens.com.br/sp/article/view/4381. Acesso em: 27 set. 2023.
SANTOS, W. F. dos; SANTANA, V. S.; DIAS, L. de S. S.; TEIXEIRA, C. M. D.; PONDÉ, M. P. A Inclusão da Pessoa com Autismo no Ensino Superior. Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade, [S. l.], v. 9, n. 3, 2020. DOI: 10.9771/re.v9i3.33786. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/33786. Acesso em: 27 set. 2023.
SALES, J. F.; VIANA, T. V. A inclusão de autistas no ensino superior: direito, acessibilidade e avaliação. REVISTA INTERSABERES, [S. l.], v. 15, n. 35, 2020. DOI: 10.22169/revint.v15i35.1868. Disponível em: https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1868. Acesso em: 27 set. 2023.
DE MELO, Sandra Cordeiro; CONSTANT, Elaine; FERREIRA, Adriana Teixeira. Acesso e permanência de pessoas com autismo no ensino superior. Revista Teias, [S. l.], v. 24, n. 73, p. 112–128, 2023. DOI: 10.12957/teias.2024.74128. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/74128. Acesso em: 27 set. 2023.

Quadro 5: artigos em comum encontrados na Plataforma Oasisbr

Artigos – Oasisbr
SHIBUTA, V.; FAVARO DA COSTA, I.; PIMENTEL DOS SANTOS, F. INCLUSÃO DO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO. Psicologia e Saúde em debate , [S. l.], v. 7, n. 2, p. 1–11, 2021. DOI: 10.22289/2446-922X.V7N2A1. Disponível em: https://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/articloe/view/743 . Acesso em: 27 set. 2023
REGIS, M. da S. ; SILVA , E. C. C. da ; LOPES , D. J. de A.; VIEIRA , G. de O. ; LOPES , L. de F. ; FERNANDES, T. A. A. de M. ; NASCIMENTO , E. G. C. do . The scenario of higher education in the health area for disabled persons: an integrative review. Research, Society and Development , [S. l.], v. 11, n. 7, p. e7911729625, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i7.29625. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29625 . Acesso em: 27 sep. 2023.
PINTO, B. de B. ; MACIEL, M. C. R. ; SILVA, P. O. da ; SILVA, M. R. F. da . Desafios enfrentados no processo de inclusão de indivíduos com transtorno do espectro autista no âmbito universitário. Research, Society and Development , [S. l.], v. 10, n. 4, p. e31010414189, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i4.14189. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14189 . Acesso em: 27 sep. 2023.

Quadro 6- Quantitativo de publicações de artigos por ano (janeiro de 2019 a setembro de 2023):

2019	2020	2021	2022	2023
3	4	2	2	1

Abaixo, no Quadro 07, apresentamos a distribuição dos artigos por ano com o respectivo título:

2019

- A percepção do aluno com transtorno do espectro autista sobre o processo de inclusão na Universidade Federal de Goiás (UFG).
- Tem um Estudante Autista na minha Turma! E Agora? O Diário Reflexivo Promovendo a Sustentabilidade Profissional no Desenvolvimento de Oportunidades Pedagógicas para Inclusão
- Percepção de professores sobre a educação inclusiva em uma instituição de nível superior no semiárido paraibano.

2020

- Desafios da inclusão: a invisibilidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior
- Percepção de professores sobre a educação inclusiva em uma instituição de nível superior no semiárido paraibano.
- A Inclusão da Pessoa com Autismo no Ensino Superior.
- A inclusão de autistas no ensino superior: direito, acessibilidade e avaliação.

2021

- A Inclusão do Autista no Ensino Superior Público
- Desafios enfrentados no processo de inclusão de indivíduos com transtorno do espectro autista no âmbito universitário

2022

- The scenario of higher education in the health area for disabled persons: an integrative review.

2023

- Acesso e permanência de pessoas com autismo no ensino superior

Identificamos que os termos desafios, percepção de professores e alunos, acessibilidade e permanência, para além dos descritores pesquisados, foram recorrentes, indicando a tendência de pesquisa em relação a estes.

Destacamos que são poucas as publicações com os descritores “autismo”, “inclusão” e “ensino superior”. Reforçando o dado encontrado anteriormente de que, apesar de haver um considerável número de estudantes autistas matriculados no Ensino Médio, poucos chegaram ao Ensino Superior nas instituições pesquisadas.

O artigo A percepção do aluno com transtorno do espectro autista sobre o processo de inclusão na Universidade Federal de Goiás de Oliveira et al (2019) foi realizado por meio de entrevistas semiestruturadas com 5 alunos com TEA que estudam na UFG. Os resultados mostraram que os alunos com TEA enfrentam desafios significativos no processo de inclusão, como a falta de preparação dos professores e a falta de acessibilidade física e digital.

Fisher (2019) avaliou, por meio da análise sistemática de conteúdo, três práticas pedagógicas registradas conforme premissas e argumentos práticos no ensino com e sem estudantes autistas. A intervenção foi norteadada pela implementação de metodologias ativas durante o semestre letivo. A técnica foi efetiva, pois, a identificação problema, propôs reflexão e tomada de decisão do professor, sensibilizando o aluno autista na superação das limitações

A pesquisa de Aguiar e Rauli (2020) foi realizada por meio de três grupos focais com estudantes com autismo que frequentaram o ensino superior. Os resultados indicam enfrentam dificuldades relacionadas ao estigma, ao desconhecimento do transtorno por parte da comunidade acadêmica, além de dificuldades causadas pelas características próprias do autismo, como a sobrecarga sensorial e emocional. Os participantes relataram dificuldades para obter adaptações didático-pedagógicas, apesar da

existência de núcleos com essa finalidade. Como estratégia de adaptação, alguns participantes optaram por comunicar o diagnóstico à instituição de ensino superior, enquanto outros preferiram que o diagnóstico não fosse revelado.

Almeida et ali (2019) realizaram a pesquisa por meio de entrevistas semiestruturadas com 10 professores que atuam em uma instituição de ensino superior no semiárido paraibano. Os resultados mostraram que os professores têm uma percepção positiva sobre a educação inclusiva, mas enfrentam desafios significativos na implementação de práticas inclusivas, como a falta de formação adequada e a falta de recursos e suporte institucional.

Santos et ali (2020) por meio de uma revisão sistemática da literatura, que analisaram 10 artigos publicados entre 2010 e 2019. Os resultados mostraram que a inclusão de pessoas com autismo no ensino superior é um desafio complexo, que envolve questões relacionadas à acessibilidade física e digital, à formação dos professores, à adaptação curricular e pedagógica, à inclusão social e à promoção da autonomia e da independência dos estudantes com autismo. Além disso, os autores destacam a importância da participação ativa dos estudantes com autismo no processo de inclusão, bem como da colaboração entre os diferentes atores envolvidos, como professores, gestores, familiares e profissionais de saúde.

O artigo de Sales et ali (2020) apresenta o que a literatura pedagógico-científica e as legislações vigentes discutem sobre a acessibilidade e a avaliação da aprendizagem de autistas no Ensino Superior. Realizou revisão de literatura e pesquisa documental sobre as políticas de educação inclusiva e os direitos das pessoas com autismo no Brasil, entre 1988 e 2015, baseada em três categorias: direito, acessibilidade e avaliação. Os dados do censo da Educação Superior entre 2012 e 2018 revelam o ingresso mais frequente das pessoas com autismo nas universidades brasileiras. A permanência dos alunos autistas no território acadêmico envolve adaptações

curriculares e metodológicas que considerem seus estilos e formas de aprendizagem. O Plano de Ensino Individual (PEI) se apresenta como alternativa eficaz no processo de ensino-aprendizagem para estudantes autistas no Ensino Superior. As políticas em defesa aos direitos das pessoas com autismo estão promovendo a presença desses sujeitos no Ensino Superior, retirando-os da invisibilidade e fazendo-os superar os estigmas de “incapazes e solitários”. No entanto, ainda há desafios e lacunas a serem superados para garantir uma educação inclusiva de qualidade para esses estudantes.

O estudo de De Melo et ali (2023) foi realizado por meio de uma revisão de literatura e análise de cinco estudos selecionados. Os resultados mostraram que há uma escassez de produção de estudos sobre essa temática. Os dispositivos legais foram apontados como responsáveis pelo aumento de matrículas de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino superior, porém, o acesso desses discentes ainda é incipiente. Os trabalhos destacaram barreiras para a permanência dos estudantes com autismo na universidade, como as características que são próprias do autismo, a falta de informação da comunidade acadêmica e a falta da capacitação docente para lidar com a diversidade. Sobre os fatores que atuam como facilitadores para a inclusão, os autores indicaram os Núcleos de Acessibilidade como órgãos fundamentais para que o discente com deficiência possa ingressar na graduação e concluir seu curso, a atuação dos monitores e a disseminação da informação sobre o autismo. Conclui-se que, para que o processo de acesso e permanência das pessoas com TEA no ensino superior se torne realidade, há urgente necessidade de rever as práticas empregadas até o momento para a inclusão. Para isso, novas pesquisas e discussões sobre essa temática são fundamentais.

O artigo de Shibuta et ali (2021) investiga as condições de inclusão de estudantes com autismo no ensino superior público na cidade de Ponta Grossa, Paraná, Brasil. É composto por Pesquisa qualitativa, com entrevistas semiestruturadas com quatro estudantes

com autismo, dois professores e dois coordenadores pedagógicos de duas universidades públicas. Os estudantes relataram dificuldades de adaptação, comunicação, interação social e acessibilidade, bem como demandas por apoio pedagógico e psicológico. Os professores e coordenadores reconheceram a importância da inclusão, mas apontaram a falta de preparação, orientação e recursos para atender às necessidades dos estudantes com autismo.

Regis et ali (2022) realizaram uma revisão integrativa da literatura sobre a inclusão de pessoas com deficiência na educação superior na área da saúde. Eles analisaram 18 artigos publicados entre 2010 e 2020, que abordaram as dificuldades, as estratégias e as políticas de inclusão nesse contexto. Os principais resultados foram: As principais dificuldades encontradas pelas pessoas com deficiência na educação superior na área da saúde foram: falta de acessibilidade física, pedagógica e comunicacional; preconceito e discriminação; baixa autoestima e autoconfiança; e falta de apoio e orientação.

As principais estratégias utilizadas para promover a inclusão das pessoas com deficiência na educação superior na área da saúde foram: adaptação curricular e metodológica; uso de recursos e tecnologias assistivas; capacitação de professores e funcionários; sensibilização e conscientização da comunidade acadêmica; e acompanhamento e monitoramento dos estudantes. As principais políticas de inclusão das pessoas com deficiência na educação superior na área da saúde foram: legislação nacional e internacional; programas e projetos governamentais e não governamentais; e normas e diretrizes institucionais. Os autores concluíram que há um avanço na inclusão das pessoas com deficiência na educação superior na área da saúde, mas ainda há desafios e lacunas a serem superados.

O artigo de Pinto et ali (2021) busca analisar os desafios enfrentados no processo de inclusão de indivíduos com transtorno

do espectro autista (TEA) no âmbito universitário, a partir da perspectiva de estudantes, professores e gestores. Utiliza uma abordagem qualitativa, com base em entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo temática. Identifica quatro categorias de desafios: (1) falta de conhecimento sobre o autismo e suas implicações; (2) dificuldades de comunicação e interação social; (3) necessidade de adaptações curriculares e pedagógicas; e (4) carência de políticas e serviços de apoio específicos.

Os artigos pesquisados destacam as barreiras enfrentadas pelos estudantes autistas no ensino superior e indicam estratégias que podem ser adotadas para a promoção da inclusão, acessibilidade e permanência deste estudante.

Considerações finais

Os dados pesquisados revelaram que ainda são poucos estudos sobre os estudantes autistas no ensino superior. Isso significa que são poucos estudantes autistas que recebem apoio institucional, resultando em poucos dados para pesquisa e até mesmo dados que apresentam inconsistências como é o caso da UFT e da UFNT. São apenas 5 anos que estas instituições possuem sistema de cotas para estudantes deficientes e, começaram a controlar e acompanhar o ingresso destes alunos, no entanto, eles precisam e devem ser acolhidos e acompanhados para efetiva inclusão. Dentre as dificuldades encontradas pelos estudantes autistas estão: a falta de acessibilidade, a falta de compreensão e apoio por parte dos professores e colegas, a falta de recursos e suporte adequados, e a falta de compreensão sobre as necessidades específicas dos estudantes com autismo.

Algumas estratégias que podem ser adotadas para promover a inclusão, acessibilidade e permanência desses estudantes como: fornecer suporte e recursos adequados, como tecnologia assistiva e serviços de apoio; oferecer treinamento e capacitação para professores e funcionários sobre como lidar com estudantes com

autismo, incluindo a elaboração do Plano de Ensino Individual para estes estudantes; criar um ambiente de aprendizagem inclusivo e acolhedor; e promover a compreensão sobre o autismo entre os professores, colegas e funcionários da universidade. É necessário que os estudantes autistas tenham acesso a suporte e recursos adequados para ajudá-los no sucesso de um ambiente universitário que respeite a diversidade.

Referencias

AGUILAR, C. P. C.; RAULI, P. F. Desafios da inclusão: a invisibilidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no ensino superior. *Revista Educação Especial*, [S. l.], v. 33, p. e43/ 1–26, 2020. DOI: 10.5902/1984686X44082. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/44082>. Acesso em: 27 set. 2023.

ALMEIDA, E. P. de O.; OLIVEIRA, J. L. S.; ALVES, C. A. A.; SANTOS, T. M. M.; SILVA, E. Percepção de professores sobre a educação inclusiva em uma instituição de nível superior no semiárido paraibano. *Scientia Plena*, [S. l.], v. 15, n. 1, 2019. DOI: 10.14808/sci.plena.2019.019902. Disponível em: <https://scientiaplena.emnuvens.com.br/sp/article/view/4381>. Acesso em: 27 set. 2023.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5- TR. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BECKER, M.M.; RIESGO, R.S. . Aspectos Neurobiológicos dos Transtornos do Espectro Autista. In: ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. S. Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. 2. ed. Porto Alegre (RS): Artmed, 2016. p. 357- 365.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 33-44.

_____. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: [07 de jul. 2023].

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: [07 de jul. 2023].

DE MELO, Sandra Cordeiro; CONSTANT, Elaine; FERREIRA, Adriana Teixeira. Acesso e permanência de pessoas com autismo no ensino superior. Revista Teias, [S. l.], v. 24, n. 73, p. 112–128, 2023. DOI: 10.12957/teias.2024.74128. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/74128>. Acesso em: 27 set. 2023.

FISCHER, M. L.. Tem um Estudante Autista na minha Turma! E Agora? O Diário Reflexivo Promovendo a Sustentabilidade Profissional no Desenvolvimento de Oportunidades Pedagógicas para Inclusão. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 25, n. 4, p. 535–552, out. 2019.

Li Q, Li Y, Liu B, Chen Q, Xing X, Xu G, Yang W. Prevalence of Autism Spectrum Disorder Among Children and Adolescents in the United States From 2019 to 2020. *JAMA Pediatr.* 2022 Sep 1;176(9):943-945. doi: 10.1001/jamapediatrics.2022.1846. PMID: 35789247; PMCID: PMC9257681.

MONTEIRO, L.; TORMES, J. R.; MOURA, L. C. S. G. de A. ESTUDO DE CASO: UMA METODOLOGIA PARA PESQUISAS EDUCACIONAIS. *Ensaio Pedagógicos*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. p.18–25, 2018. Disponível em: <https://www.ensaio pedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/57>. Acesso em: 25 set. 2023.

OLIVEIRA, A. F. T. de M.; DE ABREU, T. F. A percepção do aluno com transtorno do espectro autista sobre o processo de inclusão na Universidade Federal de Goiás (UFG). *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 59–76, 2019. DOI: 10.36311/2358-8845.2019.v6n2.05.p59. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/8897>. Acesso em: 27 set. 2023.

PINTO, B. de B. ; MACIEL, M. C. R. ; SILVA, P. O. da ; SILVA, M. R. F. da . Desafios enfrentados no processo de inclusão de indivíduos com transtorno do espectro autista no âmbito universitário. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 4, p. e31010414189, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i4.14189. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14189>. Acesso em: 27 set. 2023.

REGIS, M. da S. ; SILVA , E. C. C. da ; LOPES , D. J. de A.; VIEIRA , G. de O. ; LOPES , L. de F. ; FERNANDES, T. A. A. de M. ; NASCIMENTO , E. G. C. do . The scenario of higher education in the health area for disabled persons: an integrative review. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 7, p. e7911729625, 2022. DOI:

10.33448/rsd-v11i7.29625. Disponível em:
<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29625>. Acesso em:
27 sep. 2023

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 25 set. 2023.

SALES, J. F.; VIANA, T. V. A inclusão de autistas no ensino superior: direito, acessibilidade e avaliação. *REVISTA INTERSABERES*, [S. l.], v. 15, n. 35, 2020. DOI: 10.22169/revint.v15i35.1868. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1868>. Acesso em: 27 set. 2023.

SAMPAIO, R. F., & MANCINI, M. C. (2007). Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 11(1), 83-89.

SANTOS, W. F. dos; SANTANA, V. S.; DIAS, L. de S. S.; TEIXEIRA, C. M. D.; PONDÉ, M. P. A Inclusão da Pessoa com Autismo no Ensino Superior. *Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade*, [S. l.], v. 9, n. 3, 2020. DOI: 10.9771/re.v9i3.33786. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/33786>. Acesso em: 27 set. 2023.

SHIBUTA, V.; FAVARO DA COSTA, I.; PIMENTEL DOS SANTOS, F. INCLUSÃO DO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO. *Psicologia e Saúde em debate*, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 1-11, 2021. DOI: 10.22289/2446-922X.V7N2A1. Disponível em: <https://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/743>. Acesso em: 27 set. 2023

STAKE, R. E. Estudos de caso em pesquisa e avaliação educacional. Educação e seleção, n. 7, p. 5-14, 2013.

Disponível

em:

<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/es/artigos/55.pdf>.

Acesso em: [25 de set. 2023].

DEMOCRACIA, MÍDIA, CRIANÇAS E JUVENTUDE

Borys Bustamante Bohórquez
Fernando Aranguren Díaz

Esta comunicação trata de uma problemática essencial para a compreensão de nosso presente histórico, na medida em que nos deparamos com os desafios e transformações estruturais do início do século. As sociedades contemporâneas, cada vez mais imersas na ordem global, na espetacularização da vida e no auge dos consumos culturais, encontram na mediação tecnológica e comunicativa uma das principais expressões características dos acontecimentos que se registram em seu entorno. Nesse contexto, televisão, jovens e crianças aparecem como protagonistas de um conjunto de processos de profundas mudanças de ordem social e cultural, cujas implicações nos diferentes níveis do real são as que serão abordadas nesta comunicação.

No contexto da sociedade colombiana, existem alguns grupos sociais — as crianças e os jovens — que interagem com a ordem estabelecida, participam das distintas dinâmicas do cotidiano e desenvolvem ações específicas em todos os âmbitos da realidade

social. Dentre esse conjunto de interações, vamos privilegiar as mediações culturais e comunicativas, concretamente as mediações televisivas diante do acontecer democrático e cidadão.

Sujeitos sociais: infância e juventude

Um dos aspectos mais chamativos, mas também mais exigentes desta pesquisa, é o desafio que nos coloca a consideração de crianças e jovens como públicos especializados dos meios de comunicação de massa — da televisão, em particular —, onde “públicos” carrega pelo menos uma dupla conotação: primeiro, buscamos fundamentar uma tese segundo a qual crianças e jovens, mais que audiências televisivas, ou além de audiências televisivas, são antes de tudo sujeitos sociais com particularidades históricas e contextuais, apenas através das quais os conceitos de infância e juventude se carregam de um sentido preciso, tal como resulta relevante interrogá-los hoje, abordá-los em sua particularidade constitutiva, e mais ainda no contexto sociocultural de um país como o nosso. Sinteticamente, isso quer dizer que se trata de conceitos históricos, cujo sentido muda ao longo do tempo e só adquire significação real no contexto específico de seu uso e apropriação (M. Mead; J. Martín-Barbero, 2005; L. Galviz, 2007; Souto S., 2007).

Segundo, mais que simples referentes de práticas associadas ao consumo cultural, ou consumidores em si, esses grupos sociais — infância e juventude — constituem um desafio para a pesquisa social contemporânea, uma vez que se debate, a partir de diferentes perspectivas teóricas e investigativas, múltiplos aspectos do que seria neles a cidadania, ou cidadanias, se for o caso. Isto, tal como se entende hoje a questão à luz de sua visibilização social e de seu reconhecimento jurídico-político, conforme a promulgação da mais recente legislação internacional e nacional (Galviz 2007, Souto 2007, Muñoz 2007).

Esse panorama não estaria completo se não se considerasse suficientemente o próprio da infância e da juventude enquanto

sujeitos sociais e políticos, por assim dizer, em um cenário como o da nação colombiana da primeira década do século XXI. Isto é, como seres históricos concretos que fazem parte de uma comunidade nacional que, ainda nesse período, luta para instituir uma democracia social justa, equitativa e autenticamente representativa, inclusiva e deliberativa. Quem são as crianças e os jovens de hoje? O que sentem e pensam diante do conflito do país? Como se representam ideológica e politicamente o presente e o futuro de nossa democracia? E como se veem a si mesmos como “futuros cidadãos”? (Galviz 2007, Herrera 2007).

Esse enquadramento da problemática concernente a crianças e jovens enquanto sujeitos democráticos e cidadãos se complementa e adquire plena relevância se o colocamos em diálogo com algumas das questões abordadas no tópico anterior (Galviz 2007, Herrera 2005). Quando falamos de democracias mediáticas — o que não está distante de também falar de cidadanias mediáticas — e quando ressaltamos o papel essencial da televisão e da cultura audiovisual na conformação dos imaginários e representações coletivas do público-social, estamos pensando na maneira como, a partir do discurso dos meios, se propõem modelos e referentes simbólicos e conceituais, e se posicionam imagens e modelos de atos e condutas políticas, encaminhados a fixar estereótipos, formas aceitas de referir-se à democracia, à pátria, ao ser colombiano, ao exercício cidadão etc. Tudo isso conduz a interrogantes como os propostos desde o início desta pesquisa: Que tipo de modelo e representação de democracia e cidadania prevalece no discurso televisivo, particularmente nas faixas associadas à televisão infantil e juvenil? Como se relacionam, de maneira coerente ou conflitiva, esses conteúdos com os referentes que crianças e jovens adquirem nos contextos cotidianos escolares e extraescolares? Para onde conduzem esses modelos de representação da democracia e de suas instituições, da cidadania e de seus direitos, na perspectiva de um mundo global no qual se supõe, como princípio essencial contra a

homogeneização unilateral do mercado, a reivindicação da diversidade, da multiculturalidade e do respeito à diferença? (Martín-Barbero, Muñoz 2007, Herrera 2007).

Esses são, entre outros, alguns dos tópicos em que se enquadra nosso interesse investigativo para nos aproximarmos, com as palavras de Orozco (2004), das televidências infantis e juvenis reconhecíveis entre nós.

Infância e juventude na história

Não temos a pretensão de aprofundar no que já, de alguma maneira, vem tomando corpo conceitual e expositivo em diversos autores e disciplinas científicas que se dedicaram a rastrear a história, a evolução e a caracterização dos termos infância e juventude (Souto 2007, Ariès). Mas tampouco poderíamos desconhecer que esse percurso histórico dos conceitos, ainda que brevemente assinalado, contribui para ambientar e tornar compreensível a problemática. Portanto, livres da necessidade de realizar um percurso minucioso, recorreremos a alguns pontos cruciais que, a nosso juízo, resumem o assunto (Ariès, De Mause; Mead, 1967; Feixa, 2005).

Os conceitos de infância e juventude provêm basicamente da modernidade (Ariès, De Mause, Mead 1967). Um e outro encontram aí sua formulação ou reformulação sistemática, que em muitos aspectos subsiste nas diferentes apropriações feitas desses termos no âmbito acadêmico e investigativo.

Da infância

Após uma longa obscuridade no que se refere aos modos de ser e de assumir-se socialmente a infância, os aportes da historiografia — caso de Ariès e De Mause — permitem hoje uma reconstrução histórica desse fenômeno e das variantes significativas do conceito que o engloba, a ponto de constituir uma esfera do saber contemporâneo cada vez mais em auge e crescimento, dada a importância que se concede ao fato de que uma boa infância é ou

seria o melhor investimento tanto das sociedades quanto dos homens para o futuro. Isso equivale a pensar em termos de humanidade, de sociedades coerentes e equitativas e até mesmo de democracias sociais. Acompanhando esses autores, infere-se, como já se expressou, que o momento da modernidade — do século XVIII em diante — foi decisivo para a redefinição, para o redimensionamento da infância plena, o que seria realizado nos séculos seguintes e que hoje, devido ao desenvolvimento desigual de povos e nações, mas também à lógica implacável do capitalismo global, constitui em muitos casos uma tarefa atrasada, dependente de apoios e estímulos reais nas ordens econômica, política e até cultural.

A modernidade nos legou essa categoria sociológica para ser preenchida de conteúdo, de significação plena, de capacidade explicativa e compreensiva da realidade dos milhões de seres humanos que abarca como sua referência objetiva. Nesse marco, apresenta-se Rousseau, com seu Emílio, como precursor ilustrado da maneira como, dali em diante, se pensa e se assume a criança e como esta é incorporada à vida social (Souto, 2007; Galviz, 2007; Sáenz, 1997). O Emílio é considerado “um dos tratados que mais influíram nas correntes pedagógicas contemporâneas, especialmente na denominada educação nova... e foi, em consequência, objeto de múltiplos e apaixonados ataques e defesas. Sua importância foi tal que praticamente foi necessário esperar até finais do século XIX para que a figura da infância que institui — o bom selvagem — começasse a ser posta em questão” (Alzate, M., rev 31).

Deixando de lado a discussão de muitos pormenores sobre as polêmicas em torno desse filósofo e de sua obra Emílio, vale a pena insistir em que, de qualquer forma, a influência prolonga-se até nossos dias e subsiste em muitos dos atuais olhares e desenvolvimentos sobre o tema: “A redefinição rousseauiana da criança — ser sem razão, inocente, frágil, estúpido, ignorante — reforça o estatuto de minoria que já lhe haviam atribuído os

reformadores que o precederam, estatuto que segue vigente em grande medida na atualidade e que implicou, em contrapartida, uma dependência cada vez maior em relação ao adulto” (idem, rev 31).

O importante nas citações que acabamos de trazer está na capacidade que possuem de nos aproximar do estado atual da discussão em torno da infância e, de forma mais precisa, de nos aproximar do estado atual da problemática no âmbito nacional, tendo em vista que acaba de ser promulgada uma lei da infância que busca superar as limitações e contradições das concepções tradicionais predominantes e colocar em sintonia a nova apreciação jurídico-filosófica da infância com os discursos contemporâneos que lutam pela defesa da criança como sujeito social de direito, com pleno reconhecimento, autonomia e proteção obrigatória de sua integridade por parte do Estado (Galviz, L. 2005).

De qualquer modo, é bom insistir nesta tese, que nos recorda a ênfase das tendências de vanguarda que se ocupam hoje desta questão: “A infância é uma categoria da modernidade que estende sua influência até nossos dias... as figuras da infância encontram-se cada vez mais atravessadas, na atualidade, por códigos psicológicos e pedagógicos herdeiros, em grande medida, do jesuitismo e de Rousseau” (Alzate, rev 31). Sendo assim, o pertinente em relação a esse posicionamento — questão que abordaremos mais adiante — é perguntar: em que ponto se encontra a discussão em nosso país acerca dessa herança intelectual e filosófica e da caracterização contemplada nos códigos e na mais recente legislação sobre a infância?

Da juventude

O percurso neste caso nos remete, repetidamente, a circunstâncias já mencionadas no conceito anterior (infância). Tanto pela proximidade temporal, que as liga e em algumas ocasiões as confunde e mistura, não há unidade de critério para estabelecer quando termina uma e começa a outra; essas idades compartilham

um percurso histórico semelhante. Também a juventude se apresenta como uma noção, uma categoria sociopolítica cuja significação definitiva se vincula à modernidade.

Se a juventude se define “como o período da vida de uma pessoa no qual a sociedade deixa de vê-la como criança, mas não lhe atribui um status e funções completos de adulto (Souto, 2007, 171)”, a imprecisão antes mencionada nos remete à diversidade de épocas e critérios culturais que intervêm em sua definição e reconhecimento. Essa disparidade começa a ser corrigida na modernidade. Vejamos brevemente este processo: “sempre houve indivíduos adolescentes no sentido biológico do termo e, desde tempos imemoriais, falou-se de juventude: é possível rastrear a existência de grupos de jovens por considerações de idade desde as sociedades primitivas até as primeiras civilizações da Antiguidade... mas tende-se a considerar que a juventude, como grupo social definido, não adquiriu importância até a modernidade” (idem, 172).

Como se pode perceber, a marcha ou evolução paralela entre os dois conceitos enfatiza a herança que nos transmite a modernidade ao iniciar a caracterização desses sujeitos sociais de acordo com os parâmetros do sistema de pensamento iluminista, cuja vigência no Ocidente foi indiscutível até recentemente, quando, sob o signo da globalização, começa a se desfazer, em muitos aspectos, a fronteira entre o Ocidente e outras civilizações. Daí em diante, durante os séculos XIX e XX, assistiremos a uma gradual transformação e enriquecimento do conceito de juventude, também ligado às especificidades de tipo histórico e contextual que marcam seu processo de uso e apropriação, pelo qual, em parte, se reveste de uma conotação ampla e consistente, mas também de uma dissimilaridade constitutiva e funcional (diversos tipos de juventudes) (Maffesoli, 1998; Feixa, 1999).

“O processo de conformação da juventude como grupo social definido iniciou-se na Europa entre finais do século XVIII e começo do século XIX” (Souto, 2007, 172). E é a partir desse

momento que, com o transcorrer dos séculos e a consolidação do processo de modernização e industrialização, o crescimento da vida urbana e a permanente inovação científica e tecnológica, com as consequentes implicações sociais e culturais, os processos de estudo, o tempo livre, a exigência de trabalho qualificado e profissional, a função reguladora do Estado em seu papel de garantidor da participação e da justiça social, foram se consolidando como fatores que direta ou indiretamente determinaram a noção de juventude e as conotações e valores sociais que dela derivam. Especialmente no século XX, a partir do pós-guerra, os grupos juvenis terão cada vez mais presença e atividade, quase sempre questionadora, crítica e até contracultural frente ao estabelecimento, à tradição imutável e ao pensamento conservador. Talvez um exemplo paradigmático desse empoderamento e visibilização social, política e cultural dos jovens situe-se nas décadas de 1960 e 1970, gerando um movimento, o famoso maio de 1968, cujas repercussões no mundo inteiro não apenas se evocam hoje com certa nostalgia romântica, mas também se identificam como fatores-chave no desencadeamento de muitas das realidades contemporâneas atuais.

Uma vez ratificada pelos fatos a presença massiva, dinamizadora, crítica e propositiva das juventudes no mundo contemporâneo, o que se impõe, tal como se fez no caso da infância, é perguntar-se, como tópico de análise e reflexão o mais objetivamente possível: como está sendo entendida, definida e caracterizada a juventude colombiana, e concretamente seu perfil enquanto sujeitos sociais, culturais e políticos, cuja presença e manifestação diante dos problemas da democracia colombiana se torna cada vez mais significativa, com tudo o que isso implica para o exercício da cidadania e para a valoração das interações e mediações de seu contato com os meios e a discursividade televisiva?

Infância, televisão e realidade sociocultural

O interesse que preside este apartado é destacar aquilo que, a nosso juízo, aparece como o problema fundamental em torno da maneira de entender e assumir, na prática, o conceito de infância em nosso contexto socio-histórico específico, e poder assinalar, a partir daí, como colocamos essa problemática em conexão com as categorias de democracia e cidadania, para ampliar finalmente essa relação, levando em consideração as mediações televisivas, ou seja, o que concerne à televisão e à infância em nosso âmbito sociopolítico e cultural.

O primeiro aspecto desta problemática tem a ver com as dificuldades já apontadas sobre a caracterização do termo infância, bem como de sua institucionalização enquanto categoria explicativa de um fenômeno social específico: a existência desse amplo grupo de população conformado por meninos e meninas em geral, e neste país em particular.

Apesar dos avanços também mencionados nos apartados anteriores — graças aos quais, particularmente durante o século XX, intensificou-se a preocupação em estabilizar de forma positiva e coerente a interação entre os distintos setores sociais e a população infantil, o que se traduziu na promulgação de declarações, estatutos e sistemas de leis para a infância, marcando um avanço no processo de reformular antecedentes negativos ou inibitórios existentes sobre as crianças — ainda assim, é possível indicar que a situação segue sendo um tanto disforme e complicada, o que em nosso contexto se evidencia com maior nitidez. "...quando nos aproximamos da segunda década de vigência da Convenção dos Direitos da Criança, permanece, no mundo acadêmico, jurídico e filosófico, a incerteza sobre o estatuto pessoal da infância e da adolescência que os habilita como sujeitos titulares de direito, tanto do ponto de vista filosófico quanto sob a perspectiva da ordem jurídica estabelecida" (Galviz, 2005, 15).

Essa situação, de relativa indefinição jurídica em torno da infância, consequência de um fato que se prolonga no tempo, põe, no entanto, sobre a mesa o aspecto central a considerar: indo além da titularidade de direitos — o que equivale à adscrição de cidadania —, a questão se orienta a estabelecer quem é esse possível titular e, segundo isso, por que se discute a mencionada titularidade de direitos. “O tema de fundo é se os seres humanos, desde sua primeira etapa do ciclo vital, exercem efetivamente seus direitos” (Galviz, 16).

Daqui em diante, a discussão se encaminhará a explorar o fator etário como indicador não apenas da idade biológica dos sujeitos em questão, mas também da maneira como, a partir do mundo social e cultural, vão-se fixando pontos de vista e determinando papéis e pautas de interação e reconhecimento frente a esses sujeitos (Muñoz, 2007).

Sabe-se muito bem que, por condições inerentes aos marcos históricos tradicionais a partir dos quais se ancoram e funcionam diferentes sociedades e culturas, a infância — ser criança ou adolescente —, biologicamente, pode começar e terminar mais cedo ou mais tarde, e que, paulatinamente, vão se aproximando as faixas etárias entre as quais se delimita essa idade e condição social. Mas, para além deste primeiro elemento, está a discussão acerca de por que se considera ou não as crianças titulares de direitos humanos, os quais, uma vez não apenas reconhecidos e outorgados, tornam-se inalienáveis. “Opiniões especializadas consideram as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, mas seu exercício está condicionado à etapa de desenvolvimento em que se encontram. Nessa concepção, os direitos são exercidos quando possuem ao menos a linguagem articulada e já adquiriram os elementos mínimos do desenvolvimento da consciência moral” (Galviz, 16). Vistas assim as coisas, o assunto pareceria derivar para que esses sujeitos reúnam condições básicas de idade cronológica, de desenvolvimento cognitivo, moral e comunicativo — ser pessoa, ter e exercer autonomia, moral e racional. Uma manifestação relevante dessa

configuração da subjetividade, a partir da qual se faria a exigência do reconhecimento, é a posse ou a ausência da linguagem articulada, o que, com a mudança de paradigma, não apenas linguístico mas também cultural, é atualmente redefinido em termos do que poderíamos chamar de “competência comunicativa”. Com efeito, comunicar é algo mais do que meramente falar: é usar o mundo e todos os seus recursos como meios de expressão e significação para exteriorizar e interiorizar tanto a presença pessoal quanto a relação com o mundo e com os outros. “A psicóloga Ana Muñoz afirma, e nisso coincide com outros especialistas, que entre 60 e 70% do que os adultos comunicamos fazemos fora da linguagem verbal, por meio de gestos, olhares, posturas corporais, aparências, percepção etc. O mesmo ocorre no mundo das crianças; desde seus primeiros meses de vida, a comunicação se realiza por meio do corpo e de seus diferentes modos de expressão” (Galviz, 20).

Aceita essa tese, sendo as crianças sujeitos em capacidade de interagir social e comunicativamente com o mundo e a sociedade, a atenção se desloca para o que tem a ver com o reconhecimento delas como seres autônomos, o que conduz tanto à atitude dos adultos frente às crianças — dimensão cultural do problema — quanto ao marco jurídico-institucional no qual se inscrevem e se consagram seus direitos e se formulam as pautas para o exercício real da titularidade ativa. A atitude social, inseparável de marcos culturais e tradicionais de profundo enraizamento entre a população, diante do fenômeno da infância, traduz-se na sobrevalorização do mundo adulto — fonte de autoridade e respeito — em relação à infância — subordinação e obediência. Como as crianças ainda não são maiores de idade, como em muitos aspectos dependem material e economicamente dos adultos, e como a normatividade social e jurídica consagra, de fato e de direito, essa dependência e subordinação do infantil ao adulto, a determinação, em última instância, do destino e da autonomia de

meninos e meninas continua nas mãos dos mais velhos. Diante desse preconceito da tradição, é possível ressaltar que, como demonstram os contínuos processos de inovação e mudança na análise, conceituação e implementação de soluções para essa problemática, “as crianças e os adolescentes não são menores no mundo dos adultos, nem a titularidade de seus direitos é inferior à dos adultos; o mundo das crianças e dos adolescentes não é um critério de desvalorização da conduta do adulto, porque o mundo infantil é um complexo rico em experiências, encontros e desencontros — mais dinâmico talvez do que o mundo dos adultos” (Galviz, 36). Assim, o que nos interessa ressaltar neste momento é a correlação que, de fato, se dá entre essa atitude do mundo adulto frente à infância e a maneira como essa atitude interage, se realimenta e se expressa nas práticas sociais, institucionalizadas ou não, em relação ao tratamento da infância.

Referimo-nos concretamente à seguinte situação: dada a complexidade constitutiva do fenômeno da infância, o problema autêntico exige integrar seus distintos componentes, como vimos assinalando, e enfatizar aquele que, a nosso critério, é o mais relevante para esta investigação. O problema da infância na Colômbia, nas atuais condições de desenvolvimento socioeconômico, político e cultural, além da tipificação etária, da titularização jurídica dos direitos, da atitude do mundo adulto frente à infância; além disso, tem a ver de maneira essencial com o conjunto de valores e costumes associados aos modos de ser dos grupos sociais em seus contextos específicos de vida. A infância é um conceito abstrato e geral que se choca com as realidades históricas concretas com que esse fenômeno se materializa em distintos âmbitos geográficos e culturais. Há infâncias, e isso não expressa outra coisa senão essa complexidade constitutiva do conceito. A multiplicidade ou as diferentes infâncias decorrem da maneira como, em um ambiente concreto, os sujeitos sociais crescem, se desenvolvem e assumem os papéis sociais

correspondentes no marco do mundo convencional do qual fazem parte. Pode existir um marco constitucional legal que define e titulariza a infância; e existir, igualmente, um marco educativo, pedagógico e cultural que consagraria uma série de valores e regras supostamente compartilhados por toda a sociedade acerca do fenômeno infância. Mas, de fato, o que revelam diferentes estudos e pesquisas, abundantes testemunhos, frequentes e reiteradas notícias de imprensa e versões dos meios, é que a infância transcorre, em cada caso, em condições que muitas vezes pouco ou nada se parecem com as que desenhavam os conceitos teóricos e os preceitos legais.

Infelizmente, em um país como o nosso, apesar dos esforços recentes para institucionalizar o mundo da infância e colocá-lo em sintonia com os convênios internacionais e uma concepção própria que reivindique os direitos das meninas e dos meninos, que os ampare e defenda realmente; apesar disso, as crianças são, paradoxalmente, vítimas de toda uma série de comportamentos antissociais, imorais e desumanos, tais que só podem gerar vergonha e repúdio coletivo, desencadear contínuas campanhas de tipo corretivo e educativo e gerar expectativas diante do possível acompanhamento das múltiplas e contínuas violações da infância. Sem cair em extremismos nem em um pessimismo paralisante, deve ser motivo de preocupação geral para nossa sociedade refletir sobre a realidade de tantas infâncias que nunca se aproximarão dos parâmetros instituídos como normais. Basta revisar as estatísticas, os números, as conclusões de tantos estudos e pesquisas para compreender que, diante dessas realidades cruas, a própria democracia e a cidadania ficam comprometidas em sua legitimidade moral e política, no realismo de suas instituições e na sanção social que acarreta esse estado de desigualdade e injustiça ao qual se condena tantas meninas e meninos do país.

Em um contexto como o que fica desenhado, impõe-se o seguinte questionamento: falar de infâncias é o mais realista,

objetivo e coerente com a realidade histórica, social e política do país? Não é nada novo: sabemos que se trata de uma democracia “imperfeita”, em pleno processo de consolidação, imersa em um conflito interno de ordem histórica e de caráter estrutural, no qual as desigualdades sociais e a polarização entre núcleos de abundância e uma grande massa despossuída e marginalizada, sobrevivendo no imprevisto cotidiano, inventa e constrói seus modos particulares de fazer presença na vida social e participar da atividade democrática. É óbvio que a democracia se pensa, se sente e se valoriza em estreita conexão com os modos de vida, que não se escolhem, mas devem ser assumidos como realidades existentes. É aí que se delineiam as diferentes infâncias que, à força do costume, pelo império da necessidade, são atravessadas pelas diversas instâncias de mediação que tornam possível a interação e a integração social. Nesse entrelaçamento, como já se insistiu suficientemente, os meios e a televisão, em particular, desempenham um papel cada vez mais notável no acompanhamento, interiorização e construção das representações coletivas que os diversos grupos e comunidades fazem do mundo social e político que integram. Meninos e meninas, imersos nessa dinâmica, de acordo com suas próprias infâncias, percorrem o sistema de representações, de juízos e valores com os quais interagem em seu acontecer diário. Os valores democráticos e cidadãos que os rodeiam e que encontram no discurso televisivo passam a compor parte de sua realidade conceitual, do sistema de representações a partir do qual compartilham com outros em todos os níveis.

É aí que a pergunta formulada no início da investigação adquire proporções nítidas e pode ser abordada a partir de um marco de referência que a preenche de conteúdo e permite aproximar, a título de resposta, resultados significativos. Se o questionamento é: que tipo de representações de caráter ideológico e político sobre democracia e cidadania predominam em meninos e

meninas e, essencialmente, neles e nelas, selecionados como amostra da investigação? Que tipo de conteúdos e representações sobre democracia e cidadania predominam nos programas e no discurso da televisão colombiana, especialmente nas faixas infantil e juvenil? O cruzamento ou a contraposição desses dois questionamentos permitirá inferir a capacidade de impacto e influência do meio nessas audiências, o grau de penetração de seus discursos e representações na mentalidade e nos imaginários infantis e juvenis, de acordo com as especificidades conceituais e valorativas sobre democracia e cidadania existentes em cada um dos setores socioeconômicos estratificados segundo os parâmetros da pesquisa social nos quais se apoia o desenho da investigação. E, sobre esse acumulado de experiências e representações simbólicas identificáveis, poderemos sustentar e submeter à consideração crítica a hipótese interpretativa envolvida no ponto de partida deste estudo: pelo papel fundamental que a televisão desempenha na construção de imaginários coletivos infantis e juvenis em torno dos ideais e valores políticos, democráticos e cidadãos, impõe-se, como imperativo de produção e criação televisiva, a geração de conteúdos, programas e formatos condizentes com as realidades socioculturais concretas dessas audiências — na realidade, comunidades de sujeitos sociais providas de necessidades, demandas e expectativas singulares — para que possam participar de forma ativa e responsável na construção da democracia e das cidadanias de que o país necessita para superar o conflito atual e encarar um projeto histórico inclusivo e multicultural. E este seria um parâmetro fundamental para falar de uma televisão de qualidade comprometida com o destino ideológico e político, democrático e cidadão de nossas meninas e nossos meninos.

Juventude, televisão e realidade sociocultural

O paralelismo que este apartado guarda com o anterior provém da correspondência genética e funcional que já se delineou

entre os conceitos de infância e juventude. Basta recordar que, além da carga histórica da qual se nutre sua respectiva significação, do caráter múltiplo das interpretações e modos de ser, assimilados e usados esses conceitos nas distintas sociedades e culturas, também lhes é comum certa dificuldade inerente à sua constituição de significado, o que faz com que sempre tenha de se precisá-los em relação ao contexto concreto em que se usam.

A juventude — poder-se-ia falar igualmente de juventudes ou de tipos diferenciados de jovens —, tal como ocorre com meninos e meninas, apesar de compartilharem traços comuns, quase universais, de tipo biológico-etário, não se tornam os sujeitos sociais que se quer nomear e representar por meio dessa noção senão na medida em que são situados contextualmente e se carrega de sentido a noção. A primeira acepção da noção de jovem, associada à idade cronológica, localizada imediatamente depois da infância-adolescência, é um marcador formal (Souto, 2007) e, por isso mesmo, diz e não diz muito; comporta uma marca abstrata que deve ser preenchida de conteúdo real segundo as circunstâncias em que se configura seu uso e apropriação: o que é ser jovem hoje, e quem o é? A resposta se abre em múltiplas opções de acordo com fatores como a tradição, a identidade cultural do povo correspondente, as mudanças e transformações históricas, o contato entre grupos e nações em um contexto global e de mudanças gerais aceleradas como as que vivemos hoje (Muñoz, 2007).

Não há consenso de que a juventude comece em determinada idade, ainda que se possam estabelecer certas faixas ou intervalos etários para identificá-la; o mesmo ocorre ao responder quando termina a juventude (Feixa, 1999). Pois bem, quanto a quem se atribui essa condição, trata-se de algo diretamente ligado tanto às mudanças e emergências de perspectivas analíticas quanto às transformações históricas e culturais. Costumam-se mencionar a esse respeito determinações de ordem econômico-produtiva (os jovens são ou eram os que não trabalham ou trabalhavam,

especialmente porque estavam dedicados a estudar; a juventude é, por conseguinte, a etapa em que se estuda, prepara-se para a vida adulta, produtiva). Do ponto de vista sociológico e da análise econômica, contempla-se, neste ponto, uma espécie de moratória social pela qual se legitima esta como uma idade de transição que, em certa tradição, significava imaturidade, gratuidade, dependência e, inclusive, autonomia em constituição (idem, 1999).

Tudo indica hoje que um dos setores sociais que mais recebe o impacto das transformações estruturais da vida contemporânea é a juventude, o que ao mesmo tempo a converte em uma instância social fundamental — dir-se-ia chave ou estratégica — quanto ao seu papel na conformação do presente e na modelagem do futuro próximo, de acordo com seus ideais, modos de sentir, pensar e representar, de acordo com seus modos de agir diante do mundo que a rodeia (M. Mead, 1967; Martín-Barbero, 2005). Essa tese constitui um dos pilares decisivos para apreciar o espírito das mudanças que estamos vivendo e que, por sua maneira tão dinâmica e simultânea de ocorrer, muitas vezes não nos permite tomar a distância suficiente para percebê-las em toda a sua dimensão.

Em conexão com a perspectiva anterior, algumas teorias insistem na caracterização dos jovens de hoje basicamente como sujeitos ativos e propositivos, como gestores de sua própria situação e responsáveis, agenciadores não só de seu status presente, mas em grande medida do presente social em que transcorre seu processo vital. Outros discursos aludiram a esse fenômeno assinalando a aceleração das mudanças geracionais, a permanente inovação nos papéis de direção dos assuntos econômicos e de muitos assuntos sociais e culturais, tanto que, como observa com muita agudeza M. Mead (1967), uma das transformações essenciais do mundo de hoje — senão a mais importante — consiste em que os jovens tomam as rédeas do presente e da história em suas mãos e se convertem em artífices do devir cotidiano. Preparados ou não para isso, os jovens

estão decidindo, e cada vez com mais força, o curso e o sentido da realidade que habitam e que compartilhamos com eles.

Em nosso âmbito, Martín-Barbero tem sido um pensador de vanguarda quanto a detectar esses pontos de inflexão pelos quais transitam a sociedade e a cultura latino-americanas, a cultura colombiana, e observando como se cruzam com os processos globais em nível mundial (Martín-Barbero, 2005; Feixa, 1999; Pérez Tornero, 1996). Em um texto recente, Martín-Barbero (2005) se pergunta: “Há algo realmente novo na juventude atual? E, se há, como pensá-lo sem mistificar de maneira enganosa a diversidade social da juventude em classes, raças, etnias, regiões? A resposta a essas perguntas passa por aceitar a possibilidade de fenômenos trans-classistas e trans-nacionais, que, por sua vez, são sempre experimentados nas modalidades e modulações introduzidas pela divisão social e pela diferença cultural”. A argumentação que apresenta a seguir apoia-se, em grande medida, no texto de M. Mead, focalizado em questões de interesse de nossas juventudes, que teremos ocasião de comentar.

O paralelismo de que falamos inicialmente para expor esses conceitos estende-se ao campo da configuração real, contextual, dos atores juvenis em uma situação social como a que é característica deste país. Por isso, convém introduzir e manter uma distinção crítica entre o plano conceitual (abstrato, formal) do que concerne à juventude e o plano concreto, real, no qual o fenômeno se materializa e se encarna em figuras específicas. E aí falamos de juventudes, de diferentes tipos e classes de jovens, em que muitas vezes o único elemento em comum, o único compartilhado, são os traços biológicos etários, porque seus papéis sociais cotidianos, seu entorno material econômico, seus indicadores de qualidade de vida, suas reais possibilidades de mobilidade e progresso social — em síntese, sua adscrição como sujeitos sociais — estão mediados por esse conjunto de fatores.

A situação à qual estamos aludindo é particularmente visível em sociedades e culturas como a nossa, dadas as profundas desigualdades que percorrem a estrutura social. Democracia e cidadania são categorias sociológicas e políticas atravessadas por essas materializações típicas da diversidade de nossos jovens. Ser jovem na Colômbia não é meramente questão de ficar inscrito em alguns indicadores estatísticos ou em descrições teóricas gerais; além disso — e, às vezes, contra isso —, ser jovem obedece prioritariamente a assumir-se e desempenhar-se em condições tais que impressionam pela diversidade e diferença, pelos contrastes que encerram, pelas desigualdades que mobilizam, pelas paradoxas que evidenciam.

Desse modo, é factível afirmar que, da mesma maneira como os jovens vão participando de forma muito mais ativa na dinâmica da construção social da realidade, da interação e da troca simbólica, também sua realidade como sujeitos sociais está profundamente influenciada e determinada pelas condições-quadro em que opera a dinâmica funcional do sistema. Eles fazem, aportam, transformam o social e o cultural, mas, por sua vez, estes os moldam, influenciam, determinam e inscrevem na realidade sociocultural característica do país. Daí ser tão importante poder explorar, como esta pesquisa pretende, o que concerne a esse jogo de interações no âmbito da política e da ideologia, da democracia e do exercício da cidadania, o que suscita interrogantes como estes: quem são, enquanto sujeitos sociais, os jovens colombianos do início deste século — definidos não só por padrões teóricos e estatísticos e parâmetros convencionais de identidade sociocultural, mas também enquanto atores, de carne e osso, que, em seus respectivos contextos de vida, desempenham o papel de jovens dentro da diversidade e da diferença? O que têm em comum e de diferente ou particular — e o que implica uma coisa e outra — para falar, com propriedade, de juventude(s)?

Em perspectiva semelhante e em correspondência com as perguntas anteriores, é pertinente incluir também os interrogantes acerca de sua percepção e representação da democracia como sistema político, das instituições públicas, dos papéis políticos que povoam a cotidianidade, do conflito, da crise nacional, diante dos quais não é possível manter-se à margem ou mostrar indiferença. Em consequência: o que dizem os jovens a respeito? O que é, para os jovens, ser cidadão, como o são e o que é mais típico do exercício de sua(s) cidadania(s)? Este circuito de perguntas nos remete ao campo dos processos por meio dos quais os grupos sociais constroem suas respectivas representações coletivas do público, do social e do político. Do mesmo modo: em que medida essas representações coletivas expressam o particular das condições em que a juventude se desenvolve?

“Na Colômbia, para alguns autores, as representações que amplos setores da juventude constroem a respeito do Estado estão influenciadas pelo recrudescimento da violência e pela sensação de falta de oportunidades, gerando pouca credibilidade diante das instituições. Nesse sentido, os jovens questionam o poder de um Estado autoritário e incapaz de materializar as promessas de uma modernidade que não tornou realidade o sonho de uma Nação inclusiva. O Estado colombiano contribuiu para configurar uma cultura política caracterizada pela dependência e pela pouca liberdade para decidir politicamente, o que gerou nos jovens ceticismo em relação à política nacional, à ação do Estado e de seus administradores, assim como às classes políticas” (Herrera, 2005, 234).

Essa predisposição um tanto negativa dos jovens diante da política nacional — leia-se, diante da democracia, da cidadania e das instituições — tem o signo de um elemento de presença recorrente na caracterização do juvenil; costuma estar presente através das gerações, seja porque as mais distantes não se identificavam com os esquemas políticos e as ideologias tradicionais e, sim, com as utopias

históricas e políticas; seja porque, como costuma ocorrer hoje, o corpus da realidade política presente constitui um elemento de rejeição por parte dos jovens, que optam por práticas alternativas e diferenciadoras, de forte conotação social e cultural — o que não implica que sejam menos ideológicas e políticas: “... os jovens sabem de política, podem falar de política e, de fato, não têm problemas em fazê-lo. Vê-se neles, a respeito da política, uma região mental, um mapa conceitual que lhes é característico por ser produto de suas próprias reflexões. Desse modo, nos jovens não há um vazio de política; há um discurso e uma reflexão sobre essa área da vida social. Outra coisa, como se verá adiante, é sua postura e sua atitude diante dela” (Tejop, 1999). Segundo isso, como se pôde constatar no estudo, para os jovens colombianos a política, a democracia, os valores e os direitos cidadãos se carregam de uma significação muito vinculada às suas próprias expectativas e experiências de vida; e é isso que entra em cena quando atuam ou se referem a esses fenômenos ou quando, como no caso da mediação televisiva, opinam ou argumentam a partir de certos referentes simbólicos sobre o acontecer político nacional.

Referências

ALZATE, Piedrahita, María Victoria (2003). “La Infancia: Concepciones y perspectivas”. Colombia: Papiro.

ARIÉS, Philipe (1987). *El niño y la vida familiar en el Antiguo Régimen*. Madrid: Taurus.

BACHELARD, Gaston. (1982). “La poética de la ensoñación”. México: Fondo de Cultura Económica.

BUCKINGHAM, David (2002). “Crecer en la era de los medios electrónicos”, Madrid, Ediciones Morata.

BUSTAMANTE, Borys; ARANGUREN, Fernando y CHACÓN, Máryori (2007). "Usos y apropiaciones de una televisión de calidad para niños y jóvenes" (Proyecto de investigación). CNT-Universidad Distrital Francisco José de Caldas".

BUSTAMANTE B, Borys , ARANGUREN D Fernando y ARGUELLO Rodrigo, (2005). "Modelo pedagógico de competencia televisiva". Universidad Distrital "F.J.C" Bogotá.

CALLE, Natalia, y otros (2002). "La programación infantil en la televisión colombiana". En: Televisión infantil: Voces de los niños y de la industria televisiva". Colombia: Convenio Andrés Bello-Fundación Antonio Restrepo Barco.

_____ (2002). "La opinión de los niños". En: Televisión infantil: Voces de los niños y de la industria televisiva". Colombia: Convenio Andrés Bello-Fundación Antonio Restrepo Barco.

CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE COLOMBIA (1991). Argentina: LUMEN hymanitas.

COREA, Cristina y LEWKOWICZ, Ignacio (1999). "¿Se acabó la infancia? Ensayo sobre la destitución de la niñez".

DEMAUSE, Lloyd, (1991). Historia de la infancia. Madrid: Alianza.

DECLARACIÓN DE LOS DERECHOS DEL NIÑO (1924). Ginebra.

DECLARACIÓN DE LOS DERECHOS DEL NIÑO (1959). Naciones Unidas.

DECLARACIÓN MUNDIAL SOBRE LA SUPERVIVENCIA, LA PROTECCIÓN Y EL DESARROLLO DEL NIÑO (1990).

FEIXA, Carles (1998), "De jòvenes, bandas y tribus. Antropologia de la juventud". Barcelona: Ariel.

GALVIS, Ortiz Ligia (2006) "Las niñas, los niños y los adolescentes, Titulares activos de derechos". Bogotá: Aurora.

LÓPEZ DE LA ROCHE, Maritza; BARBERO-MARTÍN; RUEDA, Amanda; VALENCIA, Stella, (2.000), "Los Niños como audiencias" Bogotá: Da Vinci.

MARTÍN-BARBERO, Jesús (2002). "Jóvenes, comunicación e identidad" En: Pensar Iberoamérica, Revista de Cultura, Número O. <http://www.oei.es/pensariberoamerica/ric00a03.htm>.

_____ y REY, german (1999). "Los ejercicios del ver: Hegemonía audiovisual y ficción televisiva". España: Gedisa.

MEYROWITZ, J. (1985). "No Sense of Place : The Impact of Electronic Media on Social Behavior". Oxford University Press, Nueva Cork.

MUÑOZ, Cecilia; Pachón, Ximena (1996). "La aventura infantil a mediados de siglo". Bogotá: Planeta.

MUÑOZ, Germán (2007). "Niños, niñas, jóvenes y televisión. ¿Cómo armar el rompecabezas?". Bogotá: Comisión Nacional de Televisión.

PÉREZ TORNERO, José Manuel. (1996). Tribus urbanas. Madrid, Paidós.

POSTMAN, Neil, (1984), The Disappearance of Childhood, New York Delacorte Press.

SÁENZ, Obregon Javier; Saldarriaga, Oscar; Ospina, Armando (1997). "Mirar la infancia: pedagogía, moral y modernidad en Colombia. 1903-1946" Colciencias, Ediciones Foro nacional por Colombia, Ediciones Uniandes. Editorial U. de Antioquia. Medellín. 2 volúmenes.

SOUTO, K. Sandra (2007) Juventud, teoría e historia: la formación de un sujeto social y de un objeto de análisis. En Historia actual on line, No 13 171-192.

OUVIR A PRISÃO: rádio carcerária como ferramenta de participação desde a prisão para o público

María Clara Villamarin Bautista

Introdução

Na Colômbia, o sistema penitenciário foi declarado em múltiplas ocasiões como um Estado de Coisas Inconstitucional pela Corte Constitucional, devido às constantes violações aos Direitos Humanos causadas pelas condições de superlotação, precariedade estrutural e violação sistemática dos direitos humanos nas prisões do país (Corte Constitucional, T-153 de 1998; Auto 764 de 2015). No entanto, para além das cifras e dos diagnósticos institucionais, persiste uma negação estrutural em escutar as vozes daqueles que habitam esses espaços de reclusão. Essa negação não é apenas um ato de indiferença: é uma política do silêncio, uma forma ativa de exclusão que impede as pessoas privadas de liberdade de serem reconhecidas como sujeitos com agência comunicativa e capacidade de narração própria.

Até agora, a Colômbia não conta com nenhuma emissora carcerária de acesso livre e contínuo que permita às pessoas privadas de liberdade exercer uma comunicação autônoma para o público. Existem, sim, projetos sonoros sustentados desde fora, onde as vozes do cárcere podem ser ouvidas, mas sob a curadoria institucional. Assim, não há um exercício comunicativo autônomo, e isso não é uma omissão do sistema, mas constitui um silêncio estrutural.

As poucas experiências que permitem a circulação de conteúdos produzidos por pessoas privadas de liberdade, como *CárcelEsPodcast*, desenvolvido em aliança com a Fundación Acción Interna e o meio de comunicação Cero Setenta, evidenciam as limitações enfrentadas pela comunicação em contextos penitenciários na Colômbia. Embora esses projetos consigam visibilizar fragmentos de vida, pensamento e criação desde o cárcere, sua execução está sujeita à aprovação do INPEC e à gestão de atores externos, o que limita sua continuidade, sua autonomia editorial e seu potencial de incidência.

Esta pesquisa propõe-se a analisar tais experiências a partir de um enfoque interseccional, decolonial e abolicionista, para questionar as narrativas hegemônicas que silenciam a produção simbólica de quem habita o cárcere. Através de uma revisão documental de experiências radiofônicas desenvolvidas em prisões da Colômbia e da América Latina, busca-se compreender como a rádio pode operar como uma estratégia de fissura no regime de silêncio próprio do sistema penitenciário.

Assim, este trabalho não apenas visibiliza o potencial transformador da rádio carcerária, mas também aposta em uma reflexão crítica sobre o direito à comunicação como direito fundamental, mesmo em contextos de reclusão.

A partir desta investigação, espera-se contribuir com uma análise do direito à comunicação emancipadora a partir da rádio em contextos carcerários e penitenciários na Colômbia, com ênfase na importância e no impacto que esses conteúdos têm quando podem

ser ouvidos pela sociedade. A comparação dos processos radiofônicos estudados fornece uma rota de avaliação e recomendações para a implementação e o fortalecimento de projetos radiofônicos em contextos de cárcere, considerando os êxitos, aprendizados e aspectos a melhorar identificados. Essa rota busca ser um insumo com incidência em políticas públicas para a legitimação da rádio carcerária como veículo de participação, reparação simbólica e ressocialização das pessoas privadas de liberdade, reconhecendo-as como sujeitos comunicacionais ativos.

Enfoque metodológico

Esta pesquisa se desenvolve a partir de um enfoque qualitativo, com caráter exploratório e crítico, orientado à construção de uma rota para a implementação de uma emissora carcerária com projeção para o público. Mais do que estudar as rádios carcerárias como produtos fechados, o interesse se situa nos processos que as tornam possíveis: suas condições materiais, os marcos normativos que as condicionam, as tensões éticas que enfrentam e as formas narrativas que habilitam ou restringem. Trata-se de compreender que aprendizados, êxitos e desafios emergem de experiências já existentes para traçar um caminho situado, factível e politicamente consciente rumo à legitimação do direito à comunicação em contextos de reclusão.

Dessa perspectiva, optou-se por uma revisão documental crítica de cinco experiências radiofônicas desenvolvidas em prisões da Colômbia e da América Latina. Essa estratégia incluiu a análise de arquivos sonoros, publicações da imprensa, pesquisas acadêmicas, registros institucionais e entrevistas publicadas por meios ou projetos aliados, dado que as condições institucionais na Colômbia dificultam o acesso direto aos centros penitenciários para fins investigativos.

Essa escolha metodológica também reconhece que os processos comunicativos na prisão estão atravessados por relações

de poder, censura institucional e lógicas de tutela. Portanto, qualquer tentativa de investigar ou sistematizar essas experiências deve ser feita a partir de uma ética da escuta, assumindo que o silêncio também comunica e que as ausências fazem parte do material de análise. Ao focar a atenção nas condições de produção, circulação e recepção dessas experiências radiofônicas, espera-se derivar princípios orientadores para o desenho de uma emissora que não reproduza as lógicas do castigo, mas que abra caminhos para a participação, a agência narrativa e a reparação simbólica desde o cárcere.

A análise das experiências radiofônicas selecionadas se estrutura em torno de três critérios principais que permitem identificar os elementos-chave para o desenho de uma rota de implementação de uma emissora carcerária orientada ao público. Mais do que classificar ou comparar os projetos, o interesse centra-se em compreender suas condições, limites e contribuições, com o objetivo de extrair aprendizados aplicáveis a uma proposta comunicativa situada e tecnicamente viável.

Critérios de análise

- Condições de possibilidade:
Aspectos como a origem do projeto, os atores que o impulsionam, o grau de autonomia em sua produção e gestão, e o tipo de autorizações institucionais necessárias para operar. Permite compreender em que medida as experiências conseguem se sustentar, quais são seus limites de ação e que tipo de relações estabelecem com o entorno penitenciário.
- Lógicas narrativas e marcos éticos:
Analisa-se quais vozes se tornam audíveis, quais temáticas predominam, como se representa a experiência do cárcere e quais são os limites — explícitos ou implícitos — que configuram o dizível. Busca-se identificar as tensões entre

narrativas institucionalizadas e aquelas que problematizam a prisão como estrutura.

- **Projeção para o público:** Capacidade dos projetos de dialogar com audiências externas, circular fora do entorno penitenciário e fazer parte do ecossistema midiático mais amplo. Estudam-se as estratégias de difusão, as plataformas utilizadas, o tipo de vínculo com os ouvintes e as possibilidades de interlocução social.

Esses três critérios permitem organizar a leitura crítica das experiências e construir, a partir delas, uma rota de implementação que reconheça o que já foi trilhado, os obstáculos estruturais e as alternativas consolidadas.

Resultados esperados

Espera-se que esta pesquisa contribua para uma compreensão crítica e situada das experiências radiofônicas desenvolvidas em contextos penitenciários na Colômbia e na América Latina, a partir da análise de suas condições de produção, de suas tensões narrativas e de sua relação com o espaço público.

Esse resultado não se concebe como um modelo fechado nem como uma proposta técnica replicável, mas como um insumo orientador, com critérios éticos, comunicativos e operativos que possam ser considerados por coletivos, organizações ou instituições interessadas em promover processos de comunicação em contextos de reclusão.

Da mesma forma, espera-se que este exercício contribua para o debate público sobre o direito à comunicação na prisão e abra possibilidades para pensar a rádio carcerária não como um mecanismo de ressocialização, mas como uma ferramenta de participação, agência narrativa e vínculo com a sociedade.

Referências

Davis, A. (2003). ¿Son obsoletas las prisiones? (1ra ed.). Madrid: Akal.

De Sousa Santos, B. (2010). Descolonizar el saber, reinventar el poder. CLACSO.

Segato, R. L. (2015). Las estructuras elementales de la violencia (1ra ed.). Buenos Aires: Siglo XXI Editores.

Segato, R. L. (2015). Las estructuras elementales de la violencia (1ra ed.). Buenos Aires: Siglo XXI Editores.

De Sousa Santos, B. (2010). Descolonizar el saber, reinventar el poder. CLACSO.

Davis, A. (2003). ¿Son obsoletas las prisiones? (1ra ed.). Madrid: Akal.

IMPACTO DAS NARRATIVAS DE TRANSMISSÃO DE PAZ NAS ESTRUTURAS DE ORDEM SOCIAL EM TERRITÓRIOS DE CONFLITO APÓS O PÓS-ACORDO NA COLÔMBIA, ESTUDO DE CASO: Flórida, Valle de Cauca

Angie Katherine Gongora Rozo

Introdução

No âmbito da implementação do Acordo Final para o Término do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura, assinado em 2016 entre o Estado colombiano e o extinto grupo guerrilheiro FARC-EP, o ponto 6.5 estabeleceu a criação de Rádios da Paz como estratégia de comunicação destinada a informar sobre o progresso do pós-acordo e a promover a educação para a paz em territórios historicamente afetados pelo conflito armado. Este artigo analisa o impacto das narrativas construídas e disseminadas por essas emissoras nas estruturas da ordem social, tomando como estudo de caso a frequência 92.0 FM no município de Florida, Valle del Cauca, uma das áreas prioritárias para a consolidação da paz territorial.

Utilizando uma abordagem qualitativa, esta pesquisa concentra-se na análise do conteúdo veiculado por esta rádio pública, integrante do sistema midiático RTVC, a fim de compreender como o discurso radiofônico contribui para a reconstrução do tecido social, a redefinição da identidade territorial e o fortalecimento de práticas comunitárias. A narrativa promovida por essas rádios concentra-se, em sua maior parte, em temas como memória coletiva, reconciliação, resolução pacífica de conflitos e reconhecimento das comunidades como titulares de direitos — aspectos fundamentais em contextos marcados por violência e exclusão histórica.

O estudo também questiona o papel do jornalismo em áreas onde conflitos armados persistem, destacando como programas de rádio podem funcionar tanto como ferramentas de empoderamento e participação quanto como fatores de risco para jornalistas e líderes comunitários. Nesse sentido, o estudo fornece elementos para a reflexão sobre os limites e as possibilidades da comunicação na construção da paz.

Neste território específico do Vale do Cauca, atores estratégicos operam na reconfiguração da ordem social local, facilitando espaços de diálogo, conscientizando vítimas, líderes comunitários e signatários do acordo, no que constitui uma experiência comunicativa única em nível global. O caso da Flórida revela, em particular, o potencial transformador da comunicação comunitária diante das complexidades de territórios atravessados por economias ilícitas, disputas territoriais e fragmentação social. Este artigo propõe, portanto, uma leitura crítica do papel das rádios de paz como ferramentas fundamentais para a consolidação da paz territorial com foco em direitos e justiça social. Também destaca o papel do rádio como ferramenta política transformadora, necessária para a democracia e a construção da paz.

Justificativa

Esta pesquisa tem relevância acadêmica, social e comunicativa no contexto atual do pós-acordo colombiano, oito anos após a assinatura do Acordo Final entre o Estado e as FARC-EP. Embora persistam múltiplos desafios para sua implementação efetiva, especialmente nos territórios historicamente mais afetados pelo conflito armado, as Rádios da Paz criadas na Seção 6.5 do Acordo representam um compromisso estratégico para gerar condições de diálogo, educação e coesão social por meio da mídia pública.

O estudo do caso específico da 92.0 FM no município de Valle del Cauca, na Flórida, lança luz sobre como a rádio pública pode impactar a reconstrução do tecido social, a redefinição da identidade territorial e a promoção de narrativas de paz de e para as comunidades. Este território abriga organizações sociais e processos comunitários, bem como dinâmicas de violência persistente, economias ilícitas e disputas por controle territorial.

Esta pesquisa contribui para a compreensão do papel do rádio como ferramenta de transformação social, bem como para os debates sobre a produção de memória coletiva e a construção da cidadania em contextos pós-conflito. Ao focar nas narrativas radiofônicas, o trabalho nos permite identificar os mecanismos pelos quais o discurso mediado influencia as percepções, práticas e relações da comunidade em torno da paz.

Objetivos

Objetivo geral:

Demonstrar o impacto das rádios de paz na transformação das estruturas sociais das diversas comunidades afetadas pelo conflito armado, por meio da implementação e verificação do Acordo Final de Paz assinado entre o Estado colombiano e o extinto grupo guerrilheiro FARC-EP.

Objetivos específicos:

Analisar as narrativas transmitidas pela Rádio Paz 92.0 FM no município de Florida, Valle del Cauca, a fim de identificar discursos em torno da memória, da reconciliação e da construção da paz.

Explorar as percepções de jornalistas, líderes comunitários e públicos locais sobre o impacto da emissora na vida social do município, bem como os desafios enfrentados pela comunicação em contextos de violência persistente.

Antecedentes

O rádio desempenhou um papel fundamental na história recente da Colômbia, especialmente em zonas rurais e de difícil acesso onde, por décadas, foi o único meio disponível para comunicação e informação. Desde a década de 1990, diferentes experiências de comunicação comunitária surgiram como resposta à necessidade de fortalecer o tecido social, dar visibilidade às vozes marginalizadas e construir narrativas alternativas ao discurso hegemônico sobre o conflito armado (Beltrán, 2006; Chaparro, 2012). Essas iniciativas deram lugar ao desenvolvimento de rádios comunitárias e populares que operaram inclusive em contextos de risco, consolidando-se como espaços de resistência simbólica e de participação cidadã (Riaño, 2003).

No marco do Acordo Final de Paz assinado em 2016 entre o Estado colombiano e as FARC-EP, contemplou-se a criação das chamadas Emisoras de Paz como parte do ponto 6.5 do acordo. Essas emissoras, vinculadas ao sistema de meios públicos RTVC, têm o mandato específico de informar a cidadania sobre os avanços na implementação do Acordo e de realizar pedagogia sobre os conteúdos pactuados. Conforme estabelecido, sua programação deve promover valores como convivência, reconciliação, respeito aos direitos humanos e inclusão social (Governo da Colômbia & FARC-EP, 2016, p. 217).

Pesquisas recentes começaram a estudar o impacto das Emisoras de Paz em diferentes territórios do país. Martínez e Bermúdez (2020) identificam que esses meios têm contribuído para abrir espaços de diálogo entre comunidades historicamente em confronto e têm sido fundamentais para o reconhecimento de lideranças sociais e processos de memória. Da mesma forma, o Observatório de Meios para a Paz (2021) documentou que, apesar de seu potencial transformador, essas emissoras enfrentam desafios estruturais como a falta de recursos, as ameaças a jornalistas locais e a limitada articulação com processos de comunicação comunitária preexistentes.

O caso de Florida, no Valle del Cauca, inscreve-se em um território marcado pela persistência do conflito armado, economias ilícitas e tensões pelo controle territorial, mas também por uma forte organização social e comunitária. As dinâmicas de violência afetaram historicamente a vida cotidiana de seus habitantes, o que converte o município em um cenário estratégico para analisar o alcance das Emisoras de Paz na reconstrução da ordem social local. Estudos sobre comunicação para a transformação social em contextos de pós-acordo, como os de Sierra e Patiño (2019), destacam que o potencial dos meios públicos reside em sua capacidade de gerar processos de escuta ativa, representação simbólica das vítimas e fortalecimento do sentido de comunidade.

Resultados esperados

Evidenciar o papel do rádio público como ferramenta de transformação social por meio dos conteúdos de paz.

Propor recomendações orientadas ao fortalecimento das Emisoras de Paz como atores-chave na implementação do Acordo Final de Paz.

Dar visibilidade aos obstáculos que as Emisoras de Paz enfrentam em contextos onde persistem dinâmicas de violência.

Aportar insumos teóricos para futuras pesquisas em torno do pós-conflito, do rádio em meio ao conflito armado, da comunicação para a paz, da comunicação comunitária e da comunicação para o desenvolvimento.

Referências

Tornay-Márquez, M.C. (2021). Radios comunitarias en América Latina, una historia de las luchas populares de un continente. *Historia Actual Online*, 54(1), 53–62. https://www.academia.edu/45302366/Radios_comunitarias_en_América_Latina_una_historia_de_las_luchas_populares_de_un_continente Dialnet+1Academia+1

Pareja, R. (1984). Historia de la radio en Colombia: 1929-1980. Servicio Colombiano de Comunicación Social, Biblioteca Luis Ángel Arango. Consulta secundaria: resumen en Wikipedia: "Radio comunitaria en Colombia" ~ https://es.wikipedia.org/wiki/Radio_comunitariamanglar.uninorte.edu.co+2Wikipedia+2Wikipedia+2

Reynaldo Pareja (citado por): "Historia de la radio en Colombia: 1929-1980", sobre los inicios de la radio comunitaria y educativa, conectado a la experiencia de Radio Sutatenza Dialnet+4Wikipedia+4Wikipedia+4

Decreto 1447 de 1995 (Colombia). Regulación del servicio de radio comunitaria en Colombia, que permitió concesiones a emisoras locales con fines sociales y culturales. Descripción general en adaptación «Modelo operativo de radio comunitaria en Colombia».

Góngora, A., & Rincón, A. (2023). Combate hertziano: La construcción del espacio sonoro por parte de la Cadena Radial Bolivariana Voz de

la Resistencia en el sur del Tolima (Trabajo de grado, Universidad del Tolima).

Martínez, L., & Bermúdez, C. (2020). Impacto de las emisoras de paz en procesos de memoria y reconciliación en regiones posacuerdo. Informe interno, Observatorio de Medios para la Paz.

Observatorio de Medios para la Paz. (2021). Desafíos en la consolidación de las emisoras de paz en territorios rurales colombianos. Documento técnico.

Sierra Caballero, F., & Patiño, X. (2019). Comunicación para la transformación social en contextos rurales posacuerdo. (Monografía). Universidad Colombia.

Gobierno de Colombia & FARC-EP. (2016). Acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera.

<https://www.cancilleria.gov.co/sites/default/files/Fotos/acuerdo-final-12-11-2016-nuevo.pdf>

PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA COMO PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO

Lucero Giraldo Marín
Sandra Leal Larrarte
Mónica García Bustamante

Introdução

Este artigo defende a abordagem conceitual das práticas de resistência como práticas comunicativas e desenvolve a categoria de resistência como categoria central do projeto "Práticas comunicativas de resistência em coletivos de comunicação na Colômbia".

Nos níveis teórico e prático, busca-se compreender como a comunicação articula processos de resistência. Esses processos são entendidos como práticas comunicativas que evidenciam as lutas travadas por comunidades que, tornando-se sujeitos políticos, se comprometem a construir novas realidades por meio do exercício da cidadania comunicativa. Setores não hegemônicos adquiriram voz própria e impulsionam o debate sobre as transformações necessárias

para um modelo de desenvolvimento que impacte os territórios e a vida dos cidadãos de múltiplas maneiras.

Entre esses grupos —formados por camponeses, indígenas, comunidades organizadas, mulheres, vítimas e profissionais de comunicação—, a pesquisa destaca a atuação de coletivos de comunicação de diversas regiões do país que trabalham pelo acesso e defesa dos direitos humanos.

Metodologia

A pesquisa tem uma abordagem qualitativa com escopo descritivo-interpretativo porque, por um lado (no descritivo), caracteriza as práticas de resistência que os grupos desenvolvem e, por outro (no interpretativo), busca compreender os significados que eles compartilham e como essa visão se vincula às práticas comunicativas que desenvolvem (Sautu , Boniolo , Dalle e Elbert, 2005).

Foram realizadas entrevistas virtuais em profundidade com 15 grupos de comunicação, selecionados com base em sua conexão com as lutas sociais das comunidades e no uso de estratégias de comunicação para denunciar, disseminar, convocar e apoiar essas lutas.

O projeto encontra-se em fase de análise, para a qual foi elaborada uma matriz que permite a triangulação entre as categorias dedutivas e indutivas, as informações coletadas e as observações dos pesquisadores.

Há um compromisso de validação do relatório final com os grupos que participaram da pesquisa e que compartilharam com os pesquisadores suas experiências e interpretações sobre o trabalho que realizam com as comunidades.

Das práticas sociais às práticas comunicativas de resistência

Práticas sociais podem ser entendidas, segundo Uranga (2007), como "manifestações da interação histórica de indivíduos

[que] também podem ser lidas como enunciados que surgem das experiências de vida de homens e mulheres que se tornaram sujeitos sociais" (p. 1). Em outras palavras, são as diferentes formas de representação das relações sociais que se manifestam nas visões de mundo e práticas com as quais interagimos com o ambiente e com os outros.

É ali, nas experiências em grupo, que os indivíduos constroem sua identidade e os significados com os quais confrontam diferentes situações. Ou seja, refletem sobre relações de poder e posicionamentos políticos, pois, quando compartilhados, desafiam as formas como nos compreendemos e o mundo, com suas diferenças, consensos e contradições. (Vega, 2015)

Uranga (2007) destaca a natureza comunicativa das práticas sociais quando enfatiza que estas

(...) são, do ponto de vista da comunicação, "práticas de enunciação" que se constroem através de narrativas, e através do desenvolvimento de capacidades e técnicas expressivas, um discurso que é a estrutura da cultura e o fundamento da história de vida de uma comunidade (p.1).

É no mundo da vida que a práxis comunicativa opera.

Assim, as práticas sociais são experiências de comunicação porque é esta que torna possíveis as relações econômicas, institucionais e políticas, ao colocar em circulação os imaginários, as ações dos sujeitos, os saberes, enfim, a cultura, e para as quais são colocadas em jogo "estratégias e dispositivos de comunicação" (Uranga, 2007, p.3).

Essa visão comunicativa das práticas sociais transcende a visão simplista da comunicação. como um processo linear entre emissores e receptores e nos convida a compreendê-lo como uma manifestação da complexidade social em que se cruzam discursos mediados por jogos de poder, conflitos e contradições, que, portanto, dão origem a uma "situação de comunicação." (Uranga, 2007, p.8)

Portanto, com base no exposto, neste artigo, o conceito de prática social é equiparado ao de práticas comunicativas entendidas, segundo Vega (2015), com base em Castells (2009), como o conjunto de elementos ideológicos ou materiais que se tornam visíveis por meio de fenômenos discursivos como rituais, rotinas, procedimentos, expressões artísticas, reivindicatórias e organizacionais de um grupo social.

Assim, ao estudá-los, obtemos insights sobre a cultura ou culturas nas quais estão inseridos e podemos identificar pontos de ruptura com os discursos hegemônicos que circulam pela mídia comercial, que geralmente estereotipam e estigmatizam comunidades, seus imaginários, seus significados e sua importância.

Contudo, é preciso levar em conta que, como destaca Uranga (2007), (...) Complementarmente, as práticas sociais são também o não dito, as estratégias de silêncio, as resistências. Todas elas, as enunciadas e as não ditas, ocorrem dentro de um quadro de condições de formulação e possibilidade que lhes conferem molduras e quadros de referência. As práticas sociais são compostas de tudo isso. Daí sua complexidade e também a dificuldade de explicá-las adequadamente, pela diversidade e tensões que atravessam e que, ao mesmo tempo, as constituem (p. 1-2).

Também é importante ter em mente que essas práticas mudam à medida que a sociedade desenvolve novas tecnologias. Os sistemas tecnológicos não são apenas construídos socialmente, mas, uma vez apropriados, acabam impondo limites devido ao seu design e à forma como são utilizados socialmente. Em outras palavras, a sociedade constrói a tecnologia, e uma construção tecnológica da sociedade também ocorre, gerando novos rituais e novas necessidades, como as que observamos hoje com a prevalência das mídias sociais e da comunicação pela internet.

A internet, que começou como um projeto militar para proteger as comunicações em caso de guerra nuclear e foi amplamente utilizada na década de 1990, cria um novo cenário no

qual a informação não é produzida e recebida apenas pelos setores dominantes, mas também por uma ampla gama de novos movimentos sociais que geram uma vasta gama de mídias de resistência social, onde a voz dos próprios protagonistas prevalece, narrando diferentes realidades a partir de suas próprias perspectivas. Além disso, o acesso a diversas redes sociais na internet oferece aos movimentos e coletivos sociais a oportunidade de se expandirem exponencialmente, potencializando formas de interação até então desconhecidas (Muñoz, 2018, p. 93).

O que fica evidente é que estamos diante de uma grande diversidade de práticas comunicativas que, como manifestações simbólicas dos cidadãos, são produto dessa relação bidirecional entre sociedade e tecnologia.

Há um tipo de prática comunicativa que os grupos de comunicação desenvolvem e sobre a qual este estudo concentra seu interesse e são as práticas comunicativas de resistência que, segundo Tamayo e Navarro (2018), podem ser entendidas como aquelas por meio das quais se reivindicam direitos com estratégias de comunicação não convencionais e que buscam reconfigurar regimes simbólicos em populações afetadas por conflitos armados ou violência estrutural e, ao mesmo tempo, são formas de exercer outras “dimensões da cidadania (cidadania cultural, global, transnacional, sexual e ecológica) em contextos sociais particulares” (p.1116).

Estudos realizados sobre essas práticas em grupos de comunicação destacam que elas buscam apoiar, promover e empoderar as comunidades para que sejam críticas às situações que vivenciam e sejam atores e construtores das transformações sociais às quais aspiram e têm direito .

A mensagem torna-se o eixo central do processo de comunicação, e o fortalecimento comunitário é a base sobre a qual todas as ações se baseiam, assim como o desenvolvimento de competências e habilidades comunicacionais que permitam às

comunidades atingir níveis de autonomia para expressar sua visão de mundo.

Contudo, Herrera e Vega (2014) esclarecem que

(...) neste tipo de práticas, a participação muitas vezes acaba por não ser suficientemente inclusiva porque a posição de resistência é assumida apenas como conteúdo do discurso e não necessariamente de forma participativa como poderia ser.

ser produzido, ou a forma como pode envolver diferentes atores nos processos de mobilização (p. 228-229).

Mais do que uma luta por acesso à informação, o que observamos nesses grupos é uma luta por espaços de expressão, resgatando interpretações de sua própria cultura. Trata-se de fazer circular discursos alternativos na esfera pública que projetem novos significados por meio de ações de cidadania comunicativa.

Uma característica deste tipo de expressão é que na presença de um conflito social elas surgem de processos identitários onde prevalecem fatores emocionais na busca de objetivos comuns e que não são necessariamente mediados pelo pertencimento a organizações políticas, mas respondem a demandas específicas que surgem da vida cotidiana e local das comunidades e onde o que está em disputa, como já dito, são os significados e a potência interpretativa dos fenômenos sociais.

De qualquer forma, cabe destacar, como afirmam Muñoz e Linares (2018), que todas essas resistências adquirem importância crucial “quando deixam de ser uma simples reação e se tornam a geração de diferentes possibilidades e alternativas” (p.94-95), daí a necessária interrogação sobre os significados que as mobilizam e suas manifestações materiais.

Resistência e suas formas

A resistência como fenômeno social tem uma longa história nas lutas dos povos latino-americanos...

(...) que sempre esteve pronta para defender sua terra e lutar por seus direitos; como os indígenas fizeram na colônia contra os espanhóis, como os camponeses fizeram nas guerras civis contra os latifundiários, e como tantos fazem agora, (...) grupos e indivíduos que, como minoria e por meio de suas práticas sociais, configuram exercícios de resistência ao modelo social que tenta se impor. Algumas dessas pessoas e organizações encontraram na mídia alternativa o único espaço para realizar resistência, expressar sua posição, disseminar suas ideias e desenvolver processos educativos que lhes permitam crescer e se fortalecer (Cardona, 2021, p. 36).

No entanto, a categoria de resistência como conceito tem sido pouco desenvolvida, embora tenha sido objeto de diversas reinterpretações nos estudos das ciências sociais e humanas, à medida que a natureza dos movimentos sociais se transformava. Como categoria central nesta pesquisa, diversas abordagens a ela são apresentadas a seguir, ilustrando a ênfase que cada um dos autores mencionados atribuiu às suas pesquisas e, em conjunto, fornecendo elementos para a compreensão de seu escopo e complexidade.

Em um estudo realizado por Salazar-Rendón e Castaño-Urdinola (2023), com o objetivo de identificar a noção de resistência e no qual foi realizada uma revisão documental de artigos científicos, livros, capítulos de livros e teses de doutorado escritos em espanhol, a partir do ano 2000, que incluíam a palavra resistência no título ou nas palavras-chave, constatou-se “que existem múltiplas visões e perspectivas que definem a resistência nos textos revisados” e que ela é usada mais como uma palavra do que como um conceito.

Uma exceção seria o pensador francês Michel Foucault (2006), para quem o poder é uma rede: não está centralizado no Estado, mas circula por toda a esfera social. Portanto, para ele, se relações de poder existem em todos os lugares, também haverá possibilidades de resistência em todos os lugares (Foucault, 2006).

Toda resistência em Foucault (2006) expressa uma “contraconduta”, noção que ele trabalhou ao final de sua obra, entendendo-a como luta contra os procedimentos implementados para liderar os outros, ou seja, contra dispositivos e tecnologias de governamentalidade. Digamos que se “onde há poder há resistência”, “onde há governamentalidade há contraconduta”. Pensar a resistência como contraconduta permitiu a Foucault (2006) encontrar um conceito que articula tanto a dimensão ética quanto a política da resistência (Salazar-Rendón e Castaño-Urdinola, 2023, p.8).

Inspirados em Foucault, no trabalho realizado pelo grupo Co-Laboratorio Pluriversos, Cultura y Poder e na pesquisa supracitada, esses autores propuseram uma conceituação que não se baseia apenas em autores estrangeiros, mas também dialoga com realidades e autores latino-americanos que têm refletido sobre a noção de resistência, e dessa forma propõem entendê-la “como ações, práticas, performatividades que expressam desacordos com as relações de poder” (Salazar-Rendón e Castaño-Urdinola, 2023, p. 8). Cabe destacar que nessa conceituação encontramos coincidências com a proposta por Tamayo e Navarro (2018), que veem a resistência como uma ação política que emerge dos desacordos com as relações de poder.

Salazar-Rendón e Castaño-Urdinola (2023) alertam também que o risco que correm as resistências é que deixem de ser ações que confrontam um poder ou um acontecimento específico e se tornem ritualizações que constroem novas ordens policiais no sentido que Foucault propôs e percam assim o seu caráter emancipatório.

O fato é que, diante das violências de toda ordem sofridas pelos diversos grupos sociais e pelo território, surgiram formas de defesa e propostas alternativas de ser, existir e fazer que partem de grupos camponeses, de mulheres, étnicos, populares, educacionais,

juvenis, ambientalistas, culturais, LGBTQI+ e da comunidade em geral, tanto do campo quanto da cidade.

Fatores comuns nessas lutas são a resistência ao neoliberalismo e à exploração dos recursos ambientais. No caso particular da Colômbia, essas resistências se manifestam em protestos contra a desapropriação de terras, o paramilitarismo, o direito à verdade, à memória e à reparação, bem como contra a exploração dos recursos ambientais, a agroexportação e formas de violência política e policial, o crime organizado, a violência sexual, os feminicídios, a segurança e os serviços públicos — situações que também ocorrem em outros países.

Atores como grupos de comunicação, jovens, agricultores, indígenas, ambientalistas, estudantes e muitos outros empreendem projetos nos quais criam estratégias de comunicação para expressar sua defesa de direitos na esfera pública. Lá, eles são os protagonistas e aqueles que têm o poder de falar pela mudança social.

Um novo elemento nessas resistências é que o uso das tecnologias de informação e comunicação facilita a reciprocidade e a criação de redes de solidariedade entre os internautas que apoiam e promovem demandas sociais, tanto local quanto globalmente.

“Para Feixa e Leccardi (2012), os movimentos sociais mais recentes caracterizam-se por serem: 1) intergeracionais, 2) transexuais, 3) gloais (combinam escalas de ação locais e globais), 4) reticulares. E por serem: 1) baseados em tecnologias de informação e comunicação (especialmente a internet), 2) focados em demandas que articulam o econômico e o político com o cultural, 3) expressos em formas inovadoras de ação e organização (não tradicionais, performáticas ou espetaculares), e 4) apoiados por diversas tradições, organizações, redes e coletivos que convergem em torno de alguns princípios fundamentais que não comprometem a autonomia, a especificidade e a diferença” (Muñoz, 2018. p. 104-105).

A Internet, com sua enorme influência em todos os âmbitos da vida social (Muñoz e Linares, 2018), tornou-se um instrumento de luta para organizações e movimentos sociais.

Esses movimentos buscam democratizar a fala, libertá-la, torná-la parte de seus processos de vida; fazer da comunicação um ato de justiça social. Assim, por meio de diversas ferramentas de comunicação, romperam o bloqueio informativo da mídia comercial, que hoje enfrenta uma crise diante das diversas formas de comunicação crítica e não comercial que defendem todas as formas de vida (Muñoz e Linares, 2018, p. 88).

No entanto, mais de 30 anos após a primeira comunicação via internet e a utopia que acreditava que seu uso generalizado democratizaria o acesso à palavra e ao conhecimento públicos, seu uso político e econômico para fins comerciais, a manipulação de consciências e a disseminação de notícias falsas colocam em questão seu alcance como ferramenta de comunicação para a resistência social. No entanto, não se pode ignorar que esse novo cenário comunicacional facilitou a interação em torno de causas globais para coordenar ações e estratégias, além de proporcionar a oportunidade de visualizar novas subjetividades, expressões artísticas e formas alternativas de relacionamento entre seres humanos e entre seres humanos e ecossistemas.

“Cada um, de diferentes maneiras, propõe uma resistência global, com nós de reciprocidade que criam redes transfronteiriças por meio da comunicação para a resistência social como eixo central de articulação na reivindicação dos processos” ((Muñoz e Linares, 2018, p.89). Essa coordenação de ações entre movimentos de diferentes países são formas de resistência transnacional que respondem a lutas antineoliberais, como o movimento global por justiça econômica e ambiental.

Da mesma forma, pautas de discussão têm sido posicionadas de forma diferente daquelas propostas pela mídia comercial ou daquelas que defendem interesses privados em oposição à defesa

de interesses e bens comuns. Trata-se de interpretações alternativas dos fatos que permitem que as lutas sociais sejam interpretadas como lutas por sentido, e não apenas como propostas de grupos políticos de esquerda.

Salazar-Rendón e Castaño-Urdinola (2023) propõem agrupar essas resistências em cotidianas e organizadas.

As resistências cotidianas seriam aquelas que Scott (2000, citado em Salazar-Rendón e Castaño-Urdinola, 2023, p.9), aponta como

(...) uma ampla gama de expressões, comportamentos, provérbios, gestos, zombarias, sarcasmos, mitos, rituais, entre outros, que os dominados constroem e utilizam em conjunto para responder à hegemonia vigente. Essa forma de resistência se manifesta em discursos ocultos, aos quais os atores dominantes não têm acesso, pois é realizada de forma secreta e dissimulada. Embora possam ocorrer ou se manifestar na vida pública, são estrategicamente construídos para que não sejam detectados como resistência e para que a identidade de seus protagonistas não seja descoberta.

Resistência organizada, ou práticas coletivas organizadas, como esses autores as denominaram em trabalhos anteriores, refere-se a "ações, práticas e performatividades que expressam discordâncias públicas e coletivas com as relações de poder. Não são negatividade; pelo contrário, são arranjos de significados que produzem e/ou reproduzem visões alternativas de mundo" (Salazar-Rendón e Castaño-Urdinola, 2023, p. 11).

Segundo esses autores, estas últimas apresentam diversas formas e características; "podem ser ético-políticas, ou seja, podem se articular em torno de lutas micropolíticas para transformar políticas públicas, mas também podem intermediar processos de subjetivação, de transformação existencial de natureza micropolítica" (p. 11). Surgem de desacordos com os significados dominantes que regem o comportamento; "não são apenas práticas de resistência ou

defesa; a resistência ao “não” é criativa e proposital, produzindo novos significados ou recuperando os periféricos, intermediando modos de existir, práticas e performatividades” (p. 11).

Eles postulam que as relações de poder podem ser alteradas, desafiadas ou rejeitadas, portanto, nessa ordem de ideias, “elas podem se desdobrar em torno de processos contra-hegemônicos que visam à conquista das instituições e do Estado, ou podem optar por linhas de fuga, êxodos e desafetos estatais, sendo pós-hegemônicas ” (p.11).

Referimo-nos a estas resistências organizadas nesta investigação, embora, como alertam Salazar-Rendón e Castaño-Urdinola, JT, (2023), devamos ter em conta que

Muitas formas de resistência tendem a ser “romantizadas”, assim como os grupos que as mediam; no entanto, essas formas de resistência podem ser contraditórias ou ambivalentes (...), uma vez que grupos em uma dada situação podem expressar discordância com certos significados dominantes, mas, ao mesmo tempo, podem reproduzir, em outros contextos, expressões de injustiça ou exclusão. Ou seja, às vezes resistem a certas ordens de dominação, mas, ao mesmo tempo, acolhem outras (p. 11).

Daí a sua recomendação de que as resistências “devem ser avaliadas nas situações específicas em que emergem” (p. 11).

Outros autores, como Salazar-Rendón e Castaño-Urdinola (2023) constataram em sua pesquisa, analisam a resistência destacando o processo comunicacional que a possibilita e, conseqüentemente, a denominam comunicação para a resistência social (Linares, 2018). Em seu estudo, destaca-se que os meios de comunicação são estratégicos para a divulgação de lutas pela defesa e proteção dos direitos humanos, pela terra, pelos modos de vida e pelos sentimentos de comunidades que buscam autonomia para recriar seus costumes e preservar sua cultura.

É importante esclarecer que, de acordo com o arcabouço conceitual desenvolvido nesta pesquisa, as práticas de resistência

são assumidas ou entendidas como práticas comunicativas de resistência porque, como já afirmado, a comunicação é intrínseca a elas e não apenas uma forma de abordá-las ou estudá-las. No entanto, para os propósitos deste artigo e da revisão da categoria, é importante destacar como outros autores as abordaram.

Sobre o uso dos meios de comunicação para a resistência social, Linares (2018) destaca dois níveis: o primeiro é constituído pelos próprios meios de comunicação, que no caso dos povos indígenas, por exemplo, são de natureza ancestral: o sentido da escuta; a permanência da tradição oral como forma de recuperação da memória coletiva; os encontros da palavra presente nas assembleias, que lhe conferem um carácter dialógico, horizontal; a interação com a Mãe Terra e a interpretação das mensagens que ela emite; a conversa ao redor do fogo, ao redor da tulpa, que é uma articulação entre palavra e ação para defender todas as formas de vida.

O segundo subnível são as mídias apropriadas (rádio, vídeo, internet, smartphones, tablets), às quais, como já mencionado, os movimentos sociais têm acesso cada vez maior devido à queda dos custos. Portanto, a disseminação das mensagens é muito maior com o alcance alcançado pela internet, bem como pelas redes solidárias de mídias alternativas e de resistência social (p. 246).

Essas práticas, então, combinam formas ancestrais, tradicionais e alternativas de comunicação, bem como toda a gama de possibilidades tecnológicas das quais esses grupos já se apropriaram com grande qualidade e eficiência.

Para Linares (2018), a comunicação para a resistência social é uma comunicação “em movimento, dinâmica, que vai ao ritmo da palavra e da ação”, onde “a pedagogia da comunicação é importante, para que haja multiplicação de saberes técnicos e políticos. E onde se promovem mudanças geracionais baseadas na confiança mútua e na convivência harmoniosa” (p. 247).

Encontramos também autores que se referem à noção de resistência como resistência socioambiental porque enfatizam as desigualdades socioecológicas que as comunidades enfrentam e que as levaram a defender o território como sentido de suas lutas e como “(...) um espaço vital para o cuidado coletivo e a coexistência interespecífica ” (Haraway , 2020, citado em Arciniegas et al., 2024, p . 8).

Essas resistências surgem para confrontar o poder sociocultural e sociopolítico da ordem neoliberal, conforme proposto por Canciani e Quimbayo-Ruiz (2023, citado em Arciniegas et al., 2024), uma vez que “(...) essa ordem organizou a vida no território a partir da acumulação de capital e da pilhagem ambiental. Diante dessa situação, surgem resistências socioambientais que disputam, negociam e, em certa medida, transformam essa ordem” (p. 8).

Estas últimas tornam visíveis “situações de sofrimento e injustiça ambiental” (Arciniegas et al, 2024, p.3), e o fazem, como todas as outras, a partir do simbólico e do material.

Numa ordem complementar de análise, pode-se pensar também como os grupos de comunicação, em suas lutas por sentido e por meio de estratégias comunicativas, constroem novas subjetividades que buscam descolonizar o saber, o sentir e o ser.

(...) associados à música urbana e à produção audiovisual, entre outras alternativas, que se declaram fora do conflito armado e reivindicam ser atores políticos ativos por meio da arte, da música, da estética e do audiovisual, considerados meios de expressão para uma opção de vida não violenta (Garcés e Acosta, 2014, citado em Garcés e Jiménez, 2016, p. 142).

A verdade é que os coletivos de comunicação como formas associativas “longe de poderem ser lidos como unidade e totalidade, expressam uma multiplicidade de significados da ação política” (Munoz e Linares, 2018, p. 103), desenvolvem práticas que combinam diversas formas de expressão e “mesmo sem lutar especificamente

pela tomada do poder, questionam as bases de legitimação do poder existente” (Feixa , Costa e Saura, 2002, p. 18, como citado em Muñoz e Linares, 2018, p.103).

Essas lutas não se apresentam apenas por meio de grandes movimentos sociais com ampla ressonância midiática, mas também assumem a forma de resistência cotidiana (Almeida e Pérez Martin, 2023), como atos simbólicos de desafio, canções, performances, marchas, ocupações de pequenos grupos, formas de resistência que entendemos aqui, da mesma forma, como exercícios de cidadania comunicativa que são parte constituinte das práticas comunicativas de resistência, porque, no final, levam ao mesmo resultado: influenciar a ordem política estabelecida.

O importante é ressaltar que é o exercício do direito à comunicação, promovido por organizações sociais como os coletivos de comunicação, que possibilita a escuta dos setores populares e a consolidação de práticas de cidadania para a defesa e o acesso aos direitos humanos.

As contribuições dos autores mencionados nos permitiram aprofundar a noção de resistência e, conseqüentemente, as práticas comunicativas de resistência. Elas expressam uma luta por sentido sempre contestada, sempre em construção, enquadrada em uma luta por poder, e onde o conflito é inerente. Em concordância com Arciniegas et al. (2024), nesta pesquisa nos perguntamos o que se pretende: Comover, indignar, empoderar? (p. 13), gerar uma práxis social que leve às transformações desejadas e esperadas no meio social.

Referências

Almeida y Pérez Martin (2023). Resistencia colectiva al neoliberalismo.

CLACSO: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2023. Libro digital, PDF

Arciniegas, D., Castillo, D. P., Lozano, L. A., y Quimbayo, G. A. (2024). Territorio sur: tejido de vidas. Existimos porque resistimos". Experiencia colaborativa sobre violencias y resistencias socioambientales en Ciudad Bolívar, sur de Bogotá. Territorios, (51 Especial), 1-26.
<https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/territorios/a.1373>

Cardona, D. F. (2021). La comunicación popular como práctica de resistencia en América Latina En Comunicación (es) - educación (es) desde el sur (29-44). Colombia, Universidad Distrital Francisco José de Caldas.
https://die.udistrital.edu.co/publicaciones/capitulos_de_libro/la_comunicacion_popular_como_practica_de_resistencia_en_america.

Espitia, J. y Lugo, V. (2023). La resistencia civil: un acercamiento conceptual desde la experiencia de las organizaciones sociales en los Montes de María. Ánfora, 30 (55), 274-299.
<https://doi.org/10.30854/anf.v30.n55.2023.961>.

Garcés, A. y Jiménez, L. (2016). Comunicación para la movilización y el cambio social. Medellín: Universidad de Medellín.

Giraldo, R. (enero-junio, 2006). Poder y Resistencia en Michel Foucault. Tabula Rasa. (4) pp. 103-122. Bogotá:Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca Bogotá, Colombia
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600406>.

Linares, M. (2018). Comunicación para la resistencia social en Colombia y México: estrategias de lucha y organización política autónoma. En Comunicación para la resistencia conceptos, tensiones y estrategias "en el campo político de los medios. (243-259). Argentina: CLACSO. <https://www.clacso.org.ar/libreria->

latinoamericana/buscar_libro_detalle.php?campo=titulo&texto=&i
d_libro=1503.

Herrera, E., y Vega, J. (2014.) Prácticas comunicativas de participación cultural y memoria biocultural. https://www.researchgate.net/publication/270339720_Practicas_comunicativas_de_participacion_cultural_y_memoria_biocultural.

Marroquín, A. (2018). Pensar la comunicación, pensar las resistencias. En Comunicación para la resistencia conceptos, tensiones y estrategias "en el campo político de los medios. (21-25). Argentina: CLACSO. https://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/buscar_libro_detalle.php?campo=titulo&texto=&iid_libro=1503.

Martín-Barbero, J. (2005). Deconstrucción de la crítica: Nuevos itinerarios de la investigación. En María Inmacolata Vasallo de López y Raúl Fuentes Navarro (comps). Comunicación, campo y objeto de Estudio. México: Iteso.

Muñoz, G. A. y Linares, B. M. (2018). Bases para construir la relación entre comunicación popular y re-existencia política. En G. A. Muñoz. (Ed.), Re-visitare la comunicación popular: Ensayos para comprenderla como escenario estratégico de resistencia social y re-existencia política (pp.85-134). Corporación Universitaria Minuto de Dios – UNIMINUTO.

Salazar-Rendón, M. A. y Castaño-Urdinola, J. T. (2023). Resistir no es aguantar: en busca de la noción de resistencia. Sociedad y economía, (50), e10111995. <https://doi.org/10.25100/sye.v0i50.11995>.

Sánchez, M. I. (2020). La escuela sociocultural de la paz pedagógica: Una apuesta hacia la construcción de paz sostenible. En. Revista Derechos en Acción, 5 (14). pp.197-223. España: Universidad Jaume Sautu, Boniolo, Dalle y Elbert, (2005). Manual de Metodología. Buenos Aires. CLACSO. <https://www.fceia.unr.edu.ar/geii/maestria/2014/DraSanjurjo/8mas/Ruth%20Sautu,%20Manual%20de%20metodologia.pdf>.

Tamayo y Navarro (2018). Cuando la razón no lo explica todo: acciones de ciudadanías comunicativas en contextos de conflicto armado o violencia desde una mirada transnacional. Palabra Clave [online]. 21 (4). pp.1107-1135. <http://www.scielo.org.co/pdf/pacla/v21n4/0122-8285-pacla-21-04-01107.pdf>.

Toro, J. B. y Rodríguez, M. G. (2001). La comunicación y la movilización social en la construcción de bienes públicos. Washington, D.C: Banco Interamericano de Desarrollo. <https://publications.iadb.org/es/publicacion/14552/la-comunicacion-y-la-movilizacion-social-en-la-construccion-de-bienes-publicos>.

Uranga, W. (2007). Mirar desde la Comunicación Una manera de analizar las prácticas sociales. Recuperado de https://www.colegiosteresita.edu.ar/admin/upload/docs/14_mirar_de_esde.pdf.

Vega, J. (2015). Prácticas comunicativas, habitus e identidades políticas en procesos de comunicación local. En L. A. Montenegro. (Ed.), Reflexionando las disciplinas (pp.220-231). Bogotá, Colombia: Universidad Mariana. Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales.

O JORNALISMO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE EM PERSPECTIVA COMPARATIVA A PARTIR DE INDICADORES DA RSF E DA ONU SOBRE LIBERDADE DE IMPRENSA

Angélica Lima Mendonça

Introdução

Como o jornalismo é exercido na América Latina e no Caribe? Quais são os desafios e especificidades que marcam essa prática na região? Essas indagações constituem o ponto de partida deste artigo, que busca refletir sobre as complexas dinâmicas que envolvem o fazer jornalístico em contextos marcados por desigualdades, diversidade cultural e instabilidades políticas.

Na etapa inicial da pesquisa, observou-se que, assim como em outros aspectos sociais, a América Latina e o Caribe apresentam particularidades, seja em sua inserção no contexto socioeconômico internacional e regional, seja na forma como ideias são apropriadas e impactam diretamente a atuação dos profissionais de imprensa. Algumas dessas especificidades (sociopolíticas, culturais, dentre

outras) foram discutidas a partir de referenciais teóricos que contribuem para aprofundar a análise sobre o conceito de liberdade de expressão e de imprensa, em especial, o conceito proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU), em diálogo com as informações produzidas e publicitadas pela organização não governamental Repórteres Sem Fronteiras (RSF), além de outras leituras relevantes.

A escolha dos dados fornecidos pela ONU e pela RSF, como referências para analisar a liberdade de expressão e liberdade de imprensa na América Latina e Caribe, justifica-se pela relevância institucional e pela abrangência internacional das ações desenvolvidas por essas entidades. A ONU, fundada em 1945, estabelece diretrizes globais de direitos humanos, incluindo a liberdade de expressão, por meio de organismos como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que promove normas e iniciativas voltadas à proteção de jornalistas e ao livre fluxo de informações.

A análise articulada a partir dos dados da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Repórteres Sem Fronteiras (RSF) permite uma compreensão mais ampla e complementar quanto as dinâmicas que envolvem a liberdade de imprensa em distintos contextos latino americanos. Enquanto a ONU propõe um conjunto de diretrizes amplamente reconhecidas no plano internacional, a RSF adota uma abordagem prática, com foco na observação empírica das condições de segurança enfrentadas por profissionais da mídia em contextos locais e regionais, dentre outros fatores.

Fundada em 1983 e com sede em Paris (França), a RSF mantém escritórios em sete cidades estratégicas — Londres (Reino Unido), Bruxelas (Bélgica), Túnis (Tunísia), Washington DC (Estados Unidos), Rio de Janeiro (Brasil), Dakar (Senegal) e Taipei (Taiwan) —, o que amplia sua capacidade de atuação global. De acordo com sua própria descrição institucional, a organização afirma operar com independência e sob princípios de transparência:

Ao adotar essas duas fontes (ONU e RSF), como principais referências de dados, este artigo não busca compreender de que maneira seus parâmetros de análise e narrativas influenciam o debate sobre a liberdade de imprensa, particularmente na América Latina e Caribe, reconhecendo tanto os alcances quanto os limites dos conceitos e avaliações produzidas por essas instituições internacionais. Este trabalho ancora-se, portanto, na relação intrínseca entre o exercício do jornalismo e a liberdade de imprensa.

Liberdade de expressão e imprensa na América Latina e Caribe: considerações introdutórias

O acesso à informação cumpre um papel central na dinâmica de poder, pois, a partir de discursos — incluindo o jornalístico — ideologias e narrativas são disseminadas, reafirmadas e, em alguns casos, contestadas. Assim, o jornalismo exerce uma função essencial na formação e circulação de discursos que moldam o entendimento coletivo e influenciam, sobre os mais variados temas, a esfera pública. Nesse sentido, Massoni (2019) compreende:

La comunicaci3n como encuentro en la diversidad, un cambio social conversacional que enactúa; una reconfiguraci3n intersubjetiva, situacional, histórica, dinámica y evolutiva, micro macro social, compleja, fluida, fractálica y autoorganizada. (Massoni, 2019, p. 245)

Essa concepção amplia o papel da comunicação na esfera pública, entendendo-a não apenas como mediação de mensagens, mas como ação transformadora e cocriadora de sentidos sociais. Embora a maior parte dos países latino-americanos tenham adotado regimes democráticos, a região ainda enfrenta problemas estruturais, como corrupção, violência política, fragilidade institucional e desigualdades socioeconômicas que impactam a governança, o exercício da cidadania e da democracia.

Roberto Bobbio (1998) pontua que desde o século XIX, o debate entre liberalismo e socialismo tem o tema da democracia

como um de seus pontos nodais. Para os defensores do Estado Liberal – um Estado cujas instituições protejam os indivíduos frente ao arbítrio do governo – único tipo de democracia considerada viável seria a democracia representativa. A escolha dos representantes no poder legislativo e no poder executivo seria uma das formas legítimas de participação e exercício da soberania popular, assim como a formação de partidos, sindicatos dentre outras tantas formas de associações entre cidadãos. Dentre as liberdades protegidas pelo Estado Liberal estão, em tese, a liberdade de opinião e a liberdade de imprensa.

Por outro lado, ainda segundo Bobbio, para os socialistas a democracia consiste no fortalecimento das bases populares do Estado, no qual o sufrágio universal não é um ponto de chegada, mas sim um ponto de partida. Neste Estado Socialista a participação popular ancora-se, em tese, no controle dos meios de produção de riqueza pelos trabalhadores. De modo que a democracia seria econômica, e que a participação se daria de forma direta, a partir dos conselhos de fábrica ou outro órgão deliberativo - executivo da coletividade de trabalhadores.

Fruto de uma longa história de miscigenação entre populações indígenas, africanas, asiáticas e europeias, a América Latina abriga uma vasta gama de grupos étnicos e linguísticos. Populações indígenas como os maias, incas e mapuches, por exemplo, possuem uma rica herança cultural que sobrevive até os dias de hoje; enquanto descendentes de africanos escravizados formam importantes comunidades, principalmente em países como Brasil, Colômbia e Cuba. Além disso, os descendentes de imigrantes europeus, árabes e asiáticos também fazem parte da diversidade étnica da região latino caribenha.

Romero (2004) utiliza o conceito de “sociedade híbrida” para evidenciar esse entrelaçamento de culturas, o qual se manifesta tanto nas estruturas urbanas — como na arquitetura colonial justaposta ao crescimento desordenado das periferias — quanto nas

práticas sociais cotidianas. Toda essa pluralidade também está inserida em profundas desigualdades sociais e regionais. As disparidades socioeconômicas são um dos maiores desafios da América Latina e Caribe, ao mesmo tempo que são resultado da sua inserção no sistema capitalista global, influenciam fortemente as disputas políticas internas, de modo diferente, em cada país da região.

As desigualdades sociais e políticas não se restringem às estruturas econômicas ou institucionais latino americanas. Elas se estendem também aos domínios da cultura e da comunicação. No jornalismo, essa complexidade se manifesta por meio da crescente concentração midiática, da fragilidade das garantias à liberdade de expressão e dos riscos enfrentados por profissionais em contextos de violência política ou censura. Como observa Jesús Martín-Barbero (2004), a comunicação na América Latina está atravessada por um “deslocamento das mediações culturais”, em que coexistem — nem sempre harmonicamente — os interesses do mercado, as estratégias políticas e as expressões populares.

No âmbito global, a liberdade de imprensa é amplamente reconhecida como um instrumento que contribui para a transparência, a fiscalização dos poderes públicos e a diversidade de opiniões, aspectos considerados essenciais para o funcionamento de regimes democráticos liberais. A Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece a liberdade de expressão, incluindo a liberdade de imprensa, como um direito humano fundamental. Conforme dispõe o Artigo 19, da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que inclui o direito de não ser molestado por suas opiniões e de procurar, receber e difundir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. (Onu, 2024)

Alguns países e territórios latino-americanos ainda permanecem politicamente vinculados às suas antigas metrópoles. A Guiana Francesa, por exemplo, é um território ultramarino da

França, fazendo com que, no ranking da RSF, sua posição seja a mesma do país cujo um dos símbolos é a Torre Eiffel. Situação semelhante ocorre com Porto Rico, que, embora localizado na América Latina, é um protetorado dos Estados Unidos, ocupando assim a mesma posição daquele país no ranking, (55º lugar).

Especificidades como as anteriormente citadas reiteram a necessidade de se avaliar temas na América Latina por vieses outros, preferencialmente, vieses latino-americanos, posto que: viver e trabalhar na França não é o mesmo que viver e trabalhar na Guiana Francesa. A partir dessas reflexões, destacamos a importância de considerar os contextos de cada país para realizar análises mais plausíveis e fundamentadas, evitando resultados que podem soar como suposições hipotéticas e utópicas.

A atuação profissional dos jornalistas na América Latina reflete uma complexa teia de desigualdades e desafios, que variam tanto entre os países quanto dentro deles. Em algumas nações, os jornalistas desfrutam de um ambiente relativamente livre e seguro, enquanto em outras enfrentam censura, ameaças e até a violência extrema de assassinatos. Essas ameaças estão frequentemente vinculadas a regimes autoritários ou a contextos de corrupção, onde a mídia independente é vista como uma ameaça ao controle político e ao status quo.

Métodos e procedimentos do estudo

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com base na análise documental e interpretativa. Os dados foram coletados a partir de publicações oficiais de organizações internacionais, em especial da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Repórteres Sem Fronteiras (RSF), relacionadas ao conceito de liberdade de expressão e aos rankings mais recentes sobre liberdade de imprensa.

O principal conjunto de dados analisado neste artigo provém do Ranking Global de Liberdade de Imprensa publicado pela RSF em

2024, que abrange 180 países e territórios, incluindo 38 da América Latina e Caribe. O relatório da RSF utiliza cinco indicadores (contexto político, quadro jurídico, contexto econômico, contexto sociocultural e segurança), os quais foram adotados como referência para identificar e interpretar as condições regionais de exercício do jornalismo.

Para sustentar a análise e oferecer uma contextualização teórica e histórica, foram mobilizadas produções acadêmicas que discutem temas como liberdade de expressão, democracia e jornalismo na América Latina. Entre os autores selecionados estão Bobbio (2004), além de estudos de organismos multilaterais e publicações da própria ONU sobre direitos humanos e comunicação.

A análise foi conduzida a partir de uma perspectiva crítica, buscando articular as avaliações internacionais com situações sociopolíticas contemporâneas de países latino-americanos, ao mesmo tempo em que se problematizam eventuais limitações ou lacunas nos instrumentos de classificação da liberdade de imprensa.

Ranking da liberdade de imprensa na América Latina conforme a RSF

O ranking de liberdade de imprensa de 2024, elaborado pela Repórteres Sem Fronteiras (RSF) aponta que a América Latina apresenta uma grande disparidade entre países classificados como tendo “boa liberdade de imprensa” e aqueles onde o jornalismo é enfrenta desafios. A RSF definiu cinco categorias para classificar a situação de liberdade de imprensa no mundo sendo estas: muito grave, difícil, problemática, relativamente boa e boa. Confira a seguir o ranking da Liberdade de Imprensa da RSF 2024 com os 38 países e territórios que, atualmente, compõem a região da América Latina e Caribe. Destacamos que nesta tabela é possível observar que 11 países se encontram na mesma posição do ranking, 68.

Tabela 01 – Ranking da América Latina e Caribe da Liberdade de Imprensa 2024, RSF

País/Território Latino	Ranking RSF 2024	Situação da Imprensa	Situação Política	Situação econômica
Cuba	168º	Muito grave	República	Socialista
Nicarágua	163º	Muito grave	República	Economia mista; predomínio capitalismo
Venezuela	156º	Muito grave	República	Economia mista; predomínio capitalismo
Honduras	146º	Muito grave	República	Capitalista
Guatemala	138º	Difícil	República	Capitalista
El Salvador	133º	Difícil	República	Capitalista
Peru	125º	Difícil	República	Capitalista
Bolívia	124º	Difícil	República	Economia mista; predomínio capitalismo

México	121°	Difícil	República	Capitalist a
Colômbia	119°	Difícil	República	Capitalist a
Paraguai	115°	Difícil	República	Capitalist a
Equador	110°	Difícil	República	Economia mista; predomín io capitalism o
Haiti	93°	Problemática	República	Capitalist a
Panamá	83°	Problemática	República	Capitalist a
Brasil	82°	Problemática	República	Capitalist a
Guiana	77°	Problemática	República	Capitalist a
Ilhas Virgens do Reino Unido	68° OECD	Problemática	Território britânico	Capitalist a
São Vicente e Granadinas	68° OECD	Problemática	Monarquia constitucion al	Capitalist a
São Cristóvão e Névis	68° OECD	Problemática	Monarquia constitucion al	Capitalist a
Santa Lúcia	68° OECD	Problemática	República	Capitalist a

Montserrat	68° OECD	Problemática	Território britânico	Capitalista
Martinica	68° OECD	Problemática	Território francês	Capitalista
Guadalupe	68° OECD	Problemática	Território francês	Capitalista
Granada	68° OECD	Problemática	Monarquia constitucional	Capitalista
Dominica	68° OECD	Problemática	República	Capitalista
Antigua e Barbuda	68° OECD	Problemática	Território britânico	Capitalista
Anguila	68° OECD	Problemática	Território britânico	Capitalista
Argentina	66°	Problemática	República	Capitalista
Porto Rico	55°	Problemática	Território estadunidense	Capitalista
Belize	54°	Problemática	Monarquia constitucional	Capitalista
Chile	52°	Problemática	República	Capitalista
Uruguai	51°	Problemática	República	Capitalista
República Dominicana	35°	Relativamente boa	República	Capitalista
Suriname	28°	Relativamente boa	República	Capitalista

Costa Rica	26°	Relativamente boa	República	Capitalista
Trinidad e Tobago	25°	Relativamente boa	República	Capitalista
Jamaica	24°	Relativamente boa	Território britânico	Capitalista
Guiana Francesa	21°	Relativamente boa	Território francês	Capitalista

Fonte: RSF, online, 2024 – Elaboração pelas autora

Ranking da RSF na América Latina e no caribe: análise dos países com desempenho crítico

Dos 38 países e territórios da América Latina e do Caribe incluídos na classificação da RSF, quatro (Cuba, Nicarágua, Venezuela e Honduras) apresentam uma situação de liberdade de imprensa classificada como “muito grave”. Segundo a avaliação da RSF, esses países enfrentam contextos que obstaculizam significativamente a liberdade de imprensa e comprometem a segurança dos jornalistas.

Cabe destacar que, durante as duas primeiras décadas de publicação do ranking da RSF, Cuba manteve-se consistentemente na última posição da América Latina em matéria de liberdade de imprensa. Em 2024, ocupava o posto 168 entre 180 países e territórios a nível mundial, sendo o último da América Latina.

Nos países latino-americanos classificados como em situação “muito grave”, o panorama midiático está fortemente controlado pelo governo, seja por meio de monopólios estatais (como em Cuba e Venezuela) ou pela concentração de meios nas mãos de grupos políticos e econômicos (como na Nicarágua e em Honduras). Nesses contextos, os meios independentes operam sob severas restrições e, em alguns casos, são obrigados a atuar a partir do exílio.

Em Cuba, a Constituição de 2019 proíbe a existência de uma imprensa independente. Embora reconheça o direito à liberdade de

expressão, este deve ser exercido em conformidade com os objetivos de uma sociedade socialista. Quanto ao direito de acesso à informação e à liberdade de pensamento, a Constituição cubana, nos artigos 53 e 54 do Capítulo 2, intitulado “Direitos”, estabelece:

ARTIGO 53. Toda pessoa tem direito de solicitar e receber do Estado informação veraz, objetiva e oportuna, e de acessá-la a partir dos órgãos e entidades do Estado, em conformidade com a regulamentação estabelecida.

ARTIGO 54. O Estado reconhece, respeita e garante a liberdade de pensamento, consciência e expressão. A objeção de consciência não pode ser invocada com o fim de evadir o cumprimento da lei nem impedir o exercício dos direitos. (Constituição da República de Cuba 2019, p. 5)

A liberdade de imprensa é reconhecida pelo povo. Este direito é exercido em conformidade com a lei e as normas sociais. Os meios fundamentais de comunicação social, em qualquer de suas manifestações e suportes, são propriedade socialista de todo o povo ou de organizações políticas, sociais e de massas; e não podem ser objeto de outro tipo de propriedade. O Estado estabelece os princípios de organização e funcionamento de todos os meios de comunicação social (Constituição da República de Cuba 2019, p. 5).

A lógica do controle estatal sobre os meios de comunicação, semelhante à lógica de mercado descrita por Wieviorka (1998), impulsiona a produção de histórias, imagens e representações que não se baseiam diretamente na realidade objetiva. Patrick Champagne, citado por Alain Battégay e Ahmed Boubeker (1993) em um livro dedicado ao tratamento midiático da imigração, explica:

Ao ler o jornal, as pessoas acreditam saber o que acontece no mundo; na realidade, só sabem o que acontece no jornal. Levado ao extremo, essa tese significa que os jornais e todos os que trabalham na imprensa terminam por nos informar sobre si mesmos, sobre a organização dos meios, sobre sua estrutura profissional, sobre seus critérios de seleção e priorização de notícias, e não sobre

o que tentam transmitir. (CHAMPAGNE, citado por WIEVIORKA, 1998, p. 147).

A ética jornalística cubana está repleta de contradições: embora estabeleça o dever de denunciar aqueles que obstruem o acesso à informação pública, proíbe a divulgação de material confidencial devido às leis de segredo de Estado. Essa paradoxo reflete um cenário em que a transparência é restringida pelas próprias normas que a regulam, o que obstaculiza o exercício jornalístico verdadeiramente livre.

Assange, por sua vez, foi condenado por revelar documentos classificados do governo estadunidense, sob acusações que questionam os limites entre a transparência e a segurança nacional. Ambos os casos ilustram como a liberdade de imprensa enfrenta importantes desafios em diferentes contextos, seja na América Latina, sob regimes econômicos socialistas democráticos como o de Cuba, ou sob regimes capitalistas democráticos como os dos Estados Unidos e da maior parte da América Latina.

No caso da Nicarágua, em novembro de 2024, a Assembleia Nacional, sob o controle do regime de Daniel Ortega, aprovou uma reforma migratória que institucionalizou a possibilidade de negar o retorno ao país a opositores, mesmo que sejam cidadãos nicaraguenses. A nova legislação prevê a perda da nacionalidade para aqueles acusados de traição ou de representar uma ameaça à soberania nacional. A inclusão dessa prática institucionalizada no marco legal nacional exacerba ainda mais o ambiente repressivo e explica, em parte, por que, no Índice RSF 2025, pela primeira vez desde sua criação em 2002, a Nicarágua ocupa agora o último lugar entre os países latino-americanos, superando Cuba em termos de repressão à imprensa e restrição das liberdades civis.

O marco legal dos países com situações de liberdade de imprensa consideradas “muito graves” inclui uma legislação restritiva que limita a liberdade de expressão e permite a

criminalização das críticas ao governo, violando as garantias constitucionais ou os padrões internacionais (RSF, 2024).

Em termos econômicos e socioculturais, as crises financeiras afetam a sustentabilidade dos meios de comunicação, reduzindo as receitas publicitárias e piorando as condições de trabalho. Ao mesmo tempo, o descontentamento social se manifesta em protestos, frequentemente reprimidos de forma violenta — como em Cuba durante os protestos de julho de 2021 e em Honduras durante a crise política de 2017 — ou em importantes fluxos migratórios, como nos casos de Venezuela, Nicarágua e Honduras.

O tema da segurança é particularmente delicado, já que os jornalistas são frequentemente alvo de ameaças, intimidação, prisões e violência física, além de trabalharem em ambientes caracterizados por altos índices de impunidade nos crimes contra a imprensa. No caso específico do Haiti, classificado pela RSF em 2024 como “problemático”, cabe considerar que o contexto local revela graves desafios estruturais, como a instabilidade política, a violência generalizada e a falta de recursos institucionais. Desde o assassinato do presidente Jovenel Moïse em 2021, a governança se debilitou, o que também aumenta os riscos para a atividade jornalística.

Apesar da classificação do Haiti como “problemático”, argumenta-se que essa categorização pode ser controversa, já que não capta plenamente a gravidade da situação enfrentada pelo país, especialmente em comparação com Cuba, Venezuela e Nicarágua, que foram classificados como “muito graves”. Essa observação sugere possíveis limitações no método de avaliação empregado pela RSF, que, em alguns casos, poderia não captar integralmente os matizes e complexidades presentes na situação de cada nação.

Assim, as análises comparativas indicam a importância de contextualizar as classificações atribuídas, evitando generalizações que ignorem as especificidades sociopolíticas, históricas e econômicas de cada país e território latino-americano e caribenho.

Países em situação “relativamente boa”: um panorama entre limites

República Dominicana, Suriname, Costa Rica, Trinidad e Tobago, Jamaica e a Guiana Francesa são os seis países que, segundo Repórteres Sem Fronteiras (RSF), apresentam situação de liberdade de imprensa classificada como “relativamente boa”, a melhor da região, já que nenhum outro país ou território latino-americano recebeu a classificação de “boa”. A Costa Rica se destaca como modelo de estabilidade e pluralismo, enquanto o Suriname e a Guiana Francesa enfrentam desafios específicos que comprometem parcialmente a liberdade de imprensa (RSF, 2024).

Em todos os países classificados como “relativamente bons”, a liberdade de imprensa é garantida constitucionalmente. Embora as leis ameacem esse direito em alguns contextos, como as severas sanções por difamação no Suriname, a proteção legal geral é sólida. Os jornalistas enfrentam certo nível de pressão política em quase todos os casos, seja por meio de ataques verbais, como na Costa Rica, ou pelo controle indireto de conteúdo, como na República Dominicana e na Guiana Francesa, onde os conglomerados influenciam na cobertura informativa. Nenhum desses países reporta altos níveis de violência contra jornalistas, embora existam casos isolados de intimidação, como na Jamaica e na Guiana Francesa, que refletem tensões locais (RSF, 2024).

Liberdade de imprensa na América Latina: reflexões sobre oportunidades e desafios

Este artigo analisou os principais desafios enfrentados pelo jornalismo na América Latina e no Caribe, à luz do conceito de liberdade de expressão proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) e das classificações apresentadas pelo ranking anual da Repórteres Sem Fronteiras (RSF) para o ano de 2024. Verificou-se que a região ainda enfrenta importantes obstáculos estruturais, como a violência contra jornalistas, a censura, a concentração dos meios de comunicação e o controle estatal da informação — fatores

que comprometem não apenas a integridade da atividade jornalística, mas também o fortalecimento das democracias locais.

A análise do caso cubano permitiu compreender os fundamentos jurídicos e políticos que sustentam, ou sustentaram historicamente, sua postura crítica nos relatórios da RSF durante duas décadas. Ao examinar as disposições da Constituição cubana, foi possível observar como o sistema legal subordina a liberdade de expressão aos objetivos do Estado Socialista, o que se traduz, na prática, em um sistema de comunicações altamente centralizado, centrado na reprodução do discurso oficial. Ainda assim, é fundamental considerar as especificidades históricas e sociais que configuraram esse modelo, evitando enfoques colonizados ou binarismos ideológicos simplistas.

Cabe destacar que, embora não seja o tema central deste artigo, o ranking da RSF, publicado no primeiro semestre de 2025, apresentou uma estatística sem precedentes: pela primeira vez desde que começou a série em 2002, Cuba não ocupou o último lugar entre os países latino-americanos, sendo superada pela Nicarágua. No entanto, essa reconfiguração de posições não deve ser interpretada como um sinal de progresso significativo nas condições de liberdade de imprensa em Cuba, mas sim como reflexo do agravamento das restrições institucionais à atividade jornalística em outros contextos da região, em particular no caso da Nicarágua, onde se observa uma alarmante intensificação das práticas repressivas.

Por outro lado, a situação no Haiti evidencia que os instrumentos internacionais de avaliação, embora pertinentes, nem sempre captam adequadamente a complexidade das realidades institucionais mais frágeis. Em cenários marcados pela instabilidade política crônica, pela falta de garantias básicas e pela desorganização estatal, a liberdade de imprensa pode estar formalmente garantida, mas, na prática, encontra-se profundamente comprometida.

O caso do jornalista Julian Assange também foi utilizado nesta reflexão como contraponto ilustrativo: mesmo em países com instituições democráticas teoricamente consolidadas, a liberdade de imprensa pode ser relativizada diante de interesses estatais considerados estratégicos. Daí surge a pergunta: essa liberdade é, de fato, um direito plenamente garantido ou um ideal submetido à tensão por forças políticas, econômicas e geopolíticas em constante disputa? Em outras palavras: a liberdade de imprensa é um conceito pleno e universal ou um objetivo ideal que as sociedades se esforçam por alcançar?

Portanto, a liberdade de imprensa na América Latina e no Caribe — e possivelmente em nível mundial — é considerada um processo em constante construção, permeado por conflitos éticos, sociais, legais e culturais. Diante desse panorama, enfatiza-se a urgente necessidade de fortalecer políticas públicas que garantam eficazmente a proteção dos profissionais da comunicação e fomentem uma maior pluralidade comunicacional, condição indispensável para assegurar a informação e o conhecimento de maneira ampla e integral, indispensável ao pleno exercício da cidadania e ao desenvolvimento do pensamento crítico e, em consequência, das democracias.

Referências

Artículo 19 (2022). Informe global sobre la expresión 2022: La creciente batalla por el control narrativo. <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/legalcode>

Barbosa, A. (2023). Debate sobre América Latina y las teorías del periodismo. *Revista Extraprensa*, 16 (2), 302–307. <https://doi.org/10.11606/extraprensa2023.215301>

Bloch, V. (2013). Reflexiones sobre la disidencia cubana . Revista Electrónica ANPHLAC, (8). <https://doi.org/10.46752/anphlac.8.2009.1393>.

Bobbio, N. (1998). Democracia . En N. Bobbio, N. Matteucci y G. Pasquino (Eds.), Diccionario de política (Vol. 1, págs. 323–325). Editorial UNB.

Cabrera, Il y Marqués, RL (2013). Representaciones del Mariel en los textos y caricaturas de las revistas Bohemia y Revolución y Cultura (1980). Revista Electrónica de ANPHLAC, (8). <https://doi.org/10.46752/anphlac.8.2009.1388>.

Christofolletti, R., Paul, D. y Becker, D. (2021). Transparencia y ética periodística: análisis de los códigos deontológicos en los principales mercados de noticias de Latinoamérica . Revista Fronteiras – Estudos de Medios, 23*(3), 91–103. <https://doi.org/10.4013/fem.2021.233.08>.

Cuba. (2019). Constitución de la República de Cuba . Granma. <http://biblioteca.clacso.org/clacso/se/20191016105022/Constitucion-Cuba-2019.pdf>.

Estados Unidos de América. (1787). Constitución de los Estados Unidos de América . <https://www.archives.gov/founding-docs/constitution-transcript>.

Higuera, S. (29 de enero de 2025). La violencia letal contra periodistas en América Latina marca el primer mes de 2025. LatAm Journalism Review. <https://latamjournalismreview.org/pt-br/articles/violencia-letal-contra-jornalistas-na-america-latina-marca-primeiro-mes-de-2025/>.

Igartua de la Rosa v. Estados Unidos, 32 F.3d 8 (1st Cir. 1994).

Lucas, J. (28 de noviembre de 2024). Nicaragua aprueba una reforma migratoria que impide el regreso al país de los opositores expulsados por Ortega . *Gazeta do Povo*. <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/nicaragua-aprueba-reforma-migratoria-que-impede-opositores-expulsos-por-ortega-de-retornar-ao-pais/>.

Martín-Barbero, J. (2004). *De los medios a las mediaciones: Comunicación, cultura y hegemonía* (2.^a ed.). Editora UFRJ.

Massoni, S. (2019). Teoría de la Comunicación Estratégica Enactiva e Investigación Enactiva en Comunicación: contribuciones desde América Latina a la democratización de la vida cotidiana . *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*, (141), 237–256. <https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/385>.

Neumann, R., Lobo, J., y Arias, G. (2014). La política de los derechos humanos: El régimen internacional de derechos humanos y la política de la agenda estadounidense para la democracia global . *Gobernanza Global*, 20(4), 535–554. <https://www.jstor.org/stable/43838184>.

Organización de los Estados Americanos (2024). Sitio web oficial de la OEA: <https://www.oas.org/pt/>.

Reporteros Sin Fronteras. (2024). Sitio web oficial de RSF: <https://rsf.org/>.

Romero, J.L. (2004). *América Latina: ciudades e ideas* (B. Josef, Trad.). Editorial UFRJ.

Wieviorka, M. (2009). La influencia de los medios de comunicación .
En Racismo: Una introducción (p. 147).

USO DE REDES SOCIAIS ONLINE COMO FERRAMENTA DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS PACÍFICOS E PROMOÇÃO DA PAZ EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MOÇAMBIQUE- GONDOLA

Issufo Jacinto Francisco Camanguira
Isaltina Santos da Costa Oliveira
Nelson Russo de Moraes

Introdução

De acordo com Castells (2003), a era digital oferece tanto novas oportunidades quanto desafios significativos para a expressão cultural e política. Esta comunicação é fruto de um estudo que buscou refletir sobre a importância das redes sociais como ferramenta de produção de conteúdos pacíficos voltados aos povos tradicionais de Moçambique. Moraes e Baptista (2019), frisar que num mundo cada vez mais interligado pelas tecnologias digitais, as redes sociais emergem como instrumentos poderosos de comunicação, mobilização e expressão cultural dos povos tradicionais. A sua influência na construção de narrativas, na

disseminação de ideologias e na formação de identidades sociais é inegável.

Em Moçambique tal como noutros países africanos, estas plataformas têm vindo a transformar significativamente os modos de interação, de organização comunitária e de resistência sociopolítica. No entanto, a sua utilização não é isenta de desafios. Muitas vezes, os povos tradicionais encontram-se marginalizados no espaço digital, tendo as suas práticas, saberes e formas de vida ignoradas, distorcidas ou alvo de discursos discriminatórios.

Neste contexto, surge a necessidade de compreender as redes sociais não apenas como espaços de conflito e exclusão, mas também como ferramentas estratégicas para a promoção da paz e da valorização da diversidade cultural. Ao permitirem a criação e partilha de conteúdos multimodais, estas plataformas oferecem uma oportunidade única para que os povos tradicionais possam afirmar as suas identidades, promover o respeito mútuo e denunciar injustiças de forma não violenta. O distrito de Gôndola, localizado na província de Manica (Moçambique), representa um território fértil para essa análise, dada a sua riqueza cultural e os desafios sociocomunitários enfrentados por parte das comunidades locais.

Foi realizado estudo sobre a importância das redes sociais enquanto meios de produção de conteúdos pacíficos voltados aos povos tradicionais de Moçambique, e com ênfase particular no caso de Gôndola (comunidade do Moçambique). A escolha deste tema justifica-se pela urgência de explorar novas formas de mediação cultural que favoreçam o diálogo intercultural e a inclusão digital de comunidades historicamente silenciadas. A investigação adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, e assenta na análise de conteúdos produzidos e circulados em plataformas digitais, bem como em fontes bibliográficas e documentais que sustentam a compreensão do fenómeno em estudo.

Ao longo do artigo, são apresentadas as potencialidades e os limites do uso das redes sociais como instrumento de transformação social pacífica, reforçando a ideia de que, quando apropriadas de forma crítica e estratégica, estas ferramentas podem contribuir significativamente para a construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva. A emergência da etnomídia que permite uma exploração mais densa de como os meios de comunicação podem ser adaptados para refletir e respeitar as tradições e linguagens dos povos originários (Carneiro, 2018).

Assim, enquanto a era digital traz consigo dispositivos para a promoção da cidadania e da visibilidade indígena, ela também exige uma nova compreensão sobre como essas ferramentas podem ser usadas para apoiar a soberania e a autodeterminação dos povos originários. Como os casos da Rádio Yandê5 e outras iniciativas similares demonstram ser possível redefinir as relações entre tecnologia, cultura e política de uma maneira que respeite e amplifique as vozes indígenas, ao invés de silenciá-las ou distorcê-las.

Apesar do crescimento do acesso às redes sociais através dos povo e comunidades tradicionais, ainda se observa um uso limitado destas plataformas como instrumentos de valorização dos povos tradicionais. Em vez de reforçarem a diversidade cultural, muitas vezes as redes acabam por reproduzir estereótipos, silenciar vozes locais ou privilegiar discursos urbanos e ocidentalizados.

Dessa forma, o estudo norteou-se pela seguinte questão central: como as redes sociais podem ser empregadas como instrumentos para a criação de conteúdos pacíficos e inclusivos, capazes de valorizar os direitos, a cultura e a visibilidade dos povos tradicionais? Assim, definiu-se como objetivo geral compreender de que maneira as redes sociais online podem ser direcionadas para favorecer a promoção da paz.

A investigação adotou uma abordagem qualitativa, voltada para a interpretação dos fenômenos sociais e culturais a partir das

percepções e experiências dos próprios participantes. A análise incidu sobre os significados atribuídos à presença digital das comunidades tradicionais e sobre as práticas comunicativas que emergem nesse espaço virtual. Quanto ao tipo de pesquisa, optou-se por um modelo exploratório e descritivo, que possibilita examinar de forma detalhada o fenômeno em foco.

Para a coleta de dados, foram utilizadas as técnicas de estudo bibliográfico e documental, considerando a diversidade étnica e cultural envolvida no objeto de estudo. Essa combinação metodológica proporcionou uma compreensão mais ampla das práticas digitais e comunicacionais observadas, apoiando-se em autores nacionais e internacionais que discutem redes sociais, povos tradicionais e processos de mediação cultural (Martins & Theóphilo, 2009).

Aproximação teórica

Cidadania Digital e os Povos Tradicionais.

Com a expansão acelerada das tecnologias digitais, sobretudo a partir do final do século XX e com a quase universalização do acesso à internet móvel, o conceito de cidadania passou a incorporar novas dimensões ligadas à identidade virtual e à inserção nas redes digitais (Nunes; Moraes & Cruz, 2020). Esse processo de digitalização da vida social e de midiatização das relações humanas foi amplamente intensificado pela pandemia de 2020, que ampliou o isolamento físico e aumentou a dependência das ferramentas comunicacionais online. Nesse contexto, surge o conceito de cidadania digital, entendida como uma extensão da identidade e dos direitos civis, políticos e sociais na esfera virtual. No entanto, essa nova forma de cidadania também enfrenta desafios próprios da sociedade da informação, como a vigilância em massa e a concentração de poder nas grandes corporações tecnológicas (Nunes; Moraes & Cruz, 2020).

É nesse cenário contemporâneo das relações humanas mediadas pela tecnologia que emerge a problemática da exclusão digital, uma barreira estrutural que impede o exercício pleno da cidadania no ambiente midiático global. A ausência de acesso à internet e a dispositivos tecnológicos ainda afeta uma parcela expressiva da população mundial entre eles os povos originários e comunidades tradicionais, aprofundando desigualdades históricas e criando novas formas de marginalização social. Conforme destacam Schwab e Davis (2019) em *Aplicando a Quarta Revolução Industrial*, e Nunes, Moraes e Cruz (2020) em *Digital Media and a New Society: A Look at Human Interactions and Organizational Relations*, os avanços tecnológicos não se limitam ao campo industrial, mas afetam profundamente as relações sociais e o meio ambiente, impondo a inclusão digital como requisito essencial para o pleno exercício da cidadania.

Entretanto, a mesma tecnologia que aproxima também gera novas barreiras, principalmente para grupos vulneráveis, seja pelos altos custos dos equipamentos, pela limitação de acesso à rede ou pela falta de alfabetização digital — uma forma contemporânea de analfabetismo funcional.

Cumprе destacar que a cidadania, em seu sentido mais amplo, deve alcançar todos os membros de uma sociedade. Assim, compreender a cidadania digital implica reconhecer a inclusão digital como condição prévia e indispensável para evitar a marginalização de grupos historicamente excluídos. No caso dos povos originários e comunidades tradicionais, esse desafio é ainda maior, pois soma-se às tensões interculturais e às heranças do colonialismo e do sistema capitalista global, que frequentemente colocam essas populações em situação de vulnerabilidade social e tecnológica.

Segundo o Estado brasileiro cuja trajetória jurídica e acadêmica sobre diversidade cultural é amplamente reconhecida, os Povos e Comunidades Tradicionais são definidos como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Brasil, 2007, art. 3º, inciso I)

Esse conceito, em sua formulação mais recente e abrangente, ultrapassa as interpretações iniciais de caráter predominantemente "ambiental", incorporando dimensões culturais, identitárias e simbólicas. Assim, a noção de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) também designada como Povos Originários e Comunidades Tradicionais passa a englobar aspectos relacionados à cultura, à autodenominação e à autodeterminação desses grupos. Essa ampliação conceitual reconhece a importância da abordagem antropológica como elemento essencial para compreender a diversidade, as práticas e os modos de vida próprios dessas comunidades.

No âmbito jurídico, o Decreto Federal nº 6.040/2007 aprofunda essa perspectiva ao destacar a relação intrínseca entre cultura, vida social e economia, definindo os territórios tradicionais como espaços indispensáveis à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais.

Territórios Tradicionais os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no

que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respetivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato as Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações. (Brasil, 2007, art. 3º, inciso II)

A legislação brasileira adota a concepção de cultura proposta por Edward B. Tylor (1871), segundo a qual a cultura corresponde a "um conjunto complexo que abrange conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e quaisquer outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo ser humano enquanto membro de uma sociedade" (Tylor, 1871 apud Laraia, 2006, p. 25). Em países com fortes raízes originárias, como Brasil e Moçambique, a cultura assume caráter plural e dinâmico, refletindo a multiplicidade de matrizes ancestrais que compõem suas identidades coletivas.

As culturas tradicionais e originárias configuram-se, portanto, como um mosaico diverso e multifacetado, expresso em manifestações como o artesanato, os cânticos, as ferramentas, os modos de vida e as formas próprias de organização social. Essas expressões culturais são constantemente reinterpretadas pelas narrativas de quem as comunica, sofrendo também a influência direta dos meios tecnológicos utilizados para a sua divulgação e preservação.

Redes Sociais como Ferramenta de Produção de Conteúdos Pacíficos

As redes sociais, enquanto plataformas digitais de comunicação e interação, têm-se afirmado como espaços fundamentais para a produção, partilha e circulação de conteúdos diversos, incluindo aqueles com o propósito de promover a paz e a inclusão social. Castells (2011) define as redes sociais como "estruturas sociais formadas por nós interligados por diferentes tipos de relações", enfatizando o seu papel transformador nas dinâmicas

comunicacionais contemporâneas. Neste sentido, as redes sociais não são meramente canais de transmissão, mas espaços ativos de construção e negociação de significados sociais, como também salientam Nunes, Moraes e Cruz (2020).

A ampla capacidade de alcance das redes sociais online, aliada à rapidez na circulação de informações e ao baixo custo de produção, confere-lhes um papel singular na difusão de mensagens voltadas à construção da paz e da convivência social. De acordo com Jenkins (2006), a consolidação da cultura participativa nas plataformas digitais, ao promover a descentralização dos polos de emissão, permite que os próprios utilizadores se apropriem dos meios de comunicação, deixando de ser simples consumidores para atuarem como criadores ativos de conteúdos.

Nessa perspectiva, os produtores de conteúdo sejam indivíduos, coletivos ou instituições assumem um papel transformador, pois além de disseminar valores de paz e solidariedade, também contestam narrativas dominantes, enfrentam a cultura da desinformação e combatem a propagação de notícias falsas (fake news), fortalecendo uma comunicação mais ética e inclusiva.

No entanto, o uso das redes sociais para fins pacíficos exige estratégias comunicacionais conscientes e críticas, com boa fundamentação e carregadas da verdade dos fatos. Shirky (2010) destaca que a democratização da criação de conteúdos não proporciona, por si só, a qualidade ou a diversidade de conteúdos, sendo fundamental o desenvolvimento de literacias digitais e o engajamento responsável dos utilizadores. Contudo, para que as redes virtuais sejam eficazes na promoção da paz, é necessário que os conteúdos produzidos sejam inclusivos, respeitem as identidades culturais e reforcem os valores da convivência pacífica.

Estudos recentes corroboram que as redes virtuais podem ser usadas para prevenir conflitos e fomentar o diálogo intercultural. Por exemplo, um estudo de Tufte e Mefalopulos (2009) mostra que as

plataformas digitais, quando integradas em estratégias de comunicação para o desenvolvimento, facilitam a construção de consensos e a resolução não violenta de conflitos, sobretudo em contextos com diversidade étnica e cultural.

No Moçambique, onde a diversidade cultural é uma característica marcante, a utilização das redes sociais conectadas a Internet para a promoção da paz junto dos povos tradicionais torna-se ainda mais relevante. Conforme Salomão (2018), as redes sociais com conexão a internet são um espaço emergente para a expressão cultural e política dos grupos marginalizados, permitindo-lhes alcançar audiências antes inacessíveis e fortalecer a sua visibilidade social.

Por outro lado, segundo Nhantumbo (2016), a promoção de conteúdos pacíficos nestas plataformas contribui para a valorização dos saberes tradicionais e para o reforço da coesão social, desde que sejam adoptadas práticas comunicacionais que respeitem os contextos locais e as especificidades culturais das comunidades envolvidas.

Em suma, as redes sociais conectadas a internet apresentam um potencial transformador como ferramentas de produção de conteúdos pacíficos, mas esse potencial só é plenamente realizado quando há um compromisso fiel com a inclusão, o respeito e a participação das comunidades locais. Nesta vertente a mediação digital tem de ser entendida como um processo complexo que envolve não só o acesso tecnológico, mas também a construção de capacidades e a sensibilização para o uso responsável e construtivo destes meios.

Povos e comunidades Tradicionais do Moçambique

Desafios e representações nas redes conectadas a internet

Assim como em muitas partes do mundo, os primeiros habitantes são conhecidos como povos originários. Em Moçambique, esses povos representam uma grande diversidade

cultural, composta por vários grupos étnicos, como os Macua, Tsonga, Ndaou, Changana, Senas, Shopes, Ronga, Ciuté, entre outros. Essa diversidade é refletida na existência de cerca de 41 línguas nacionais. Todas essas línguas são de origem banta, com exceção do português que se tornou a língua oficial do país após a independência, conquistada em 25 de junho de 1975. Estes grupos, apesar da sua importância histórica e cultural, enfrentam desafios significativos relacionados à preservação da identidade cultural e ao reconhecimento dos seus direitos num contexto de crescente globalização e modernização.

A inserção dos povos tradicionais nas plataformas digitais, especialmente redes sociais, ocorre num espaço ambíguo e muitas vezes conflituoso. Conforme Funada-Classen (2005), a presença digital desses grupos pode ser instrumentalizada para reafirmar identidades e preservar tradições, mas também cometendo o risco de ser alvo de apropriações indevidas, estereotipação e marginalização. Este acontecimento tem implicações diretas na forma como os povos tradicionais são percebidos tanto interna como externamente.

A representação dos povos tradicionais nas redes sociais ligadas a internet frequentemente oscila entre narrativas que os idealizam como “exóticos” e discursos que os invisibilizam ou estigmatizam. Nhantumbo (2016) destaca que esta dualidade prejudica o reconhecimento pleno dos seus direitos culturais e limita a sua participação activa na sociedade digital. A perpetuação de estereótipos pode reforçar preconceitos e agravar a exclusão social, especialmente quando as vozes desses povos são silenciadas ou distorcidas por elementos externos.

Além disso, a exclusão digital é um desafio que agrava as desigualdades estruturais. Segundo Chibanga (2017), a limitada conectividade, o baixo nível de literacia digital e a falta de recursos tecnológicos em zonas rurais, como o distrito da Gôndola, dificultam

o acesso dos povos tradicionais às redes virtuais restringindo o seu potencial de participação e visibilidade.

Para combater estas barreiras, é essencial promover iniciativas que capacitem as comunidades tradicionais para o uso consciente e estratégico das tecnologias digitais. Programas de formação em literacia digital culturalmente contextualizados podem contribuir para que estas comunidades se tornem agentes ativos na produção e difusão dos seus próprios conteúdos, fortalecendo assim a sua presença e representação nas redes sociais (Salomão, 2018).

Portanto, compreender os desafios e as representações dos povos tradicionais nas redes digitais é fundamental para criar ambientes virtuais mais inclusivos e respeitadores da diversidade cultural. Este entendimento fornece a base necessária para desenvolver estratégias que potenciem o uso das redes sociais como instrumentos de promoção da paz e da valorização cultural, especialmente em contextos como o da Gôndola, onde a identidade local desempenha um papel central na coesão social.

Representações nas Redes sociais online em Moçambique

É relevante salientar que o DataReportal constitui uma plataforma internacional de referência, dedicada à disponibilização gratuita de relatórios estatísticos e analíticos que auxiliam pesquisadores, instituições e o público em geral na compreensão das tendências globais de comunicação e uso das mídias digitais.

Mediação Cultural e Construção da Paz nas Comunidades e povos antigos

A mediação cultural assume um papel fundamental na construção da paz em contextos marcados pela diversidade étnica e cultural, especialmente quando deslocada para ambientes digitais, como as redes sociais. Segundo Lévy (1999), a cibercultura oferece um espaço potencialmente libertador para o diálogo intercultural,

permitindo a troca de saberes e a valorização das identidades locais através da interacção virtual.

No contexto das comunidades tradicionais, a mediação cultural digital funciona como um processo dinâmico que facilita a aproximação entre diferentes grupos sociais, minimizando conflitos e promovendo a tolerância. Freire (1970) argumenta que a comunicação deve ser entendida como um acto de diálogo e reconhecimento mútuo, o que se torna essencial para a transformação social pacífica. As redes sociais, nesse sentido, podem ser canais poderosos para implementar este princípio, ao permitir que os próprios membros das comunidades expressem as suas narrativas, memórias e visões de mundo.

Estudos contemporâneos apontam para o impacto positivo da comunicação digital inclusiva na prevenção de conflitos e na promoção da coesão social. Tufte e Mefalopulos (2009) destacam que a comunicação para o desenvolvimento, aliada a tecnologias digitais, reforça as capacidades das comunidades em gerir diferenças culturais e construir consensos. Essa abordagem é particularmente relevante para a realidade moçambicana, onde a convivência entre múltiplos povos tradicionais requer estratégias que promovam a paz através do reconhecimento e valorização da diversidade.

Além disso, a mediação cultural digital exige a implementação de práticas comunicativas sensíveis aos contextos locais, respeitando as especificidades culturais e as línguas maternas. Como ressalta Salomão (2018), a valorização da cultura local nas redes com conexão a internet fortalece o sentido de pertença e contribui para a construção de uma identidade colectiva que é base para a estabilidade social.

Por fim, a construção da paz através das redes sociais não se limita à produção de conteúdos, mas envolve também o estímulo ao diálogo, à participação activa e ao engajamento crítico dos utilizadores. A promoção de espaços virtuais inclusivos e pacíficos requer políticas públicas, ações comunitárias e capacitação contínua

que assegurem a democratização do acesso e o uso responsável destas tecnologias (Nhantumbo, 2016).

Assim, a mediação cultural nas comunidades digitais revela-se uma estratégia essencial para transformar as redes sociais em ferramentas efetivas de produção de conteúdos pacíficos, promovendo a coexistência harmoniosa entre os povos tradicionais de Moçambique, como no caso do distrito da Gôndola.

O Papel das mídias e as redes sociais on-line

Na contemporaneidade, a informação passou a ser muito mais preciosa que em tempos mais remotos, tornando-se fundamental para a vida em sociedade, ao ponto de ser confundida como conhecimento, equívoco sempre tratado nas academias e faculdade a partir da matriz filosófica.

De muito rápido, a partir do fenómeno da internet, as relações sociais foram se intensificando por meio das diversas plataformas criadas sobre a rede mundial de computadores e, de modo muito importante, por meio das redes sociais online.

Neste mundo digital, ainda são as grandes corporações ou empresas de comunicação jornalística, em especial algumas redes de televisão que agenciam e abrem espaço para as pautas que são mais convenientes, seja para a busca e manutenção de públicos, seja para dar enquadramento às notícias de maior interesse da organização, ou ainda para realmente cumprir seu papel no âmbito da comunicação.

Entretanto, a nova realidade tecnológica digital possibilitou que cada uma das pessoas com acesso ao mundo digital (que tenha acesso a um equipamento e à rede mundial de computadores) possam ser produtoras de conteúdo. Essa inovação trouxe um mapa em que os emissores se popularizaram e tiveram a oportunidade de tratarem de temas que lhes são importantes, articulando-os em rede e pautando-os nos espaços das mídias digitais de modo geral e das redes sociais online em específico.

O acesso limitado à tecnologia digital, um problema persistente nas comunidades tradicionais, é exacerbado nas áreas rurais devido a fatores como infraestrutura inadequada, distâncias consideráveis dos centros urbanos e custos proibitivos associados à tecnologia, sendo barreiras confirmadas por Bousquat et al. (2022).

Nota-se então uma grande revolução das redes sociais online que, dentro do âmbito das mídias digitais, possibilitaram a produção de conteúdos de interesse de pequenos grupos, que em espiral crescente pode ir viralizando e gerando um impacto sem precedentes no meio comunicacional. Assim, com destaque para as ferramentas da Google, o aplicativo WathsApp e as redes sociais Facebook e Instagram alavancaram outras dinâmicas à aplicação do termo comunidade e relações sociais online.

Posicionamento e análise sobre redes virtuais para as comunidades e povos tradicionais do Moçambique

Os grupos e coletivos, dentre estes os povos originários e as comunidades tradicionais, que atuam como produtoras de conteúdo nas redes sociais online conseguem, com esta dinâmica proativa, combaterem a desinformação sobre suas culturas e contextos socioculturais e econômicos.

Outrossim, a autonomia e a proatividade na produção de conteúdo possibilita que a referida comunidade, por meio de seu “porta-voz” midiático divulgue a sua cultura, bem como eventos e atividades de interesse coletivo. Isso possibilita alavancar processos turísticos, de geração de renda e de orientação para muitas interfaces das relações sociais intra-comunitárias ou da comunidade com a sociedade burocrática e orientada para os interesses capitalistas.

A partir de breve aproximação, com navegação nas redes sociais online utilizadas pela comunidade Gondola, no Moçambique, pode-se observar que estas são muito pouco utilizada para a pacificação de relações sociais, isso devido a vários fatores, mas

principalmente ao elevada quantidade de fake news que geram descredibilidade das fontes e desinformação.

Sabe-se que quantidades elevadas de fake-news e ainda um contexto de muita desinformação é prejudicial para todas as relações sociais, que ficam instáveis e de baixo nível de confiança.

Assim, também no Moçambique, as redes sociais online podem ser a saída para a produção de conteúdos que protejam as culturas de povos originários e comunidades tradicionais, mas observa-se que a sociedade ainda precisa tornar este campo menos promotor de violência e mais alinhado à verdade e à promoção do desenvolvimento local.

Conclusão

O estudo buscou melhor compreensão sobre a importância das redes sociais online como ferramenta de produção de conteúdos pacíficos voltados aos povos tradicionais moçambicanos e, com enfoque particular no distrito de Gôndola. Através da revisão de literatura e da análise teórica, tornou se evidente que as redes virtuais enquanto espaços digitais de interacção, detêm um elevado potencial transformador, não apenas para o fortalecimento da comunicação e da visibilidade dos povos tradicionais, mas também para a promoção de uma convivência pacífica entre grupos sociais diversos.

Verificou-se que as redes conectadas a internet quando utilizadas de forma estratégica e ética, podem sim funcionar como instrumentos de mediação cultural e democratização do discurso, promovendo a cooperação. No entanto, a sua eficácia nesse papel está condicionada à inclusão digital, à valorização das línguas e culturas locais e à participação ativa das comunidades envolvidas. A perpetuação de estereótipos, o silenciamento das vozes tradicionais e as desigualdades no acesso à tecnologia ainda constituem entraves significativos que devem ser abordados com urgência.

O caso de Moçambique-Gondola, revelou-se um exemplo pertinente, considerando o seu mosaico étnico e o desafio constante de integração e respeito mútuo. As redes ligadas a internet podem servir como aliadas na preservação das identidades culturais, no resgate das tradições orais e na promoção do diálogo intercultural, desde que acompanhadas por políticas públicas inclusivas e formações comunitárias adaptadas ao contexto local.

Portanto, este estudo reforça a ideia de que as redes ligadas a internet não devem ser encaradas apenas como ferramentas tecnológicas neutras, mas como espaços vivos de disputa simbólica, que podem ser orientados para a construção da paz, da justiça social e do reconhecimento das culturas marginalizadas. Conclui-se que a promoção de conteúdos pacíficos nas redes ligadas a internet deve ser uma prioridade para investigadores, educadores, líderes comunitários e decisores políticos comprometidos com o desenvolvimento sustentável e a harmonia social em Moçambique.

Bibliografia

AGUERO, R.A. **A construção do discurso sobre o trabalho infantil: mídia, imagens e poder.** (Dissertação de Mestrado/UFMS). UFMS: Três Lagoas/MS, 2008. Disponível em <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/1368>.

ANDREOTTI, B. **Poder e resistências:** movimentações da multidão - uma cartografia dos movimentos antiglobalização. Verve (PUCSP), v. 16, p. 187-203, 2009.

ANTOUN, H. A Multidão e o Futuro da Democracia na Cibercultura. **Livro do XI Compós:** estudos de comunicação ensaios de complexidade, v. 1, p. 165-192, 2002.

ARRUDA, E.P.; ARRUDA, Durcelina Ereni Pimenta. Museu Virtual: construção e desconstrução e das Histórias. **Ensino em Re-vista** (UFU. Impresso), v. 20, p. 219-228, 2013.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 2.^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CASTELLS, M. **A galaxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CHIBANGA, M. **Inclusão digital e participação social nas zonas rurais de Moçambique**. Maputo: Centro de Estudos Rurais e Ambientais, 2017.

COMPARATO, F.K. Variações sobre o conceito de povo no regime democrático. **Estud. av.** [online]. 1997, vol.11, n.31, pp. 211-222.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
FUNADA-CLASSEN, S. **Origins of War in Mozambique**: A Study of the Mozambican RENAMO. Tokyo: University of Tokyo Press, 2005.

JENKINS, H. **Convergence Culture**: Where Old and New Media Collide. New York: New York University Press, 2006.

LARAIA, R. **Cultura, um conceito antropológico**. São Paulo: Zahar, 1986.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Trad. Carlos Irineu da Costa, Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

MORAES, N.R.; BAPTISTA, R.D. Comunicação organizacional: os desafios de um ambiente em hipervelocidade. In: MENESSES, V.D.; GHIZONI, L.D. (Org.). **Pesquisa em Comunicação e Sociedade**: da diversidade das narrativas a diversidade dos processos. 1ed. Palmas: Editora da Universidade Federal do Tocantins, 2019, v. 1, p. 85-93.

MÜLLER, F. **Quem é o povo?**: a questão fundamental da democracia – introdução de Ralph Christensen; tradução Peter Naumann; revisão da tradução Paulo Bonavides. 4ª ed. ver. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

MUSSO, P. Ciberespaço, figura reticular da utopia tecnológica. IN: MORAES, D. **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.

MAZULA, B. Moçambique: Identidade, Cultura e Cidadania. Maputo: Imprensa Universitária, 1995.

NHANTUMBO, C. Tecnologias de informação e comunicação e desenvolvimento cultural em Moçambique. **Revista Moçambicana de Comunicação**. 8(2), 45–59, 2016.

NUNES, S.G.C.; MORAES, N.R.; SOUZA, F.C. **As mídias digitais e a nova sociedade**: um olhar sobre as interações humanas e as relações organizacionais. 1. ed. Palmas - TO: Editora da Universidade Federal do Tocantins - EdUFT, 2020.

SALOMÃO, M. Redes sociais e a expressão cultural nas comunidades moçambicanas. In D. Cossa (Org.), **Cultura, media e inclusão digital em África** (pp. 112–133). Maputo: Escola Superior de Jornalismo, 2018.

SHIRKY, C. **Cognitive surplus:** creativity and generosity in a connected age. New York: Penguin Press, 2010.

TUFTE, T., & MEFALOPULOS, P. **Communication for Development:** Strengthening the Effectiveness of the United Nations. New York: United Nations Inter-Agency Round Table on Communication for Development, 2009.

DEMOCRACIA NA PRÁXIS: a inclusão como experiência vivida nos direitos humanos

Patrícia Medina

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

Introdução

No contexto latino-americano contemporâneo, marcado por tensões estruturais entre comunicação, inovação e democracia, compreender como políticas institucionais de formação acadêmica respondem às demandas de inclusão e justiça epistêmica torna-se um imperativo analítico. É nessa perspectiva, e a partir de uma abordagem fenomenológica hermenêutica inspirada em Max van Manen (*1942), que nossa pesquisa, situada no Norte do Brasil e em diálogo com as diretrizes do Tratado de Bolonha, busca contribuir para as reflexões sobre a construção de ecossistemas educacionais mais equitativos e democráticos em sentido ampliado.

Esse recorte se insere no tema central que propõe examinar de forma crítica e plural as inter-relações entre comunicação, ecossistemas de inovação e democracia na América Latina, contexto em que a formação acadêmica é ao mesmo tempo campo e agente de transformação social.

A questão que orienta a nossa investigação - quais sentidos são atribuídos à inclusão e à justiça epistêmica no âmbito da formação em Direitos Humanos na pós-graduação, considerando o contexto sociopolítico e educacional da Região Norte do Brasil? - emerge de um cenário no qual persistem assimetrias históricas de acesso, permanência e valorização de saberes no espaço acadêmico. Tais assimetrias afetam sobremaneira, comunidades e sujeitos cujas experiências e formas de conhecimento foram marginalizadas ou desconsideradas nos processos tradicionais de produção e legitimação científica da produção do conhecimento.

A análise não se restringe a uma dimensão terminológica pois envolverá o exame das práticas institucionais, de dispositivos curriculares e de dinâmicas comunicacionais que configuram o modo como o “inclusivo” e o “justo”, em termos epistêmicos, são concebidos, operacionalizados e legitimados no interior da formação em Direitos Humanos em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

A hipótese que sustenta este artigo é que a formação inclusiva na pós-graduação, ao reconhecer, legitimar e integrar vozes, saberes e experiências historicamente invisibilizados, pode ser compreendida como um ecossistema de inovação democrática, no qual a comunicação atua como um instrumento de justiça epistêmica, ampliando o repertório de perspectivas presentes no debate acadêmico e, por consequência, na esfera pública. Assim, não se restringe à transmissão de conteúdos, mas a uma comunicação que favorece o intercâmbio horizontal de saberes, incentiva o diálogo intercultural e fortalece as condições para o exercício de uma democracia substantiva, entendida em sentido ampliado.

Portanto, ao investigar os sentidos atribuídos à inclusão e à justiça epistêmica na pós-graduação, busca-se evidenciar como determinadas práticas comunicacionais e institucionais refletem e

também produzem condições para a efetivação de direitos e para o aprofundamento da vida democrática na América Latina.

A comunicação e a democracia como práxis: o papel dos direitos humanos

A democracia, no contexto latino-americano, não pode ser compreendida apenas como um regime político baseado em eleições periódicas e representação formal. Embora dominante, no senso comum e nas práticas institucionais (Athaydes, 2023; Moura, 2008), essa acepção se revela insuficiente diante das complexidades sociais, culturais e comunicacionais dominantes na região.

A democracia, em sentido ampliado, deve ser entendida como uma práxis cotidiana, como um processo contínuo de construção social que exige a efetivação dos Direitos Humanos como condição *sine qua non* para sua realização substantiva (Estevão, C, 2011). Nessa perspectiva, implica reconhecer que a democracia não se limita à institucionalidade formal, mas se manifesta nas relações interpessoais, espaços institucionalizados de formação e, sobretudo, na garantia de que todas as vozes possam ser ouvidas, respeitadas e consideradas.

A comunicação ocupa lugar central nesse processo, pois, mais que um instrumento funcional, ela constitui um direito humano fundamental, cuja efetivação é indispensável para a promoção da justiça social e epistêmica. Compreendida como expressão e acesso à informação, constitui um direito humano universal, essencial para a dignidade, a cidadania e a consolidação de sociedades democráticas. Tanto o sistema interamericano quanto o sistema global de direitos humanos reconhecem esse direito como condição para o exercício das liberdades fundamentais, sendo garantido a todas as pessoas, independentemente de sua origem ou condição, e indispensável para o intercâmbio de ideias, a formação da opinião pública e a participação ativa na vida social e política (Comissão

Interamericana de Direitos Humanos, 2009; Organização das Nações Unidas, 1948). No entanto, em sociedades marcadas por desigualdades estruturais, tais direitos são frequentemente negados ou restringidos, especialmente para grupos historicamente marginalizados. A comunicação, portanto, deve ser pensada simultaneamente como meio e como fim: meio para a circulação plural de saberes e experiências, e fim enquanto direito que assegura a participação ativa de todos os sujeitos na vida pública.

Nesse sentido, a liberdade de expressão e o direito à informação não são apenas garantias formais, mas condições materiais para a construção de uma sociedade democrática. A ausência de políticas públicas que assegurem o acesso equitativo aos meios de comunicação, bem como a concentração midiática e a censura velada, configuram obstáculos à democratização da esfera pública. A formação acadêmica, enquanto espaço de produção e circulação de saberes, tem papel estratégico na superação dessas barreiras, ao promover práticas pedagógicas que valorizem a diversidade epistêmica e estimulem o pensamento crítico. (MELO, 2008; GOMES, 2015)

A invisibilidade comunicacional emerge como um dos principais desafios à democracia como práxis. Trata-se de um fenômeno que se manifesta na exclusão sistemática de determinados grupos sociais dos processos comunicacionais legítimos, seja pela negação de seus saberes, seja pela ausência de representação simbólica nos discursos hegemônicos. A injustiça epistêmica, conceito apresentado por Miranda Fricker (2007; 2023), revela como determinadas vozes são silenciadas ou desqualificadas, não por ausência de conteúdo, mas por estruturas de poder que regulam o que pode ser dito, por quem e em quais condições. No campo da formação acadêmica, isso se traduz na predominância de paradigmas eurocentrados, na marginalização de epistemologias indígenas, afrodescendentes e populares, e na reprodução de

modelos pedagógicos que não reconhecem a pluralidade de experiências como fonte legítima de conhecimento.

A centralidade das narrativas hegemônicas, portanto, não é apenas um problema de representação, mas de justiça comunicacional. Ao limitar o espectro de vozes autorizadas a participar do debate público, essas narrativas reforçam estruturas de exclusão e impedem a construção de ecossistemas educacionais verdadeiramente democráticos. A superação desse quadro exige uma reconfiguração profunda das práticas comunicacionais, que incorpore o respeito à diferença, a escuta ativa e a valorização de saberes situados como princípios ético-políticos da democracia (Laval & Vergne, 2023; Dewey, 1959)

Assim, ao articular comunicação, democracia e direitos humanos, reafirmamos a necessidade de compreender a formação acadêmica como espaço de práxis transformadora. A democratização da comunicação, entendida como direito e como prática, é condição para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e epistêmica e politicamente equitativas.

A pós-graduação como ecossistema de inovação

A inovação de ecossistema de inovação, amplamente difundida nos campos da ciência, tecnologia e economia, costuma ser associada a ambientes dinâmicos voltados à produção de soluções técnicas, à geração de valor mercadológico e à aceleração de processos produtivos (OCDE, 2018; Criado et al, 2022). Contudo, essa concepção, embora válida em determinados contextos, revela-se limitada quando aplicada a espaços de formação acadêmica, especialmente na pós-graduação voltada aos Direitos Humanos. É necessário expandir o conceito para abarcar dimensões sociais, culturais e epistêmicas que transcendem a lógica instrumental da inovação.

Um ecossistema de inovação, em sentido ampliado, pode ser compreendido como um ambiente relacional e colaborativo, no qual diferentes atores: professores, estudantes, gestores, comunidades e instituições, interagem de forma horizontal e criativa, gerando conhecimentos, práticas e transformações. (Lurdes et al, 2024) Trata-se de um espaço vivo, permeado por trocas simbólicas, afetivas e cognitivas, onde a inovação não se restringe à criação de produtos ou tecnologias, mas se manifesta na capacidade de produzir sentidos, reconfigurar paradigmas e promover justiça social.

Nesse horizonte, a pós-graduação emerge como um ecossistema de inovação *sui generis*. Longe de ser um espaço neutro de reprodução de saberes, ela se constitui como território de disputa epistemológica, onde diferentes visões de mundo se encontram, se confrontam e, potencialmente se transformam. Na área de Direitos Humanos, essa dinâmica é ainda mais evidente, pois os objetos de estudo estão intrinsecamente ligados às experiências vividas de exclusão, resistência e emancipação. A inovação, aqui, não se mede pela aplicabilidade técnica, mas pela capacidade de gerar rupturas no *status quo*, de ampliar horizontes de compreensão e de contribuir para a construção de sociedades mais justas e inclusivas.

A proposta de compreender a pós-graduação como ecossistema de inovação implica reconhecer que a produção de conhecimento é, também, uma prática política. Ao valorizar saberes marginalizados, ao incorporar epistemologias do sul (Santos & Menezes, 2009), ao escutar vozes historicamente silenciadas, a pós-graduação pode se tornar um espaço de justiça epistêmica que é o conceito central para a reflexão da pesquisa em desenvolvimento. A justiça epistêmica, conforme delineada por Fricker (2007) e outras ênfases tensionadas autores latino-americanos como Mignolo (2007) e Catherine Walsh (2021) refere-se à superação das formas de injustiça que operam no campo do conhecimento, seja pela desqualificação de sujeitos cognitivos, seja pela negação de epistemologias não hegemônicas.

Nesse sentido, a justiça epistêmica é, ela própria, uma forma de inovação. Ao deslocar o foco da produção científica para os "sentidos vividos", para as narrativas encarnadas na experiência, para os saberes situados que emergem das margens, estamos inovando não apenas metodologicamente, mas ontologicamente. A pesquisa proposta e objeto de apresentação neste artigo, inspirada na abordagem fenomenológica hermenêutica de Max van Manen (1989, 2003), busca justamente praticar essa inovação: ao investigar os sentidos vividos por sujeitos em contextos de formação acadêmica no Norte do Brasil, estamos exercitando uma escuta radical, uma abertura ao outro que desafia os cânones tradicionais da pesquisa científica.

Essa escuta, longe de ser passiva, é uma prática ativa de reconhecimento, pois reconhecer os saberes que emergem da experiência é reconhecer a dignidade epistêmica dos sujeitos. É afirmar que o conhecimento não reside apenas nos grandes centros acadêmicos, mas também nas periferias, nas comunidades, nos corpos que resistiram e resistem até chegar ao nível de pós-graduação *stricto sensu*. Ao fazer isso, a pós-graduação se transforma: deixa de ser um espaço de reprodução e passa a ser um espaço de criação, de invenção de mundos possíveis.

Assim, a construção de um ecossistema de inovação baseado na justiça epistêmica exige, portanto, uma reconfiguração profunda das práticas pedagógicas, curriculares e institucionais. Será necessário romper com a lógica meritocrática que hierarquiza saberes e sujeitos, e adotar uma perspectiva que valorize a pluralidade epistêmica como riqueza e não como ameaça. Isso implica, por exemplo, revisar os critérios de avaliação acadêmica, ampliar os canais de participação dos estudantes, fomentar pesquisas interdisciplinares e transversais, e estabelecer parcerias com movimentos sociais e comunidades tradicionais.

A pós-graduação, num modelo assim, deixaria de ser um espaço elitizado e se tornará um laboratório de transformação social.

A inovação que se produzirá ali, será cognitiva, mas sobretudo ética e política, pois será a inovação que nasce do encontro entre diferentes mundos, da escuta das dores e das esperanças, da construção coletiva de alternativas. Inovação que se traduz em práticas de justiça, em políticas de inclusão, em epistemologias que libertam.

Inferese, portanto, que a pós-graduação, especialmente no campo dos Direitos Humanos, pode e deve ser compreendida como um ecossistema de inovação centrado na justiça epistêmica. Ao investigar os sentidos vividos, ao valorizar os saberes marginalizados, ao promover a escuta ativa e o reconhecimento mútuo, estamos produzindo conhecimento, mas também reinventando a própria ideia de universidade. E é nessa reinvenção que reside a potência transformadora da pós-graduação como práxis democrática, ou seja, um conceito que articula ação consciente, crítica e transformadora com os princípios da democracia participativa. Não se trata apenas de exercer o voto ou seguir normas institucionais, mas de viver a democracia como prática cotidiana, por meio da participação ativa, do diálogo, da escuta e da construção coletiva.

O estudo fenomenológico: diálogos e desafios da inclusão

A escolha pela fenomenologia hermenêutica como abordagem metodológica da pesquisa em apreço, não é meramente técnica, mas profundamente ética e epistemológica. Inspirada nos pressupostos de Max van Manen (1989, 2003) essa metodologia oferece um caminho singular para acessar a experiência vivida, não como dado bruto, mas como expressão encarnada de sentidos que se revelam na linguagem, na corporeidade e na temporalidade dos sujeitos. Ao privilegiar o vivido, a fenomenologia hermenêutica desloca o foco da análise para o modo como os sujeitos experienciam o mundo, permitindo compreender a inclusão e a

justiça epistêmica não como conceitos abstratos, mas como práticas concretas, atravessadas por afetos, tensões e contradições.

A fenomenologia hermenêutica, no contexto da pesquisa qualitativa, se torna ferramenta ideal para investigar os modos como docentes e discentes vivenciam os processos de formação acadêmica em contextos marcados por desigualdades estruturais como a pós-graduação.

Ao buscar compreender os "sentidos vividos" da inclusão, nossa pesquisa se alinha a uma proposta de comunicação inclusiva, que reconhece a pluralidade de vozes e saberes como condição para a produção de conhecimento legítimo. A escuta fenomenológica, portanto, não é apenas técnica, mas política: ela implica reconhecer o outro como sujeito epistêmico, capaz de produzir sentidos que desafiam as narrativas hegemônicas.

Embora o projeto ainda esteja em fase de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), algumas reflexões preliminares já se delineiam a partir da construção do referencial teórico e da definição dos instrumentos metodológicos. As entrevistas em profundidade, previstas como principal técnica de coleta de dados, serão conduzidas com docentes e discentes de programas de pós-graduação em Direitos Humanos situados no Norte do Brasil. A escolha desses interlocutores visa captar a diversidade de experiências e perspectivas sobre os processos de inclusão acadêmica, bem como os desafios enfrentados na prática cotidiana.

Hipoteticamente, espera-se que os relatos revelem uma tensão recorrente entre a norma institucional, que afirma a necessidade de inclusão, diversidade e equidade, e a prática efetiva, marcada por obstáculos materiais, simbólicos e epistêmicos. Docentes podem expressar dilemas entre o compromisso ético com a inclusão e as limitações impostas por currículos rígidos, estruturas burocráticas e culturas acadêmicas excludentes. Discentes, por sua vez, podem relatar sentimentos de não pertencimento,

desqualificação de seus saberes de origem e dificuldades de acesso aos espaços de decisão e produção científica.

Essas tensões, quando analisadas à luz da fenomenologia hermenêutica, não serão reduzidas a indicadores ou categorias pré-definidas, mas interpretadas como manifestações de um campo de sentido mais amplo, que articula subjetividade, institucionalidade e historicidade (Van Manen, 2003). A análise dos relatos buscará compreender como os sujeitos significam suas experiências, como atribuem valor aos saberes que mobilizam, e como percebem as possibilidades e os limites da inclusão acadêmica.

A própria prática da entrevista, nesse modelo, será concebida como espaço de diálogo e reconhecimento. Ao abrir-se à escuta do outro, o pesquisador coleta dados, e adicionalmente participa de um processo de co-construção de sentidos, no qual a justiça epistêmica se realiza como prática metodológica especialmente porque a pesquisadora exerce atividade docente no nível *stricto sensu* em um programa de direitos humanos. A valorização dos saberes situados, a atenção aos contextos de fala e a interpretação cuidadosa das narrativas constituem, assim, dimensões centrais da pesquisa, que se propõe a compreender a inclusão e a praticá-la desde sua concepção.

Resumidamente, o estudo fenomenológico delineado neste projeto busca contribuir para o debate sobre inclusão e justiça epistêmica na pós-graduação, oferecendo uma abordagem metodológica sensível às experiências vividas e comprometida com a transformação das práticas acadêmicas. Ao reconhecer os sujeitos como portadores legítimos de saber, a pesquisa afirma a comunicação inclusiva como horizonte ético e político da produção científica.

Conclusão

Este artigo propôs uma reflexão sobre os vínculos entre comunicação, inovação e democracia no contexto latino-americano,

destacando três eixos fundamentais: a comunicação como práxis e direito humano essencial à democracia; a pós-graduação como ecossistema de inovação social, onde saberes e práticas se entrelaçam na produção de transformações; e, sobretudo, a justiça epistêmica como a inovação central que fortalece a democracia ao reconhecer e valorizar saberes historicamente marginalizados.

A pesquisa aqui delineada, em fase de submissão ao Comitê de Ética, alinha-se diretamente à proposta temática da FELAFACS, ao evidenciar que a construção de ecossistemas educacionais democráticos e inovadores exige uma reconfiguração profunda da formação acadêmica.

Para que a democracia seja genuína e a inovação seja justa, é preciso começar pela base: formar pesquisadores comprometidos com a inclusão, a escuta ativa e a valorização da diversidade epistêmica.

Como perspectiva de futuro, este trabalho lança um chamado à ação: é urgente fortalecer o diálogo entre comunicação, academia e direitos humanos, promovendo práticas pedagógicas e políticas institucionais que rompam com a lógica excludente ainda presente em muitos espaços de formação, somente assim será possível construir uma América Latina mais justa, plural e verdadeiramente democrática, onde todos os saberes tenham lugar, e todas as vozes possam ser ouvidas.

Referências

ATHAYDES, Danilo de. O conceito de democracia na atualidade: reflexões sobre seu significado civilizacional. *Revista Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 10, n. 17, p. 1–15, 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/8738>. Acesso em: 29 ago. 2025.

CARNEIRO, Dayse Karenine de Oliveira; CRIADO, Antonio Isidro; CRIADO, J. Ignacio. Atores do Ecossistema de Inovação do Setor

Público: Uma Abordagem Qualitativa Comparativa Brasil-Espanha. *Novas Tendências na Pesquisa Qualitativa*, Oliveira de Azeméis, Portugal, v. 14, p. e726, 2022. DOI: 10.36367/ntqr.14.2022.e726. Disponível em: <https://publi.ludomedia.org/index.php/ntqr/article/view/726>. Acesso em: 29 ago. 2025.

CINE EDUCAMPO GEPERUAZ. Diálogo com Catherine Walsh sobre Pedagogia Decolonial. YouTube, 7 maio 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K48YXfPuYu0>. Acesso em: 28 ago. 2025.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Marco jurídico interamericano sobre o direito à liberdade de expressão*. Washington, D.C.: OEA, 2009. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/expressao/docs/publicacoes/20140519%20-%20PORT%20Unesco%20-%20Marco%20Juridico%20Interamericano%20sobre%20el%20Derecho%20a%20la%20Libertad%20de%20Expresion%20adjust.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2025.

CRIADO, J. Ignacio; CARNEIRO, Dayse Karenine de Oliveira; ISIDRO, Antonio. *Atores do ecossistema de inovação no setor público: uma abordagem qualitativa comparada Brasil-Espanha*. *Revista Notas de Técnica e Qualidade na Pesquisa*, v. 14, 2022. Disponível em: [PDF da SciELO Portugal](#).

DEWEY, John. *Democracia e educação*. Introdução à filosofia da educação. Tradução Anísio Teixeira e Godofredo Rangel. São Paulo: Nacional, 1959

ESTEVÃO, Carlos Vilar. Direitos humanos e educação para uma outra democracia. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio

de Janeiro, v. 19, n. 70, p. 11–30, mar. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362011000100002>.

FRICKER, Miranda. *Epistemic injustice: power and the ethics of knowing*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

FRICKER, Miranda. *Injustiça epistêmica: o poder e a ética do conhecimento*. Tradução de Breno R. G. Santos. São Paulo: Edusp, 2023.

GOMES, Raimunda Aline Lucena. *A liberdade de expressão e o direito humano à comunicação na América Latina: a garantia formal e as suas contradições*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17147>. Acesso em: 30 ago. 2025.

LAVAL, Christian; VERGNE, Francis. *Educação democrática: a revolução escolar iminente*. Tradução de Breno R. G. Santos. Petrópolis: Vozes, 2023.

LOURES, Débora Alves Morra; REIS, Nubiragina Salazar dos; MENDONÇA, Ilmarcia Ribeiro Lima; MOUTA, Sílvia Maria Coelho; LEMOS, Daiane Aparecida. *Gestão escolar e inovação: transformando a escola em um ambiente de aprendizagem*. *Revista Arace*, v. 6, n. 4, 2024. Disponível em: [Revista Arace – artigo completo](#). Acesso em: 26 ago. 2025.

MELO, José Marques de. *MacBride, a NOMIC e a participação latino-americana na concepção de teses sobre a democratização da comunicação*. *Logos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 42–59, 2008. Disponível em: <https://www.e->

publicacoes.uerj.br/logos/article/view/12486. Acesso em: 30 ago. 2025.

OCDE - ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; EUROSTAT. *Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação*. 4. ed. Paris: OCDE, 2018. Disponível em: http://www.finep.gov.br/images/a-finep/biblioteca/manual_de_oslo.pdf. Acesso em: 29 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Paris: ONU, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/pt/universal-declaration-human-rights>. Acesso em: 26 ago. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. Disponível em: [PDF da UFOP](#).

VAN MANEN, Max. *Investigacion Educativa y experiencias vividas: ciências humanas para uma pedagogia de la acción y la sensibilidad*. Idea Books:Barcelona-Espanha, 2003.

VAN MANEN, Max. Notes for Talk on Huanan Science in Education. *University of Maryland*, April 28, 1989. Disponível em: <https://blogs.ubc.ca/researchmethods/files/2014/06/Van-Manen1989-Phenomenology.pdf>. Acesso em: 29 maio 2025.

A PSICOLOGIA POSITIVA: Cultivando saúde e felicidade no trabalho

José Diogo Tavares Pedrosa
Fagno da Silva Soares

Introdução

A Psicologia Positiva aplicada ao trabalho representa um desafio epistemológico emergente, impulsionado pelo crescente interesse das ciências humanas em enfatizar os aspectos positivos da vida organizacional, como bem-estar, satisfação e experiências saudáveis. Tradicionalmente, a psicologia enfocou o trabalho sob uma ótica negativa, centrada em sofrimento, desgaste e disfunções comportamentais, resultado da ênfase clínica em patologias humanas em detrimento das virtudes e emoções positivas.

Confrontar essas perspectivas negativa e positiva é crucial para ampliar a compreensão do que constitui saúde, qualidade de vida e felicidade no contexto laboral. A busca histórica pela felicidade, relacionada à satisfação das necessidades humanas, fundamenta-se na Psicologia Positiva, que reconhece o trabalho

como um vetor de sentido, prazer e realização, frequentemente vinculado a conquistas materiais.

Historicamente, a investigação psicológica acerca do trabalho concentrou-se predominantemente em aspectos negativos, identificando-o como fonte de insatisfação, sofrimento e desgaste físico e mental para os trabalhadores. Esse viés é evidenciado pela vasta literatura que enfatiza fatores disfuncionais do comportamento, como ansiedade e mau humor, contrapondo-se ao universo restrito de trabalhadores felizes e realizados. Tal desequilíbrio reflete a tradição da psicologia clínica, que prioriza o estudo dos aspectos patológicos do ser humano em detrimento do reconhecimento e da valorização de suas virtudes, sensações e experiências positivas, fundamentais para uma vida equilibrada, saudável e plena.

O grande desafio consiste em confrontar essas visões negativa e positiva sobre a natureza humana, de modo a construir uma consciência ampliada sobre o que é saudável, estimulando sentimentos e atitudes que associem o conhecimento adquirido ao longo da vida a experiências mais salutares. Esse processo possibilita revelar dimensões concretas de qualidade de vida, bem-estar e felicidade já vivenciadas no contexto do trabalho.

A busca pela felicidade é um fenômeno histórico, intimamente ligado à satisfação das necessidades humanas, ainda que muitas vezes de forma involuntária. Tal busca constitui-se como um dos pilares fundamentais da Psicologia Positiva. Assim, o ser humano vive em constante esforço para conferir sentido à sua existência, e o trabalho emerge como um dos principais veículos por meio dos quais emoções de prazer e felicidade se manifestam, frequentemente associadas às conquistas materiais proporcionadas.

As transformações contínuas no sistema produtivo mundial têm provocado impactos significativos na percepção do trabalho e na qualidade de vida dos trabalhadores. Aspectos estressores e processos patológicos vinculados ao ambiente laboral vêm sendo

objeto de investigação pelas ciências humanas, sociais e da saúde há cerca de duas décadas em âmbito internacional. Tal preocupação justifica-se pelo fato de que as consequências das condições de trabalho ultrapassam o âmbito profissional, afetando também as dimensões pessoal, familiar e social dos indivíduos.

Esta pesquisa fundamenta-se em um referencial teórico que abarca os princípios da Psicologia Positiva, Qualidade de Vida e Ciência da Felicidade no ecossistema do trabalho. Tem como objetivo construir compreensões acerca da natureza humana por meio da análise psicológica do comportamento e da investigação dos estados emocionais positivos e negativos que podem conduzir o indivíduo a patologias ocupacionais ou à realização e ao crescimento pessoal. Considerando esses pressupostos, formula-se a seguinte problemática: como a Psicologia Positiva promove saúde mental e física nas pessoas, vantagem competitiva nas organizações e felicidade no trabalho?

Breve histórico sobre a origem do trabalho

Não é exagero afirmar que o trabalho emergiu concomitantemente à formação do mundo e da humanidade, na medida em que a busca pelo atendimento das necessidades humanas acompanha a evolução cognitiva do ser humano em sua relação consigo mesmo e com o meio circundante, bem como sua capacidade adaptativa e transformadora contínua (DARWIN, 1882). À medida que cresciam as situações-problema e demandas existenciais, intensificava-se a reflexão sobre modos mais ágeis e eficazes de superá-las, elevando o trabalho de mera atividade de subsistência orgânica para uma prática instrumental ao serviço do intelecto, dos interesses e das emoções humanas. Assim, impunha-se uma nova configuração para a natureza humana e o trabalho, onde dimensões intangíveis como otimismo, resiliência, bem-estar, realização pessoal e contentamento impulsionam o sujeito ao labor, em contraposição a fatores disfuncionais como estresse, pressão

psicológica, insatisfação e desvalorização, que dele o afastam (BURNS, 1952; ARENDT, 1958).

No período pré-histórico, o trabalho se apresentava como uma ação orgânica e intuitiva, desprovida da alienação que permeia as relações laborais posteriores. Com a institucionalização da escravidão, o trabalho passou a ser concebido como um castigo uma obrigação imposta, marcada pelo desgaste físico e mental, sem salvaguardas de direitos, inserido em condições sub-humanas e desumanizantes (ANTUNES, 2000).

Subjugados à condição de mercadoria descartável, os escravos eram tratados como animais de carga, relegados ao ostracismo quando incapazes de prover força produtiva. No feudalismo, embora os modos de exploração se modificassem, a essência da servidão a privação da liberdade e o desvalor da vida humana persistia. Os servos, obrigados a cultivar a terra de seus senhores e entregar-lhes as colheitas conforme demandas arbitrárias, viviam sob sobrecarga física e mental, imersos em relações de submissão que negavam autonomia e dignidade (NETTO; BRAZ, 2010).

A partir do Renascimento, período de intensas transformações filosóficas e econômicas, o trabalho transmutou de uma tarefa destinada aos “indignos” para uma missão existencial. O labor passou a ser valorizado enquanto processo de transformação e realização subjetiva, inscrito no campo das virtudes humanas, emoções e sonhos que conferem sentido à existência (SOUSA, 2019).

Conhecendo a psicologia positiva

Em 1998, sob a liderança de Martin Seligman na presidência da American Psychological Association (APA), emergiu a Psicologia Positiva como um paradigma epistemológico inovador no campo da psicologia, inaugurando uma nova ênfase científica sobre os aspectos edificantes da experiência humana — tais como felicidade, generosidade, resiliência, emoções satisfatórias, estados de flow,

saúde mental e bem-estar integral. Este movimento epistemológico propunha redirecionar o foco tradicionalmente centrado nos déficits, disfunções e patologias mentais para a investigação sistemática dos sentimentos e traços comportamentais positivos, inaugurando uma ciência dedicada ao florescimento humano e às potencialidades existenciais (SELIGMAN, 2011).

Como delineam Seligman e Csikszentmihalyi (2000), a psicologia, em sua gênese e evolução até o pós-Segunda Guerra Mundial, articulava três missões fundamentais: a cura das enfermidades mentais, a promoção de uma vida mais significativa e a facilitação do desenvolvimento dos talentos excepcionais. Contudo, o impacto devastador do conflito mundial catalisou um reposicionamento epistemológico da disciplina, que passou a priorizar o estudo das patologias mentais dos veteranos e a institucionalização da pesquisa em doenças mentais, concentrando seus esforços nas etiologias e terapêuticas dos distúrbios psíquicos (SELIGMAN; CSIKSZENTMIHALYI, 2000).

A Psicologia Positiva estrutura-se em três pilares ontológicos e epistemológicos interdependentes: (1) as emoções positivas, que configuram estados afetivos propulsores do bem-estar; (2) os traços positivos do indivíduo virtudes, habilidades, inteligências múltiplas e potencialidades laborais que fundamentam o desenvolvimento pessoal e a autorrealização; e (3) as instituições positivas família, escola, igreja, ambiente laboral, democracia e redes de amizade que constituem os contextos sociais facilitadores da condução moral e ética, bem como da promoção de juízos e condutas positivas em múltiplos âmbitos da vida (SELIGMAN, 2004).

No plano subjetivo, o cerne da Psicologia Positiva reside na investigação das emoções positivas, as quais se articulam temporalmente em três dimensões: passado, presente e futuro. Sentimentos como orgulho, satisfação, triunfo e paz remetem ao passado; otimismo, perseverança e fé orientam-se para o futuro; enquanto entusiasmo, bom humor, equilíbrio, bem-estar, paixão,

euforia, felicidade e o estado de flow situam-se na experiência presente, catalisando a vitalidade e o engajamento existencial (SELIGMAN; CSIKSZENTMIHALYI, 2000).

No âmbito individual, a disciplina enfatiza traços positivos que constituem a virtude humana vocação, amor e empatia, busca da verdade, capacidade de perdão, sensibilidade estética, disposição para relacionamentos interpessoais, autenticidade, perspicácia, sabedoria e espiritualidade. Coletivamente, dirige seu foco para atributos cívicos e instituições positivas que fomentam a excelência cidadã, tais como ética, cidadania, integridade, educação, urbanismo, civilidade, respeito, altruísmo e trabalho, promovendo a coesão social e o bem comum (SELIGMAN; CSIKSZENTMIHALYI, 2000).

Noções sobre felicidade

Segundo Freud (1996), a felicidade configura-se como o equilíbrio dinâmico entre a expressão dos nossos impulsos instintivos e o controle das aspirações conscientes, estabelecendo uma tensão fundamental na vida psíquica do sujeito. Por sua vez, Aristóteles concebe a felicidade (eudaimonia) como o supremo bem a ser alcançado pelo indivíduo, o princípio motivador da ação humana, entendimento que encontra eco nas reflexões contemporâneas do Dalai Lama e Cutler (2000), que afirmam que a busca pela felicidade é o propósito último da existência humana. Ainda na perspectiva aristotélica, a realização da felicidade pressupõe a construção de vínculos sociais e a realização de atividades significativas, entre as quais o trabalho ocupa papel central, assim como a constituição de amizades baseadas na confiança, que conferem sentido e profundidade à vida feliz (RHODEN, 2009).

Malvezzi (2015) amplia essa concepção ao afirmar que a felicidade transcende os constructos de qualidade de vida e bem-estar, configurando-se como um fenômeno perene marcado por

emoções positivas contínuas, cuja estabilidade é fundamental para sua definição. Nesse sentido, a recorrência e a frequência qualitativa dos episódios positivos delineiam a continuidade e a sustentabilidade da felicidade, enfatizando sua natureza isocrônica e acumulativa.

Não obstante essas convergências conceituais, observa-se que o diálogo interdisciplinar envolvendo psicologia, filosofia, sociologia e economia revela uma certa ambiguidade e inconsistência epistemológica no entendimento do conceito de felicidade, o que fragiliza sua operacionalização e aplicação prática nos estudos e intervenções (BURRELL; MORGAN, 1979; SANTOS; CEBALLOS, 2013).

Diante disso, impõe-se a necessidade de concatenar os referenciais teóricos acerca da felicidade, especialmente no âmbito do trabalho, objetivando a construção de conhecimentos mais precisos e operacionais que facilitem o intercâmbio intelectual entre pesquisadores e a aplicação efetiva em contextos organizacionais. Tal necessidade torna-se evidente pelo fato de que subáreas correlatas como bem-estar, satisfação e qualidade de vida no trabalho são mais frequentemente exploradas, enquanto o conceito nuclear de felicidade, pilar da Psicologia Positiva, é por vezes negligenciado ou erroneamente equiparado a esses termos.

Seligman (2009, p. 59) enfatiza que “a emoção positiva é importante não apenas pela sensação agradável que proporciona, mas porque promove uma relação mais harmoniosa e eficaz com o mundo”. Complementando essa visão, Fredrickson (2001) destaca o papel crucial das emoções positivas na promoção da saúde física e mental, no fortalecimento dos vínculos amorosos e amistosos, na consolidação de redes sociais solidárias e no estímulo ao desenvolvimento cognitivo e relacional, capazes de irradiar impactos positivos ao ambiente circundante. Ademais, tais emoções constituem recursos essenciais para o enfrentamento das

adversidades cotidianas e para o alcance do sucesso tanto do trabalhador quanto da organização.

Sob a égide das perspectivas cognitiva, humanista e socialmente construcionista, o conceito epistemológico de felicidade configura-se como um conjunto dinâmico e contínuo de emoções, ideias e posturas positivas que os indivíduos acumulam e amadurecem, com o propósito de fundamentar seus sentidos existenciais e suas interpretações de mundo. A felicidade, enquanto fenômeno central da Psicologia Positiva, é constituída por experiências duradouras de bem-estar e satisfação, orientadas pelo valor atribuído à existência humana em seus contextos temporais e espaciais. Por essa razão, embora próximos, tais conceitos felicidade, bem-estar e satisfação não devem ser confundidos, mas constantemente revisitados enquanto dimensões complementares e interdependentes.

A escassez de investigações e ensaios acadêmicos sobre a construção da felicidade no ambiente laboral não apenas representa uma lacuna científica, mas também evidencia um convite para o desenvolvimento de estudos, práticas e fundamentações teórico-conceituais que promovam uma compreensão aprofundada dos fatores motivacionais e dos esforços que conduzem o indivíduo à experiência da felicidade no trabalho, seja em níveis operacionais ou estratégicos.

Em especial diante da conjuntura imposta pela pandemia da COVID-19 e a crise estrutural do desemprego, a promoção do espírito transformador e a esperança por condições melhores transcendem o papel de políticas estratégicas ou vertentes psicológicas restritas à análise e estimulação do comportamento positivo. Tornam-se, sobretudo, questões fundamentais de saúde pública e coletiva, relevantes tanto para os trabalhadores desalentados quanto para aqueles engajados e diligentes no exercício de suas atividades laborais.

Impactos da psicologia positiva e felicidade no trabalho e nas organizações

Seligman (2011) evidencia que a Psicologia Positiva se ancora profundamente nas decisões que as pessoas tomam a respeito de si mesmas, configurando a felicidade como um equilíbrio dinâmico entre componentes que refletem níveis de satisfação relativos às necessidades e preferências individuais. Essa abordagem emergiu para deslocar o foco tradicional da psicologia, centrado nas disfunções e patologias, para a valorização de concepções, atitudes e emoções positivas que promovem o bem-estar tanto do indivíduo quanto do ambiente laboral (SELIGMAN; CSIKSZENTMIHALYI, 2000).

No escopo da Psicologia Positiva, investigam-se padrões e atributos individuais forças, talentos, aptidões e méritos e experiências positivas nas instituições sociais, tais como família e trabalho, com vistas a subsidiar a formulação e aprimoramento de políticas, programas e práticas que elevem a qualidade de vida e reduzam a incidência de psicopatologias ocupacionais (MARUJO et al., 2007; SELIGMAN; CSIKSZENTMIHALYI, 2000).

Destarte, torna-se evidente a possibilidade concreta de identificar a felicidade no ambiente de trabalho e reconhecer sinais característicos de trabalhadores em busca de bem-estar, satisfação, qualidade de vida e êxito, enquanto extensão da vida extralaboral. Embora os estudos científicos sobre felicidade no trabalho ainda sejam incipientes, observa-se crescente interesse acadêmico, especialmente em contextos de crises sanitárias e econômicas recentes, que exigem abordagens positivas à psicologia com fundamentos humanos, terapêuticos e sociais.

O conceito de flow, embora originário, ressurgiu como objeto de especial interesse na Psicologia Positiva por fornecer um substrato teórico para compreender as características individuais em contextos laborais peculiares. Quando assimilado e potencializado intencionalmente, o flow promove experiências de prazer e felicidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida no

trabalho e o incremento da produtividade organizacional. Pessoas mais felizes tendem a alcançar resultados superiores. O trabalho, por sua natureza, configura-se como principal facilitador da experiência de flow, pois o equilíbrio entre desafios e habilidades constitui condição sine qua non para seu surgimento e para o alcance da felicidade laboral plena (CSIKSZENTMIHALYI, 2004).

Seligman (2004, p. 188) propõe a categorização das “orientações do trabalho” em três classes: tarefa, carreira e vocação. A tarefa representa o cumprimento do trabalho como meio para obtenção de proventos financeiros, desprovido de outras recompensas. A carreira envolve uma perspectiva de longo prazo, que exige investimento pessoal e está associada à busca por realização e sucesso profissional, traduzida em status e poder. A vocação requer maior envolvimento emocional, configurando o trabalho como veículo essencial para a autorrealização, para além dos benefícios materiais (SELIGMAN, 2004).

Para Csikszentmihalyi (2004), o ambiente laboral propicia condições propícias ao flow, uma vez que as habilidades humanas são desafiadas continuamente por metas, crises e obstáculos inerentes às tarefas diárias, fomentando o engajamento e a potencialização das virtudes e emoções positivas que elevam a qualidade de vida e promovem o progresso organizacional. Assim, alcançar uma vida laboral satisfatória implica desenvolver valores individuais, senso de controle, espírito de liderança e a capacidade de transformar adversidades em contentamento pessoal e coletivo atributos centrais à experiência de flow, que legitima o crescimento psicológico do sujeito em ambientes desafiadores e, por vezes, adversos como o trabalho (CSIKSZENTMIHALYI, 1992; SELIGMAN; CSIKSZENTMIHALYI, 2004).

À medida que o método flow é internalizado, os indivíduos são impulsionados a buscar novos desafios e aprendizagens, aprimorando continuamente suas experiências e emoções positivas, que reverberam em seu bem-estar e no ambiente laboral. Por fim,

torna-se imperativo compreender as motivações intrínsecas ao trabalho e capacitar gestores para promover ambientes que desenvolvam e potencializem as forças, talentos e virtudes dos colaboradores, propiciando uma produção robusta e sustentável, sem comprometer a qualidade de vida no trabalho (SELIGMAN, 2004).

Premissas da qualidade de vida no trabalho - QVT

Atualmente, o ambiente organizacional enfrenta uma crescente busca por competitividade, impulsionada pelas intensas transformações da economia global, das relações sociais e políticas, da tecnologia, da organização produtiva e das dinâmicas laborais. Limongi (2003, p. 30) observa que essa realidade parece paradoxal, especialmente no contexto empresarial contemporâneo, marcado pela globalização econômica, pela nova economia digital, pelos paradigmas inovadores da gestão organizacional e pela complexa interseção entre qualidade de vida e estabilidade financeira. Tais fatores estimulam ações multifacetadas, envolvendo troca acelerada de informações e sistemas virtuais, com vistas a viabilizar formas mais qualificadas de sobrevivência e bem-estar.

Nesse cenário, as questões relativas à Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) frequentemente são relegadas a um segundo plano. Contudo, estratégias que desconsideram a QVT mostram-se insustentáveis no médio e longo prazos, uma vez que a relação causa-efeito entre sintomas como estresse mental, esforço físico exaustivo, insatisfação salarial, jornadas excessivas e atividades desmotivadoras se traduzem em aumento do absenteísmo, rotatividade e, conseqüentemente, queda na produtividade e perda da competitividade organizacional (LIMONGI, 2003).

Conforme Chiavenato (2004, p. 448), a QVT abrange aspectos intrínsecos — referentes ao conteúdo do trabalho — e extrínsecos — relacionados ao contexto organizacional. Essa dimensão impacta atividades pessoais e comportamentais relevantes para a

produtividade individual e coletiva, tais como motivação, adaptabilidade às mudanças, criatividade e disposição para inovação. Os componentes da QVT incluem satisfação com as tarefas desempenhadas; perspectivas de crescimento organizacional; reconhecimento pelos resultados; remuneração percebida; benefícios; relacionamentos interpessoais; ambiente físico e psicológico do trabalho; autonomia decisória e possibilidade de participação.

Ainda segundo Chiavenato (2004, p. 433), o estresse laboral configura-se como um conjunto de reações físicas, químicas e mentais desencadeadas por estímulos estressores presentes no ambiente, caracterizando-se como uma condição dinâmica em que o indivíduo é confrontado com demandas, restrições ou oportunidades vinculadas aos seus desejos. Entre as causas mais frequentes estão o autoritarismo desmedido da liderança, desconfianças infundadas, pressões e cobranças excessivas, rigidez de horários, monotonia, insatisfação pessoal, fadiga, situações conflitivas, sobrecarga de atividades, falta de empatia e prazos exíguos. Tais condições podem gerar sintomas como nervosismo, inquietude, tensão e mal-estar.

O impacto do estresse no trabalho é profundo e multifacetado, afetando tanto o trabalhador quanto a organização. As consequências incluem ansiedade, depressão, absenteísmo, rotatividade, angústia, distúrbios físicos como problemas gástricos e cardiovasculares, cefaleias, alienação e comprometimento das relações interpessoais, além da síndrome de burnout — quadro de sofrimento psíquico caracterizado por sentimentos de desistência, inutilidade e frustração (CODÓ; VASQUES-MENEZES, 1994).

A ergonomia, enquanto disciplina que busca adaptar o trabalho às características humanas, atua na interface entre homem e trabalho, contemplando as dimensões física, cognitiva, ambiental e psicossocial. Com a crescente complexidade dos processos laborais e a exigência de maior qualificação, as posturas

inadequadas surgem como fatores de risco significativos, decorrentes, muitas vezes, de inadequações ergonômicas como altura incorreta da mesa e cadeira, tempo excessivo em posições estáticas e repetitividade de tarefas (FERREIRA, 2011). As consequências desses fatores manifestam-se em desvios posturais, dores articulares, torções, elevação constante dos ombros, entre outros incômodos. Por isso, é fundamental que as organizações contem com profissionais capacitados para orientar colaboradores sobre posturas corretas e implementar adaptações nos equipamentos e no ambiente laboral (OLIVEIRA, 2002). Esses fatores, somados, impactam diretamente não apenas a saúde física e mental dos trabalhadores em sentido restrito, mas também influenciam, de maneira mais ampla, a felicidade e a qualidade de vida no trabalho.

Considerações finais

A partir da revisão integrativa dos pressupostos da Psicologia Positiva e sua aplicação à felicidade no contexto do trabalho, este estudo buscou esclarecer os equívocos conceituais que permeiam as noções de felicidade, bem-estar e qualidade de vida, destacando a natureza subjetiva, periódica e complementar desses fenômenos no âmbito organizacional. Evidenciou-se que a felicidade transcende o bem-estar e a qualidade de vida, pois sua continuidade está assentada na recorrência desses últimos, configurando-se como um estado duradouro e vital para o ser humano. Ser feliz no trabalho e para além dele é um direito fundamental e inalienável, que ultrapassa fronteiras de credo, raça, gênero ou classe social, e que repercute positivamente na saúde física, mental, emocional e espiritual do indivíduo. Além disso, esse estado de felicidade se constitui como elemento essencial para o desenvolvimento humano e o êxito estrutural, econômico e organizacional da sociedade.

O aporte desta pesquisa não esgota o tema, mas representa uma contribuição significativa para o avanço dos estudos em Psicologia Positiva, especialmente no que tange à felicidade e à

qualidade de vida no trabalho. Através do rompimento de paradigmas epistemológicos tradicionais e limitantes, foram reveladas as dimensões humanas, cognitivas, funcionais, subjetivas, empíricas e interacionistas que permeiam a mente e a conduta humanas no contexto laboral. O objetivo primordial foi alcançado ao traçar um panorama metodizado da Psicologia aplicada ao trabalho, mediante a análise sistemática das emoções, competências, percepções e expectativas que fundamentam políticas organizacionais voltadas ao engajamento e à felicidade dos colaboradores. Elementos como autoconhecimento, evolução psicológica, senso ético e estímulo ao desenvolvimento humano e profissional foram destacados como essenciais para o entendimento dos traços mentais e comportamentais que favorecem a saúde e minimizam as patologias ocupacionais.

Finalmente, os resultados obtidos indicam a necessidade premente de aprofundamento nas políticas de Gestão de Pessoas, com vistas à atração e retenção de talentos, à promoção da qualidade de vida no trabalho e ao sucesso organizacional, reafirmando o compromisso contínuo da Psicologia e da Administração com o aprimoramento humano e institucional. Ademais, conclui-se que trabalhadores felizes quando tratados com dignidade, reconhecimento e respeito manifestam emoções positivas que potenciam seu desempenho, promovendo o equilíbrio pessoal e o progresso organizacional. Contrariamente, ambientes desprovidos de princípios éticos básicos tendem a fomentar emoções negativas prejudiciais à saúde do trabalhador e ao alcance dos objetivos institucionais.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Adiós al trabajo: ensayo sobre la metamorfosis y centralidad del mundo del trabajo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 2000.

ARENDT, Hannah. La condición humana . Chicago: University of Chicago Press, 1958.

BURNS, IN Civilizaciones occidentales: su historia y su cultura . Nueva York : WW Norton & Co., 1952.

BURRELL, G.; MORGAN, G. Paradigmas sociológicos y análisis organizacional . Londres: Heinemann , 1979.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestión de personas . 2da ed. Río de Janeiro: Campus, 2004.

CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly . La Psicología de la Felicidad. São Paulo: Saraiva, 1992.

CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. Gestión cualificada. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DARWIN, Charles Robert. La descendencia del hombre y la selección en relación con el sexo. Princeton: Princeton University Press, 1981. Traducción libre.

FERREIRA, MC ¿Puede la ergonomía de la actividad promover la calidad de vida en el trabajo? Reflexiones de carácter metodológico. Revista de Psicología: Organizaciones y Trabajo, Florianópolis, v. 11, n.º 1, p. 8-28, 2011.

FREDRICKSON, B. El papel de las emociones positivas en la psicología positiva: La teoría de la expansión y desarrollo de las emociones positivas. American Psychologist, vol. 56, págs. 218-226, 2001. Traducción libre.

FREUD, Sigmund. El malestar en la cultura. En: Freud, Sigmund. Edición brasileña estándar de las Obras completas de psicología de Sigmund Freud . Vol. 21. Río de Janeiro: Imago, 1996. Págs. 65-148.

LAMA, Dalái; CUTLER, Howard C. El arte de la felicidad: un manual para la vida . São Paulo: Martins Fontes, 2000. Traducido por Waldéa Barcellos.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Calidad de vida en el trabajo: conceptos y prácticas en las empresas de la sociedad postindustrial . São Paulo: Atlas, 2003.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economía política: una introducción crítica . São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, SG Protección jurídica de la salud de los trabajadores . 4ª edición. São Paulo: LTr , 2002. 333 p.

RHODEN, Isabel. El ocio como experiencia subjetiva: contribuciones desde la psicología del ocio. Revista de Enfermedad y Subjetividad , v. 9, n.º 4, p. 1233-1250, 2009.

SANTOS, GB; CEBALLOS, AG da C. Bienestar en el trabajo: un estudio de revisión. Psicología en Estudio , vol. 18, n. 2, p. 247-255, 2013.

SELIGMAN, MEP; CSIKSZENTMIHALYI, M. Psicología positiva: Una introducción. American Psychologist , 2000.

SELIGMAN, M.E.P.; CSIKSZENTMIHALYI, M. Felicidad auténtica: El uso de la nueva psicología para la plenitud vital . Río de Janeiro: Objetiva, 2004.

SELIGMAN, MEP; CSIKSZENTMIHALYI, M. Florecimiento: una nueva comprensión de la naturaleza de la felicidad y el bienestar . Río de Janeiro: Objetiva, 2011.

A

Acesso à informação pública –

doutrina e jurisprudência, 11–39; transparência e governo aberto, 17–22;

instrumentos internacionais, 29–31;

América do Sul, 32–36.

Lei Modelo Interamericana 2.0, 35–36.

Administração pública –

transparência e prestação de contas, 40–47, 49–52.

América Latina –

democracia e direitos humanos, 9–13, 127–132;

liberdade de imprensa, 187–198.

Autismo –

inclusão e ensino superior, 97–107;

políticas públicas e acessibilidade, 108–110.

B

Bem-estar no trabalho –

psicologia positiva e saúde mental, 241–245.

Bolívia –

jurisprudência constitucional sobre acesso à informação, 37–39.

Brasil –

liberdade de imprensa e democracia, 190–194;

políticas de inclusão no ensino superior, 99–110.

C

Cidadania digital –

participação e informação pública, 14–17, 23–25.

CIDH (Corte Interamericana de Direitos Humanos) –

jurisprudência sobre informação e expressão, 36–39.

Ciências tecnológicas –

impacto na comunicação e no direito, 13–16, 20–23.

Comunicação

Direitos humanos e ensino, 58–66.

Educação midiática e cidadania, 121–127.

Comunicação carcerária, 139–145.

Comunidades tradicionais –

redes sociais e cultura da paz em Moçambique, 211–219.

Conflitos sociais –

narrativas de paz e reconstrução, 151–159.

Constituições latino-americanas –

análise comparada do direito à informação, 32–35.

D

Democracia –

comunicação e pluralismo, 121–132;

liberdade de imprensa, 187–198.

Desinformação –

combate por redes sociais, 211–216.

Direitos humanos –

tratados internacionais e comunicação, 10–13;
cidadania, 59–66, 119–123.

Diversidade –

práticas comunicativas e resistência, 163–171.

E

Educação –

ensino superior inclusivo, 97–110;
comunicação e direitos humanos, 58–66.

Empoderamento cidadão –

participação e informação pública, 14–19, 26–28.

Ensino da comunicação –

direitos humanos e pedagogia crítica, 58–66.

Esfera pública –

pluralidade e participação, 124–127.

Estudantes autistas –

desafios no ensino superior, 98–107.

Ética pública –

responsabilidade e transparência, 45–47, 190–192.

F

Fake news –

impactos sociais e culturais, 213–216.

Felicidade no trabalho –

psicologia positiva, 243–246.

Flórida (Colômbia) –

narrativas de paz e reconstrução social, 152–156.

Formação crítica –

ensino e cidadania comunicativa, 59–65, 122–126.

G

Global Initiative Reporting (GRI) –

sustentabilidade e software, 85–93.

Governo aberto –

transparência e participação, 15–17, 33–36.

H

Hegemonias midiáticas –

concentração e diversidade, 127–130, 187–190.

Humanismo digital –

ética e tecnologia, 21–23.

I

Inclusão social –

ensino superior e acessibilidade, 97–110, 225–228.

Informação

Como poder e controle, 24–27.

Valor na era digital, 27–29.

Transparência e cidadania, 15–19, 31–33.

Inovação tecnológica –

software sustentável e transparência, 85–93.

Inteligência artificial –

automação e controle da informação, 21–22.

Interculturalidade –

comunicação e comunidades tradicionais, 215–219.

J

Jornalismo –

liberdade de imprensa e democracia, 187–198.

Juventude e mídia –

formação crítica e democracia, 121–124.

Justiça social –

práticas comunicativas e resistência, 165–171.

L

Lei de Acesso à Informação (Brasil) –

fundamentos e aplicação, 34–36.

Liberdade de expressão –

fundamento jurídico, 28–32;

jurisprudência da CIDH, 36–38.

Liberdade de imprensa –

indicadores RSF e ONU, 187–198.

M

Mídias independentes –

resistência e práticas de comunicação, 163–171.

Moçambique –
comunidades e redes sociais pela paz, 211–219.

Moral pública –
limites ao direito de informação, 34–35.

Movimentos sociais –
resistência e comunicação, 163–170.

N

Narrativas de paz –
reconstrução em territórios de conflito, 151–159.

Normas internacionais –
tratados e convenções de direitos humanos, 29–31.

O

ONU (Organização das Nações Unidas) –
liberdade de imprensa, 188–191.

Organizações sustentáveis –
software e responsabilidade social, 86–93.

P

Paz e reconciliação –
narrativas e comunicação, 151–159.

Pedagogia crítica –
ensino da comunicação e direitos humanos, 60–65.

Pluralidade midiática –

democracia e diversidade de vozes, 127–130.

Prisão e rádio carcerária –

comunicação e direitos humanos, 139–145.

Psicologia positiva –

bem-estar e felicidade no trabalho, 241–246.

R

Rádio carcerária –

expressão e dignidade, 139–145.

Repórteres Sem Fronteiras (RSF) –

liberdade de imprensa na América Latina, 188–192.

Responsabilidade social –

sustentabilidade e tecnologia, 83–93.

Resistência comunicativa –

movimentos e coletivos, 163–171.

S

Sustentabilidade –

software e gestão ética, 85–93.

T

Tecnologias digitais –

direito à informação e controle, 18–22.

Transparência pública –

cidadania e democracia, 13–19, 34–37.

V

Violência simbólica –

mídia e exclusão social, 142–145.

Visibilidade pública –

imprensa e democracia, 187–190.

SOBRE OS ORGANIZADORES E AUTORES

Adilson Vaz Cabral Filho

Professor Titular da Universidade Federal Fluminense (UFF), com atuação no Departamento de Comunicação Social e no Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC). Coordenador do PPGMC (2024-). Bolsista de Produtividade de Pesquisa do CNPq - nível 2 (2021-2024). Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ (2022-2025). Docente do Programa de Estudos pós-graduados em Política Social (PPGPS) de 2008 a 2019. Coordenador do Curso de Comunicação Social da UFF (2016-2020). Tem pós-doutorado em Comunicação na Universidade Carlos III de Madrid (2013) e é Doutor em Comunicação Social (2005) e Mestre em Comunicação Social (1995) pela Universidade Metodista de São Paulo. Graduado em Comunicação Social, habilitação Publicidade e Propaganda, pela UFF (1992). Coordenador do grupo de pesquisa EMERGE - Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência. Integra o LaPA - Laboratório de Pesquisa Aplicada do PPGMC-UFF e o grupo de pesquisa Comuni - Núcleo de Estudos em Comunicação Comunitária e Local. Jovem Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ (período 2013-2016). Professor visitante da University of Texas at Austin (Texas, EUA, 2022, com bolsa da Comissão Fulbright) e da Universidade Adis-Adria (Klagenfurt, Áustria, 2020). Diretor da ABPCom - Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã (2017-2019).

Adriano Alves Silva

Doutorando em Ciência, Tecnologia e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui Mestrado em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), certificado

em Harvard (Leaders of Learning), MBA em Comunicação Empresarial e Marketing (ITOP), pós-graduação em Tecnologias Educacionais Inovadoras (UniCatólica), e em Arteterapia. Além disso, é bacharel em Comunicação Social com ênfase em Publicidade e Propaganda, licenciado em Artes Visuais e está graduando em Psicologia. Adriano tem experiência docente, tendo sido professor no Centro Universitário UNITOP (2013-2015), na Faculdade Católica do Tocantins (2015-2021), onde coordenou o Programa de Extensão do curso de Arquitetura e Urbanismo, o Núcleo de Arte e Cultura, e participou do NADIME - Núcleo de Apoio Didático e Metodológico do Ensino. Também lecionou no Centro Universitário Luterano de Palmas (2013-2017) no curso de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, e no Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivo Palmas (2013-2014). Atualmente, leciona módulos em pós-graduações da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e no Instituto IDASP.

Angélica Lima Mendonça

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCom), da Universidade Federal do Tocantins (UFT) com apoio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior por meio de bolsa Capes. Na mesma universidade conclui especializações em: Estudos Latino-Americanos e Territorialidades; Documentação Audiovisual; Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas Contemporâneos. Atualmente curso um MBA em Políticas Públicas para Cidades Inteligentes pela Universidade de São Paulo (USP). Sou graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela UFT.

Angie Katherine Gongora Roza

Comunicadora social e jornalista formada pela Universidade de Tolima, com profundo compromisso em contar histórias que se

originam nas comunidades. Trabalha com rádio, pesquisa e jornalismo com foco social e comunitário.

Borys Bustamante Bohórquez

Mestre em Comunicação. Vice-Reitor Acadêmico da Universidade Distrital Francisco José de Caldas, em Bogotá, Colômbia. Professor e pesquisador nas áreas de literatura, comunicação, filosofia, pedagogia e ciências da linguagem. Autor de inúmeras apresentações, artigos e livros sobre análise do discurso e a compreensão crítica das mídias analógicas e digitais em relação às suas aplicações pedagógicas, à consolidação de comunidades de proprietários de mídia e ao desenvolvimento de públicos críticos. Coordenador do grupo de pesquisa Educação, Comunicação e Cultura.

Carlos Manuel Hornelas Pineda

Bacharel em Jornalismo e Comunicação pela Universidade Nacional Autônoma do México. Mestre em Comunicação Institucional pelo Centro Avançado de Comunicação.

Denise de Barros Capuzzo

Pós-doutora em Ciências, Tecnologia e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Educação e mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Professora associada da Universidade Federal do Tocantins (UFT), com atuação na graduação em Pedagogia e no Mestrado Profissional em Educação. Neuropsicóloga e analista do comportamento, com especialização em Análise do Comportamento Aplicada (ABA) para o autismo e deficiência intelectual.

Fagno da Silva Soares

Doutor em Geografia Humana (FFLCH/USP), Doutorando em História (FFLCH/USP), mestre em História do Brasil (UFPI), licenciado e

bacharel em História (UEMA/Estácio), Licenciado em Geografia (Uninter) e sociologia (Uninter), bacharel em Museologia e Antropologia pela Universidade Leonardo da Vinci (Uniasselvi). Realiza estudos de pós-doutoramento em História Pública Digital Aplicada na Universidade Federal Fluminense (PGCTIn/UFF) sob supervisão Prof. Dr. Gilson Rebouças Pôrto Júnior. Pesquisador do Núcleo de Estudos de História Oral (NEHO/USP) e do Grupo Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC/UFRJ). Documento de Registro Técnico (DRT) Historiador 00017/MA e Sociólogo 000173/MA. Membro Fundador da Rede Pan-Amazônica de História Oral (PANo). Especialista em História Pública e Tempo Presente (UFU), Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho (UFPI), História Social e Contemporânea (UCAM), História da Educação (PUC/RS), Metodologia do Ensino e da Pesquisa em História e Geografia do Brasil (UNIFIA), História e Cultura Afrobrasileira e Indígena (UNINTER), MBA em Gestão Escolar (Esalq/USP), MBA em Gestão e Ensino de TICs (IBMEC), TICs para Educadores (UFRGS), Direitos Humanos (UFMA), Sociologia (UnB), Tecnologias Educacionais (ENSP/FIOCRUZ), Museologia (Cursando Museu da Memória Republicana Brasileira FMRB-UEMA) Linguagens e Mundo do Trabalho (UFPI). Líder do CLIO MNEMOSINE Centro de Estudos e Pesquisas em História Oral e Memória (IFMA) e Laboratório de Humanidades UBUNTU (IFMA). Atualmente é Professor de História C 04 do IFMA/Campus Açailândia.

Fernando Aranguren Díaz

Professor da Universidade Distrital Francisco José de Caldas: Bogotá, CO. Mestre em Comunicação pela Pontifícia Universidade Javeriana: Bogotá.

Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior (Gilson Pôrto Jr.)

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Educação pela

Universidade de Brasília (UnB). Graduado em Jornalismo, Pedagogia, História e Letras. Realizou estudos de pós-doutoramento nas universidades de Coimbra (Portugal), Cádiz (Espanha), Brasília (UnB) e Unesp. Professor na Universidade Federal do Tocantins (UFT), no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão, da Universidade Federal Fluminense (PGCTIn-UFF), no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Saúde (PPGECS-UFT) e no Programa de Pós-Graduação em Museologia (PPGMuseu-UFBA). Coordenador do Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (Opaje).

Isaltina Santos da Costa Oliveira

Pesquisadora/Documentalista no Centro de Pesquisa e Referência do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuïre. Atuou como Educadora desde 2013 na mesma instituição museológica. Doutoranda em Comunicação - FAAC, Unesp, Câmpus de Bauru. Mestre pelo PGAD - Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento da UNESP, Câmpus de Tupã. Como aluna especial, cursou a disciplina: Políticas Públicas e Etnodesenvolvimento de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (2020), no Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Tupã/SP, Brasil.

Issufo Jacinto Francisco Camanguira

Doutorando em Comunicação na Unesp Universidade Estadual Paulista-Brasil, Mestrado em Gestão pela UNIAC Univesidade Chipande (2021), Pos-graduado em Metodologia de ensino e pesquisa pela Unipungue Universidade Pungue, Licenciado em Relações Públicas pela ESJ, Técnico de contabilidade, Jornalista, apresentador e locutor de Rádio e Televisão, Atualmente sou Director de Correios de Moçambique-Manica. Tem experiência vasta

na área de Administração, Docência, comunicação, Professor dos cursos de Gestão e Comunicação.

José Diogo Tavares Pedrosa

Possui graduação em Administração pela Universidade Estadual do Maranhão (2018) e em Programa de Pós-graduação lato sensu de MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (2021). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Gestão de Pessoas, atuando principalmente nos seguintes temas: jornada e ciência.

José Lauro Martins

Graduação em Filosofia, mestre e doutor em Ciência da Educação. Desenvolveu os estudos de Pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn), da Universidade Federal Fluminense. É professor associado da Universidade Federal do Tocantins. Atua no curso de jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências e Saúde (PPGECS/UFT). É membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão "Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino" (Opaje). É pesquisador em Inovação pedagógica e gestão da aprendizagem.

Leonardo Pinheiro da Silva

Profissional vinculado à Fundação Getúlio Vargas (FGV/DGPE), atuando desde agosto de 2025 como Analista de Negócios Corporativo Sênior na Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Porto Nacional, com foco no acompanhamento de indicadores educacionais e apoio à gestão estratégica para melhoria contínua do ensino. Atuou como Agente Local de Inovação (ALI) por 36 meses no ecossistema de Araguaína / Chambary Valley, onde desenvolveu ações de governança, suporte a empreendedores e fortalecimento do ecossistema local de inovação. Doutorando em Ciências,

Tecnologias e Inclusão (PGCTIn/UFF), mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT/UFT), especialista em Gestão de Negócios (BBI of Chicago), graduado em Logística (UFT) e atualmente cursa Gestão da Produção Industrial (IFTO).

Lucero Giraldo Marín

Professora da Universidade de Quindío, Programa de Comunicação Social-Jornalismo. Mestre em Comunicação Educacional pela Universidade Tecnológica de Pereira. Coordenadora de Pesquisa do Programa de Comunicação Social-Jornalismo, professora de Comunicação para o Desenvolvimento, orientadora de teses e intervenção social na Universidade de Quindío. Palestrante em eventos nacionais e internacionais (Colômbia).

María Clara Villamarin Bautista

Coordenadora Administrativa da Associação Palos, Cuerdas y Kotizas (PCK). Bogotá, DC, Distrito Capital de Bogotá.

Marli Terezinha Vieira

Pós-doutorado em Transferência de Tecnologia e Inovação, doutorado em Administração, mestrado em Ciências Contábeis, especialista em Análise de Dados e em Controladoria, graduada em Ciências Contábeis e Direito. Atua como professora-pesquisadora na Universidade Federal do Tocantins, no curso de Ciências Contábeis e no mestrado profissional PROFNIT. Coordenou o curso de graduação em Ciências Contábeis e coordenou o mestrado interinstitucional Unisinos-CRC-TO, Portaria Unisinos. Exerceu temporariamente a função de pró-reitora e assessora na PROAP - UFT. Foi diretora de Políticas Educacionais na PROGRAD - UFT.

Mónica García Bustamante

Doutoranda em Comunicação pela Universidade Nacional de La Plata, mestre em Comunicação Educacional pela Universidade Tecnológica de Pereira e mestre em Comunicação Televisiva pela Pontifícia Universidade Bolivariana. Atualmente, é professora do Programa de Comunicação Social-Jornalismo da Universidade Católica de Pereira.

Nelson Russo de Moraes

Livre-docente em gestão e educação ambiental (UNESP). Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA). Mestre em Serviço Social (UNESP). Bacharel em Administração (ITE/Bauru/SP). 2ª Graduação (em curso) em Comunicação Social/Relações Públicas (Universidade de Franca - UNIFRAN). Especializações realizadas: 1. Gestão de Programas Sociais; 2. Gestão pública; 3. MBA em Mídias Digitais; 4. Antropologia. VINCULAÇÃO: Professor Associado na FAAC/UNESP Bauru (RDIDP MS_5.3). Professor Permanente do PGAD/UNESP Tupã (mestrado e doutorado) e do PPGCOM/UNESP Bauru. Integrante da Equipe de Coordenação do Museu Ferroviário da Alta Paulista em Tupa. GRUPOS E REDES: Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Democracia e Gestão Social da UNESP (GEDGS). Pesquisador do Grupo de Pesquisa OPAJE/UFT (Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino). Pesquisador do Grupo de Pesquisa PGEA/UNESP (Pesquisa em Gestão e Educação Ambiental). Representante da UNESP na Rede Nacional de Pesquisadores em Gestão Social - RGS.

Olga Mary Martínez Vargas

Professora da Universidade Mayor Real e Pontifícia de São Francisco Xavier de Chuquisaca, Licenciatura em Ciências da Comunicação Social e Direito.

Patrícia Medina

Professora aposentada da Universidade Federal do Tocantins (UFT), com vínculo ativo no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, desenvolvido em cooperação com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense. Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências Humanas e Letras (1986), graduação em Direito pela Universidade Federal do Tocantins (2006), mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS, 1992), doutorado em Educação: Cultura e Processos Educacionais pela Universidade Federal de Goiás (2011) e especialização em Estado de Direito e Combate à Corrupção pela Esmat (2019). Integra o Comitê de Ética em Pesquisa da UFT, contribuindo para o fortalecimento da integridade científica e da ética na produção acadêmica e desenvolve pesquisa pós-doutoral junto à Universidade Federal Fluminense (UFF).

Sandra Leal Larrarte

Professora titular da Universidade de Quindío, doutorando em Literatura pela Universidade Tecnológica de Pereira. Associado ao grupo de pesquisa Semiótica da Ficção, dentro do grupo de pesquisa Semiótica e Narrativa. Vencedor do Prêmio Dunant Passy de Conto (Argentina) em 2001 e 2003.

Sinomar Soares de Carvalho Silva

Doutor em Ciências, Tecnologias e Inclusão (PGCTIn) na Universidade Federal Fluminense. Possui mestrado em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins, Especialização em Ensino de Comunicação/Jornalismo: Temas contemporâneos (UFT) e graduação em Comunicação Social - Jornalismo também pela Universidade Federal do Tocantins (2009).

Valeria R. Elias Spers

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP (2004), mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (1997), especialista em marketing pela Universidade São Judas Tadeu (1988), graduada em Administração pelo Centro Universitário Salesiano Dom Bosco (1987). Foi docente da graduação e pós-graduação lato e stricto sensu da UNIMEP (1991-2018). Atualmente é docente do Centro Universitário Atenas – MG.

COMUNICAÇÃO, DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS:

olhares a partir da América Latina

ORGANIZADORES:

Gilson Pôrto Jr.

Sinomar Soares de Carvalho Silva

José Lauro Martins

Leonardo Pinheiro da Silva

Adriano Alves Silva


FELAFACS
Federación Latinoamericana de
Facultades de Comunicación Social


Observatório
Edições



9

786598

858209

